

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

JAMES AUGUSTO PIRES TIBURCIO

PAZ E GUERRA EM ANGOLA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Brasília

2009

JAMES AUGUSTO PIRES TIBURCIO

PAZ E GUERRA EM ANGOLA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Brasília, junto ao Instituto de Relações Internacionais como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Doutor Wolfgang Döpcke

Brasília

2009

JAMES AUGUSTO PIRES TIBURCIO

PAZ E GUERRA EM ANGOLA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Brasília, junto ao Instituto de Relações Internacionais como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Aprovada em ___/___/___

Banca examinadora:

Professor Doutor Wolfgang A. K. Döpcke – Universidade de Brasília (Orientador)

Professor Doutor José Flávio Sombra Saraiva – Universidade de Brasília (membro)

Professor Doutor Marcelo Bittencourt Ivair Pinto – Universidade Federal Fluminense (membro)

Professor Doutor Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Universidade de Brasília (suplente)

[...] e estes converterão as suas espadas em enxadões e as suas lanças em foices; uma nação não levantará espada contra outra nação, nem aprenderão mais a guerrear.

Isaías 2.4

Agradecimentos

A elaboração desta foi um esforço em rede, embora todos os erros e omissões sejam exclusivamente de minha responsabilidade. Muitas pessoas contribuíram para que mais este capítulo chegasse a bom termo. A todas elas minha perene gratidão.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus. Agradeço a minha esposa, Sílvia, que face às barreiras aparentemente intransponíveis, não me deixou desistir de concorrer a uma vaga no programa de mestrado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Por se dispor a deixar parte de sua vida em São Paulo – família, casa, emprego, igreja, estudos – para se mudar para um lugar desconhecido. Por me encorajar dia após dia a pesquisar e a escrever, sacrificando nosso tempo juntos. Por permitir minhas prolongadas ‘ausências’ intelectuais e horas sem emitir uma única palavra frente ao computador. E por último, por sempre acreditar em mim desde os tempos em que eu nada havia a lhe oferecer, a não ser meu amor.

Aos meus pais, João e Sônia, que me ensinaram a amar o verdadeiro conhecimento, e que o impossível é algo que ainda precisa ser tentado. Pelos sacrifícios que não hesitaram em fazer para que nós, Thaís, Thiago e eu pudéssemos estudar. Pelos anos de saudade, suor e dedicação pelas gentes de Angola, Namíbia, África do Sul e Moçambique sem recompensa nesta vida.

Aos meus sogros, Edison e Cleuza, pela fé inabalável, confiança, apoio, incentivo a perseverar e jamais desistir. Pelas intercessões incessantes por nós, seus filhos, mesmo quando precisavam mais do que nós.

Ao professor doutor Wolfgang Döpcke por ter assumido a orientação desta dissertação com pouco mais de um ano de prazo e ainda assim me proporcionar a melhor das orientações. Pela generosidade intelectual e persistência, pelas inúmeras reuniões de orientação, livros, textos e CDs, correções e sugestões, dosando as críticas honestas com comentários oportunos de incentivo. Seu cuidado e diligência a um mero mestrando foram ímpares. Agradeço, sobretudo, o privilégio de trabalhar um tema, África, ao qual o senhor tem dedicado tantos anos de sua vida acadêmica.

À professora doutora Maria Helena de Castro Santos, agradeço pela disposição e estima nos dois anos de mestrado. Pelas caronas da UnB ao Sudoeste, pelas recomendações e disciplinas cursadas. Aos professores doutores Alcidez Vaz e Cristina Inoue, que ao me entrevistarem durante o processo seletivo, enxergaram possibilidades. À professora Cristina pela compreensão

e esforço no primeiro ano de mestrado. À professora Amena Yassine pelas recomendações, experiência docente e interesse. À Odalva Otavio e Gustavo Araújo de Moraes na secretaria de pós-graduação pelo atendimento sempre amigável e prestativo.

Aos professores José Flávio Sombra Saraiva e Marcelo Bittencourt Ivair Pinto pela participação na banca examinadora em meio a tantos compromissos e viagens.

Aos colegas do curso, entre os quais destaco João Nackle Urt, Daniel Oppermann e Danilo Vergani Machado, cujos incentivos, papos e hospitalidade tornaram os dias mais amenos.

Aos professores James Wellmann e Daniel Chirot pela oportunidade de pesquisa, viagens e contribuições valiosas para meu crescimento profissional.

À família Shalom - seria injustiça mencionar alguns e arriscar omitir outros - que me acolheu com braços abertos e nutriu meus sonhos de Deus com esperança, amor e fé.

Aos meus colegas do tempo de EMCA-Ipiranga, especialmente Priscila Fermínio, pelo apoio irrestrito que possibilitou repetidas ausências e viagens a Brasília, além do atendimento à solicitação em respeito à minha saída.

A família Martins que me recebeu em casa durante o processo seletivo de modo tão hospitaleiro e carinhoso.

Ao casal Ricardo e Andréia Yoshioka, agradeço os conselhos e especialmente ao auxílio providencial nos primeiros dias e ano no cerrado.

Ao casal Verônica e Christian Klein pelas oportunidades e indicações que tornaram os anos de mestrado em Brasília possíveis.

Ao casal Antônio e Daiane Evangelista pela amizade, aulas, passeios e almoços. Ao casal Juny e Anderson Anacleto, irmãos na fé, agradeço a amizade, cuidado, incentivo e caronas mil. A vocês, os meus afetivos agradecimentos.

Ao meu amigo Reynaldo Pinto que através dos papos e sopas se mostrou o mais samaritano dos meus próximos.

Ao coordenador do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília, amigo e colega, Fábio Albergaria de Queiroz, pelas oportunidades e voto de confiança.

A redação desta dissertação também foi viabilizada através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me beneficiou com uma bolsa de estudos. Neste sentido, agradeço à Coordenação.

RESUMO

A dissertação tem como objeto de análise o contexto sócio-econômico e histórico das missões de paz da Organização das Nações Unidas em Angola, à luz de quatro conjuntos descritivos e teórico-paradigmáticos: (i) guerras substitutas, (ii) a cultura política africana; (iii) a pobreza; e (iv) os recursos naturais como fonte de conflitos, no âmbito do que a literatura em Relações Internacionais denominou “novas guerras” ao final do século XX. A intenção da pesquisa é mostrar a complexidade e conectividade que levaram a criação e manutenção de uma guerra em rede. Argumenta-se que houve um continuum transnacional de fatores e atores que possibilitaram sucessivas deliberações a favor da continuação do conflito. O levantamento detalhado e multidimensional demonstra a inadequação das missões de paz baseadas em paradigmas de outra era para solucionar problemas de uma nova era, caracterizada em nível sistêmico pela globalização, pela instrumentalização da desordem e comercialização da política em nível estatal, e por lideranças calculistas-rationais no nível do indivíduo.

Palavras-chave: África. Angola. Novas guerras. Guerras em rede. Missões de paz.

ABSTRACT

This dissertation has as its object of analysis the historical and socio-economic context of the Organization of the United Nations peacekeeping missions in Angola, seen from the perspective of four descriptive and paradigmatic theoretical sets: (i) proxy wars, (ii) African political culture; (iii) poverty; and (iv) natural resources as a source of conflicts, in the context of what International Relations literature labeled as “new” wars, at the end of the XXth century. The purpose of this research is to demonstrate the complexity and connectivity that allowed the creation and maintenance of a network war. I argue that there was a continuum network of transnational factors and actors that made successive deliberations in favor of the continuation of the conflict possible. Through a detailed and multidimensional overview, I demonstrate the inadequacy of peacekeeping missions based on another era’s paradigm to solve new era problems, characterized by globalization in the systemic level, state instrumentalization of disorder and commercialization of politics in the state level, and rationalistic-calculating leaderships in the individual level.

Key-words: Africa. Angola. New wars. Network wars. Peacekeeping missions.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 01 |
| | |
| 1. CAPÍTULO 1 - MISSÕES DE PAZ: classificação, evolução e prática | 09 |
| 1.1 Introdução | 09 |
| 1.2 Missões de paz tradicionais | 11 |
| 1.3 Missões de paz de gestão de transição (Managing transition)..... | 15 |
| 1.4 Missões de paz amplas (Wider peacekeeping) | 18 |
| 1.5 Missões de paz de imposição da paz (Peace enforcement) | 20 |
| 1.6 Operações de apoio à paz | 21 |
| 1.7 Conclusão..... | 22 |
| | |
| 2. CAPÍTULO 2 - MISSÕES DE PAZ EM ANGOLA: as primeiras eleições gerais no país ... | 27 |
| 2.1 Introdução | 27 |
| 2.1.1 Contexto Histórico | 28 |
| 2.2 O fim do envolvimento substituto direto | 30 |
| 2.3 O Protocolo de Genebra | 32 |
| 2.4 UNAVEM I: Uma missão sem surpresas..... | 34 |
| 2.4.1 Tentativa e decepção: o caso do consentimento parcial e temporário..... | 36 |
| 2.4.2 O protocolo de Estoril | 37 |
| 2.4.3 Características híbridas | 39 |
| 2.5 As eleições gerais de 1992 e as missões da ONU..... | 40 |
| 2.5.1 O mapa eleitoral angolano em 1992..... | 45 |
| 2.5.2 O real resultado das eleições | 47 |
| 2.6 Lição Aprendida? Desarmamento, desmobilização e re-assentamento são prioritários | 48 |
| 2.7 UNAVEM III: salvando face..... | 52 |
| 2.7.1 A ineficácia da UNAVEM II..... | 53 |
| 2.7.2 Mais uma tentativa: o Protocolo de Lusaka..... | 54 |
| 2.7.3 UNAVEM III: A missão sem paz e sem guerra | 56 |
| 2.7.4 Prorrogação do mandato e novos atrasos | 59 |
| 2.7.5 A maior e mais fraca das missões | 60 |
| 2.8 MONUA: prelúdio da terceira guerra em angola | 62 |

| | |
|--|------------|
| 2.9 UNOA e UNMA: "Por favor, o último apague as luzes" | 64 |
| 2.10 Sanções e as missões de paz em Angola | 65 |
| 2.10.1 Lições aprendidas: recomendações de uma veterana | 69 |
| 2.10.2 Responsabilidade e culpa das missões de paz | 70 |
| 2.11 Conclusão | 72 |
| 3. CAPÍTULO 3 - A NATUREZA DA GUERRA: A Guerra Fria em Angola | 75 |
| 3.1 Introdução | 75 |
| 3.2 "Proxy Wars" | 76 |
| 3.2.1 Os Estados Unidos no contexto das guerras substitutas | 79 |
| 3.2.2 Kennedy e Salazar | 81 |
| 3.2.3 O Estado Soviético no contexto das guerras substitutas | 83 |
| 3.2.4 O lado sul africano e o contexto das guerras substitutas | 85 |
| 3.3 Guerra substituta em Angola | 88 |
| 3.3.1 O envolvimento direto da África do Sul, Estados Unidos e Israel | 89 |
| 3.3.2 Segundas intenções | 91 |
| 3.3.3 Havana se adianta, Washington se retrai | 93 |
| 3.3.4 Uma vitória soviética na Guerra Fria | 94 |
| 3.3.5 O idealismo revolucionário cubano | 96 |
| 3.4 1976 – 1980: Continuação de uma guerra substituta. Anos e Oportunidades perdidas | 99 |
| 3.4.1 Os vizinhos no período pós-independência: Fronteira Norte e Leste | 101 |
| 3.4.2 Mobutu: fator regional desestabilizador | 102 |
| 3.4.3 Fronteira Sul | 105 |
| 3.5 O fim de um começo | 106 |
| 3.5.1 A preponderância dos invasores no último período de guerra substituta | 107 |
| 3.5.2 Stalemate | 114 |
| 3.6 Conclusão | 116 |
| 4. CAPÍTULO 4 - A NATUREZA DA GUERRA: A angolinização do conflito | 119 |
| 4.1 Introdução | 119 |
| 4.2 "Novas" guerras | 120 |
| 4.2.1 Conflitos armados e recursos naturais | 122 |
| 4.2.2 "Novas" guerras e a pobreza | 124 |

| | |
|---|------------|
| 4.2.3 Críticas ao paradigma de “Novas” guerras e a aplicação a angola após 1998..... | 125 |
| 4.3 Guerras em Rede..... | 127 |
| 4.4 As bases da instauração do regime vitalício de José Eduardo dos Santos | 128 |
| 4.5 Os atores e seus palcos: contexto político até o período das missões de paz | 134 |
| 4.5.1 José Eduardo dos Santos | 135 |
| 4.5.1.1 O Estado-força (1975-1985): marcado pelas lutas internas..... | 137 |
| 4.5.1.2 Estado patrimonialista (1985-1990)..... | 138 |
| 4.5.1.3 Estado predador (1990-?) | 139 |
| 4.5.2 Jonas Malheiro Savimbi | 140 |
| 4.5.2.1 Movimento Camaleão (1966 –1977)..... | 142 |
| 4.5.2.2 Canibal (1978 –1989)..... | 145 |
| 4.5.2.3 Primeira fase Oportunista (1990-1992)..... | 149 |
| 4.5.2.4 Segunda fase Oportunista (1992-1993)..... | 153 |
| 4.5.2.5 Decadente (1993-2002) | 157 |
| 4.6 Os últimos anos de uma “nova” guerra (2000-2002)..... | 159 |
| 4.6.1 Radicalização do esforço de guerra | 161 |
| 4.6.2 O Protocolo de Luena e a vitória da paz pela guerra..... | 163 |
| 4.7 Conclusão..... | 165 |
| | |
| 5. CAPÍTULO 5 – ETNICIDADE E NACIONALIDADE EM ANGOLA | 168 |
| 5.1 Introdução | 168 |
| 5.2 O fator étnico no conflito angolano | 170 |
| 5.2.1 O governo português e a definição dos grupos étnicos no território de Angola..... | 172 |
| 5.2.2 Extremos: Relegação e afirmação da identidade | 177 |
| 5.3 A UNITA e a alma ovimbunda..... | 179 |
| 5.4 O significado e importância da identificação étnica na Angola contemporânea | 182 |
| 5.5 A nova realidade étnica em Angola | 183 |
| 5.6 Conclusão..... | 187 |
| | |
| 6. CONCLUSÕES..... | 190 |
| | |
| 7. FONTES E BIBLIOGRAFIA..... | 200 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------|---|
| BOSS | - South African Bureau of State Security (África Do Sul) |
| CABGOC | - Cabinda Gulf Oil Company |
| CCPM | - Comissão Conjunta Político-Militar (Angola) |
| CIA | - Central Information Agency (Estados Unidos) |
| CMVF | - Comissão Mista de Verificação (Angola) |
| CNA | - Congresso Nacional Africano |
| CNE | - Conselho Nacional Eleitoral (Angola) |
| CPA | - Congresso Pan Africano |
| CSNU | - Conselho de Segurança das Nações Unidas |
| DDR | - Desarmamento, Desmobilização e Re-Assentamento |
| DPKO | - Departamento de Operações de Paz |
| FAA | - Forças Armadas de Angola |
| FALA | - Forças Armadas para a Libertação de Angola |
| FAPLA | - Forças Armadas Populares de Libertação de Angola |
| FNLA | - Frente Nacional de Libertação de Angola |
| FNLC | - Frente pela Libertação Nacional de Cabinda |
| GOA | - Governo de Angola |
| GURN | - Governo de União e Reconciliação Nacional |
| MININT | - Ministério do Interior (Cuba) |
| MONUA | - Missão de Observação das Nações Unidas em Angola |
| MPLA | - Movimento de Libertação de Angola |
| ONU | - Organização das Nações Unidas |
| OTAN | - Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| OUA | - Organização Da Unidade Africana |
| PIR | - Polícia de Intervenção Rápida |
| PLAN | - Peoples Liberation Army of Namibia |
| QCEA | - Quaker Council for European Affairs |
| SAAF | - South African Air Force |
| SACOR | - Sociedade Anônima Concessionária da Refinação de Petróleos (Portugal) |

| | |
|------------|---|
| SADF | - South African Defence Force |
| SALT | - Strategic Arms Limitation Talks |
| Sonangol | - Sociedade Nacional De Combustíveis De Angola |
| SWAPO | - South-West Africa People's Organisation |
| UNAVEM I | -United Nations Verification Mission I (Angola) |
| UNAVEM II | - United Nations Verification Mission II (Angola) |
| UNAVEM III | - United Nations Verification Mission III (Angola) |
| UNITA | - União Nacional Para A Independência Total De Angola |
| UNMA | - Missão Das Nações Unidas Em Angola |
| UNOA | - Escritório Das Nações Unidas Em Angola |
| UNPROFOR | - United Nations Protection Force (Ex-Iugoslávia) |
| UNSCR | - United Nations Security Council Resolution |
| VORGAN | - Rádio Voz Do Galo Negro (Angola) |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 2.1: Resultados das eleições presidenciais em Angola, 29 e 30/Set/1992 | 42 |
| Mapa 2.1: Eleições Presidenciais em Angola, 1992 | 43 |
| Mapa 2.2: Eleições Legislativas em Angola, 1992 | 44 |
| Gráfico 2.1: Acantonamento das FAPLA e FALA durante o período de transição, campanha e eleições gerais em Angola, 1991-1992 | 50 |
| Mapa 3.1: Fronteira entre Angola, Namíbia, Botsuána e Zâmbia | 105 |
| Tabela 3.1: Operações sul-africanas em Angola de 1978 em diante | 111 |
| Mapa 3.2: Regiões militares da FAPLA em 1988 | 113 |
| Tabela 4.1: Riqueza e poder no Estado-Nação angolano | 130 |
| Mapa 4.1: Economia de Angola em 1974 | 132 |
| Mapa 4.2: Mapa índice da Bacia de Cuanza, Angola | 134 |
| Gráfico 4.1: Total de Exportação de Petróleo de Angola para os Estados Unidos | 139 |
| Mapa 5.1: Províncias e grupos étnicos em Angola | 170 |
| Tabela 5.1 Resultados das eleições legislativas de setembro de 2008 | 184 |
| Mapa 5.2: Localização da maioria dos simpatizantes da UNITA até 1992 | 185 |

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é examinar a história contemporânea de Angola de modo empírico, procurando validar as causas e interpretações apresentadas na literatura especializada para o conflito armado ocorrido de 1992 a 2002. Argumenta-se que o prolongamento da guerra – pela recusa de Savimbi em aceitar os resultados das eleições de 1992 – foi possibilitado pela criação e manutenção de redes de sustentação contínuas. Contínuas no sentido de que estas redes interligadas transpuseram a suposta dicotomia de fatores externos versus internos da análise histórica, econômica e política convencional.¹ Assim, as missões de monitoramento da paz da Organização das Nações Unidas em Angola vincularam-se às redes de sustentação do conflito, pois as inadequações de mandato e capacidades operacionais contribuíram para possibilitar a opção de Savimbi pela guerra. Semelhantemente, os principais personagens e instituições beneficiados pela continuação e permanência das estruturas de sustentação da guerra foram fortalecidos pela visão míope e astigmática dos patrocinadores da paz e subsidiados pelos conflitos de interesse subjacentes.

Desse objetivo surge a investigação. A presente pesquisa se tenciona a tratar de dois grandes objetos. O primeiro, realizar um levantamento não cronológico da História contemporânea de Angola, à volta da luta pelo poder, buscando resgatar as raízes profundas do conflito a partir do início da ocupação portuguesa de partes do interior do atual território angolano. O segundo se propõe a examinar o entrelaçamento de atores e fatores que de muitas formas se prestaram a possibilitar a continuidade do conflito.

O primeiro objeto implica uma dupla investigação. Procurar-se-á, inicialmente, analisar a guerra em Angola em quatro sínteses normativas. Cada uma delas será acompanhada de uma linha argumentativa comum a toda dissertação: a formação de redes de

¹ DUFFIELD, Mark. *Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security*. Londres: Zed Books. 2001, p. 190. O conceito de “guerra em rede” de Duffield (2001) ecoa os estudos multidisciplinares de James Gleick (1988) que rerepresentou a “complexidade” à academia e a “conectividade” de Albert-László Barabási (2003). Ambos os autores nos levam a crer na interligação complexa levada ao limite, inclusive de fenômenos sociais como a guerra.

sustentação e os instrumentos políticos utilizados ao longo dos anos para manter e por fim, cercear o conflito. O segundo objeto envolve um exercício retrospectivo de pesquisa da formação e progressão tanto das figuras históricas quanto das lideranças sobreviventes angolanas e transnacionais e dos meios por elas explorados para alcançar seus intentos. Ainda dentro do estudo deste mesmo objeto, busca-se delinear com maior grau de detalhamento, os imbricamentos conjunturais, estruturais e situacionais que interligavam interesses diferentes à mesma guerra em rede no recorte temporal selecionado para esta investigação.

Ciente do escopo da tarefa proposta, a análise concentra-se no mapeamento, análise e reflexão dos seguintes aspectos:

- a. Analisar a contribuição das missões de paz da Organização das Nações Unidas para a resolução política de conflitos em geral e, especificamente, do conflito em Angola;
- b. Verificar a adequação do mecanismo “missões de paz” para os desafios das relações internacionais contemporâneas e para o caso específico de Angola;
- c. Examinar a literatura acadêmica e não acadêmica que versa sobre conflitos na África subsaariana e as razões apresentadas para explicar as causas e efeitos dos mesmos;
- d. Contextualizar as explicações a Angola, procurando validá-las ou refutá-las com base na narrativa e descrição de determinados eventos e idiossincrasias;
- e. Propor a adição do conceito de “guerra em rede” aos diagnósticos de exequibilidade da opção aparentemente unilateral de continuidade do conflito após sucessivas tentativas de findá-lo através de protocolos, acordos e memorandos.

Na tentativa de elucidar os aspectos acima e evidenciar por quais caminhos conduzirei a pesquisa, proponho as seguintes indagações:

- I. Qual a relevância das missões de paz da Organização das Nações Unidas para a resolução de conflitos no mundo e na África subsaariana?
- II. Em que medida, supostas inadequações conceituais e práticas, debilitaram as iniciativas e ações das missões de paz em Angola entre 1991 a 1999?
- III. Até que ponto os conjuntos descritivos e teórico-paradigmáticos nos auxiliam ou impedem na compreensão das guerras em África e Angola?
- IV. Como a instrumentalização político-econômica supranacional do conflito se inseriu na dinâmica de retroalimentação da guerra?
- V. Qual o papel e o lugar destinados a etnicidade e à nacionalidade na formação da identidade angolana ao longo dos anos de guerra? E atualmente?

Responder a essas perguntas de maneira rudimentar e genérica não acrescentaria ao entendimento dos objetos da pesquisa. Assim sendo, esta dissertação de mestrado almeja agregar e, talvez, superar a prolífica literatura sobre o conflito angolano. O estudo de missões de paz, das guerras em África, da instrumentalização do caos e da etnicidade, longe de estar esgotado, é ainda hoje, tema de inquestionável acuidade. Quando se leva em consideração o início, a continuidade e o reinício de conflitos armados na atualidade, as questões levantadas são relevantes em Relações Internacionais e assumem uma contribuição em três partes.

Em primeiro lugar, o argumento desta investigação procura quebrar a visão didática de oposição entre fatores internos versus externos na gênese dos repetidos abortos da paz em Angola e encorajar análises semelhantes de outros conflitos armados. Dentro do arcabouço normativo das “novas” guerras, constrói-se aqui o argumento de que houve um continuum transnacional de fatores e atores e não separação. Por definição, a guerra em rede, no contexto das “novas” guerras, tal como o objeto de estudo desta dissertação, é arquitetada internacionalmente - assim como as guerras internas de hoje são travadas em espaços transnacionais sem validar fronteiras e Estados.² Simultaneamente, as guerras em rede oferecem oportunidades quase ilimitadas de negócios e lucros tanto para políticos quanto para militares. Tais oportunidades resultam ou mais provavelmente, sejam resultantes da comercialização da política conforme será averiguado no caso de Angola.³

Em segundo lugar, até muito recentemente, o estudo da guerra se limitava a conflitos entre unidades soberanas e desconhecia conflitos envolvendo movimentos, guerrilhas e outros atores de menor proeminência. Porém, desde a Segunda Guerra Mundial, tanto os conflitos quanto os estudos sobre “conflitos armados internos, como uma modalidade de guerra”, assumiram importância em número e qualidade. A partir desta massa literária adveio igual número de classificações e sistematizações para estes conflitos, entre os quais: “guerra interna, guerra intra-estatal, guerra doméstica, guerrilha, guerra sublimitada, guerra irregular e guerra de guerrilheiros.”⁴ E, embora exista esta diversidade, há algum consenso sobre a estrutura geral e teórica destes conflitos, bem como seus objetivos políticos normalmente ligados a algum fim sócio-político, nacional ou étnico. A guerra interna é vista como um confronto armado entre forças sociais contidas em uma determinada unidade político-

² NORDSTROM, Carolyn. “Out of the Shadows”. In: CALLAGHY, Thomas et al (eds.). *Authority and Intervention in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press. 2001, p. 2.

³ KEEN, David. “The Economic Functions of Violence in Civil Wars”. *Adelphi Paper 320*. International Institute of Strategic Studies, junho de 1998, p. 1-88.

⁴ LIDER, Julian. *Da Natureza da Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora. 1987, p. 91.

geográfica. Esta definição se torna deficiente quando uma ou mais das forças sociais envolvidas recebe apoio direto e indireto contínuo de países e agentes privados que ignoram fronteiras nacionais.⁵ Por conseguinte, termos como ‘guerra civil’ ou ‘conflito interno armado’, podem ser enquadrados como *conceptual stretchings*, alargamentos conceituais, quando aplicados ao conflito armado centrado em Angola de 1992 a 2002.⁶ Um termo mais apropriado ao ocorrido em Angola e também para outros conflitos armados recentes e/ ou em andamento seria ‘guerra em rede’, parecer que justifica a inclusão do tema nesta dissertação.

Em terceiro lugar, a discussão sobre o arcabouço normativo, papel e relevância das missões de paz aqui presentes, passa ao largo de ser uma mera paráfrase e regurgitação de conhecimento estabelecido. Através da apresentação pormenorizada e compreensiva dos diferentes tipos de missões de paz, embasamento normativo e experiências passadas, busca-se suscitar uma nova discussão sobre a adequação do principal instrumento de intervenção do órgão máximo das Nações Unidas, responsável pela preservação da paz, aos conflitos armados de um mundo digitalmente interligado. O conjunto de pressupostos sobre os quais se estabeleceram as missões, na década de 50 do século XX, parece haver se esvaziado de significado real, impregnando um instrumento de política internacional com deficiências burocráticas, inflexibilidade e imutabilidade.

⁵ Ibid., p. 92.

⁶ KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sydney. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

Reflexões metodológicas

Tentativas de síntese de fatos históricos contemporâneos, como apresentado nesta análise, são passíveis de omissões e erros, ao mesmo tempo em que a seleção dos fatos a serem estudados incorre no enviesamento da amostra e do próprio observador. De qualquer forma, estas deficiências não invalidam a investigação. Apenas confirmam a necessidade de novos estudos sobre um assunto longe de ser esgotado. A aparente abundância de fatos e dados empíricos apresentados nesta dissertação almeja evidenciar a impossibilidade de se reduzir a realidade complexa, subjetiva e marcadamente ideológica a um punhado de variáveis às quais se inferem correlações frequentemente espúrias ou mesmo forçar-se uma sistematização de padrões a partir da análise de alguns poucos eventos no tempo e espaço. O oposto pode ser concluído dos escassos fatos selecionados: o conflito armado em Angola, o Estado e movimentos irredentistas não se encaixam em rotulações úteis, todavia simplistas:

1. O Estado angolano nunca foi fraco ou ‘fracassado’ (*failed*). Muito pelo contrário, embora ausente de grande parte do território nacional durante boa parte do conflito, seu controle jamais foi posto em xeque (talvez coagido na revolta Nitista de 1977).
2. A despeito do fato de ser um país cujas riquezas proveem quase que exclusivamente de seus recursos naturais - petróleo e diamantes - o argumento de que o conflito teria advindo de motivações financeiras, também não se sustenta.
3. Mesmo possuindo razões para se organizarem em grupo armado objetivando uma equalização de direitos e tratamento, ou redistribuição, ou simplesmente vingança, os ovimbundos não se organizaram espontaneamente. A UNITA usurpou para si um legado que não pertencia exclusivamente a ela.

Tendo estes fatos em mente, através do estudo da história contemporânea de Angola e dos dados empíricos apresentados, é possível atestar uma clara divisão factual em dois grandes períodos distintos, porém sobrepostos, de sustentação do conflito armado: (i) um primeiro período, caracterizado pela primazia de recursos externos para o suprimento dos meios bélicos necessários (1961-1989); e (ii) um segundo período onde estes mesmos meios foram financiados pelos recursos extorquidos do povo angolano pelos beligerantes (1984-

2002). Não houve, conforme se prega em ampla parcela da literatura especializada, uma mutação radical de um “conflito ideológico” tradicional do período da Guerra Fria para uma “disputa entre elites políticas e militares” pelos recursos naturais do país.

Para responder as perguntas de pesquisa no contexto dos aspectos mapeados, a investigação está calcada principalmente na análise de documentos e fontes secundárias e terciárias, sendo que o autor não reclama originalidade, muito menos pioneirismo de procedimento, ampliação ou comparação. As poucas fontes primárias, documentos e fontes cujas origens remontam à época dos acontecimentos, se resumem aos acordos e tratados de paz analisados, além de periódicos posteriormente digitalizados e disponibilizados em arquivos na rede mundial de computadores. No entanto, o autor não se esquivava de assumir uma interpretação pessoal dos fatos apresentados, tendo como pano de fundo a própria experiência na África austral.

Não se defende aqui, a existência de um conjunto homogêneo, atemporal e cristalizado de respostas para as questões investigadas nesta dissertação. Apesar disso, acredita-se na validade presente e contribuição real que a mesma oferece aos estudantes de Relações Internacionais em geral e, em especial, aos angolanistas que trabalham incansavelmente na busca de um passado que ensine o presente a ter esperança.

Estrutura da dissertação

Para se alcançar a sistematização dos temas e argumentos propostos nesta pesquisa, e, simultaneamente, atingir uma linha argumentativa coesa, escolheu-se estruturar o texto por períodos temáticos, organizados em cinco capítulos, cada um deles versando sobre uma ou duas das indagações propostas nesta introdução.

O primeiro capítulo dissecou, no período das operações em Angola, 1988–2002, os esforços normativos fundamentados na lógica e nos objetivos de missões de paz vinculados ao pensamento político e organizacional das Nações Unidas. As deficiências e limitações de cada tipo de missão são exploradas e analisadas à luz das experiências acumuladas. O papel do Conselho de Segurança na decisão de intervir ou não em conflitos em geral, e especificamente na África subsaariana, é brevemente revisto, assim como as dificuldades de financiamento recorrentes. O capítulo explicita as limitações do mecanismo de intervenção rotulado de missões de paz e é o pano de fundo para o entendimento do capítulo que se segue

ao demarcar o alcance conceitual e prático de monitorar a paz demonstrando que questões como hierarquia, cadeia de comando e regras de conduta não se aplicam a guerras entre organizações armadas não signatárias de convenções. Deste modo, a camisa de força composta por três camadas, a saber, consentimento universal, conduta imparcial e uso mínimo de força, rapidamente se postam como obstáculo endêmico às missões de paz e ao cumprimento dos mandatos.

Na seqüência, o capítulo 2 se debruça sobre as missões de paz em Angola, contextualizando as decisões e direções tomadas pelos principais responsáveis pela condução do processo de resolução do conflito. Neste mesmo capítulo, e na tentativa de elucidar aparentes acertos e erros - tendo em vista o exposto no capítulo 1 - as missões são historicamente inseridas no contexto em que ocorreram, levando-se em consideração as premissas histórico-econômicas que balizaram os mandatos de cada uma delas. Procurou-se apresentar cada um dos acordos celebrados a partir do Protocolo de Genebra de 1988 e a participação da comunidade internacional. As eleições em Angola de 1992 são discutidas juntamente com a missão de paz que as possibilitou, gerando assim a devida perspectiva analítica sobre o fato histórico integrado à realidade que o cercava. A partir da narrativa das missões e eleições, são apresentadas às razões profundas que possibilitaram a opção pela guerra de Jonas Savimbi e também os possíveis fatores que ocasionaram o não cumprimento dos mandatos das missões de paz.

O capítulo 3 estuda a guerra em Angola com o intuito de demonstrar a natureza multi-causal e complexa em diferentes níveis do desafio enfrentado pelas missões de paz. Ao dar primazia aos fatores sistêmicos, este capítulo examina um dos quatro conjuntos conceituais e paradigmáticos que se destacam na literatura sobre conflitos na África subsaariana de cunho histórico-político-econômico. O conceito de guerra substituta, especificamente durante a Guerra Fria, é analisado em conjunto com o desenrolar da guerra após a independência de Angola em 11 de novembro de 1975. O envolvimento das grandes potências do período, União Soviética e Estados Unidos e dos aliados de cada lado (especialmente Cuba e África do Sul, respectivamente) além do envolvimento de atores e países da região, são estudados.

O capítulo 4 avalia fatores e atores angolanos complementando a análise desenvolvida no capítulo terceiro, aprofundando as raízes normativas das guerras em rede a partir do conceito de “novas guerras”. José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi são apresentados ao longo dos anos de conflito e o legado de cada um, examinado. No caso de dos Santos, o Estado patrimonialista e o partido antropófago por ele construído são cronologicamente revisados, enquanto que, a respeito de Savimbi, procura-se lançar luz sobre sua trajetória

pessoal e o movimento guerrilheiro parasítico que possuía em seu líder e, no próprio conflito armado, sua razão de ser.

Encerrando a argumentação, o capítulo 5 versa sobre a questão da etnicidade na construção da nacionalidade, ausente na história colonial e presente na história pós-colonial de Angola, bem como os impactos das divisões étnicas na condução da guerra e no hoje da sociedade angolana. Busca-se interligar o encadeamento de duas abstrações-chaves às decisões tomadas ao longo do conflito por cada um dos movimentos de libertação e averiguar como este se vinculou à própria dinâmica da guerra através da instrumentalização política e social da identidade angolana ainda em construção.

Por fim, as conclusões da dissertação não descartam as interpretações apresentadas pela literatura revisada, porém apresentam evidências empíricas que favorecem certas interpretações e confirmam a participação de alguns fatores responsáveis pela inviabilização das iniciativas da comunidade internacional para resolver a disputa em Angola através de acordos e missões de paz. Esta disputa iniciou-se antes dos Acordos de Alvor e continua até o presente: apenas mudaram os meios e fontes de sustentação. O objetivo e motivação permanecem constantes. O Movimento de Libertação de Angola (MPLA), a União para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) procuraram por todos os meios um único fim: o controle do Estado angolano abandonado pelo governo português e certamente, todas as benesses daí derivadas. O sustento proveio primeiramente da Guerra Fria e mais tarde do subsolo angolano na forma de diamantes e petróleo. Os meios foram os acordos, o auxílio externo direto e indireto, as eleições e as vidas. Após 41 anos (a contar de 1961), eis que surgiu entre os escombros das cidades e restos mortais de milhões de angolanos, um único vencedor, o MPLA, encabeçado por José Eduardo dos Santos.

Deve-se considerar, igualmente, que as missões eram de verificação e observação de acordos livremente celebrados entre as partes, e não de imposição da paz. As conclusões atestam também, a impossibilidade de se inferir explicações simplificadas a um fenômeno em constante mutação, cujas raízes profundas ainda pouco se discernem ante a nuvem de fatos correlatos que se agregam às possíveis bases causais de um conflito que perdurou por mais de quatro décadas.

1. CAPÍTULO 1- MISSÕES DE PAZ: CLASSIFICAÇÃO, EVOLUÇÃO E PRÁTICA

1.1 INTRODUÇÃO

Os termos mais recorrentes presentes na literatura especializada para se descrever os resultados de missões de paz são fracasso e sucesso. Estudiosos e praticantes tendem a classificar as missões de forma a excluir meios-termos, isto é, ou cumpriram os mandatos ou não cumpriram os mandatos.¹ As missões em Angola comumente são agrupadas no conjunto de fracassos. Simultaneamente, alguns estudos procuram determinar a validade e eficácia das missões de paz em si. De um lado, os oponentes se concentram no que classificam de fracassos dramáticos, vinculados pelos meios de comunicação como sinais da decadência da Organização das Nações Unidas (ONU) e do cinismo da comunidade internacional. Enquanto, do outro lado, os proponentes ignoram as boas práticas de pesquisa e enviam amostras bem intencionadas procurando evidenciar correlações espúrias. E ainda uma terceira corrente refuta os resultados de pesquisas qualitativas ou quantitativas, ora apontando para a falta de rigor metodológico dos estudos qualitativos, ora para o pouco embasamento teórico dos estudos empíricos, ambos na tentativa de determinar a validade das intervenções internacionais no auxílio da manutenção da paz entre países e mais recentemente, em países devastados por conflitos armados internos.²

Embora fora do escopo desta dissertação, é importante lembrar que intervir sempre trás a tona a questão da legitimidade dos interventores e da soberania do Estado nacional.³ Uma regra freqüentemente evocada é a de que as nações deveriam comparar o custo de

¹ Beira-se a falácia da falsa dicotomia, quando dois pontos de vista alternativos – freqüentemente, mas não necessariamente, dois extremos de um espectro de possibilidades – são colocados como sendo as únicas opções, quando na realidade existe uma ou mais opções que não foram consideradas. Portal da Filosofia. Falsa dicotomia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Falsa_dicotomia. Acesso: 06 agosto 2008. Veja também, CARRARA, Kester. *Behaviorismo Radical*. Marília: Fundação Editora da UNESP. 1988, p.158.

² FORTNA, Virginia P. “Does Peacekeeping Keep Peace? International Intervention and the Duration of Peace after Civil War”. *International Studies Quarterly*, Vol. 48, 2004, p. 269–292.

³ VASILE, Alina Mihaela. *Bringing Peace to a Troubled Continent, Peacekeeping, Mediation and Other Forms of Intervention in African Conflicts. Case studies: Angola and Rwanda*. 2007. Dissertação (Diploma em Altos Estudos Europeus Internacionais) - Institute Européen des Hautes Études Internationales. [2007], p. 21.

intervir ao custo de não intervir,⁴ enquanto o Artigo 2, parágrafo 7 da Carta das Nações Unidas afirma que:

“Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os Membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes do Capítulo VII.”⁵

O Conselho de Segurança da ONU adotou a prática de se basear no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas para autorizar o emprego de missões de paz em situações, freqüentemente e não exclusivamente, de pós-conflito onde o Estado-nacional não é capaz de manter a segurança e a ordem pública. Ao consolidar esta prática, o Conselho de Segurança adota uma base legal, denota uma disposição política e vincula os países membros da ONU às suas decisões.⁶

Uma missão de paz é uma intervenção de caráter essencialmente militar, geralmente liderada pela ONU e/ou outras organizações multilaterais estatais com o intuito de auxiliar transições de conflitos violentos em direção à paz estável. As operações de paz contribuem para este objetivo ao prover segurança, apoio e assistência logística a iniciativas civis e como instrumento de dissuasão contra oponentes da paz. Estas operações evoluíram de operações de monitoramento neutras para missões multitarefa complexas. Sendo a eficácia das missões grandemente influenciada pelas estruturas institucionais e pelas práticas em nível operacional, uma análise normativa de missões de paz necessita ir além da perspectiva histórica e definir linhas gerais para distinguir os diferentes tipos de missões. Esta distinção permite uma compatibilização ótima dos tipos de intervenções ao conflito em questão, além de auxiliar a capacitação dos operadores das missões e possibilitar o estabelecimento de critérios de avaliação da eficácia e eficiência das missões.⁷

⁴ CROCKER, Chester. “Lessons on Intervention, in Managing Conflict in the Post-Cold War World: The Role of Intervention”. Relatório do Aspen Institute Conference, 2-6 de Agosto de 1995, Aspen, Colorado: Aspen Institute. 1996. p.77-88.

⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Carta da ONU. Capítulo I, Artigo 2, Parágrafo 7. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc1.php>. Acesso: 06 agosto 2008.

⁶ NAÇÕES UNIDAS, DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE PAZ (DPKO). *United Nations Peacekeeping Operations*. Nova York: Nações Unidas. 2008. p. 14.

⁷ “The Conflict Management Toolkit. Peacekeeping Overview”. The Johns Hopkins University School for Advanced International Studies (Sais). Disponível em <http://sais-jhu.edu/cmtoolkit/approaches/peacekeeping/index.html>. Acesso em 20 de Maio de 2008.

Houve e há uma grande variedade de operações em diferentes períodos e em diversas partes do mundo - o que torna uma tentativa de análise normativa mais complexa; e existem várias na literatura. Durch (1997: 8), por exemplo, lista 4 tipos: Missões de paz tradicionais; Operações de paz multidimensionais; *peace enforcement* e intervenção humanitária. Outros como Diel, Duckman e Wall (1998: 38 – 40) e Demurenko e Nikitin (1997) identificam doze e sete tipos diferentes, respectivamente. Uma segunda alternativa para estas abordagens é categorizar as missões cronologicamente em gerações, por exemplo, as três gerações de Marrack Goulding (1993) ou as duas gerações de Ratner (1996) e Mackinlay e Chopra (1992).

No entanto, uma análise calcada em um arcabouço conceitual que distinga as idiossincrasias dos diferentes tipos de operação de paz, seria mais completa caso se baseasse nos fins desejados e não nos meios empregados nas operações. Pois, uma mesma missão da ONU pode assumir elementos de vários tipos de missão quando seus mandatos prevêm o desempenho de papéis variados. Além disso, mesmo sendo estabelecida como um ou outro tipo, a missão pode vir a mudar ao longo do mandato através de novas resoluções do Conselho de Segurança, ou mesmo devido a necessidades cujas reações se encontram sujeitas à interpretação do responsável pelas operações da missão. Depende-se deste entendimento, a visão mais correta das limitações inerentes às missões e pode-se melhor inseri-las entre os fatores que possibilitaram o ressurgimento do conflito armado em Angola dentro das redes contínuas sugeridas na introdução desta dissertação. Assim, o estudo da natureza das missões de paz se reveste de especial interesse em qualquer pesquisa mais profunda do estudo de caso ora proposto. Neste intuito, os cinco tipos de missões de paz identificados por Bellamy et al (2004), expõe, na opinião deste autor, mais fidedignamente os esforços normativos e por isso serão analisados detalhadamente neste capítulo, dando as bases normativas para a análise das missões em Angola que seguirão no capítulo 2.

1.2 MISSÕES DE PAZ TRADICIONAIS

Estas missões, alicerçadas no sistema de Estados nacionais e posicionadas entre Estados nacionais com o consentimento das partes, buscam estabelecer relações pacíficas

entre Estados, procurando abrir e manter espaços políticos para que os Estados em conflito cheguem a um acordo. As missões de paz tradicionais não apóiam nem impõem resoluções políticas preferidas, pelo contrário, almejam ser catalisadoras de diálogo político e, em dado momento, atingir um nível de confiança entre os beligerantes que possibilite a resolução do conflito. As missões tradicionais são o ponto conceitual inicial para todos os outros tipos e embora seja o primeiro tipo, não se justifica uma tipologia cronológica, pois não foram exclusivas ou as únicas formas de *peacekeeping* durante a Guerra Fria nem se circunscreveram àquela era, uma vez que missões tradicionais ainda existem - tanto as que se iniciaram na Guerra Fria quantas outras de mandatos mais recentes.⁸

Não há consenso quanto quais seriam as atividades de uma missão de paz tradicional - vão desde observação e apuração até monitoramento de aderência ao acordo, fiscalização de condições de cessar-fogo, interposição física entre ex-forças inimigas, patrulhamento de zonas de desmilitarização, monitoramento de fronteiras, verificação de acantonamento, desmobilização e outros aspectos relacionados ao desarmamento geral. Por definição, as missões de paz tradicionais não procuram por si nem em si mesmas soluções políticas, nem impõem acordos entre as partes.⁹ O que há, no entanto, é um consenso quanto aos princípios e objetivos que são rotineiramente reconhecidos e nomeados de ‘santa trindade’: consentimento, imparcialidade e uso mínimo de força.¹⁰

Comumente, através da mediação de terceiros, as partes aceitam (ou convidam) a assistência das Nações Unidas que, através de uma missão, para a criação de condições que impulsionem o processo de paz e o encaminhe a uma resolução duradoura para o conflito. Na prática, estes princípios se traduzem em atividades que apóiam e por vezes sustentam de forma não coercitiva e consentida por todas as partes, o cessar-fogo inicial com o intuito de impedir um retrocesso ou mesmo o reinício de hostilidades. Devido à sua natureza estritamente consensual, as missões tradicionais são de natureza coadjuvante, isto é, no contexto de um processo de resolução de conflito, não são proativas, já que seus mandatos não antevêm a possibilidade de agirem por iniciativa própria, muito menos atuarem como uma força de coação em defesa do mandato da missão. Assim, dada a sua natureza

⁸ BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul; GRIFFIN, Stuart. *Understanding Peacekeeping*. Malden: Polity Press, 2004. p. 5.

⁹ *Ibid*, p. 97.

¹⁰ *Ibid*, p. 95.

coadjuvante e reativa, a criação e o sucesso das missões de paz tradicionais são diretamente proporcionais ao consentimento e cooperação dos beligerantes.¹¹

O mais ‘tradicional’ de uma missão de paz tradicional reside no fato de que sua ação se dá entre Estados, em algum momento entre o cessar-fogo e a resolução política do conflito. O segundo pressuposto é a natureza organizada e hierárquica dos oponentes e por último, a hipótese de que todos os envolvidos desejam o fim do conflito e uma solução política para o mesmo.¹²

Missões tradicionais sofrem com as variações de consenso e cooperação das partes envolvidas e também com as restrições e interferências externas. Por isso, desde o princípio, uma abordagem pragmática concebeu a mesma como uma reação/resposta *ad hoc* do Conselho de Segurança a situações de conflito específicas e não como um mecanismo engessado em documentos idealistas, teóricos e impraticáveis. Mas, embora aparentemente livre de certas limitações, sua própria natureza e princípios base estabeleceram seu escopo reduzido de atuação. O fator político é mais importante do que o fator militar para o sucesso destas operações e, caso haja uma variação muito grande no consentimento e cooperação das partes ao longo do processo (o que de fato ocorre na prática) a probabilidade de sucesso se restringe consideravelmente, já que a missão não se propõe e não dispõe de meios para influenciar os beligerantes. Não há espaço para ações mais coercitivas dentro da ‘santa trindade’ para a correção de possíveis e prováveis desvios de consenso que se traduzem em falta de cumprimento a variados itens acordados em um dado acordo de paz.¹³

Críticos das missões de paz tradicionais dividem em dois conjuntos as principais dificuldades encontradas pelos operadores de missões tradicionais. O primeiro conjunto se baseia nas dificuldades ocasionadas na tentativa de criação de espaços para a resolução política do conflito baseada no conceito de paz liberal. Ao aplicar o conceito indiscriminadamente, o resultado obtido pode ser perpendicularmente oposto àquele proposto. Algumas missões são acusadas de acirrar os conflitos e cristalizá-los ao invés de encerrá-los com paz duradoura alicerçada em acordos holísticos. A presença da missão pode relaxar o grau de urgência percebida da necessidade de uma resolução política quando a missão de paz com mandato tradicional não está visivelmente atrelada a medidas e ações conciliatórias de um processo de paz desejado por todas as partes.

¹¹ Ibid, p, 95 – 96.

¹² Ibid, p. 97.

¹³ JAMES, Alan. *Peacekeeping in International Politics*. Basingstoke: Macmillan/IISS. 1990.

A vinculação ao consentimento universal gera dificuldades muitas vezes maiores que a vontade política e disposição dos membros do Conselho de Segurança e dos países contribuintes da missão. Não existe independência de ação em relação à boa vontade e colaboração geral e, como resultado, o êxito da missão pouco depende de seus operadores e sim quase totalmente daqueles que são alvos dela. Não há como cumprir o mandato independentemente das inclinações belicistas/ pacifistas dos beligerantes ou de suas inclinações e desejos após o acordo que levou à criação da missão em questão.

O segundo conjunto de críticas se baseia na premissa dos beligerantes organizados, hierarquicamente submissos e obedientes ao comando central da força armada estatal envolvida no conflito. O princípio do consentimento e cooperação emana do pressuposto de que uma vez que os comandantes das forças envolvidas concordassem em aceitar os termos de um acordo e transmitissem suas decisões ao longo da cadeia de comando, as ordens seriam imediatamente acatadas e cumpridas dentro de um padrão estabelecido conforme as regras de conduta das forças armadas regulares de um Estado de Vestfália. No entanto, no ambiente das novas guerras, repetidamente não se materializa.

Nestes ambientes autoridades no posto de comando mudam de nome e de idéia de acordo com as perspectivas de vitória ou derrota no campo de batalha. Os níveis de consentimento são variados ao longo da cadeia de comando, além do que a própria cadeia de comando é constituída de várias camadas móveis e rapidamente mutáveis. Desta forma, torna-se impossível assegurar níveis mínimos de consentimento e aceitação à presença dos *peacekeepers* a despeito da aceitação formal dos líderes políticos e militares.¹⁴

Neste contexto, as outras premissas das missões tradicionais, imparcialidade e uso mínimo de força, também podem tornar-se obstáculos ao cumprimento do mandato. As missões se tornam reféns dos beligerantes e são incapazes de tomar qualquer tipo de ação, mesmo em casos abertos de sabotagem contra o mandato e o acordo (ao ponto da missão não poder agir em legítima defesa contra ataques diretos).

O impacto do modo de pensar tradicional e a fidelidade à ‘santa trindade’ permeiam as atividades das missões de paz contemporâneas, mesmo aquelas ostensivamente estabelecidas dentro de outras categorias. As novas guerras têm demandado muito mais daqueles que de alguma forma tentam ter uma influência pacificadora. Obter e gerenciar consentimento nestas guerras são objetivos que estão amarrados a um emaranhado de fatores transnacionais que não podem ser plenamente visualizados através das lentes constritoras e absolutas dos princípios

¹⁴ KALDOR, Mary. *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Cambridge: Polity. 1999.

das missões de paz tradicionais. Tal qual hipóteses em qualquer estudo, são válidas e verdadeiras em um dado momento e contexto histórico tal como um período em que o monitoramento de fronteiras entre Estados em conflito era a atividade principal das missões. Experiências recentes demonstraram que imparcialidade não pode ser confundida com neutralidade, equívoco que levou a perdas humanas inaceitáveis.

Os objetivos das missões tradicionais estão baseados em uma visão da política internacional que em poucos momentos teve qualquer verossimilhança com a realidade. Já nos anos 1960, as experiências no Congo demonstraram a inadequação da camisa de força tradicional. Com o fim da Guerra Fria, houve um recrudescimento aparentemente geral das guerras com a preeminência das civis, deixando operadores e teóricos da paz desorientados em meio à complexidade e fluidez do ambiente vigente.

1.3 MISSÕES DE PAZ DE GESTÃO DE TRANSIÇÃO (*MANAGING TRANSITION*)

Como o próprio nome enseja, missões de transição são estabelecidas para auxiliar o progresso e implantação de acordos previamente realizados entre partes anteriormente beligerantes. O posicionamento se dá nos Estados (no caso de Estados nacionais) e não entre os Estados, como no caso das missões de paz tradicionais e assume-se que uma resolução política desejável já tenha sido concertada, constituindo o consentimento das partes condição *sine qua non* para a criação da missão. Assim, a principal razão de ser da missão de transição é a implantação de um acordo preexistente e não a de tornar possível um acordo desejado como no caso das missões de paz tradicionais.

Quanto à temporalidade, as missões de gestão de transição ocorrem tanto durante um cessar fogo quanto durante um período de resolução política e por duas razões são de transição: em primeiro lugar, por definição elas ocorrem em Estados em transição com o objetivo de atuar como catalisadoras de resoluções políticas, ocupando um papel significativo na condução do processo em si, o que em princípio reduz os riscos por demonstrar a supervisão imparcial de observadores internacionais. Em segundo lugar, por terem um início, meio e fim previamente definidos, elas têm um período de atuação limitado na dinâmica do conflito. Normalmente, missões de paz de transição têm sua gênese ao serem oficialmente incluídas na resolução política do conflito pelas partes e são encerradas com o fim da transição que, de acordo com a paz liberal, ocorre com a ratificação de eleições livres e justas

e o reconhecimento do novo governo pela comunidade internacional (e não necessariamente por todos os signatários do acordo de paz).¹⁵

Embora haja pontos em comum entre as missões de paz tradicionais e as missões de transição, as propriedades são distintas. Em uma missão de transição (1) o cessar fogo é normalmente mais duradouro antes do estabelecimento da missão, (2) o acordo político é acordado por todas as partes e neste se insere o pedido de uma missão de transição, (3) os mandatos são mais complexos, já que incluem todos os aspectos de uma transição pacífica, (4) são multidimensionais com elementos militares e civis, (5) baseadas nos princípios tradicionais – consentimento, imparcialidade e uso mínimo de força e (6) dependente do consentimento das partes.¹⁶ Repetidamente, *peacekeepers* e seus mandatos em tais missões tratam de tantas questões que dentro da ‘multidimensionalidade’ da missão, estão ligadas à transformação dos Estados e, em menor medida, da própria sociedade. Mesmo que as responsabilidades do componente militar listadas nas missões de paz tradicionais (patrulhamento de zonas neutras, separação de combatentes, monitoramento de movimento de tropas, verificação de desarmamento, acantonamento, e provisão temporária de segurança pública) também sejam desempenhadas em missões de transição e ainda alicerçadas na ‘santa trindade’, as missões de transição têm maiores responsabilidades civis tais como a administração civil, polícia, fortalecimento de instituições judiciárias e políticas, supervisão de processos eleitorais, reabilitação da infra-estrutura do país e proteção aos direitos humanos - tudo dentro dos acordos firmados entre as partes e sob o consentimento das mesmas.¹⁷

As missões de transição têm sido as mais bem sucedidas operações por parte da ONU. Este sucesso se deve a uma conjectura de fatores, entre eles, a legitimidade inerente de missões solicitadas pelas partes e o apoio dado aos processos de paz pelos ex-beligerantes que, por sua vez, estão baseados no interesse positivo na resolução do processo por parte de todos envolvidos, além de situações de paz relativamente estáveis no momento das missões alcançado através da seqüência bem sucedida de cessar-fogo e acordo político.¹⁸ No entanto, alguns problemas persistem neste tipo de missão de paz: (1) há grande dificuldade na verificação das questões militares do processo, especialmente em relação à verificação dos compromissos de desmilitarização; (2) existe uma dependência exacerbada na boa vontade e apoio dos governos locais, os quais podem minar os esforços da missão de paz. Este tipo de

¹⁵ BELLAMY et al, op. cit., p. 111 – 112.

¹⁶ Ibid. p. 113.

¹⁷ Ibid. p. 112.

¹⁸ Nos casos da Namíbia e El Salvador, além da situação interna favorável, o cenário externo foi benigno com o fim da Guerra Fria e o fim do apoio a partir de interesses ideológicos. Ibid. p. 126.

dependência gera dificuldades, especialmente em questões de direitos humanos; (3) problemas logísticos, de abastecimento e suprimento agravados por dificuldades de coordenação de atividades devido à multiplicidade de cadeias de autoridade; (4) os acordos de paz que suprem a base para as missões de paz de transição favorecem a ausência de guerra, isto é, a paz negativa, ao invés de patrocinar a justiça e uma paz estável e duradoura; (5) estas missões de paz deixaram aparentes os limites da vontade política e compromisso da comunidade internacional com a difusão da paz estável em países destruídos por guerras. As missões raramente possuem mandatos e orçamentos que as permitam permanecer até que haja sinais claros de que as novas instituições constituídas durante a missão sejam sólidas. (6) freqüentemente, as missões de transição incluem a realização de eleições e são consideradas bem ou mal sucedidas de acordo com o resultado do processo eleitoral, sendo que, eleições por si mesmas, não garantem uma paz duradoura ou um sistema democrático-liberal funcional.¹⁹

Há grandes dificuldades em mensurar o legado das missões de transição, pois é difícil separar a influência dos atores e do ambiente externo e interno. Pode-se afirmar, por exemplo, que o êxito se deve à anuência e permissão dos atores locais e não à eficácia das missões de paz de transição como instrumento. Além disso, este tipo de missão baseia-se na concepção de que as missões de paz devem auxiliar os Estados a estabilizar acordos e processos de resolução de conflitos encabeçados pelos próprios envolvidos, e não impor acordos, soluções, ou mesmo a paz.

¹⁹ Ibid. p. 127.

1.4 MISSÕES DE PAZ AMPLAS (*WIDER PEACEKEEPING*)

Este tipo de missão nada mais é que uma reação a deterioração de acordos políticos, cessar-fogos e outras situações de ausência de conflito armado, ou seja, uma resposta a um colapso parcial de um processo de paz. Além de preencher os requisitos de uma missão tradicional, a missão ampla também procura exercer outras tarefas em uma situação de conflito ativo. A hipótese assumida pelos operadores da missão de paz (*peacekeepers*) é de que embora seu papel primordial, ou manter a paz (daí o termo *peacekeeper*) tenha se esvaziado, ainda há uma função a ser exercida e, portanto, devem permanecer posicionados. No entanto, a despeito do ambiente hostil, espera-se que as forças de paz permaneçam fiéis à santa trindade, fato que já gerou situações desesperadoras como as ocorridas em Ruanda, Serra Leoa e Bósnia nos anos 1990.

Estas operações são propositalmente ambíguas quanto ao mandato e através do mandato aos *peacekeepers*, procuram preencher o vácuo existente entre as exigências em constante mudança do conflito e os meios disponíveis. Há seis características que diferenciam estas missões:

1. São levadas a cabo em situações de conflitos ativos, antes mesmo de um cessar-fogo, de um acordo político ou até mesmo na iminência de colapsos de acordos, algumas missões, como a UNPROFOR na Bósnia, foram obrigadas a negociar centenas de cessar-fogos, muitos dos quais foram quebrados em menos de 24 horas.
2. Mais comuns nas ‘novas guerras’ do que em guerras entre Estados.
3. Além das responsabilidades cumulativas das missões tradicionais e de transição, as missões amplas são sobrecarregadas com tarefas ligadas à segurança e mobilidade dificultada inerentes a zonas de conflito ativos e voláteis.
4. Problemas de coordenação e unidade de objetivos são comuns nestas missões devido ao crescente número de organizações não governamentais envolvidas nas atividades vinculadas às operações.
5. Constantes mudanças de mandato em relação à composição, financiamento e equipamento da missão na tentativa de melhor adequá-la às condições no campo.
6. Lacuna entre meios e fins: problemas de demanda e oferta de recursos financeiros e logísticos abundam nestas missões. Por trás destes problemas, encontram-se as diferenças de interesses e prioridades dos países representados no Conselho de Segurança e da comunidade internacional em geral.

Missões amplas possuem todas as complicações possíveis e têm grande probabilidade de não serem bem sucedidas. A combinação de conflitos ativos, assistência humanitária, deslocados internos de guerra, refugiados, interferências externas, fronteiras porosas, e a organização e condução de eleições legislativas e presidenciais se torna pesada demais mesmo para as mais bem preparadas e executadas missões de paz. No quesito conflito ativo, a indisciplina dos beligerantes, a ineficácia e descumprimento do cessar-fogo, a ausência do Estado de direito, violações graves aos direitos humanos, fragmentações múltiplas das partes envolvidas, a presença de organizações não governamentais internacionais e voluntários estrangeiros, e o colapso da infra-estrutura da cadeia alimentar do país/ países podem enterrar qualquer missão.

Ao manter uma paz inexistente, as missões amplas necessitam preservar pelo menos duas das três entidades da santa trindade, consentimento, imparcialidade e uso mínimo de força. O consentimento deve ser preservado ao limite, já que a história recente das missões de paz demonstra a quase impossibilidade de se perder e readquirir o consentimento de uma ou mais partes de um conflito.²⁰ Assim sendo, as missões amplas precisam permanecer imparciais e consentidas, e o uso de força facultado em ocasiões específicas, embora o seu uso seja o primeiro fator a ameaçar o consenso das partes.²¹

As principais críticas às missões amplas se baseiam na inadequação dos mandatos e conseqüências derivadas, na impossibilidade de implantação devido à imprecisão do mandato, problemas de interpretação quanto às regras para o uso de força, logística e recursos, vontade política e problemas organizacionais.

No entanto, missões de paz raramente dispõem de um plano B, isto é, caso uma das premissas do mandato não se concretize não há muito que fazer. Comumente, a aderência das partes ao acordo de respeitar a presença da missão de paz, no caso de conflitos em andamento, e o respeito ao acordo, no caso de processos de paz em andamento, torna-se o tendão de Aquiles da missão. Portanto, a adequação do mandato é diretamente proporcional à aceitação e cumprimento dos termos acordados tendo como resultante a probabilidade de implantação do mandato. Assim sendo, a redação vaga pode vir a ser uma aliada e não um empecilho enquanto que mudanças de mandato quando feitas para melhor servir as necessidades no terreno são bem-vindas. Tropas, equipamento e apoio logístico é um conjunto que constitui

²⁰ A chamada 'Linha de Mogadíscio', Ibid. p. 132. PATMAN, R.G. "Beyond 'the Mogadishu Line': Some Australian Lessons for Managing Intra-State Conflict". *Small Wars & Insurgencies*, Vol. 12, No.1, Routledge. [2001], pp. 59-75(17).

²¹ BELLAMY et al, op. cit., p. 133.

um fator dependente da vontade política dos mais fortes. Um alto nível de interesse dispensado ao conflito leva ao orçamento apropriado, planejamento e envio de suprimentos adequados. Por último, problemas organizacionais que acometem missões amplas é resultado da falta de planejamento da cadeia de comando e responsabilidades que deve anteceder qualquer empreendimento complexo. Toda ação em um teatro de guerra gera impactos e o uso de força sempre beneficia algum interessado, normalmente aquele que não é alvo da ação. Por exemplo, a distribuição de alimentos e a proteção armada necessária leva a militarização do auxílio humanitário. Quando esta situação se multiplica através da ação isolada de dezenas de organizações sem uma coordenação central, o conflito pode ser prolongado ou mesmo desequilibrado em favor de um dos beligerantes.

1.5 MISSÕES DE PAZ DE IMPOSIÇÃO DA PAZ (*PEACE ENFORCEMENT*)

Estas missões são as mais próximas expressões do princípio de segurança coletiva previsto pelos fundadores da ONU no capítulo VII.²² Estas missões têm por objetivo impor as decisões do Conselho de Segurança sobre as partes beligerantes de um conflito. O Capítulo VII da Carta das Nações Unidas autoriza o Conselho de Segurança a:

- a. Determinar quando uma ameaça a segurança internacional ocorre;
- b. Tomar medidas sob o Artigo 40;²³
- c. Determinar medidas a serem tomadas contra Estados ou entidades dentro de um Estado.

As sanções podem ser militares ou econômicas. A ONU já autorizou o uso de força militar para restaurar ou manter a segurança e paz internacional, fazer valer sanções, defesa de civis envolvidos em missões de paz, proteção para civis em zonas de conflito e atividades

²² Carta das Nações Unidas. Capítulo VI: Solução Pacífica de Controvérsias. Capítulo VII: Ação em caso de Ameaça à Paz, Ruptura da Paz e Ato de Agressão. Disponível em <http://www.un.org/spanish/Depts/dpi/portugues/charter/chapter6.htm> e <http://www.un.org/spanish/Depts/dpi/portugues/charter/chapter7.htm>. Acesso em 20 de Maio de 2008.

²³ “Artigo 40: A fim de evitar que a situação se agrave, o Conselho de Segurança poderá, antes de fazer as recomendações ou decidir a respeito das medidas previstas no artigo 39.º, instar as partes interessadas a aceitar as medidas provisórias que lhe pareçam necessárias ou aconselháveis. Tais medidas provisórias não prejudicarão os direitos ou pretensões nem a situação das partes interessadas. O Conselho de Segurança tomará devida nota do não cumprimento dessas medidas.” Carta das Nações Unidas. Capítulo VII: Ação em caso de Ameaça à Paz, Ruptura da Paz e Ato de Agressão. Disponível em <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/ONU/ONU-Carta-VII-39-51.htm>. Acesso em 28 de Maio de 2008.

humanitárias e também intervenções em conflitos internos.²⁴ No entanto, há questões práticas difíceis de contornar, especificamente o direito dos Estados à auto defesa e soberania. O fato de que a ONU não possui uma força militar própria a obriga a delegar seus poderes a Estados membros. Quanto ao uso de sanções econômicas, a ONU tem recorrido com mais frequência a esta ferramenta no período pós Guerra Fria e a partir de 1994, todas as sanções da organização têm sido dirigidas e específicas, compreendendo sanções financeiras, restrições a viagens, embargos de armas e boicotes a bens específicos.

De acordo com a lógica por trás das missões de imposição da paz, a defesa da Carta das Nações Unidas deve incluir a guerra. Esta abertura cria dificuldades de interpretação sobre questões específicas que devem ser conquistadas para que as medidas decididas pelo Conselho de Segurança sejam prolongadas ou suspensas. Questões práticas como cadeia de comando e controle se adicionam as dificuldades de manutenção de vontade política quando os custos e as baixas se acumulam em uma dada missão mais longa e cara. A dúvida permanece quanto à validade jurídica da imposição da vontade de um grupo de países sobre outro. No entanto, a necessidade percebida de se intervir militarmente é reconhecida por um grande número de praticantes e estudiosos do campo de resolução de conflitos dada à proliferação de grupos armados que persistem em cometer atrocidades contra populações inteiras e desafiar governos democraticamente estabelecidos.

1.6 OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ

Estas operações são autorizadas para auxiliar a formação de instituições democráticas liberais no sentido pós Vestfaliano ao impor um acordo político frequentemente ‘ditado’ pelas forças interventoras. De acordo com a literatura corrente, o estabelecimento de sociedades democráticas liberais nos Estados é o meio mais eficaz de manter a paz e segurança internacional. Baseado nesta linha teórica, estas missões são capazes de impor a paz em situações limitadas, tais como quebra de cessar fogo, pois elas associam um efetivo militar forte um componente civil com um mandato em áreas como administração civil, socorro humanitário e segurança pública.²⁵

²⁴ GOULDING, Marrack. “The use of Force by the United Nations.” *International Peacekeeping*, 3 (1), 1 – 18. 1996 *apud* BELLAMY et al, op. cit., p. 147.

²⁵ BELLAMY et al, op. cit., p. 5 – 6.

Missões de apoio a paz são planejadas para transformar sociedades destruídas por guerras civis / internas (denominação às vezes rejeitada no contexto africano) em democracias liberais e compreendem atividades como policiamento ostensivo, criação de instituições democráticas e administrativas, reconstrução da infra-estrutura e reconciliação nacional. O elemento militar robusto da missão garante a segurança para a administração interina e mais tarde para o governo local eleito democraticamente. Estas missões englobam as lições aprendidas em todos os outros tipos de missão e procuram representar uma evolução no conceito e prática de *peacekeeping*. Portanto, a missão deve possuir o mandato e os meios bélicos para defender a si mesma, os agregados à missão e o mandato em si.²⁶

1.7 CONCLUSÃO

Parcialmente em resposta a uma ordem global resultante de intervenções anteriores tal como o colonialismo, os gestores da Organização das Nações Unidas buscaram um instrumento de intervenção nos conflitos armados cujas raízes remontavam à era dos descobrimentos e partilhas continentais. Através de brechas na Carta das Nações Unidas, a Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu uma nova arma para a resolução de conflitos. Organizaram-se as primeiras missões de paz que evoluíram com os tempos, embora continuassem calcadas em princípios e premissas existentes em 1945, mas que haviam mudado significativamente durante a Guerra Fria. Especialistas corretamente passaram a advertir que a política de não interferência política aumentaria a probabilidade de contágio regional e as conseqüências poderiam chegar às costas e aeroportos dos países desenvolvidos. Passou-se a defender o uso de missões de paz mesmo em conflitos armados entre atores não estatais. Mas a burocracia de uma organização tão plural tornou as reações lentas e as missões apenas se materializavam após a assinatura de acordos irrealistas que resultavam em mandatos impossíveis.

As ações da Organização das Nações Unidas (ONU) têm sido dominadas desde sua fundação pela política interna do Conselho de Segurança que padece desde sempre do conflito de interesses que permeia seu mandato duplo e conflituoso: agir no melhor interesse de “Nós, os Povos da Terra” e, concomitantemente respeitar a absoluta soberania dos Estados

²⁶ Ibid. p. 165 – 166.

membros. No entanto, o Conselho de Segurança, pela sua própria natureza, não demonstra imparcialidade na decisão de enviar uma missão de paz ou após a eventual aprovação, decidir as condições operacionais da missão.²⁷ E quando se decide ou posterga-se a decisão, inúmeros estudos de caso apontam para o fato de que a não intervenção da comunidade internacional através de organizações regionais ou através da ONU tende a gerar conseqüências nefastas maiores para o país em questão e para a região em que o mesmo se encontra. A não intervenção ou mesmo a intervenção tardia possui tanta influência quanto a intervenção e por isso o comportamento do Conselho de Segurança algumas vezes contribui para circunstâncias para as quais o mesmo foi criado para impedir como será visto no capítulo 2.²⁸

A partir de 1988 a reação do Conselho de Segurança aos conflitos africanos tem sido autorizar missões de paz. Praticamente todas as missões autorizadas pelo Conselho de Segurança na África estão ligadas a processos de paz, às vezes como parte deles e outras após convite das partes envolvidas. O maior período de entusiasmo do Conselho de Segurança e missões de paz em África ocorreu no período logo após o final da Guerra Fria depois de quase 30 anos de ausência. Este entusiasmo se fez evidente pelo número e variedade de tipos de operações autorizadas pelo Conselho de Segurança. Entre as atividades das missões o monitoramento de retirada, cessar-fogo, desarmamento, desmobilização e reintegração, além da proteção de refugiados, deslocados e população civil em geral.²⁹ No entanto, as dificuldades em Angola, Somália e Ruanda resfriaram e abortaram as iniciativas mais ambiciosas para o continente. Durante seu período como Secretário Geral da ONU (1 Janeiro 1997 a 1 Janeiro 2007), Kofi Annan direcionou o Conselho de Segurança a analisar a situação africana e a reconsiderar o papel da Organização na resolução dos conflitos locais, especificamente os civis.

Contudo, para os críticos da ONU e do Conselho de Segurança, a aparente benevolência está maculada pela propensão da organização a se manter impassível até um acordo de paz se materializar e quando este surge embarca com mandatos impossíveis e recursos insuficientes. O resultado é o monitoramento de violações ao acordo e ajuda humanitária paliativa. “Even when present, therefore, the result of the UN’s approach is an implicit policy of deliberation and distance rather than one of action and engagement”.³⁰ A

²⁷ LAMONT, Beth. “The New Mandate for UN Peacekeeping - international operations”. *The Humanist*. Vol. 1, No. 1, janeiro/fevereiro 2001, p. 1-4.

²⁸ BOULDEN, Jane (Ed.). *Dealing with Conflict in Africa*. Nova York: Palgrave Macmillan. 2003. p. 305.

²⁹ As exceções foram a primeira Missão da ONU no Congo (1960-1964), as três missões na Somália e a missão de observação em Serra Leoa (UNOMSIL). BOULDEN (ed.), op. cit., p. 13.

³⁰ *Ibid.*, p. 306.

alienação da ONU, segundo os críticos, é acompanhada pela desconsideração à Carta das Nações Unidas pelo Conselho de Segurança e organizações regionais, pois ocasionalmente os acordos de paz sobre os quais os mandatos para as missões de paz para a África se baseiam podem ser originários de intervenções de atores regionais e globais não solicitadas (embora algumas sejam solicitadas por uma das partes sem anuência da/s outra/s) e na ausência de um mandato do Conselho de Segurança. A suposta não interferência aumenta a probabilidade de contágio regional, principalmente em algumas regiões e embora não se advogue ou creia-se possível uma reação da ONU em toda e qualquer situação de conflito interno na África sub saariana, uma participação maior pré-acordo poderia evitar processos de paz longos e relapsos. Segundo os críticos, a reação morosa, avarenta e extemporânea do Conselho de Segurança em alguns casos aos conflitos civis africanos acarreta em possíveis danos duradouros à credibilidade da ONU ante os governantes e populações da região em geral. A impressão deixada por missões planejadas para serem pequenas, rápidas e baratas é de que o principal compromisso dos membros permanentes do conselho é desobrigar-se da situação com o menor custo possível. Sofre a legitimidade e inviolabilidade dos termos da Carta das Nações Unidas para os atores africanos presentes e futuros, pois o Conselho de Segurança detém o monopólio legal da busca, manutenção e imposição da segurança e paz mundial. E, embora exista a necessidade dos líderes e povos africanos assumirem maior responsabilidade por suas ações e destinos, a liderança e iniciativa da ONU em todos os estágios de um processo de resolução de conflito são exigidas na África.³¹

Os últimos 10 anos têm sido de grandes desafios para o sistema das Nações Unidas. A administração interina de Timor Leste, a administração de transição de Kosovo, Serra Leoa, a República Democrática do Congo, Eritréia, Etiópia e Darfur além da Libéria, Costa do Marfim, Burundi, sul do Sudão, Darfur, Somália e Haiti sobrecarregaram a já limitada capacidade da organização. Atualmente, a presença militar robusta é reconhecida como essencial pelo menos durante o primeiro período da missão para que se estabeleça a credibilidade da presença internacional.³²

A partir das lições aprendidas em Angola, Ruanda e Kosovo, há um consenso crescente quanto à necessidade das missões atentarem para a expansão das funções básicas do Estado para todas as localidades do território e restabelecerem (ou mesmo estabelecer) o

³¹ Ibid., p. 306 - 308.

³² UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS (DPKO). The Challenges of Peacekeeping in the 21st Century. *Background note*. 2004 Parliamentary Hearing at the United Nations: "from disarmament to lasting peace: defining the parliamentary role". Nova York, 19-20 outubro 2004. p. 1.

Estado de direito para que o processo de transição tenha maior probabilidade de êxito. Um segundo consenso crescente, é de que eleições que até muito recentemente eram vistas como o ponto final de transições pós-conflito, não podem marcar o final de uma missão de transição nem servirem como trunfos de estratégia para resoluções de conflito aceleradas, uma saída barata que freqüentemente saiu caro no passado recente. Contudo, a dificuldade maior continua sendo a obtenção de tropas, equipamentos e apoio logístico, pois quem as possui raramente se dispõe a disponibilizá-las, especialmente quando não há interesses próprios envolvidos.³³ No entanto, os críticos preferem ignorar que a maior parte do financiamento para as missões de paz da ONU vem de doações e a parte mais cara de uma missão são os chamados custos de *DDR*, Desarmamento, Desmobilização e Re-assentamento. Assim, por falta de fundos em algumas missões, esta parte recebe menos do que o necessário e o trabalho das missões como um todo é prejudicado e aumenta a probabilidade de um retorno à guerra.³⁴ Portanto, o planejamento de uma missão depende da vontade dos doadores e países membros em cobrir seus custos e não apenas dos planejadores e operadores das missões em si.

Em termos puramente econômicos, a guerra continua sendo uma alternativa mais cara em comparação às missões de paz de todas as classificações e naturezas. O custo anual de todas as missões de paz não passa de US\$6 bilhões de dólares enquanto o gasto com armamento dos governos do mundo é estimado em mais de US\$1 trilhão de dólares por ano, embora este custo não reflita que gastos militares perduram tanto em tempos de paz quanto em tempos de guerra. Mesmo assim, as missões de paz encabeçadas pela ONU são mais baratas do que qualquer outro tipo de intervenção, seja ela da OTAN, unilateral ou de organismos multilaterais regionais.³⁵ E por último, estudos estatísticos recentes demonstram que há uma correlação clara entre o número decrescente de guerras civis em contrapartida ao aumento do número de missões de paz da ONU. Esta relação pode ser contextual e não causal. Mesmo assim, o ativismo não governamental organizado contra a guerra, pró-paz cresceu em escopo e intensidade, fato que provavelmente também contribuiu para que desde o final da Guerra Fria o número de operações de paz aumentasse em mais de 400% e nos

³³ *Ibid.*, p. 2.

³⁴ CILLIERS, Jakkie. UN Reform and Funding Peacekeeping in Africa. *African Security Review*. Vol. 14 n. 2. 2005. p. 72.

³⁵ DOBBINS, James et al., "The UN's Role in Nation-Building: From the Congo to Iraq", RAND Corporation, 2005 *apud* United Nations Peacekeeping Fact Sheet. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/dpko/peacekeepersday/2007/pdfs/factsheet.pdf>. Acesso em 04 junho 2008.

últimos dez anos, relacionado ou não a esta ampliação, ocorreu uma queda acentuada do número de conflitos armados e de novos conflitos armados.³⁶

Houve evolução e muitas lições foram aprendidas e postas em prática, mas o dia a dia das missões demonstra que existem vários pontos fracos que necessitam de novas soluções. Em primeiro lugar, a aplicação do conceito de ‘zonas de segurança’ mostrou-se um fracasso total,³⁷ em segundo, objetivos claros e diretos não são sempre possíveis de serem determinados devido à situação em constante mutação; terceiro, embora o conceito e prática do país pivô seja uma solução para os problemas logísticos, de comando e cooperação, as missões se afastam da doutrina da Carta das Nações Unidas e dificultam a prestação de contas por parte dos envolvidos. A transferência de poder leva ao enfraquecimento da ONU como organização representativa de todos os seus membros, causando dependência ainda mais debilitante em alguns membros, freqüentemente potências regionais. Devido a questões como estas, missões de apoio a paz não são aceitas por um grande número de Estados-membros. Outro problema relacionado se deve a não aceitação do objetivo final das missões de paz, assumido como dado, pela grande maioria dos formuladores de políticas de resolução de conflitos, isto é, a instituição de democracias liberais.³⁸ Em suma, os esforços normativos reproduzidos neste primeiro capítulo demonstram a fragilidade conceitual e material das missões de paz e limitações inerentes. Desta feita, pode-se melhor avaliar os fatos descritos no capítulo que se segue sobre missões de paz em Angola e como estas se emprestaram à rede de sustentação do conflito armado pós-eleições de 1992.

³⁶ Ibid., p.38. Veja também MACK, Andrew. “Peace on Earth? Increasingly, Yes”, The Washington Post, 28 December 2005, *apud* United Nations Peacekeeping Fact Sheet, op. cit. p. 4.

³⁷ “[...] 30,000 troops to defend the safe areas. In the end the Security Council authorized 7,500 troops”, ocasionando a morte de 7,500 civis na Bósnia. KALDOR, Mary. *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Cambridge: Polity. 1999. p. 65 *apud* BELLAMY et al, op. cit., p. 166.

³⁸ BELLAMY et al, op. cit., pp. 183 - 185.

2. CAPÍTULO 2 - MISSÕES DE PAZ EM ANGOLA: AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES GERAIS NO PAÍS

2.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo expõe uma seleção de eventos e processos ocorridos em Angola que relacionam a tese defendida nesta dissertação, redes de sustentação contínuas, às missões de paz em Angola e a simultânea instrumentalização do conflito armado em prol da elite angolana, assunto a ser aprofundado no capítulo 3. No presente capítulo, será analisado o contexto histórico que levou a instauração das missões a partir de 1988, bem como as bases legais para o início da intervenção do conselho de Segurança, estabelecidas nos acordos e protocolos. Primeiramente, o Protocolo de Genebra de 1988 será discutido e alguns dos pontos mais importantes apresentados e brevemente discutidos. Na seqüência, o papel da primeira missão em Angola, UNAVEM I, exporá os primeiros passos que levaram ao Protocolo de Estoril e ao cessar-fogo inicial de maio de 1991. Uma narrativa e análise mais aprofundada da UNAVEM II e das primeiras eleições gerais ocupam boa parte do capítulo 2 e permitem uma visão inicial pormenorizada da ativação dos atores e instituições que permitiram a Savimbi sustentar a UNITA após o fim da Guerra Fria.

Inserido no desenvolvimento do capítulo, o caso de consentimento parcial e temporário da qual a UNAVEM II e a missão que a sucedeu, UNAVEM III foram vítimas, será delineado considerando os resultados das eleições de setembro de 1992 e a reação de Savimbi. Seguem-se as lições aprendidas, especialmente quanto ao desarmamento, desmobilização e re-assentamento de tropas, além das principais condições para a resolução de conflitos e êxito das missões de paz. A última parte do capítulo cobre o período conhecido como “sem paz e sem guerra” que seguiu a guerra total de 1993. São descritas as dificuldades enfrentadas pela UNAVEM III após o Protocolo de Lusaka, última tentativa da ONU e parceiros de terminar a guerra através de negociações políticas em Angola que obteve algum grau de sucesso.

Neste capítulo se tornam evidentes as funcionalidades das redes contínuas de sustentação e o consentimento parcial e intermitente do líder da UNITA. Verifica-se também a seqüência de ações que inseriram as missões de paz, especialmente a UNAVEM III, nestas mesmas redes que deram o combustível necessário para que o governo de Angola se atrelasse

às supostas soluções e ao mesmo tempo lucrasse com a continuidade do conflito. Nota-se a singularidade do contexto que abriu a UNITA a possibilidade de regenerar-se e tornar o conflito em uma operação regional, sem qualquer respeito às fronteiras nacionais, desconhecendo atores internos ou externos. Ao apresentar esta fase do conflito, o capítulo narra as mudanças no contexto regional com a queda de Mobutu Sese Seko, um dos principais aliados de Savimbi, justapondo esta mudança ao atrofamento das missões de paz, com o término da UNAVEM III e seqüência de missões figurantes, MONUA, UNOA e UNMA.

Finalizando a última parte do capítulo, uma discussão sobre sanções e missões de paz em Angola. Em alguns parágrafos é exposta a parte física de um momento das redes de sustentação contínuas, tal como visto pela comissão responsabilizada pela ONU para monitorar as sanções impostas a UNITA durante os últimos sete anos de conflito armado. Embora inovador, o Conselho do Comitê de Sanções para Angola, encabeçado pelo embaixador canadiano nas Nações Unidas Robert Fowler, foi acanhado pelo esforço bélico da UNITA empurrada pela extração e comercialização ilegal de diamantes, mais tarde conhecidos como ‘diamantes de sangue’. Por fim, as recomendações de Margaret Anstee, Representante do Secretário-Geral da ONU em Angola em 1992-1993, são brevemente discutidas, encerrando o segundo capítulo desta dissertação.

2.1.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Os Estados Unidos e a União Soviética apoiaram a UNITA e o MPLA respectivamente por um quarto de século e mesmo assim, em momento algum tiveram grande controle da situação ou dos seus aliados. De 1975 a 1989, Angola se viu no caminho de interesses estrangeiros, regionais e globais e a importância ideológica e estratégica do conflito civil inserido no conflito regional havia se tornado a força motriz do conflito. O papel decisivo parece ter sido interpretado pela percepção dos custos e benefícios da continuação do conflito e o ambiente político em mutação de cada participante no contexto de dois possíveis fatores causais importantes: o avanço geral nas relações Leste-Oeste resultante das novas políticas do então presidente Gorbachev, e os reveses militares de 1987 e 1988 que haviam transformado a dinâmica da guerra.¹

¹ PAZZANITA, Anthony G. “The Conflict Resolution Process in Angola”. *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 29, No. 1. (Mar., 1991), pp. 83-114. p. 112.

Estes conflitos, de um modo geral, oriundos de períodos de transição, transições pós-coloniais, pós Guerra Fria ou ambos, permitiram que tensões dormentes e/ ou reprimidas eclodissem no vácuo de poder no contexto das transições. Deste modo, o produto da luta de diferentes grupos internos que ambicionavam ocupar novos espaços vacantes,² pôde ser verificado no fato de que a totalidade dos conflitos africanos pós-independência, exceto aqueles no Chifre da África entre Etiópia e Eritreia foram internos até o presente.³ No caso de Angola, o conflito já possuía raízes e motivações próprias e apenas se utilizou dos recursos e interesses transnacionais para se sustentar.

As parcerias intermitentes do MPLA e da UNITA continuamente frustravam todos os lados e cada um procurava maneiras de se livrar do outro. Provavelmente, exceto pela liderança histórica do MPLA, a maioria dos angolanos era cética quanto aos interesses americanos e soviéticos no conflito, poucos tinham qualquer familiaridade com as ideologias e uma ínfima minoria lutava por elas. A tendência dos analistas internacionais era alinhar os beligerantes angolanos de acordo com a origem das simpatias e recursos externos, embora esta classificação se esvazie com um olhar mais detalhado. A UNITA (e a FNLA) foi assistida principalmente pelos Estados Unidos e África do Sul, embora França, Grã-Bretanha, China, Romênia, Coreia do Norte tenham dado algum tipo de apoio limitado ao longo dos anos. No mesmo período o MPLA teve o auxílio maior da União Soviética e Cuba. No entanto, nenhum dos movimentos poderia ser definido em termos externos, e sim pelas expressões de diferenciação internas tais como grupos étno-lingüísticos, raciais, de localização geográfica, colaboração com o colonizador e assimilação.⁴

Em meados de 1988, o conflito se encontrava em um impasse após a batalha de Cuito Cuanavale, nenhum dos lados tinha condições de derrotar o outro, uma solução militar parecia improvável.⁵ Os Estados Unidos se complicava na Nicarágua e em Honduras enquanto a União Soviética tentava se livrar da areia movediça afegã. A situação da Namíbia ocupada ilegalmente pela África do Sul se encontrava atrelada ao imbróglio regional, e o momento parecia propício a uma resolução negociada. Políticos e diplomatas dos Estados Unidos,

² BOULDEN (ed.), op. cit., p. 13.

³ A Etiópia havia anexado a Eritreia em 1962 após dez anos de independência eritrina da Itália. Em 1993 um referendo pôs fim à anexação, no entanto não definiu as fronteiras, fato que tem servido de desculpa para conflitos intermitentes desde 1998. WHITE, Philip. "War and Food Security in Eritrea and Ethiopia, 1998-2000". *Disasters*. Vol 29, n. 1. 2005.

⁴ BENDER, Gerald J. "The Eagle and the Bear in Angola". *The Annals of the American Academy*. Vol. 489, International Affairs in Africa. (Jan., 1987), pp. 123-132.

⁵ A maior batalha em solo africano desde a Segunda Guerra Mundial, Setembro de 1987 a Fevereiro de 1988. Divergências persistem quanto ao resultado do embate. CROCKER, CHESTER A. *High Noon in Southern Africa: Making Peace in a Rough Neighborhood*. Nova York: W.W. Norton & Co., 1992.

União Soviética, África do Sul, Cuba e Portugal percebiam a situação em Angola como um conflito gerado e sustentado por forças externas e cuja solução residiria em uma iniciativa também externa. Os americanos durante o governo de Ronald Reagan decidiram atrelar a independência da Namíbia à retirada das tropas cubanas de Angola, ligando uma ocupação considerada ilegal pelo Tribunal de Justiça Internacional desde 1971 à presença cubana em Angola que era considerada legítima por muitos.^{6,7}

Após meses de negociações, em 14 de dezembro de 1988, Angola, Cuba e África do Sul haviam concluído o acordo para a retirada das tropas sul-africanas do sudeste de Angola, a independência da Namíbia e a retirada das forças cubanas de Angola. O acordo foi assinado em Brazzaville, Congo e em 22 de dezembro do mesmo ano em Nova York. O processo havia sido iniciado 8 anos antes e a ONU estava envolvida nos preparativos para a independência da Namíbia mas apenas após a conclusão do acordo foi chamada para o processo de verificação das tropas cubanas.⁸ O acordo não fazia menção direta à guerra em Angola, então com 13 anos, no entanto, a maioria cria que este significava o fim de um triste capítulo na história moderna da África e o início de um novo capítulo.⁹ A UNITA foi mantida fora das negociações.¹⁰

2.2 O FIM DO ENVOLVIMENTO SUBSTITUTO DIRETO

A primeira missão de paz em Angola não foi uma típica missão tradicional, embora calcada na ‘santa trindade’: consentimento, imparcialidade e uso mínimo de força, além de

⁶ INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. 21/01/1971 - 1971/1 - Legal Consequences for States of the Continued Presence of South Africa in Namibia (South West Africa) notwithstanding Security Council Resolution 276 (1970). Disponível em <http://www.icj-cij.org/docket/files/53/11455.pdf?PHPSESSID=b77d8ffe170c6d720c85004d751652be>. Acesso em 1 junho 2008.

⁷ PAZZANITA, op. cit., p. 83-114.

⁸ CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Resolução 435 de 29 de setembro de 1978*. Disponível em: <http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/368/80/IMG/NR036880.pdf?OpenElement>. Acesso em 1 de junho de 2008.

⁹ WREN, Christopher S. Substantive Agreement Concluded On Angola and a Free Namibia. *The New York Times*. 14 Dez. 1988.

¹⁰ PAZZANITA op. cit., p. 107.

todos os seus signatários serem Estados membros da ONU. Tratava-se de uma missão de verificação, limitada ao território de um Estado e direcionada a uma situação interna, mesmo que entre Estados reconhecidos e soberanos. A resolução do Conselho de Segurança número 626 criou a missão em dezembro de 1988 para verificar a retirada total de tropas cubanas em território angolano, seu mandato cumprido completa e efetivamente em maio de 1991.¹¹ UNAVEM I se encarregou do monitoramento de um acordo desejado por todos os signatários e com apenas 70 observadores militares desarmados e 20 civis de apoio de 10 países foi considerada um marco na história de missões de paz. A missão se inseria no contexto da solução para o conflito visionada pelos atores externos envolvidos no país desde sua independência no contexto maior da Guerra Fria.

A base legal da missão originava sua gênese no protocolo de Genebra de 5 de agosto de 1988. Mediados pelo secretário de Estado assistente para assuntos africanos dos Estados Unidos, Chester Crocker, Angola, Cuba e África do Sul solicitaram ao secretário-geral das Nações Unidas a execução da resolução do Conselho de Segurança 435 (1978) até o dia 1º de novembro de 1988, além de acordarem em firmar um acordo tripartite até 10 de setembro de 1988. O protocolo oficializava o anseio das partes de alcançar um consenso quanto às datas para a saída das tropas cubanas do território angolano e a necessidade de se solicitar ao Conselho de Segurança da ONU o envio de uma missão de verificação e monitoramento do processo. A África do Sul se propunha a começar a se retirar a partir do dia 10 de agosto e estar completamente fora de Angola, no mais tardar em 1º de setembro de 1988. A SWAPO deveria manter-se a norte do 16º paralelo, enquanto os cubanos, a partir de 10 de agosto, permaneceriam a norte da linha ‘Chitado-Ruacana-Caleque-Naulila-Cuamato-N’Giva’. Angola se comprometia a conservar a infra-estrutura do complexo de Ruacana, responsável pelo suprimento de água e energia elétrica para o norte da Namíbia, após a retirada das tropas sul-africana. E, com o intuito de supervisionar e minimizar o risco de incidentes armados seria estabelecido um canal de comunicação direta entre os respectivos comandantes militares, especialmente ao longo da fronteira Angola – Namíbia. As Nações Unidas e os Estados Unidos foram convidados a participar dos comitês e as partes deveriam agir de acordo com os Princípios dos Governantes de Ilhas, parágrafos ‘E’ (não interferência nos assuntos internos

¹¹ DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. “Completed Peacekeeping Operations. UNAVEM I”. Disponível em: <http://www.un.org/depts/DPKO/Missions/unavem1/unavemi.htm>. Acesso em 1 junho 2008.

dos Estados) e ‘G’ (aceitação da responsabilidade dos Estados ao permitir o uso de seus territórios para originar atos de guerra, agressão ou violência contra outros Estados).¹²

2.3 O PROTOCOLO DE GENEBRA

Assim, conforme o protocolo de Genebra, antes mesmo da assinatura do acordo entre Angola, Cuba e África do Sul, em 17 de dezembro de 1988, Cuba e Angola solicitaram ao secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuéllar de la Guerra (1 de janeiro de 1982 – 31 de dezembro de 1991), que o mesmo recomendasse ao Conselho de Segurança a criação de um grupo militar para a verificação e observação da execução do acordo a ser assinado. O secretário-geral emitiu um relatório recomendando e solicitando ao Conselho de Segurança, a criação de uma missão de verificação e especificando como a tarefa poderia ser alcançada. A 20 de dezembro de 1988, o Conselho de Segurança aprovou o relatório do secretário-geral e conseqüentemente estabeleceu a Missão de Verificação e Monitoramento das Nações Unidas em Angola (United Nations Angola Verification Mission), UNAVEM, através da resolução 626 (1988) por um período de 31 meses, abrangendo a completa retirada das tropas expedicionárias cubanas de Angola.¹³

Os governos de Angola, Cuba e África do Sul, representados respectivamente por Afonso Van Dúnem, Isidoro Octavio Malmierca, e Roelof F. Botha, através do acordo Tripartite de 22 de dezembro de 1988, aceitavam a implementação da resolução do Conselho de Segurança 435 (1978), adotada em 29 de setembro de 1978 (UNSCR 435/78) que exigia o fim da ocupação ilegal da Namíbia por parte da África do Sul, reafirmando a resolução 385 (76). O acordo foi dividido em duas partes, um acordo tripartite entre Angola, Cuba e África do sul e um segundo acordo entre Angola e Cuba.

O primeiro acordo consistia em uma série de declarações que levavam às seguintes provisões mais relevantes:

1. As partes imediatamente solicitavam ao secretário-geral das Nações Unidas que obtivesse a autorização do Conselho de Segurança para iniciar a execução da UNSCR 435/78;

¹² *The Geneva Protocol*. Conciliation Resources. Disponível em: <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/geneva-protocol.php>. Acesso em: 9 julho 2008.

¹³ DPKO. Angola – *UNAVEM I Background*. Nações Unidas. 2000. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unavem1/UnavemIB.htm>. Acesso em: 06 julho 2008.

2. A retirada das forças militares sul-africanas da Namíbia procederia conforme a UNSCR 435/78;
3. Angola e África do Sul cooperariam com o secretário-geral no sentido de assegurar a independência da Namíbia e se absteriam de qualquer atividade que dificultasse a execução da UNSCR 435/78. Para tal, respeitariam a integridade territorial e a inviolabilidade das fronteiras da Namíbia, e garantiriam que nenhum Estado, organização ou pessoa (por exemplo, a UNITA) se utilizasse de seus territórios como ponto de partida de ações contrárias à independência namibiana.¹⁴

O segundo acordo consistia em um tratado bilateral entre os governos de Angola e Cuba com o objetivo de encerrar a missão do contingente internacionalista militar cubano em Angola desde 1975. O acordo continha as seguintes determinações em quatro artigos nos quais as partes concordavam em:

- 1) Iniciar o deslocamento em estágios para os paralelos 15 e 13 e a retirada total dos 50 mil militares cubanos que constituíam o contingente estacionado em Angola de acordo com o cronograma de 27 meses estabelecido pelo acordo bilateral:
 - 1.2 Deslocamento para o norte:
 - 1.2.1 Ao norte do paralelo15: até 1º de agosto de 1989;
 - 1.2.2 Ao norte do paralelo13: até 31 de outubro de 1989;
 - 1.3 Deslocamento para Cuba:
 - i. Anterior a 1 Abril 1989: 3.000 militares;
 - ii. Até 1º de novembro de 1989: 25.000;
 - iii. Até 1º de abril de 1990: 33.000;
 - iv. Até 1º de outubro de 1990: 38.000;
 - v. Até Julho de 1991: 50.000.¹⁵
- 2) Reservar-se o direito de suspender ou alterar as obrigações assumidas no caso de violações notórias.
- 3) Confirmar o previsto no protocolo de Genebra e solicitar a verificação do acordo pela ONU.¹⁶

¹⁴ ACORDO TRIPARTITE. “Acordo entre a República Popular de Angola, a República de Cuba e a República da África do Sul”. 22 de dezembro de 1988. Library of Congress / Federal Research Division / Country Studies. 1988. p. 2. Disponível em: www.locweb2.loc.gov/frd/cs/angola/ao_appnb.html. Acesso em: 8 julho 2008.

¹⁵ ACORDO TRIPARTITE. Acordo entre a República Popular de Angola, a República de Cuba e a República da África do Sul. Anexo sobre o cronograma de retirada das tropas. 22 de dezembro de 1988. Library of Congress / Federal Research Division / Country Studies. 1988. p. 4.

Para a realização da retirada, o governo de Angola fez um pedido formal às Nações Unidas solicitando fundos.¹⁷

Paralelamente, baseada na UNSCR 435/78, o Conselho de Segurança (CS) criou em fevereiro de 1989 o Grupo de Assistência das Nações Unidas na Namíbia (United Nations Transition Assistance Group in Namibia), estabelecido para auxiliar o representante especial do secretário-geral das Nações Unidas a garantir a independência da Namíbia através de eleições sob a supervisão e controle da ONU.¹⁸ A resolução 435, declarava a cooperação da SWAPO, assim como declarava os procedimentos eleitorais organizados pela administração sul-africana de forma unilateral, tais como as eleições de 1978 e após como ilegais e nulas. Em agosto de 1988, todas as forças armadas sul-africanas haviam deixado Angola, antes mesmo da assinatura dos acordos de Nova York. Assim, em novembro de 1989, a SWAPO, com 57% dos votos válidos ganhou as primeiras de todas as eleições realizadas na Namíbia (e continua a ganhar e a permanecer no poder), sendo a independência namibiana declarada em 21 de março de 1990.¹⁹

2.4 UNAVEM I: UMA MISSÃO SEM SURPRESAS

Com as duas frentes operacionais, a UNAVEM I iniciou suas atividades em Angola em 3 de janeiro de 1989, quando um grupo de 18 observadores militares chegou a Luanda para verificar a partida dos primeiros 450 soldados cubanos que ocorreria sete dias mais tarde. Com a chegada paulatina de mais 52 observadores, a missão monitorou e registrou a movimentação de pessoal e equipamento cubano entrando e saindo de Angola através dos portos de Cabinda, Lobito, Luanda e Namibe, além do aeroporto internacional de Luanda. O general de brigada brasileiro Péricles Ferreira Gomes comandou observadores provenientes do próprio Brasil, Argélia, Argentina, Congo, Tchecoslováquia, Índia, Jordânia, Noruega, Espanha e Iugoslávia a um custo total de USD 16.404.200 de dezembro de 1988 a maio de

¹⁶ Ibid. p. 4.

¹⁷ KALLEY, Jacqueline; SCHOEMAN, Elna; ANDOR, Lydia Eve. *Southern African Political History: A Chronology of Key Political Events from Independence to Mid-1997*. Westport: Greenwood Publishing Group, Inc. 1999. p. 44.

¹⁸ DPKO. Namíbia – UNTAG Mandate. Disponível em: <http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/557/69/IMG/NR055769.pdf?OpenElement>. Acesso em: 06 julho 1988.

¹⁹ DPKO. Namíbia – UNTAG Mandate, op. cit., p. 1, 7.

1991.²⁰ A equipe móvel da UNAVEM monitorou o deslocamento das tropas cubanas, primeiramente a norte do paralelo 15 e mais tarde, a norte do paralelo 13. Assim que as tropas se repositionaram a norte do paralelo 13, a missão de paz foi reduzida a 61 observadores.²¹

Em nenhum momento a UNAVEM soube exatamente quantos cubanos havia em Angola, apenas limitou-se a aceitar o número de 50 mil fornecidos por Cuba e Angola, e a confirmar a saída dos mesmos. O único modo de verificar a exatidão das informações era acolher as declarações das autoridades cubanas e angolanas. Exceto por alguns deslocamentos para verificar a movimentação ao norte dos paralelos 13 e 15, a missão se limitou a assinalar em formulários posicionados em pranchetas, o número total de cada agrupamento que partia dos portos e aeroporto previamente designados. “For our mission, we do not need to know how many Cubans are now in the country. Our mandate is to check their departure. [...] We will trust the information given by both countries”, declarou o general Gomes durante uma entrevista coletiva em Luanda.²² Críticos argumentavam que seria impossível considerar a retirada como completa e total sem se conhecer o número exato de cubanos no país. A UNITA também acusava os governos de Angola e Cuba de usar subterfúgios, como o de que milhares de cubanos negros teriam adquirido a cidadania angolana e integrados às forças armadas de Angola.²³

A missão passou momentos difíceis e a retirada chegou a ser suspensa. Em Agosto de 1989, a UNITA que havia se negado a aceitar o cessar fogo anunciado pelos participantes do acordo Tripartite, em 8 de agosto de 1989 emboscou um agrupamento cubano e seis soldados perderam a vida. Na ocasião, Cuba havia ameaçado suspender a retirada em caso de recorrência. Em 21 de janeiro de 1990, a UNITA atacou forças cubanas que guardavam uma planta de purificação de água na província de Benguela, 4 cubanos morreram e vários outros ficaram feridos, em um momento em que cerca de 31 mil dos 50 mil cubanos já haviam deixado o país. O ministro das relações exteriores de Cuba anunciou então, a suspensão temporária da retirada das tropas cubanas em 25 de janeiro de 1990 e responsabilizou os Estados Unidos pelo ‘ato terrorista’. A UNITA se defendeu alegando que desconhecia a presença de tropas cubanas na planta e cobrou uma forma eficiente dos cubanos indicarem às

²⁰ DPKO. Angola – UNAVEM I Facts and Figures. Nações Unidas. 2000. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unavem1/UnavemIB.htm>. Acesso em: 06 julho 2008.

²¹ DPKO. Angola – UNAVEM I Background. Nações Unidas. 2000. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unavem1/UnavemIB.htm>. Acesso em: 06 julho 2008.

²² GOMES, Péricles Ferreira. Entrevista coletiva, *apud* BROOKE, James. “U.N.’s Angola Mission to Take Cuba at Its Word”. *The New York Times*. 8 de janeiro de 1989.

²³ MUEKALIA, Jardo. Entrevista por telephone, *apud* BROOKE, James. “U.N.’s Angola Mission to Take Cuba at Its Word”. *The New York Times*. 8 de janeiro de 1989.

forças da UNITA a posição de suas tropas no campo e em retirada.²⁴ Apenas em 25 de fevereiro de 1990 a retirada das tropas cubanas recomeçou após um mês de suspensão unilateral por parte de Cuba e Angola.²⁵

No entanto, fora estes breves percalços, o acordo cubano-angolano foi seguido praticamente ao pé da letra e já em 22 de maio de 1991, o secretário-geral foi notificado da decisão dos governos de Angola e Cuba de completar a retirada completa antecipadamente. Uma cerimônia no aeroporto de Luanda, no dia 25 de maio, marcou o término da retirada cubana de Angola.²⁶ Mais de 150 mil cubanos haviam participado da expedição cubana em Angola. O general Gomes, encarregado da missão pela ONU, supervisionou pessoalmente os últimos 116 cubanos que embarcaram em um avião de transporte para Havana.²⁷

2.4.1 TENTATIVA E DECEPÇÃO: O CASO DO CONSENTIMENTO PARCIAL E TEMPORÁRIO

Ainda durante o mandato da primeira missão de paz, o governo angolano e a UNITA iniciaram um série de seis rodadas de negociações a partir da iniciativa de Durão Barroso enquanto Secretário de Estado dos Assuntos Externos e Cooperação de Portugal em 1990. O governo português as mediou sob a supervisão de diplomatas americanos e soviéticos. O cessar-fogo foi estabelecido para zero hora do dia 15 de maio de 1991. O Acordo de Paz para Angola se constituía em (a) um acordo de cessar-fogo, (b) princípios fundamentais para o estabelecimento da paz com a formação de uma Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), (c) conceitos para a resolução de questões ainda pendentes entre o governo de Angola (GOA) e a UNITA, e (d) o protocolo de Estoril.²⁸

²⁴ SCIOLINO, Elaine. "Blaming U.S., Cuba Suspends Pullout". *The New York Times*. 26 de Janeiro de 1990. Disponível em: <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9C0CE7DE103EF935A15752C0A966958260&sec=&spon=&pagewanted=print>. Acesso em: 10 julho 2008.

²⁵ KALLEY et al., op. cit. p. 48.

²⁶ DPKO, op. cit. p. 2.

²⁷ "Cubans Quit Angola, Ending 16-Year Role". *Associated Press/ The New York Times*. 26 de maio de 1991. Disponível em: <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9D0CE1DC113CF935A15756C0A967958260&scp=11&sq=angola+cuba+1990&st=nyt>. Acesso em: 10 julho 2008.

²⁸ "Texto do Acordo de Paz para Angola". *Os Acordos de Paz de Bicesse*. Ulster: International Conflict Research - INCORE. 1991. Disponível em <http://www.incore.ulst.ac.uk/services/cds/agreements/pdf/ang1.pdf>. Acesso em 2 junho 2008.

2.4.2 O PROTOCOLO DE ESTORIL

O protocolo de Estoril estabelecia o cronograma eleitoral, a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) e, versava sobre questões relacionadas à segurança interna no período entre o cessar-fogo e as eleições, os direitos políticos da UNITA, as estruturas administrativas e a formação das forças armadas de Angola. Um dos pontos mais importantes do protocolo, a cláusula 9, declarava a aceitação do cronograma eleitoral, ficando as eleições marcadas para 16 meses depois, de 1 setembro a 30 novembro de 1992. Em segundo lugar, provavelmente as questões mais trabalhosas, Desarmamento, Desmobilização e Re-assentamento (DDR) foram resumidas da seguinte forma:

The accommodation of the demobilized forces constitutes a national problem that must be studied jointly by the two parties and submitted to CCPM for review and a decision. The same treatment should be given the problem of people who have been physically disabled by the war.²⁹

A verificação e monitoramento do acordo ficaram a cargo da Comissão Mista de Verificação (CMVF) formada por representantes do GOA, UNITA e representantes de Portugal, Estados Unidos e União Soviética (que existiu formalmente até 21 dezembro 1991). O acordo postulava que a ONU seria ‘convidada’ a participar da implantação do acordo através das seguintes tarefas, condições e responsabilidades que teriam de ser iniciadas o quanto antes:

- (a) Envio de monitores para apoiar os partidos angolanos sob a solicitação do GOA;
- (b) Participação nas reuniões da CMVF a convite;
- (c) Verificação dos grupos de monitoramento estabelecidos pelo acordo, analisando se os mesmos estavam cumprindo suas responsabilidades;
- (d) Investigação de quaisquer alegações de violação do cessar-fogo. Esta tarefa seria realizada por monitores a serem selecionados com a participação do GOA e da UNITA;

²⁹ Ibid., p. 28.

- (e) Segurança dos grupos de monitoramento e do pessoal da ONU ficaria da responsabilidade da parte no controle da zona em questão;
- (f) Os comandantes das áreas de acantonamento deveriam fornecer todo e qualquer apoio solicitado pela ONU;
- (g) O monitoramento do cessar-fogo inicial, cessão de propaganda hostil, DDR, formação das novas forças armadas.

Implícito nos termos do acordo estava o acantonamento de dois exércitos totalizando duzentos mil homens e mulheres em áreas pré-determinadas espalhadas por um território de mais de um milhão de quilômetros quadrados,³⁰ a criação de uma força armada conjunta de 50 mil, uma polícia neutra, a extensão da administração estatal a todas as localidades, e a garantia do livre movimento de pessoas e carga. Estas tarefas e compromissos deveriam ser executados e assegurados em um período de 16 meses, culminando com as primeiras eleições da história de Angola.³¹

Atendendo ao convite, a ONU através da Resolução 696 do Conselho de Segurança do dia 30 de Maio de 1991, criou a UNAVEM II³² com 350 observadores militares desarmados, 90 observadores policiais e 80 civis por um período de 17 meses.³³ No entanto, os meses se passaram e apenas a 5 fevereiro de 1992, sete meses antes da data das eleições, o então recém empossado secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali (01/01/1992 – 01/01/1997)³⁴, convidou às pressas a sub-secretária geral, funcionária de carreira, Margaret Joan Anstee, para ser a representante especial do secretário-geral em Angola e para chefiar a nova missão de paz no país. Embora ciente das dificuldades, Anstee aceitou o desafio, a primeira mulher a encabeçar uma missão de paz da ONU, embarcando para Angola vinte dias após o convite. Até então o oficial militar da UNVAVEM II, General Edward Unimna da Nigéria, havia comandado a missão. Já nos primeiros dias, Anstee expressou sua preocupação com a imensidão da tarefa em contraste com o mandato marginal, recursos escassos e prazos não realistas. A UNITA cobrava a presença robusta de capacetes azuis armados, enquanto o GOA

³⁰ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. The World Factbook: Angola. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ao.html>. Acesso em 2 de Junho de 2008.

³¹ OS ACORDOS DE PAZ DE BICESSE. op. cit., p. 1 – 28. Anexo IV, p. 25 (VI., B, 1).

³² O uso do nome da missão anterior, UNAVEM I, não parece ter sido apropriado já que as duas missões tinham objetivos e meios completamente diferentes.

³³ DPKO. Resolutions of the Security Council and Statements by its President. Angola – UNAVEM II. Disponível em: <http://www.un.org/depts/DPKO/Missions/Unavem2/UnavemIIRs.htm>. Acesso em 2 junho 2008.

³⁴ UNITED NATIONS. “Boutros Boutros-Ghali (Egypt) - Sixth United Nations Secretary-General”. Disponível em: <http://www.un.org/Overview/SG/sg6bio.html>. Acesso em 02 junho 2008.

se opunha veementemente e o mais provável é que tal força dificilmente se materializaria mesmo que UNITA e GOA concordassem. A situação era preocupante já que sete meses para a data marcada das eleições nenhum preparativo havia sido concluído e os prazos das questões militares estavam completamente atrasados, evidência do avançado conjuntura de deterioração do processo como um todo muito anterior às eleições.³⁵

2.4.3 CARACTERÍSTICAS HÍBRIDAS

Dentro da classificação de Bellamy et al (2004), a UNAVEM II possuía características híbridas. Era uma missão tradicional, pois além do tripé consentimento, imparcialidade e uso mínimo de força, suas atividades consistiam da observação, apuração e monitoramento de aderência ao acordo, fiscalização de condições de cessar-fogo, interposição física simbólica entre ex-forças inimigas, patrulhamento de zonas de desmilitarização, monitoramento de fronteiras, verificação de acantonamento e desmobilização e outros aspectos relacionados ao desarmamento geral. A solução proposta para o conflito havia sido idealizada por terceiros sem nenhuma participação da ONU, portanto um papel marginal, típico da natureza coadjuvante de missões tradicionais. Entretanto, o fato do acordo incluir um ator não Estado, a UNITA, e a missão se posicionar entre um Estado internacionalmente reconhecido e um movimento rebelde, impede a missão de ser classificada como tradicional. A responsabilidade eleitoral da missão a posiciona também no rótulo de missão de transição, já que a missão havia sido idealizada para auxiliar o progresso e implantação de acordos previamente realizados entre partes anteriormente beligerantes. A missão tinha um início, meio e fim previamente definidos no acordo e, portanto, por definição, ela tinha um período de atuação limitado na dinâmica do conflito e identificada vagamente como uma missão de verificação e monitoramento, no entanto “não era nem de construção de paz, nem de mediação, nem de manutenção de paz, nem de imposição de paz”.³⁶ Ela se encontra no limbo teórico.

A ONU recebeu os Acordos de Bicesse prontos para sua execução, mas os seus patrocinadores não disponibilizaram os recursos necessários para sua realização. O custo estimado da missão de dezoito meses (junho 1991 a novembro de 1992), incluindo aquisições de tendas, veículos e equipamento de comunicação, foi orçado em cento e trinta e dois

³⁵ ANSTEE, Margaret J. “Leading a UN Mission: Angola 1992-93”. *Preparing for Peace*. 2003. Disponível em <http://www.preparingforpeace.org/anstee.htm>. Acesso em 31 maio 2008.

³⁶ PAULO, Manuel J. “O papel das Nações Unidas. no processo de paz angolano”. *Accord*, Vol. 1, No. 15, 2004. p. 2.

milhões e trezentos mil dólares.³⁷ No entanto, em março de 1992, o Conselho de Segurança desejava uma missão pequena e gerenciável, e embora mais tarde 18,8 milhões tenham sido liberados para os preparativos eleitorais, apenas cento e dezoito milhões de dólares americanos foram aprovados naquele momento crítico, comparado aos US\$2 bilhões da missão no Camboja e aos US\$600 milhões da missão na ex-Iugoslávia que ocorriam em paralelo.³⁸

Em retrospecto, a missão não tinha uma probabilidade razoável de êxito dado as circunstâncias, prazos e recursos. Os objetivos talvez pudessem ter sido alcançados através do esforço e compromisso da liderança e pessoal das Nações Unidas a despeito do mandato inadequado, tanto que as eleições realizadas em 29 e 30 de setembro de 1992 com apenas 400 observadores internacionais para 6.000 pontos eleitorais espalhados por 164 comunas foram consideradas livres e justas.³⁹

2.5 AS ELEIÇÕES GERAIS DE 1992 E AS MISSÕES DA ONU

Para os idealizadores dos Acordos de Bicesse, as eleições eram um fim em si, embora na verdade, representassem no máximo um passo importante no processo de democratização do país.⁴⁰ No entanto, os acordos previam a conclusão do processo de cessar-fogo e a abolição dos órgãos de verificação e monitoramento, isto é, a missão da ONU, no dia das eleições.⁴¹ A pressa na realização das eleições expressa nos termos dos acordos por Portugal, Estados Unidos e União Soviética não considerava a probabilidade de um dos beligerantes não aceitar os resultados e não havia nenhuma provisão de contenção. Especialmente os Estados Unidos superestimaram sua influência e força de persuasão junto ao líder da UNITA.⁴²

A resolução do Conselho de Segurança 747 de 24 de Março de 1992 confirmou o papel secundário da UNAVEM II que deveria apenas observar e verificar o processo de

³⁷ UNITED NATIONS CHRONICLE. “UNAVEM II created to verify peaceful transition”. *United Nations Publications*. 1991.

³⁸ ANSTEE, op. cit., p. 3.

³⁹ POTGIETER et al. “Angola: Endgame or Stalemate”. *Occasional Paper*, No. 30. Institute of Security Studies. Abril 1998, p. 4.

⁴⁰ KRAMER, David J. et al. “Angola Pre-election Assessment Report”. *International Foundation for Election Systems, International Republican Institute, National Democratic Institute*. Março 2002.

⁴¹ OS ACORDOS DE PAZ DE BICESSE. op. cit., p. 4.

⁴² PEAR, Robert. Persuading Savimbi to Return to the Table. *The New York Times*. 8 outubro 1989.

registro, campanha e votação eleitoral e eventualmente declará-lo livre e justo.⁴³ Países membros não estavam dispostos a aumentar os recursos financeiros e logísticos para Angola e esperava-se que o GOA assumisse toda responsabilidade pelo processo eleitoral conforme previsto no Protocolo de Estoril. Na prática, mesmo sem orçamento para auxiliar o GOA, entre 20 de maio e 10 de agosto de 1992, 4,86 milhões de angolanos foram registrados pelo Conselho Eleitoral Nacional com o auxílio de 15 aviões e 45 helicópteros russos pilotados por tripulações do Leste-Europeu contratados pela UNAVEM II com recursos disponibilizados por doadores americanos e europeus não previstos nos acordos ou no orçamento do mandato do Conselho de Segurança, já que a missão se resumia a observação e verificação e não a organização das eleições.⁴⁴

⁴³ CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução do Conselho de Segurança, 747/92. Disponível em <http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/011/06/IMG/NR001106.pdf?OpenElement>. Acesso em 03 junho 2008.

⁴⁴ ANSTEE, op. cit., p. 6.

Tabela 2.1: Resultados das eleições presidenciais em Angola, 29 e 30/Set/1992

| Candidatos - Partidos | Votos válidos | % |
|--------------------------------|----------------------|---------------|
| José Eduardo dos Santos - MPLA | 1.953.335 | 49,57 |
| Jonas Malheiro Savimbi - UNITA | 1.579.298 | 40,07 |
| Antonio Alberto Neto - PDA | 85.249 | 2,16 |
| Holden Roberto - FNLA | 83.135 | 2,11 |
| Daniel Chipenda - PDLA | 19.704 | 0,5 |
| Outros (Chipenda incluído) | 239.866 | 6,09 |
| Total | 3.940.883 | 100,00 |

Fonte: AFRICAN ELECTIONS DATABASE. Disponível em http://africanelections.tripod.com/ao.html#1992_Presidential_Election. Acesso em 3 junho 2008.

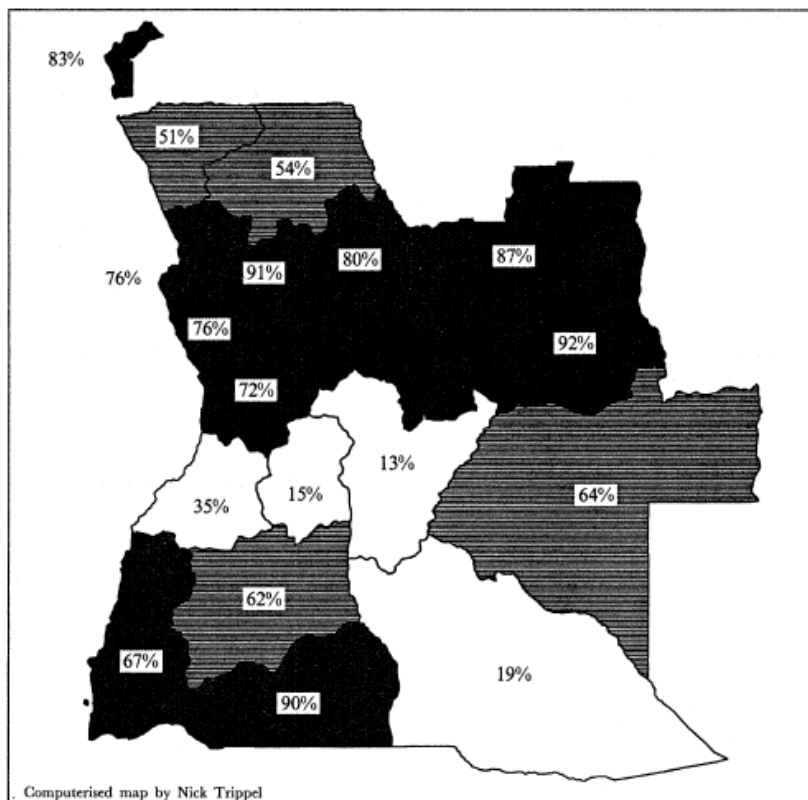
O processo foi um feito histórico por parte das autoridades angolanas, notavelmente do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), composto por 11 membros: seis de partidos políticos, dois da Presidência da República, um do Tribunal Supremo, um da Imprensa e um da Administração Territorial. Criado especialmente para as eleições sob o comando de Caetano de Sousa, advogado, juiz militar e tenente-general da reserva das FAPLA, em clara posição de conflito de interesses, o conselho deveria executar e a UNAVEM II verificar quatro etapas entre maio e outubro de 1992:⁴⁵

- (a) O registro dos eleitores de 20 de maio a 10 de agosto;
- (b) A campanha eleitoral de 29 de agosto a 28 de setembro;
- (c) A votação das eleições presidenciais e legislativas nos dias 29 e 30 de setembro;
- (d) Contagem dos votos, investigações de reclamações e anúncio final dos resultados em 17 de Outubro.⁴⁶

⁴⁵ MENEZES, Carlos. “Diáspora não vai votar”. *Correio da Manhã*, Lisboa, 8 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.correiomanha.pt/noticia.aspx?contentid=00264854-3333-3333-3333-000000264854&channelid=00000091-0000-0000-0000-000000000091>. Acesso em: 16 julho 2008.

⁴⁶ DPKO. Angola - UNAVEM II. Disponível em: <http://www.un.org/depts/DPKO/Missions/Unavem2/UnavemIIB.htm#observation>. Acesso em: 2 junho 2008.

Mapa 2.1: Eleições Presidenciais em Angola, 1992
 Porcentagem de votos do candidato José Eduardo dos Santos, por província.



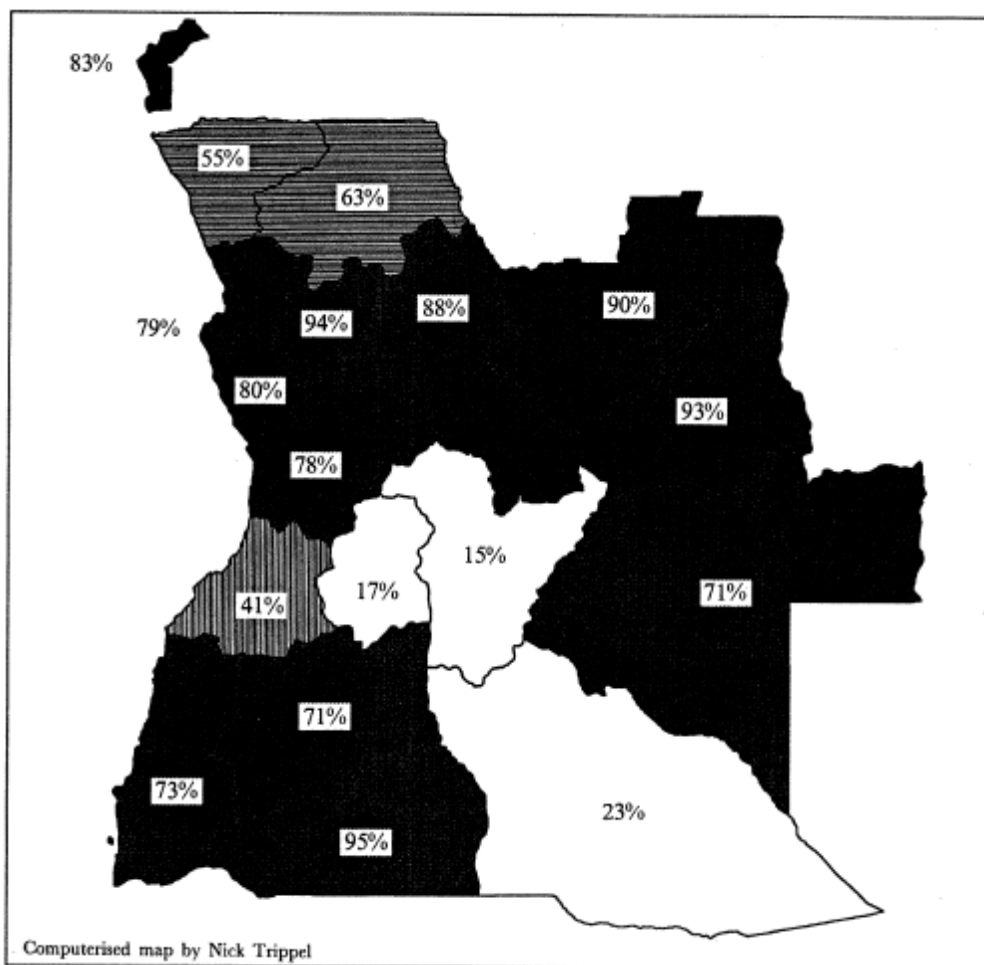
Fonte: PEREIRA, Anthony. "The Neglected Tragedy: The Return to War in Angola", 1992-3. *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 32, No. 1, (Mar., 1994), pp. 1-28.

Contra todas as expectativas, o CNE organizou com sucesso 6.000 seções eleitorais em 164 municípios espalhados pelas 18 províncias do país, sendo que a 9 de setembro de 1992, os 4,86 milhões de eleitores já haviam sido registrados, representando cerca de 92 por cento da população que cria-se estivesse em idade de votar. A campanha em si transcorreu sem irregularidades que ameaçassem o processo como um todo, embora abusos e intimidação por parte da UNITA e MPLA tenham sido freqüentemente reportados, principalmente quanto à dificuldade de locomoção e entrada em áreas controladas unilateralmente, falta de acesso aos canais de telecomunicação estatais e parcialidade dos meios de comunicação em geral.⁴⁷ E, embora o processo de DDR estivesse completamente fora do prazo, com um anúncio precoce de que tanto as FALA quanto as FAPLA haviam cessado de existir, crendo-se que 96.620 tropas governamentais haviam sido desmobilizadas, representando 80 por cento do número previsto e em proporção muito menor por parte das forças da UNITA (não se sabia ao

⁴⁷ Ibid., p. 3- 4.

certo quantos seriam), de modo geral, os indicadores demonstravam um processo possível. Os resultados da votação foram sendo apurados lentamente e à medida que a divulgação pela rede de televisão estatal angolana indicava a vitória do MPLA nas eleições parlamentares e de José Eduardo dos Santos nas eleições presidenciais, os incidentes isolados de violação dos acordos começaram a se multiplicar. Mas nada poderia ter preparado a UNAVEM II para o que haveria de vir.⁴⁸

Mapa 2.2: Eleições Legislativas em Angola, 1992
Porcentagem de votos do MPLA, por província.



Fonte: PEREIRA, Anthony. The Neglected Tragedy: The Return to War in Angola, 1992-3. *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 32, No. 1, (Mar., 1994), pp. 1-28.

⁴⁸ Ibid., p. 3.

2.5.1 O MAPA ELEITORAL ANGOLANO EM 1992

As eleições revelaram o mapa do eleitorado angolano e as claras divisões étnicas existentes e aparentemente dormentes na sociedade angolana do pós guerra, embora já em 1992, o voto étnico tenha sido limitado. Como era de se esperar, a UNITA ganhou a maioria dos votos apenas em quatro províncias – Benguela, Bié, Huambo e Kuando Kubango que equivalia a menos de 32% do total dos votos válidos e corresponde às áreas de maioria da etnia Ovimbundu.⁴⁹ Por sua vez, o MPLA ganhou no Bengo, Kwanza Norte, Luanda e Malange, cerca de 30% dos votos. No entanto, nas outras dez províncias, duas delas de maioria Ovimbundu – Huíla e Kwanza Sul – o MPLA obteve vitórias convincentes. Os resultados revelaram a predileção dos ovimbundus pela UNITA e a rejeição à UNITA por parte de todos os outros grupos étnicos do país. Além da rejeição por parte dos eleitores, em províncias com grandes populações de minorias, como no Zaíre, e nas Lundas, partidos menores como a FNLA ficaram em segundo lugar apenas atrás do MPLA.⁵⁰

Os resultados, em larga escala, confirmaram uma pesquisa pré-eleitoral encomendada pelo MPLA, a mais abrangente já realizada em Angola (provavelmente a única). Realizada em agosto de 1992 por uma equipe angolana e brasileira, a pesquisa revelou que os angolanos não se encontravam irrevogavelmente divididos em linhas étnicas ou regionais apesar dos muitos anos de guerra e propaganda de ambos os lados. Por exemplo, apenas 13 por cento dos entrevistados concordaram com a afirmação de que Angola havia sempre sido governada por alguém do Norte e naquele momento seria a vez de alguém do Sul governar Angola.⁵¹

Enquanto menos de 18 por cento aceitaram que a nação umbundu sempre se submetera a outros grupos angolanos e que era a hora dos umbundus ocuparem a presidência. Uma terceira questão indagava se o entrevistado acreditava ser muito importante que o seu candidato fosse de sua região, e 65 por cento afirmaram que esse era um pré-requisito sem nenhuma importância, enquanto 18 por cento concordara. Por último, perguntou-se se seria muito importante o candidato ser da etnia do entrevistado, e 59 por cento afirmou que a etnia

⁴⁹ Segundo, Edward (1962) *apud* Péclard (2007), o termo ‘ovimbundu’ utilizado pela grande maioria de historiadores e analistas foi cunhado pelos portugueses para se referir aos negros em geral (*pretos*), isto é, nativos não educados. Portanto, o termo ‘umbundu’ se aplica melhor ao referido grupo.

⁵⁰ LODGE, Tom; KADIMA, Denis; POTTIE, David (Eds.). Angola: 1992 Election Results and Aftermath. In: Compendium of Elections in Southern Africa (2002), EISA, 20-21.

⁵¹ CAMPBELL, Horace. Angolan women and the Electoral Process in Angola, 1992. In: Africa Development. Dakar. 1993, p. 58. *Apud* PEREIRA, op. cit., p. 21.

não era de modo algum importante, enquanto 24 por cento disseram ser uma condição importante.⁵²

Além da pesquisa, os resultados demonstraram a representatividade tanto do MPLA e da UNITA como os principais partidos, independente da etnia, pois dos 18 partidos na corrida eleitoral, treze não obtiveram nem mesmo um por cento dos votos válidos, enquanto dos 220 assentos disponíveis na Assembléia Nacional, 201 ficaram entre o MPLA e a UNITA.⁵³

Tabela 2.2: Resultados das eleições legislativas em Angola, 29 e 30/Set/1992

| Partido | Número de Votos | % de Votos | Número de Assentos (220) |
|---|-----------------|------------|--------------------------|
| Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) | 2.124.126 | 53,74% | 129 |
| União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) | 1.347.636 | 34,10% | 70 |
| Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) | 94.742 | 2,40% | 5 |
| Partido Liberal Democrático (PLD) | 94.267 | 2,39% | 3 |
| Partido de Renovação Social (PRS) | 89.875 | 2,27% | 6 |
| Partido Renovador Democrático (PRD) | 35.293 | 0,89% | 1 |
| Aliança Democrática de Angola (AD) | 34.166 | 0,86% | 1 |
| Partido Social Democrata (PSD) | 33.088 | 0,84% | 1 |
| Partido da Aliança Juventude Operária e Camponesa de Angola (PAJOCA) | 13.924 | 0,35% | 1 |
| Partido Frente Democrática de Angola (FDA) | 12.038 | 0,30% | 1 |
| Partido Democrático para o Progresso de Aliança Nacional Angolana (PDP-ANA) | 10.62 | 0,27% | 1 |
| Partido Nacional Democrático de Angola (PNDA) | 10.281 | 0,26% | 1 |
| Outros | 52.209 | 1,32% | - |

Fonte: AFRICAN ELECTIONS DATABASE. Disponível em

http://africanelections.tripod.com/ao.html#1992_Presidential_Election. Acesso em 3 junho 2008.

⁵² PEREIRA, Anthony W. The Neglected Tragedy: The Return to War in Angola, 1992-3. In: The Journal of Modern African Studies, Vol. 32, No. 1, (Mar., 1994), pp. 1-28. p. 20.

⁵³ CAMPBELL, Horace. Angolan women and the Electoral Process in Angola, 1992. In: Africa Development. Dakar. 1993, p. 58. *Apud* PEREIRA, op. cit., p. 21.

2.5.2 O REAL RESULTADO DAS ELEIÇÕES

Sábado, dia 3 de outubro de 1992, o candidato em segundo lugar na contagem de votos e concorrente direto em um eventual segundo turno, Jonas Savimbi, acusou o MPLA e o Conselho Eleitoral Nacional de fraude e na segunda-feira, 4 de outubro, a maioria dos generais da UNITA desertaram das Forças Armadas de Angola, as quais haviam sido formalmente constituídas 14 horas antes da abertura das urnas. Savimbi fugiu de Luanda e se exilou em Huambo (500 km a sudeste da capital Luanda), onde foi localizado em 8 de outubro em uma repetição imperfeita e macabra dos acontecimentos de janeiro de 1975.⁵⁴

A UNAVEM II se encontrava em uma situação sem saída, pois não dispunha de nenhum mecanismo ou mandato a não ser a tentativa de diálogo da sua líder para fazer valer os resultados da urna e em pouco tempo as primeiras acusações abertas revelaram o bode expiatório. O Conselho de Segurança, os países da chamada ‘Troika’ e a África do Sul percebendo a seriedade da situação enviaram representantes na tentativa de salvar o processo. Vários diplomatas visitaram Savimbi que se mostrou inflexível e obstinado quanto aos resultados das eleições e paranóico quanto à sua segurança pessoal. A partir da segunda semana de outubro, a missão da ONU perdeu qualquer controle simbólico da situação e em 30 de outubro se iniciou a ‘batalha de Luanda’, em que milhares de militantes da UNITA e forças de segurança do governo se enfrentaram após um ataque preventivo iniciado por partidários do governo. Em alguns dias, a UNITA foi completamente dizimada da capital enquanto membros do corpo diplomático, capacetes azuis, e a população em geral se escondiam da melhor maneira possível.⁵⁵

Entre as vítimas se encontrava a equipe de negociadores da UNITA, Jeremias Kalandula Chitunda, vice-presidente da UNITA, Adolosi Paulo Mango Alicerces, secretário-geral do partido e Elias Salupeto Pena, representante da UNITA na CMVF. O fato dos principais negociadores ainda se encontrarem em Luanda pode demonstrar que a UNITA não esperava ser atacada ou mesmo que ainda considerava a possibilidade de uma resolução política para a situação.⁵⁶

⁵⁴ MAIER, Karl. “Angola: Peace at last?” *Refugee Survey Quarterly United Nations High Commissioner for Refugees*. Vol. 16, n. 2, p. 1-23. 1997.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 1 – 23.

⁵⁶ UNITA PERMANENT COMMITTEE. “Memorandum on non-compliance by the MPLA, 1975-1998”. 7 Fevereiro 2000. Disponível em: <http://cjpra.freesevers.com/Unita.htm>. Acesso em 4 junho 2008.

Seguiram-se semanas de confrontos alternados por negociações até janeiro de 1993 quando o fogo da guerra já se alastrara pelo país e milhares de vidas já haviam sido ceifadas. A violência pós-eleições seguiu linhas étnicas e partidárias como ocorrido em 1975, após a derrocada dos Acordos de Alvor, Portugal, de janeiro de 1975 e dos breves Acordos de Nakuru, Quênia, de junho de 1975.⁵⁷ E, embora a UNAVEM tenha realizado todos os esforços possíveis para verificar e monitorar o desarmamento, desmobilização e reassentamento (DDR) das forças da UNITA, Savimbi em algumas semanas rapidamente reagrupou suas tropas infiltradas nas aldeias, desenterrou munição, armas e mísseis terra-ar Stinger e passou à ofensiva.⁵⁸

2.6 LIÇÃO APRENDIDA? DESARMAMENTO, DESMOBILIZAÇÃO E RE-ASSENTAMENTO (DDR) SÃO PRIORITÁRIOS

Tanto a UNAVEM II quanto os observadores americanos, portugueses e russos estavam cientes dos problemas de DDR, e da ausência de duas condições principais para a resolução de conflitos e sucesso de missões de paz:

- (a) vontade política sincera por parte dos principais líderes da nação, já que quantia nenhuma de apoio internacional resultará em eleições livres e justas sem esta pré-condição, e
- (b) a condução técnica e apoio ao processo eleitoral conduzido de forma transparente e eficiente através de entidades independentes e profissionais.⁵⁹

Provavelmente, a lição mais duradoura e de grande valor teórico do processo verificado pela UNAVEM II se encontra nas questões de DDR. Para a UNITA, a desmobilização real e completa significaria seu fim como ameaça ao GOA, pois uma força insurgente desarmada confirmaria a inviabilidade, pelo menos no curto prazo, do retorno à guerra e conseqüentemente, esvaziaria a motivação do governo em negociar.⁶⁰

⁵⁷ WRIGHT, George. *The Destruction of a Nation: United States Policy Towards Angola Since 1945*. Chicago: Pluto Press. 1997. p. 60-61.

⁵⁸ Ibid., p. 165.

⁵⁹ SOUDRIETTE, Richard W. *Testimony to Committee on International Relations Subcommittee on Africa*. Global Human Rights, and International Operations International Foundation for Election Systems (IFES). 2006. Disponível em: <http://www.ifes.org/files/RWS-Angola-Testimony.pdf>. Acesso em: 16 julho 2008.

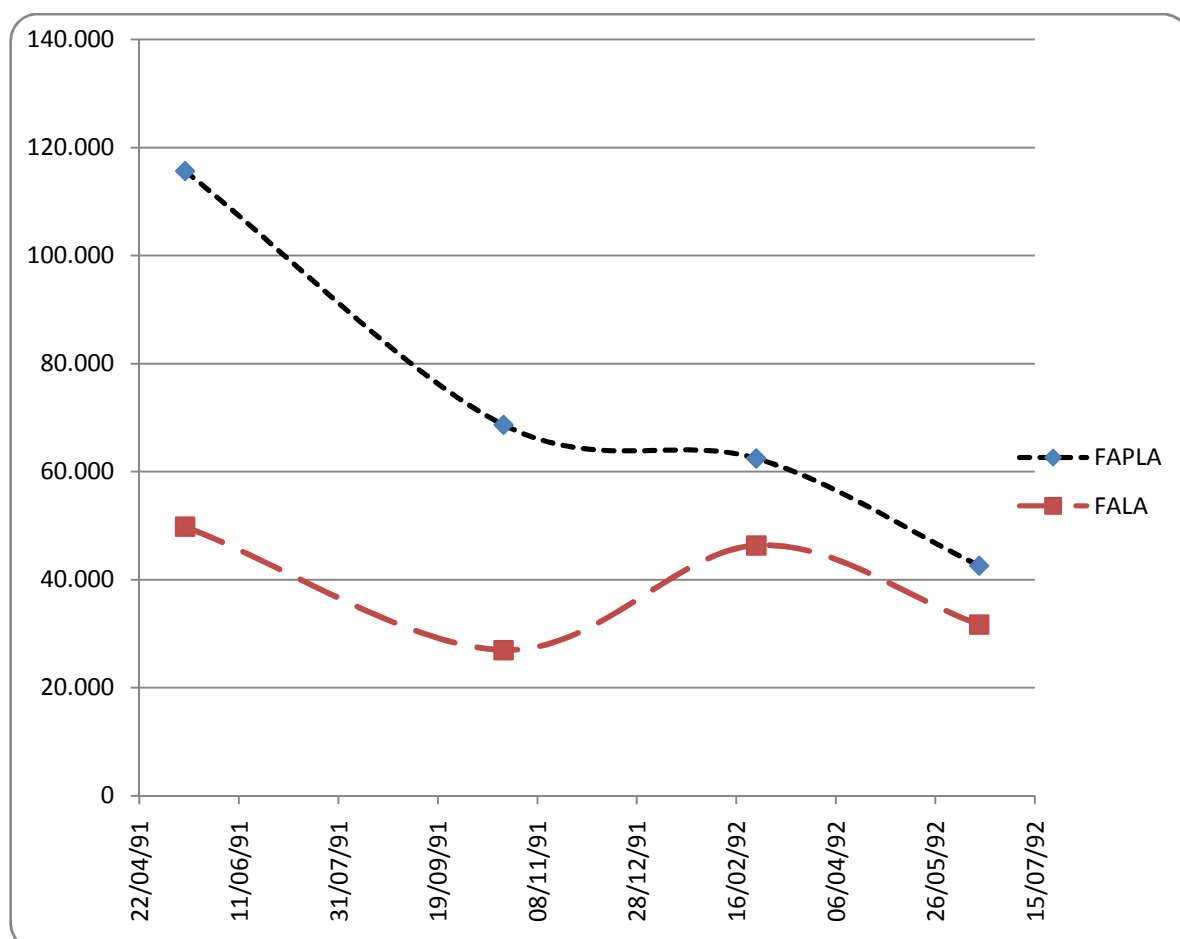
⁶⁰ BEKOE, Dorina A. "Mutual vulnerability and the implementation of peace agreements: examples from Mozambique, Angola, and Liberia". *International Journal of Peace Studies*, Volume 10, número 2, 2005. p.54.

Estudos revelam que a desmobilização não ocorre caso a força militar rebelde possua razões para acreditar que a opção militar seja a única capaz de influenciar o governo.⁶¹ Simultaneamente, a desmobilização teria um custo ao GOA, já que sua capacidade de contrapor-se a UNITA seria restringida e caso seus inimigos decidissem voltar à luta armada ou mesmo estivessem, como de fato estavam, ocultando tropas e atrasando o processo, o risco e o custo se tornariam injustificáveis. Desta forma, a desmobilização em Angola possuía o potencial de gerar a maior vulnerabilidade entre as partes, e para ser exitosa havia a necessidade de mutualidade rigorosa para a geração de confiança mútua que levaria a dispersão da tensão inerente ao processo de paz.⁶²

⁶¹ KINGMA, Kees. 1997. "Demobilization of Combatants after Civil Wars in Africa and their Reintegration into Civilian Life". *Policy Sciences*, No. 30, pp. 151-165, *apud* BEKOE, op. cit., p. 54.

⁶² BEKOE, op. cit., p. 54.

Gráfico 2.1: Acantonamento das FAPLA e FALA durante o período de transição, campanha e eleições gerais em Angola, 1991-1992.



| | 15/05/91 | 22/10/91 | 26/02/92 | 17/06/92 |
|-------|----------|----------|----------|----------|
| FAPLA | 115.640 | 68.666 | 62.446 | 42.600 |
| FALA | 49.800 | 26.968 | 46.314 | 31.700 |
| Total | 165.440 | 95.634 | 108.760 | 74.300 |

Fontes: Para 1991, Relatório do Conselho de Segurança da ONU, 1991a: parágrafo 24; Anstee, 1996, p. 48. Para fevereiro de 1992, Relatório do Conselho de Segurança da ONU, 1992c, parágrafo 11. Para Junho de 1992, Relatório do Conselho de Segurança da ONU, 1992b, parágrafo 16. *Apud* BEKOE, Dorina A. Mutual vulnerability and the implementation of peace agreements: examples from Mozambique, Angola, and Liberia. In: International Journal of Peace Studies, Volume 10, número 2, 2005, p. 54. Elaboração do autor.

Não foi o que ocorreu. A UNITA acantonou suas tropas declaradas mais rapidamente que o governo, mas as desmobilizou mais lentamente. Por sua vez, o governo desmobilizou mais rapidamente, mas falhou ao não completar a desmobilização, tanto que na data das eleições havia mais tropas do governo fora das áreas delimitadas do que da UNITA (proporcionalmente e em termos absolutos). No mandato da UNAVEM II não havia provisão para a execução eficiente do processo de DDR, já que a missão deveria apenas monitorar e verificar. Vale ressaltar que diferente do que alguns analistas têm afirmado,⁶³ a evidência indica que a UNITA havia acantonado mais efetivos da FALA do que o GOA da FAPLA. Logo, a UNAVEM II foi obrigada a observar e verificar a ruína de um acordo de paz com problemas de DDR congêntos, entre os quais:

1. As atividades de DDR não estavam interligadas a um esforço amplo e coordenadas para a resolução do conflito e pacificação, e simultaneamente, associadas a uma reforma do setor de segurança. Angola à época das eleições de 1992 vivia um momento tenso, de insegurança generalizada em que não existia uma força neutra de segurança pública. Os ex-combatentes possuíam baixa motivação para não retornar às armas caso a ocasião se apresentasse;⁶⁴ Outra grande falha, foi a formação fictícia das Forças Armadas de Angola, FAA, alguns dias antes das eleições, tornando-a inteiramente artificial, pois a maioria de seus componentes ainda preservavam todos os laços de lealdade a suas origens.⁶⁵
2. Não havia políticas e estratégias nacionais e internacionais para a questão dos ex-combatentes. As condições de higiene, saúde e alimentação das áreas de acantonamento levaram um grande número a não permanecer. Principalmente do lado do governo, soldos atrasados, alojamentos inadequados, falta de medicamentos e períodos demasiadamente longos de aquartelamento contribuíram para desorganizar o andamento do cronograma. A falta de participação de atores locais da sociedade civil, tal como igrejas e associações tornaram a situação uma ‘responsabilidade alheia’.⁶⁶
3. A não reintegração de ex-combatentes pode ter sido um fator chave para o fracasso do processo de paz. O custo de voltar à guerra parecia mais atraente do que permanecer

⁶³ Por exemplo, PEREIRA, Anthony. “The Neglected Tragedy: The Return to War in Angola, 1992-3”. *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 32, No. 1, (Mar., 1994), pp. 1-28.

⁶⁴ QUAKER COUNCIL FOR EUROPEAN AFFAIRS (QCEA). “The EU & DDR (Demobilisation, Disarmament & Reintegration)”. *Briefing Paper*. Bruxelas: QCEA. 2005;

⁶⁵ ANSTEE, Margaret J. *Never Learn to Type: A Woman at the United Nations*. Nova Jersey: John Wiley & Sons. 2004.

⁶⁶ BEKOE, op. cit., p. 54-55.

desocupado em áreas sem condições de vida e para a maioria, a guerra era o único meio de vida que conheciam.⁶⁷

4. Como já afirmado nesta dissertação, o mais oneroso de um acordo de paz, é o Desarmamento, Desmobilização e Re-assentamento dos combatentes. Em Angola, a falta de fundos em 1991 e 1992 minou a iniciativa da UNAVEM II, do governo de Angola e da UNITA, pois os apelos à comunidade internacional não foram atendidos.⁶⁸

Tecnicamente, a missão e o mandato da UNAVEM II foram cumpridos, isto é a missão monitorou o processo de paz e as eleições ocorreram conforme planejadas e foram consideradas pelos observadores internacionais como ‘amplamente justas e livres’, embora os eventos pós-eleições tenham anulado o êxito inicial.

2.7 UNAVEM III: SALVANDO FACE

As eleições de 1992 foram enfrentadas pela UNITA e MPLA como a batalha final pelo poder absoluto e controle do Estado, uma guerra por outros meios, pois os beligerantes não estavam dispostos a compartilhar o poder. O grande vencedor em todos os sentidos foi o MPLA que angariou a simpatia e apoio da comunidade interna e internacional pela aparente boa fé. A estrutura da transição não democrática em Angola permitiu às partes a preservação do modo de operar belicoso. A UNITA possuía apenas as armas como alavancagem de negociação, enquanto todos os recursos e poderes da transição permaneceram no âmbito do partido único e onipotente, MPLA. O partido no poder via no voto uma possibilidade de legitimação, mas antes disso uma grande probabilidade de perder tudo, já que se a UNITA ganhasse, ela não teria razões para deixar absolutamente nada para a oposição, pois os Acordos de Bicesse cimentaram a disputa pelo Estado como prêmio. Algumas cláusulas dos acordos eram irresponsáveis e em si mesmas, visto pela lógica da guerra, levaram ao abismo do conflito que dominava Angola desde a independência. O que se seguiu as eleições não se tratou de uma simples continuação. Angola nunca havia passado por um período de destruição, devastação e mortandade na escala que se testemunhou nos meses que antecederam os Acordos de Lusaka. Cidades e vilas que ainda preservavam a infra-estrutura

⁶⁷ QCEA, op. cit., p. 5.

⁶⁸ JETT, Dennis C. *Why Peacekeeping Fails*. New York: St. Martin's Press. 2000, p. 97 *apud* BEKOE, op. cit. p. 55.

herdada do período colonial foram arrasadas. Motivações políticas, sociais, humanas e econômicas continuaram inabaláveis. O processo de paz inicial não foi apenas ineficaz e incapaz de impedir a explosão de violência, ele se tornou um dos combustíveis da guerra.⁶⁹

Após as eleições todos os esforços empreendidos pelos países da Troika, membros do Conselho de Segurança e por Margareth Anstee foram infrutíferos. Encontros na província de Namibe, Addis Abeba e em Huambo falharam em levar a paz de volta a Angola. Entre outubro de 1992 e março de 1993 a UNITA obteve vantagem no campo de batalha e chegou a ameaçar a capital, Luanda e capturou Huambo em 7 de março. Após a queda do que restou da cidade, a UNITA concordou em se reunir em Abdijan, Costa do Marfim, encontro que se estendeu até 21 de maio sem qualquer resultado prático além de permitir a continuação das operações militares.⁷⁰

UNAVEM II se arrastava com várias prorrogações, entre as quais, resoluções 793 de novembro de 1992, 804 de janeiro de 1993 e 864 de setembro de 1993 que a estenderam por períodos adicionais de três meses, além de confiná-la a Luanda, com redução de pessoal e níveis de deslocamentos e atividades em geral até que houvesse condições de segurança. Em Junho do mesmo ano, a representante especial do secretário-geral, Margareth Anstee, foi substituída pelo diplomata do Mali, Alioune Blondin Beye, em mais uma tentativa de agradar as partes.⁷¹

2.7.1 A INEFICÁCIA DA UNAVEM II

No campo de batalha, a UNITA começava a sofrer os primeiros reveses a partir de setembro de 1993, após um período de readaptação das forças do governo às novas táticas da FALA. A nova dinâmica da guerra, destrutiva, convencional, urbana e rural, embora condenada publicamente por todos os lados, sinalizou para alguns, uma volta aos lucros. Savimbi era pressionado pela nova realidade de se ver obrigado a custear todo o esforço de guerra de modo independente. Por um lado garimpar diamantes e vendê-los, e por outro,

⁶⁹ MESSIANT, Christine. “MPLA et UNITA : processus de paix et logique de guerre”. *Politique Africaine*. N° 57. 1995. p. 40-57.

⁷⁰ ANSTEE, Margaret, 2004. Op. cit.

⁷¹ DPKO. Angola - UNAVEM II. Disponível em: <http://www.un.org/depts/DPKO/Missions/Unavem2/UnavemIIB.htm#observation>. Acesso em: 2 junho 2008.

orçar, comprar, transportar e alocar todos os suprimentos necessários, após ter sido deserddado pelos ex-aliados.⁷²

Por sua vez, o GOA naquele momento vindicado pelo reconhecimento do governo dos Estados Unidos, constitucionalmente legalizado e confirmado pela vontade do povo (embora sem o segundo turno não realizado), desejava consolidar e perpetuar o regime vigente baseado no petróleo, se necessário cooptando a UNITA ou preferivelmente, caso a primeira opção se tornasse demasiadamente laboriosa, aniquilando os rebeldes pela força das armas. Assim, sob várias pressões em outubro de 1993, a UNITA emitiu um comunicado reafirmando a validade dos Acordos de Bicesse de 1991 e abriu caminho para novos esforços diplomáticos que se prolongaram por doze meses de combates e mortes.⁷³

Naquele ano, calcula-se que 1.000 pessoas eram vitimadas pela guerra por dia, no entanto, a cada novo passo à frente na mesa de negociações, um passo atrás era dado de acordo com a situação conjuntural na guerra, cada lado procurando aproveitar qualquer avanço no terreno para sua vantagem em Lusaka.⁷⁴

2.7.2 MAIS UMA TENTATIVA: O PROTOCOLO DE LUSAKA

A despeito da real situação no terreno, pela perseverança do representante especial do secretário-geral da ONU, Alouine Blondin Beye, o Protocolo de Lusaka foi assinado em 20 de novembro de 1994 em Lusaka, Zâmbia, pelo ministro das relações exteriores de Angola, Venâncio de Moura e pelo secretário-geral da UNITA, Eugênio Manuvakola, na presença de José Eduardo dos Santos e na ausência de Jonas Savimbi. Embora a guerra continuasse, a ONU novamente se via com a responsabilidade de monitorar e verificar a implementação das provisões de um protocolo em Angola, mas desta vez a própria ONU se encarregara dos termos do acordo.⁷⁵

O documento consistia de 10 anexos exaustivos sobre cada passo do processo, em uma clara tentativa de solucionar as falhas do acordo de Bicesse. As partes concordavam em aceitar como documentos legais os Acordos de Paz de Bicesse de 31 de maio de 1991, além

⁷² MESSIANT, op. cit. p. 6.

⁷³ Ibid., p. 6.

⁷⁴ KUKKUK, Leon. *Letters to Gabriella*. Sarasota: FLF Press. 2005, p. 41. Veja também, Maier, Karl. *Angola: Promises and Lies*. Londres: Serif. 1996.

⁷⁵ HEWITT, Dawn M. "Peacekeeping and the Lusaka Protocol". *Melbourne Journal of Politics*, Vol. 26, 1999.

das resoluções do Conselho de Segurança, reafirmando a validade dos Acordos como base legal para a paz no país.⁷⁶ O condutor principal do processo seria a Comissão Conjunta, presidida pela ONU, com representantes da UNITA e MPLA e um observador de Portugal, Rússia e Estados Unidos. Um governo de união e reconciliação nacional (GURN) seria seguido do segundo turno das eleições, suspensas desde 1992. As FAA seriam aquarteladas e as tropas da UNITA reunidas em pontos específicos. Os mercenários seriam repatriados e parte da polícia nacional de Angola seria composta por ex-soldados da UNITA. Mais uma vez, a administração estatal deveria ser expandida para todo território nacional e a rádio da UNITA, a *Voz do Galo Negro*, VORGAN, seria transformada em uma rádio comercial.⁷⁷

Em vista do acordo a ser assinado pelos beligerantes, em 27 de outubro de 1994, o Conselho de Segurança através da resolução 952 (1994) estendeu o mandato da UNAVEM II até 8 de dezembro de 1994 e autorizou o restabelecimento da força original de 350 militares e 126 observadores policiais. Novas bases regionais das Nações Unidas foram re-estabelecidas no Huambo, Luena, Menongue, Saurino e Uige, além da base que havia permanecido aberta em Lubango em novembro do mesmo ano.⁷⁸ No dia primeiro de fevereiro de 1995, o secretário-geral da ONU recomendou ao Conselho de Segurança a formação de uma nova missão com o intuito de facilitar o entendimento entre as partes e o cumprimento dos novos acordos. O Conselho de Segurança acatou a recomendação e autorizou a formação da UNAVEM III que deveria contar com 7.000 capacetes azuis, 350 observadores militares, 260 observadores policiais, 420 funcionários civis internacionais, 300 funcionários locais e 75 voluntários das Nações Unidas.⁷⁹

Embora maior e mais experiente e também melhor preparada, a tarefa da UNAVEM III era uma empreitada hercúlia, provavelmente mais desafiadora do que aquela enfrentada pela UNAVEM II. A missão e o representante especial do secretário-geral, Alioune Blondin Beye deveriam atuar como mediadores diretos entre a UNITA e o GOA; Monitorar e verificar a expansão da administração estatal por todo o país; Monitorar e verificar o processo de reconciliação nacional; supervisionar, controlar e verificar a desmobilização das forças armadas; monitorar o recuo das tropas de zonas de combate e verificar o cumprimento do

⁷⁶ PROTOCOLO DE LUSAKA – 15 de novembro de 1994. Disponível em: <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/lusaka-protocol.php>. Acesso em: 22 julho 2008. Conciliation Resources: Key texts and agreements.

⁷⁷ HEWITT, op. cit. p. 2.

⁷⁸ DPKO, op. cit. p. 8.

⁷⁹ “Angola - UNAVEM III”. *United Nations Department of Public Information (UNDPI)*; United Nations Department Of Peacekeeping Operations (DPKO). Disponível em: http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/unavem_p.htm. Acesso em: 2 junho 2008.

cessar-fogo; averiguar informações repassadas pela UNITA e GOA quanto aos movimentos da tropa; cooperar com a instalação e logística de áreas de acantonamento; verificar a retirada, aquartelamento e desmobilização das forças da UNITA; supervisionar o recolhimento e armazenagem do arsenal da UNITA; supervisionar o deslocamento das forças armadas de Angola (FAA) para os quartéis e finalizar a constituição das FAA; verificar a livre circulação de pessoas e bens; monitorar a neutralidade da polícia nacional de Angola, o desarmamento da população em geral, o aquartelamento da polícia de intervenção rápida (PIR), assim como a segurança dos líderes da UNITA; coordenar, possibilitar e apoiar atividades humanitárias relacionadas ao processo de paz; participar de ações de desminagem; e ao fim do processo, declarar que todas as condições para a realização do segundo turno das eleições presidenciais haviam sido alcançadas e apoiar, verificar e monitorar o eventual processo eleitoral.⁸⁰

O Conselho de Segurança havia estabelecido fevereiro de 1997 para o encerramento do mandato da UNAVEM III. Os dois anos de prazo para a aplicação dos Acordos de Lusaka deveriam se caracterizar por uma política de desmobilização e reconstrução suficientemente ampla e duradoura para assegurar que o processo de desmobilização e integração da UNITA tal como previsto no texto de Lusaka ocorresse. Para que os termos fossem postos em prática se impunha a necessidade de uma execução transparente, imparcial, em que todas as violações fossem punidas de algum modo. Concomitantemente, o mandato da missão de paz carecia de uma interpretação flexível e abrangente por parte do representante especial para que se gerasse uma atmosfera de confiança entre as partes, que naquele momento se encontravam abertamente resistentes e desconfiadas, freqüentemente recorrendo a subterfúgios para não informar e permitir o monitoramento por parte dos observadores.⁸¹

2.7.3 UNAVEM III: A MISSÃO SEM PAZ E SEM GUERRA

No entanto, 10 meses mais tarde, em dezembro de 1995, a missão havia avançado muito pouco e o progresso demasiadamente moroso começava a ameaçar sua própria existência embora o Conselho de Segurança declarasse que continuaria as atividades da UNAVEM III a despeito das circunstâncias então vigentes. Tarefas importantes continuavam incompletas, inclusive a troca de informações militares detalhadas, a libertação de prisioneiros, o reposicionamento das tropas do governo que se encontravam próximas das

⁸⁰ UNDPI; DPKO, op. cit. p. 2.

⁸¹ MARCHAL, Roland; MESSIANT, Christine. *Les chemins de la guerre et de la paix: Fins de conflit en Afrique orientale et australe*. Paris: Éditions Karthala. 1997, p. 207.

áreas de acantonamento da UNITA, e a presença de mercenários. Além da presença de mercenários, tanto a UNITA quanto o GOA praticavam violações deliberadas e planejadas do cessar-fogo, principalmente no Noroeste do país. Complicando a situação, mais uma vez os capacetes azuis se encontravam em meio à troca de hostilidades, com a segurança das equipes de verificação ameaçada, principalmente pela UNITA, fato que limitava a verificação e mesmo o encorajamento ao cumprimento dos termos do acordo de Lusaka. Além das dificuldades físicas, ataques verbais e protestos contra a presença das Nações Unidas se multiplicavam incitados pela rádio estatal angolana e a criminalidade em geral dificultava a movimentação de pessoas e bens, constituindo-se mais uma ameaça à segurança das forças de paz.⁸²

O ano de 1996 caracterizou-se por novos atrasos e violações do acordo de Lusaka. Alguns pontos positivos marcaram o primeiro semestre, entre os quais, a adoção de um acordo base para a resolução de problemas militares, puxado pela promulgação da Lei de Anistia em 8 de maio de 1996. Houve também o início do processo de incorporação das tropas da UNITA nas Forças Armadas de Angola, e a finalização do aquartelamento da Polícia de Intervenção Rápida (PIR). Com o progresso no processo, o GOA decidiu executar a segunda etapa da retirada das FAA de certas posições avançadas e a UNITA entregou uma proposta de mudança de situação da sua rádio móvel, VORGAN.⁸³ Infelizmente, apesar de todos os pontos positivos, iniciava-se o período ‘sem guerra, sem paz’ que caracterizou os três anos seguintes.

A UNAVEM III experimentou grande dificuldade em proceder com o desarmamento da população civil devido também à falta de argumentos encorajadores ante a crescente violência da vida em Angola no período pós-acordo de Lusaka. Nas áreas rurais anteriormente ocupadas pela UNITA ocorreu um vácuo de poder momentâneo que logo foi ocupado por bandidos armados que atacavam a população, saqueando o pouco que restava, gado e haveres em geral. Um grande número de atos de banditismo era perpetrado por indivíduos armados, ora com uniformes da UNITA, ora com uniformes das FAA. Tais atos corriqueiramente ocorriam próximos às áreas de acantonamento e aquartelamento. Indícios e testemunhas não eram suficientes para levar à punição de suspeitos, e a grande maioria permanece impune. A violência por razões políticas e econômicas se tornou indistinguível, levada a cabo por forças

⁸² “Security Council Concerned by Slow Pace of Angolan Peace”. *Conselho de Segurança das Nações Unidas*. Nota à Imprensa. Nova York: United Nations Press. 21 dezembro 1995, p. 1 - 4.

⁸³ RELATÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (RSGONU). “Angola Verification Mission (UNAVEM III)”. 25 de junho de 1996. Disponível em: <http://www.un.org/french/docs/sc/s1996503.htm>. Acesso em: 01 agosto 2008.

de segurança do governo, tropas da UNITA, ex-combatentes da UNITA e do governo e criminosos comuns, culminando em uma rotina de assaltos a carros e casas, seqüestros, estupros e assassinatos, principalmente nas zonas rurais. Não obstante, a luta pela sobrevivência diária da população em geral seguia como havia desde o início da guerra.⁸⁴

A posse de armas pela população civil permaneceu um problema sem solução durante todo o mandato da UNAVEM III, e se inseria no problema maior da necessidade de se desmilitarizar a sociedade angolana, e desmobilizar e reintegrar ex-combatentes. O GOA chegou a lançar uma campanha de desarmamento, mas sem resultados expressivos. Além disso, a administração efetiva do Estado jamais chegou a ser estabelecida na maioria das áreas sob controle da UNITA neste período.⁸⁵

⁸⁴ VINES, Alex. *Angola Unravels: The Rise and Fall of the Lusaka Peace Process*. Nova York: Human Rights Watch. 1999, p. 38 - 39.

⁸⁵ UNITED NATIONS DEPARTMENT OF POLITICAL AFFAIRS (UNDPA). "Repertoire of the Practice of the Security Council, Chapter 8 - Consideration of questions under the Council's responsibility for the maintenance of international peace and security. 1996-1999. Africa: the situation in Angola". p.20. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/dpa/repertoire/96-99/CHAPTER%208/African/04%20-%20Angola.pdf>. Acesso em: 01 agosto 2008.

2.7.4 PRORROGAÇÃO DO MANDATO E NOVOS ATRASOS

O MPLA via na situação vigente uma maneira de legitimar e perpetuar a permanência no poder. Como o próprio slogan do partido afirma, ‘MPLA, partido no poder em Angola’, José Eduardo dos Santos contemplou a possibilidade de continuar no poder levando a UNITA para dentro de sua esfera de influência. Em maio de 1995, dos Santos ofereceu uma de duas vice-presidências a Savimbi no governo de transição até o segundo turno a ser realizado assim que as condições estipuladas no acordo de Lusaka tivessem sido alcançadas. Em agosto do mesmo ano durante a segunda reunião de cúpula realizada em Libreville, Gabão, Savimbi reconheceu a oferta do GOA, mas não declarou se havia ou não de aceitá-la. Novamente, em Março de 1996, durante um encontro de lideranças do MPLA e UNITA em Libreville, a vice-presidência foi oferecida à UNITA. No entanto, a oferta foi recusada em janeiro de 1996 e a recusa confirmada pelo III Congresso da UNITA em agosto de 1996.⁸⁶ Em resposta, o MPLA recomendou a caducidade da cláusula do Protocolo de Lusaka que conferia ao líder da UNITA um ‘estatuto especial’.⁸⁷

Uma vez mais, a missão de paz pouco podia interferir, já que se tratava de uma missão de verificação e monitoramento de um acordo voluntariamente celebrado entre as partes. O GOA continuou na ofensiva política ao anunciar em dezembro de 1996 o apontamento de nove generais da UNITA para funções no Ministério da Defesa e nas Forças Armadas de Angola.⁸⁸ Enquanto isso, toda responsabilidade pelos atrasos e sobressaltos do processo se concentravam na UNITA e na pessoa de seu presidente.

Sem opções, o Conselho de Segurança em 11 de dezembro de 1996 prorrogou o mandato da missão uma vez mais, desta feita até 28 de fevereiro de 1997 e aprovou a recomendação do secretário-geral para continuação da retirada dos capacetes azuis a partir de fevereiro de 1997. O Conselho também encorajou o presidente da UNITA a viajar para Luanda para a posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) e, permanecer em Luanda para que fosse criado um ambiente de confiança nas instituições democráticas e gerar uma dinâmica de irreversibilidade no processo de paz.⁸⁹ Após nova

⁸⁶ VINES, 1999, op. cit. p. 18.

⁸⁷ ANGOLA DIGITAL. “História cronológica da Guerra e Paz em Angola”. Disponível em: http://www.angoladigital.net/sobrepais/index.php?option=com_content&task=view&id=29&Itemid=40. Acesso em: 2 agosto 2008.

⁸⁸ CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. “Press Release 6301. Security Council Extends Angola Mission Until 28 February 1997”. 11 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.un.org/News/Press/docs/1996/19961211.sc6301.html>. Acesso em: 02 agosto 2008.

⁸⁹ *Ibid*, p. 3.

prorrogação do mandato da UNAVEM III, com o máximo de atraso, em 28 de março do mesmo ano, três membros da UNITA a serem integrados ao GURN e 12 deputados da UNITA para o parlamento angolano chegaram a Luanda para tomar posse entre os dias 9 e 11 de abril. O novo governo foi finalmente empossado em 11 abril de 1997, composto por 28 ministros, 55 vice-ministros e um secretário de Estado além dos 70 deputados nomeados da UNITA para a Assembleia Nacional. Savimbi, que deveria assumir como vice-presidente, permaneceu com seus guarda-costas no interior e se recusou a entregar o controle das áreas diamantíferas mais lucrativas.⁹⁰

2.7.5 A MAIOR E MAIS FRACA DAS MISSÕES

A despeito de ter sido a maior missão de paz do período, a UNAVEM III não foi reputada por aqueles que deveria monitorar e fiscalizar como uma ferramenta capaz de implementar com sucesso os termos do acordo de paz de Lusaka. O diplomata do Mali, Alioune Blondin Beye, conduziu o processo de execução do protocolo de Lusaka de forma diferente a de sua antecessora, Margaret Joan Anstee. Beye dava prioridade à participação de atores regionais para pressionar os líderes da UNITA e do MPLA, enquanto Anstee procurava se engajar pessoalmente e criar diálogo direto entre os dois líderes. No entanto, a estratégia do representante especial não foi eficaz, pois não produziu as oportunidades necessárias para a criação de pontes de concordância e entendimento entre os principais atores, além de haver antagonizado Savimbi já no início do processo, antes mesmo da assinatura do Protocolo de Lusaka.⁹¹ Durante o período logo após a assinatura do Protocolo de Lusaka e a posse do GURN, tanto o governo de Angola quanto a UNITA violaram o cessar-fogo habitualmente, sem qualquer receio de maiores conseqüências e muito menos punição. Apenas entre 30 de abril de 1996 e 3 de maio de 1996, o cessar-fogo foi violado 75 vezes, 35 das quais confirmadas pela UNAVEM III.⁹²

⁹⁰ CLEARY, Sean. “Angola – A case study of private military involvement”. In: CILLIERS, Jakkie; MASON, Peggy (Eds.). *Peace, Profit or Plunder? The Privatisation of Security in War-torn African Societies*. Pretoria: Institute for Security Studies, 1999. p. 141 – 174.

⁹¹ “Mr. Beye, he disappointed me. It was not his place to say that I did not come to Lusaka for the signature of the agreement on 20 November because I was 'a beaten man' or because I did not want to be humiliated. He talks too much! Now he wants to come here to meet with me. It is not longer worth the trouble. It is over. I do not want to talk to him any longer”. Entrevista a Jonas Savimbi, citada em PAULO, Manuel J. “The role of the United Nations in the Angolan peace process”. *Conciliation Resources*. 2004. Disponível em: <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/un-role.php>. Acesso em 31 maio 2008.

⁹² RSGONU, 1996, op. cit., p. 3.

Entre abril de 1997 e agosto 1998, provavelmente pressionada pela situação nas frentes de batalha, reorganizando e recuperando forças extraviadas no Congo-Kinshasa, a UNITA deu vários passos à frente outros tantos atrás, em uma série de episódios. Após novos e costumeiros atrasos, a UNITA declarou haver desmilitarizado suas forças em março de 1998, e em reconhecimento o governo do MPLA apontou três governadores e sete vice-governadores nomeados pela UNITA e uma nova lei foi aprovada outorgando a Savimbi um novo status especial.⁹³ Em seguida, a rádio VORGAN foi silenciada no dia primeiro de abril, embora tenha voltado a transmitir de janeiro a novembro de 1999.⁹⁴

Estes pequenos progressos atolados nas incertezas, dificuldades e atrasos crônicos, tornaram o fardo financeiro da UNAVEM III injustificável e rapidamente este fardo se tornou uma pressão adicional para que a missão fosse concluída com ou sem paz em Angola.⁹⁵ E assim, o protocolo de Lusaka gerou condições para posicionamentos não previstos:

(1) O GOA fortaleceu sua posição, legitimidade e determinação em cooptar a UNITA ou derrotá-la militarmente; e,

(2) A UNITA se regenerou como força militar, política e econômica e consolidou a auto-imposição de continuar a lutar.⁹⁶

⁹³ VINES, 1999, op. cit. p. 24.

⁹⁴ “Intel: Angola Voz Resistencia do Galo Negro (VORGAN)”. *Clandestine Radio*. Disponível em: <http://www.clandestineradio.com/intel/station.php?id=10&stn=20&PHPSESSID=cb5956fdf6864f88dd40771682a9d136>. Acesso em: 02 agosto 2008.

⁹⁵ MALAQUIAS, Assis V. “UN Peace Operations in Lusophone Africa: Contrasting Strategies and Outcomes”. In: *The Journal of Conflict Studies*. Vol. 18, No. 2, 1998.

⁹⁶ *Ibid*, p. 12.

2.8 MONUA: PRELÚDIO DA TERCEIRA GUERRA EM ANGOLA

Em abril de 1997, a UNITA se juntou à coalizão do novo governo de união nacional e aparentava se comprometer a desmobilizar grande parte de suas tropas e integrar o restante nas Forças Armadas de Angola (FAA) conforme acordado 31 meses antes.⁹⁷ Todavia, ao mesmo tempo em que o novo governo era empossado, o contexto regional passou por turbulências e mudanças profundas, com conseqüências de longo prazo. Mobutu Sese Seko e Pascal Lissouba, ditadores do então Zaire e Congo respectivamente, foram derrubados com a participação de ambos os beligerantes angolanos em lados opostos. A queda de Mobuto, aliado de longa data de Jonas Savimbi, cortou a mais importante das rotas de suprimento da UNITA pós Guerra Fria, expôs posições avançadas das FALA utilizadas na tentativa de impedir a queda de Mobuto e, deu novo alento à opção de número dois do governo, isto é, derrotar a UNITA no campo de batalha.⁹⁸ Como resultado, UNAVEM III se foi com um resultado parcial em junho de 1997, sem contemplar a paz e sem declarar a guerra.

A Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA - 30 de junho de 1997 – 26 de fevereiro de 1999) prestigiou o prelúdio da Terceira Guerra em Angola que terminaria com a morte de Jonas Savimbi em 2002. Estabelecida pelo Conselho de Segurança a 30 de junho de 1997 através da Resolução 1118 (1997), a missão supervisionaria a retirada dos capacetes azuis e apenas um grupo reduzido de observadores militares permaneceria em Angola. A própria criação da missão, uma auto-recriminação e reconhecimento da comunidade internacional e das Nações Unidas de que uma missão de paz em Angola naquele período pouco tinha a alcançar, indicava que o destino do processo de paz se encontrava totalmente nas mãos dos dois principais atores e suas redes de sustentação.⁹⁹

Em um período crítico para a continuidade do processo, Beye se ausentou de Angola com freqüência para realizar tratamento de saúde devido a um problema cardíaco, sendo que sua ausência potencializou a intransigência das partes.¹⁰⁰ No dia 22 de junho de 1998, Beye se encontrou com Jonas Savimbi em Andulo, uma das quatro regiões administrativas (Andulo, Bailundo, Mungo e N'Harea) ainda sob controle da UNITA e sem presença da administração do governo. Novamente, Savimbi se comprometeu a finalizar o processo de presença estatal

⁹⁷ MACQUEEN, Norrie. "Peacekeeping by attrition: the United Nations in Angola". *The Journal of Modern African Studies*, vol. 36, número 3, p. 399-422.

⁹⁸ MALAQUIAS, 1998, op. cit., p. 13.

⁹⁹ "United Nations Mission of Observers in Angola". *Department of Peacekeeping Operations (DPKO)*. 21 de julho de 1999. Disponível em: http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/monua_p.htm. Acesso em: 02 agosto 2008.

¹⁰⁰ VINES, 1999, op. cit. p. 25.

até 30 de junho. Em 26 de junho, Beye viajou para a Costa do Marfim, Togo e Burkina Faso na tentativa de persuadir estes países a cessarem o auxílio à UNITA e cortarem as teias de sustentação que passavam e/ ou partiam destes países. Após um dia de conversações em Lomé, Togo, durante a aproximação da aeronave alugada pela MONUA ao aeroporto de Abidjan, Beye, cinco membros da missão e os dois pilotos perderam suas vidas em um acidente ainda inexplicado e sepultaram o Protocolo de Lusaka e a MONUA definitivamente.¹⁰¹

Nos meses que se seguiram o diálogo entre as partes cessou e o cessar-fogo passou a ser esporádico nas províncias de Lunda Sul, Lunda Norte, Moxico, Uige e Cuanza Norte. A UNITA voltou a ocupar várias áreas que haviam recentemente sido passadas ao controle do Estado e a MONUA começou os preparativos para se retirar de grande parte do país, especificamente de Andulo e Bailundo, onde a UNITA se recusava a permitir a aterrissagem de aeronaves das Nações Unidas para evacuar catorze capacetes azuis e funcionários civis virtualmente reféns que foram resgatados em sete de dezembro de 1998.¹⁰²

Dois incidentes aceleraram a determinação da saída da ONU de Angola com missões paz. O voo das Nações Unidas 806 abatido sobre território da UNITA levava dez passageiros e quatro tripulantes entre Huambo e Saurimo, desapareceu em 26 de dezembro.¹⁰³ Oito dias mais tarde, foi a vez do voo 806A ser abatido com 23 membros da MONUA a bordo próximo a Fazenda Tchinguili, 32 km a nordeste de Huambo. Em ambos incidentes, as caixas pretas foram removidas antes da chegada de equipes de resgate, e houve a tentativa de camuflar o que restou das aeronaves. Tanto a UNITA quanto o GOA negaram qualquer envolvimento com os incidentes. No total, seis aeronaves da missão foram perdidas naquela área em cerca de seis meses.¹⁰⁴

A missão e o sucessor de Beye, Issa B.Y. Diallo (Guiné) se tornaram irrelevantes à medida que o efetivo da missão foi decrescido e a situação militar se deteriorava desta vez em detrimento da UNITA e a favor do governo. O GOA percebendo a oportunidade bloqueou todas as iniciativas do novo representante-especial do secretário-geral das Nações Unidas e

¹⁰¹ PACE, Eric. "Alioune Blondin Beye, 59, Envoy for U.N". *The New York Times*. 29 de junho de 1998. Disponível em:

<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9C03EED7153FF93AA15755C0A96E958260&sec=&spon=&pagewanted=print>. Acesso: 14 dezembro 2008.

¹⁰² DPKO, op. cit., p. b.

¹⁰³ "UN plane crashes". *BBC News. World: Africa*. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/242806.stm>. Acesso em: 03 agosto 2008.

¹⁰⁴ "UN plane 'riddled with bullets'". *BBC News. World: Africa*. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/263633.stm>. Acesso em: 03 agosto 2008.

não permitiu novas tentativas de diálogo com Savimbi. Em fevereiro de 1999, o GOA exigiu a extinção da MONUA que conseqüentemente foi finalizada. Em 26 de fevereiro de 1999, o Conselho de Segurança adotou a resolução 1229 (1999), pela qual se procedia com o fim do mandato acatando as recomendações do secretário-geral apresentadas em relatório alguns dias antes (S/1999/202). Entre janeiro de 1989 a 30 de junho de 1998 as Nações Unidas investiram USD1,08 bilhões (não ajustados) sem poder apresentar resultados positivos.¹⁰⁵

2.9 UNOA E UNMA: "POR FAVOR, O ÚLTIMO APAGUE AS LUZES"

A abertura do Escritório das Nações Unidas em Angola (UNOA) foi autorizada pelo Conselho de Segurança em 15 de outubro de 1999.

“[T]o liaise with the political, military, police and other civilian authorities in that country. The Office was to explore effective measures for restoring peace, assist the Angolan people in the area of capacity building, humanitarian assistance, the promotion of human rights and coordinate other activities.”¹⁰⁶

Comandada pelo representante para Angola do secretário-geral, Mussagy Jeichande (Moçambique, a partir de 31 de julho de 2000), a missão não teve papel decisivo quanto aos aspectos políticos, militares e resolução do conflito. No entanto, a pequena missão de 30 membros, teve grande relevância em atenuar os efeitos devastadores da guerra para milhões de angolanos principalmente nas áreas que foram sendo reocupadas pelo GOA nos últimos 18 meses de guerra.¹⁰⁷ Através do, “2000 United Nations Consolidated Inter-agency Appeal for Angola”, a UNOA pôde assumir suas funções de acordo com a resolução do Conselho de Segurança 1268 (1999) de 15 de outubro de 1999, embora o financiamento solicitado de USD258 milhões estivesse aquém daquilo que os doadores internacionais se dispunham a oferecer.¹⁰⁸

Entrementes, o GOA obteve êxito em sua política de ‘paz pela guerra’, e a 4 abril de 2002 impôs à UNITA o Memorando de Entendimento de Luena, firmado entre os Generais Armando da Cruz Neto e Abreu Muengo Ukwachitembo ‘Kamorteiro’, das FAA e FALA

¹⁰⁵ “MONUA”. *United Nations Department of Public Information. Peace and Security Section (UNDPI-PSS)*. 1999. Disponível em: http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/monua_p.htm. Acesso: 03 agosto 2008.

¹⁰⁶ “United Nations and Angola”. *UNDPI-PSS*. 2000. p. 1 Disponível em: <http://www.un.org/peace/africa/pdf/Angola.pdf>. Acesso: 03 agosto 2008.

¹⁰⁷ *UNDPI-PSS*, op. cit. p. 2 – 4.

¹⁰⁸ GLOBAL POLICY FORUM. United Nations Press Release SC/6785. 18 de janeiro de 2000. Disponível em: <http://www.globalpolicy.org/security/sanction/angola/angola47.htm>. Acesso: 03 agosto 2008.

respectivamente.¹⁰⁹ Em agosto, a resolução do Conselho de Segurança 1433 (2002) substituiu a UNOA pela Missão das Nações Unidas em Angola (UNMA). A UNMA deveria presidir a Comissão Conjunta Militar, ressuscitada do Protocolo de Lusaka, e através de trinta observadores militares, monitoramento do acantonamento das tropas da UNITA, agir como avalista do acordo e coordenar os esforços humanitários das agências da ONU. No entanto, o governo agiu de forma unilateral e limitou a atuação da ONU aos esforços humanitários. A própria UNITA sob a coordenação das FAA gerenciou todo o processo de aquartelamento, desmobilização e desarmamento do efetivo.¹¹⁰

2.10 SANÇÕES E AS MISSÕES DE PAZ EM ANGOLA

Até as eleições de 1992, os Estados Unidos haviam apoiado a UNITA sem restrições, impedindo o uso de qualquer tipo de sanção. Mas no início do segundo semestre de 1993 quando a UNITA rejeitou o Protocolo de Abidjan, o governo de George Bush reconheceu a legitimidade do governo de Angola e abriu caminho para que sanções fossem utilizadas contra à UNITA nos anos que se seguiram. Este realinhamento a favor do ‘governo legítimo do MPLA’ levou a uma inversão política, diplomática e militar progressiva que confirmou o partido no poder.¹¹¹

Em 15 de setembro de 1993, o Conselho de Segurança adotou a resolução 864 (1993). A resolução acusava a UNITA de ocupar território, falhar em acantonar suas tropas e descumprir os Acordos de Paz de Lusaka ao violar o cessar-fogo. Por estas razões, o Conselho proibia toda venda ou suprimento à UNITA de armamento e material bélico e assistência militar, assim como combustíveis em geral. Todos os Estados membros deveriam impedir a venda ou suprimento por parte de seus cidadãos ou a utilização de seus territórios por terceiros, ou o uso de embarcações ou aeronaves, originárias ou não de seus territórios, destinadas a qualquer ponto do território angolano, a não ser que autorizados pelo governo de Angola através de uma lista que seria previamente fornecida ao secretário-geral das Nações Unidas. Todos os Estados deveriam trabalhar em conjunto para o cumprimento da resolução e tomar as devidas ações contra indivíduos ou entidades que violassem os termos da sanção.

¹⁰⁹ GRIFFITHS, Aaron. “The end of the war: the Luena Memorandum of Understanding”. *Conciliation Resources*. 2004. Disponível em: <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/luena-memorandum.php>. Acesso: 03 agosto 2008.

¹¹⁰ PAULO, 2004, op. cit. p. 3.

¹¹¹ MESSIANT, 2004, op. cit., p. 6..

Além de convocar os Estados-membros, o Conselho se declarava pronto a impor outras medidas, tais como, restrições de comercialização e viagem caso a UNITA não acatasse aos acordos até o dia primeiro de novembro de 1993.¹¹²

O fato do Conselho de Segurança não possuir alternativas e haver deixado a responsabilidade do cumprimento das sanções aos países vizinhos e região, praticamente liquidou a eficácia de todo o processo, pois a UNITA se notabilizava pela criação de novas linhas de abastecimento ilícito e os países da região, mesmo os que desejavam cumprir as resoluções possuíam recursos limitados para monitorar suas fronteiras, pistas de pouso e espaço aéreo. O sistema de monitoramento de vôo em Angola cobria apenas as áreas circundantes aos principais aeroportos tornando a violação do espaço aéreo e subseqüentes detecções uma questão de coincidência e sorte. Comprovadamente, Togo e Gabão receberam carregamentos de diamantes e enviaram remessas de suprimentos durante pelo menos 6 anos. A Zâmbia e membros do governo daquele país também foram alvos de denúncias de violação a partir do aeroporto de Ndola, a 500 quilômetros da fronteira com Angola. As proibições de vôo surtiram algum efeito somente após a África do Sul fechar vinte cinco pistas em seu território e passar a monitorar as remanescentes com mais vigor. Os esforços não tiveram impacto imediato, e mesmo no longo prazo seus efeitos foram reduzidos, pois segundo o próprio Comitê de Sanções, sessenta toneladas eram entregues à UNITA diariamente em agosto de 1998 e em julho de 1999, os rebeldes teriam recebido entre 150 a 300 vôos cargueiros.¹¹³

Passaram-se quatro anos até que novas sanções fossem impostas à UNITA. Em 28 de agosto de 1997, o Conselho de Segurança instituiu restrições de viagem individuais e de vôo para e a partir de áreas ocupadas pela UNITA na tentativa de isolar o comando do movimento e dificultar a venda de diamantes e compra de suprimentos e armas em geral.¹¹⁴ Os Estados deveriam (1) impedir que o alto escalão da UNITA e membros de suas famílias entrassem em seus países; (2) cancelar passaportes, vistos de permanência e fechar todos os escritórios da UNITA; (3) proibir o fornecimento de aeronaves, peças e seguro aéreo, serviços de manutenção e engenharia; (4) qualquer vôo para e de áreas das UNITA deveria ter a

¹¹² “Resolução 864 (1993) - S/RES/864 (1993).” *Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)*. 15 setembro 1993. p. 1 – 5. Disponível em: <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/502/71/PDF/N9350271.pdf?OpenElement>. Acesso: 03 agosto 2008.

¹¹³ CORTRIGHT, et al, 2004, op. cit. p. 154.

¹¹⁴ CSNU. S/RES/1127 (1997). 28 de agosto de 1997. p. 1 – 4. Disponível em: <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/226/93/PDF/N9722693.pdf?OpenElement>. Acesso: 03 agosto 2008.

autorização cancelada, tanto de decolagem quanto de pouso e sobrevôo. Reforçando a determinação, em fevereiro de 1998, as Nações Unidas publicaram uma lista de oitenta indivíduos sujeitos a restrições de viagem.¹¹⁵

Em 12 de junho de 1998, novas sanções foram adotadas, desta feita atingindo os recursos financeiros da UNITA. A resolução 1173 (1998), que passou a vigorar a partir da resolução 1176 (1998) de 24 de junho de 1998, proibia a exportação direta e indireta de diamantes extraídos de áreas ocupadas pela UNITA e congelava todas as contas bancárias de membros seniores e famílias e todos os diamantes provenientes de Angola deveriam ser acompanhados de certificado de origem.¹¹⁶ Um Comitê de Sanções (S/RES/864,1993), um Painel de Especialistas (S/RES/1237, 1999) e um Mecanismo de monitoramento (S/RES/1295, 2000) foram formados em sucessivas tentativas de fazer valer o texto das sanções contra a UNITA nos quase dez anos de vigência das mesmas.¹¹⁷

Entretanto, o Comitê de Sanções pouco pode alcançar contra as constantes violações e cumplicidade de países na região e na África Ocidental, empresas e negociantes independentes. Foi durante o período de sanções, especificamente de 1994 a 1998, que as vendas líquidas de diamantes provenientes de áreas ocupadas pela UNITA se aproximaram de USD2 bilhões segundo estimativas. Membros da UNITA continuaram a viajar sem maiores dificuldades, sobretudo pelo continente africano e continuaram a defender o esforço de guerra com representantes extra-oficiais.¹¹⁸

A iniciativa mais bem sucedida foi o Painel de Especialistas encabeçado pelo embaixador do Canadá nas Nações Unidas e chefe do Conselho do Comitê de Sanções para Angola, Robert Fowler. Em 10 de março de 2000, o Painel apresentou o resultado das investigações utilizando uma estratégia de nomeação e desonra pública (*naming and shaming*) de países e indivíduos suspeitos de auxiliar a UNITA a violar as sanções do Conselho de Segurança da ONU. O relatório causou comoção entre países membros, em uma organização acostumada a relatórios vagos preparados por painéis com vieses e compromissos políticos. O

¹¹⁵ CORTRIGHT, David; LOPEZ, George A. STEPHANIDES, Joseph. *Smart Sanctions: Targeting Economic Statecraft*. Lanham: Rowman & Littlefield. 2004. p. 152

¹¹⁶ CSNU. S/RES/1173 (1998). 12 de junho de 1998. P. 1 – 4; CSNU. S/RES/1176 (1998). 24 de junho de 1998. Disponíveis em: <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/166/52/PDF/N9816652.pdf?OpenElement>; <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/180/42/PDF/N9818042.pdf?OpenElement>. Acesso em 03 de agosto de 2008.

¹¹⁷ CSNU. Security Council Resolutions Concerning the Situation in Angola Pursuant to Resolution 864 (1993). Disponível em: <http://www.un.org/Docs/sc/committees/Angola/AngolaResEng.htm>. Acesso: 03 agosto 2008.

¹¹⁸ PAULO, 2004, op. cit. p. 3.

relatório de quarenta e quatro páginas divulgou o resultado de uma investigação de onze meses sobre a venda e entrega de armas e equipamentos militares, o fornecimento de combustíveis e lubrificantes à UNITA, a compra de diamantes extraídos de áreas controladas pela UNITA, a manutenção de contas bancárias e outros bens financeiros, escritórios da UNITA no exterior, e viagens de membros seniores e membros adultos de suas famílias imediatas.¹¹⁹

A revelação do envolvimento pessoal de cinco chefes e ex-chefes de Estado, entre os quais o presidente do Togo Gnassingbé Eyadéma e seu homólogo de Burkina Faso, Blaise Compaoré, ambos denunciados por disponibilizar seus países como entreposto de venda e compra de diamantes, suprimentos e refúgio para familiares de chefes da UNITA geraram bastante atenção da mídia. Ruanda também figurava entre as principais rotas, além de Libreville, Gabão, onde os aviões com entregas para a UNITA eram reabastecidos antes de seguir para os territórios controlados pela UNITA entre 1994 e 1999. A Bulgária era a principal fornecedora de armas e munição que era comprada através das vendas de diamantes. A UNITA fornecia direta e indiretamente o mercado de diamantes da Antuérpia, Bélgica, valendo-se do fraco controle exercido pelas autoridades locais e pela própria dificuldade de se identificar a origens das pedras. Em geral, a UNITA e Savimbi, pouco se valiam de bancos e contas, esquivando-se ao máximo dos canais comerciais de transação bancária. O relatório também relatava em algum detalhe as operações aéreas que mantinham a UNITA abastecida, nomeando empresas, pilotos, proprietários, pistas e aeroportos utilizados.¹²⁰

Trinta e nove recomendações foram feitas pelo relatório Fowler, entre as quais:

- (1) O Conselho de Segurança deveria impor sanções contra líderes e governos que estivessem envolvidos em violações de sanções;
- (2) O tipo de certificação utilizado na indústria diamantífera era inadequado e deveria ser revisto;
- (3) O cumprimento de sanções da ONU deveria figurar entre os critérios para candidaturas a organismos internacionais como a União Européia e a OTAN;

¹¹⁹ FOWLER, Robert R. (Org.). Report of the Panel of Experts on Violations of Security Council Sanctions against Unita. Nova York: Conselho de Segurança das Nações Unidas. 10 de março de 2000. Disponível em: http://www.un.org/News/dh/latest/angolareport_eng.htm. Acesso: 01 agosto 2008.

¹²⁰ Ibid., p. 27-33.

- (4) Os combustíveis comercializados na região poderiam ser identificados através de amostras de cada fornecedor e comparados ao utilizado pela UNITA, identificando a fonte;
- (5) Penalidades contra falsificadores de certificados de origem de diamantes, empresas e indivíduos que comercializavam com a UNITA;
- (6) Recompensar organizações ou indivíduos que identificassem qualquer atividade relacionada nas sanções e países e indivíduos envolvidos seriam barrados de assumir cargos, receber conferências e encontros relacionados às Nações Unidas.¹²¹

2.10.1 LIÇÕES APRENDIDAS: RECOMENDAÇÕES DE UMA VETERANA

Margaret Anstee, Representante Especial do Secretário-Geral da ONU em Angola, em 1993, resumiu as lições que deveriam ter sido aprendidas pela experiência da UNAVEM II e que deveriam ser levadas em consideração em operações de paz futuras, na tentativa de reformular o próprio modo de operar do departamento de missões de paz da ONU. (1) a ONU deve se preparar para envolvimento de longo prazo, especialmente em conflitos com raízes profundas e resistentes, onde a possibilidade de soluções rápidas inexistem. Caso a comunidade internacional não esteja preparada para tal, a ONU não deveria se envolver. (2) A ONU precisa se envolver nas negociações dos acordos de paz que monitora e verifica. (3) O mandato adequado é abrangente e robusto, devidamente apoiado por recursos correspondentes às necessidades, recursos estes disponibilizados dentro de um cronograma pré-estabelecido e de acordo com as situações no campo. (4) Embora o compromisso dos ex-beligerantes com a paz seja imprescindível, o árbitro deve ser capaz de algum tipo de imposição. (5) O secretário-geral se reserva o direito de rejeitar solicitações para missões para as quais não existam mandato, recursos essenciais e condições para sua execução. (6) Caso os acordos de paz incluam a realização de eleições, estas só devem ser realizadas quando forem cumpridas condições mínimas conforme constem dos acordos, com o estabelecimento de um prazo discricionário por parte do representante especial encarregado do processo. (7) O sistema eleitoral e de governo deve ser organizado de modo a evitar o sistema ‘quem vence, vence tudo’, permitindo governos de coalizão, conciliação e unidade nacional. (8) Programas

¹²¹ “Sanctions-Busting in Angola”. *Human Rights Watch Backgrounder*. 2000. Disponível em: <http://www.hrw.org/press/2000/03/ang1403.htm>. Acesso: 4 agosto 2008.

paralelos coordenados devem contemplar a realidade social, econômica tendo em vista a reintegração social e os direitos humanos. Para que isso possa ser realizável, forças policiais neutras supervisionadas por um contingente policial da missão de paz precisam ser criadas. (9) As ações de todos os envolvidos nos processos de paz precisam ser tornadas públicas e notórias à população em geral através de meios de comunicação neutros, não enviesados e comprometidos com a paz, visando à formação de opinião independente da até então estabelecida. (10) A logística de uma missão não pode depender da política do Conselho de Segurança após o início da missão. (11) Condenações verbais do Conselho de Segurança não surtem efeito, sanções direcionadas deve ser a primeira opção no caso de descumprimento do acordo. (12) E, por último, no mundo ideal, cada missão receberia o interesse genuíno da comunidade internacional, empenhada na manutenção da paz.¹²²

2.10.2 RESPONSABILIDADE E CULPA DAS MISSÕES DE PAZ

Diferentes analistas têm diagnósticos diferentes para o insucesso das missões de paz em Angola. Para alguns a seqüência de dificuldades se deu em grande parte pelo fácil acesso dos rebeldes a armas.¹²³ Uma análise recorrente responsabiliza a comunidade internacional que não teria se comprometido desde o início em encontrar uma solução para o conflito.¹²⁴

Para os que posicionam as missões de paz no centro do desastre, ao dar prioridade aos aspectos políticos ao invés de priorizar a esfera militar, a ONU se deixou manipular pelos beligerantes e fracassou miseravelmente em atingir os objetivos das missões.¹²⁵ Os mais moderados crêem que as atividades da ONU em Angola estavam comprometidas desde o início, já que nem mesmo o mandato mais robusto e recursos correspondentes poderiam forçar a desmobilização e o desarmamento de um exército guerrilheiro cujo líder apresentava níveis de comprometimento variáveis, que dispunha de um país vasto, fronteiras porosas e recursos para se autofinanciar.¹²⁶

¹²² Baseado em grande parte em ANSTEE, Margaret J. 2004 *apud* CONCILIATION RESOURCES. Lições para a ONU da UNAVEM II (1991-93). Disponível em: <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/unavem-2.php>. Acesso em: 16 junho 2008.

¹²³ Small Arms Working Group (SAWG). Arms and Peacekeeping. Disponível em: <http://www.fas.org/asmp/campaigns/smallarms/sawg/peacekeeping.pdf>. Acesso: 03 agosto 2008.

¹²⁴ VASILE, op. cit. p. 50.

¹²⁵ CONCHIGLIA, Augusta. "United Nations fails in Angola: The opposition cannot be disarmed". *Le Monde Diplomatique*. Julho 1999. Disponível em: <http://mondediplo.com/1999/07/11angola>. Acesso: 4 junho 2008.

¹²⁶ PAULO, op. cit. p. 3.

A análise histórica dos fatos neste capítulo confirma a responsabilidade de Jonas Savimbi em armar uma nova dinâmica interna do conflito, tornando-o o maior responsável pela desmoralização e subsequente colapso de todos os acordos com o Governo de Angola e inutilizando as missões de paz da ONU desde 1991. O Departamento de Missões de Paz da Organização das Nações Unidas foi co-optado pela situação no país e arrastado pelas redes de sustentação do conflito, embora tenha aprendido no campo e adquirido conhecimento e experiência para mudar com o contexto mutante dos conflitos armados, principalmente em guerras civis. A organização se envolveu com o ambiente e inventou mecanismos para entendê-lo. Infelizmente, como no caso da UNAVEM III, a organização ‘aprendeu’ apenas parcialmente e o aprendizado não foi suficiente para se tornar determinante para o resultado final da missão.¹²⁷

Visto em retrospecto, embora uma revolução em termos de inovação e ativismo, a atuação da comunidade internacional na resolução do conflito angolano através das sanções, painéis e do Relatório Fowler foi uma reação tardia. Pois, em que medida as sanções e os mecanismos criados posteriormente contribuíram para o fim do conflito é uma questão de difícil resposta. Todavia, o caso da UNITA demonstrou o potencial de se combinar sanções direcionadas proibindo a comercialização de armamento, viagens e produtos usados para financiar todo o esforço de guerra, no caso diamantes e pressão política pública. Isto se deve ao fato de que armamentos e munição precisam ser financiados e transportados, portanto toda a cadeia logístico-financeira deve ser alvo das sanções.¹²⁸ Esta realidade se tornou mais evidente após a ofensiva do governo em setembro de 1999, quando duas importantes pistas de pouso, Bailundo e Andulo, foram ocupadas pelas FAA. A partir de então, a UNITA perdeu definitivamente a capacidade de guerra convencional adquirida nos anos anteriores e também quase todo território. Em 2000, a UNITA passou a atuar unicamente como uma guerrilha, operando mesmo em território já ocupado pelo governo. Os dois lados demonstravam o conhecimento do fato de que ao concentrarem seus esforços na manutenção, recuperação ou captura de áreas ricas em recursos minerais para a aquisição de armamento e apoio, além de sustentar uma elite – que não se importava com a sorte de seu povo – de ambos os lados, a única opção seria a vitória militar. As violações perpetradas pelo governo de Angola, desde o ataque preventivo contra residências, escritórios, oficiais e simpatizantes da UNITA em outubro de 1992 até a destruição de aldeias inteiras na província do Moxico ao final da guerra

¹²⁷ HOWARD, Lise Morjé. “UN Peacekeeping in Civil Wars: Success, Failure, and Organizational Learning”. In: *Conferência da American Political Science Association*. 2002.

¹²⁸ CORTRIGHT, et al, 2004, op. cit. p. 139.

entre novembro de 2001 e março de 2002, foram ignoradas. Exceto organizações como Human Rights Watch e Anistia Internacional que denunciaram as atrocidades e por parte do Conselho de Segurança da ONU, algumas notas contra o uso excessivo de força, nada jamais foi apurado, muito menos punido. A derrota da UNITA e de Jonas Savimbi se tornou um fim que justificava quaisquer meios.¹²⁹

2.11 CONCLUSÃO

Neste capítulo, foram narrados eventos do processo de tentativa de paz em Angola entre 1988-2002. Vinculou-se empiricamente o próprio conflito armado aos esforços das missões de paz, verificando-se o entrelaçamento dos dois ao longo do período estudado. A história de Angola neste período sustenta a tese da impossibilidade de se conter uma força rebelde desejosa de guerra através de protocolos, acordos, eleições, promessas, sanções, ameaças e missões de paz (ou mesmo ocupações custosas como demonstra o Iraque e Afeganistão atuais). O caso do consentimento parcial e temporário verificado neste capítulo reforça a validade da hipótese de que o sucesso de uma missão de paz possui correlação fraca com a robustez de mandatos ou mesmo com o número de capacetes azuis presentes. O caso de Angola parece indicar que o comprometimento dos líderes com a busca da paz acarreta um peso maior do que todos os outros fatores em conjunto, já que sua falta põe a perder quaisquer esforços exceto a derrota ou a vitória militar. As ações tomadas por Cuba, África do Sul, União Soviética e Estados Unidos às vésperas da independência não encorajaram a formação de uma atitude de cooperação entre os signatários de Alvor. Soviéticos e cubanos acreditavam agir contra a hegemonia americana, no interesse da maioria dos Estados membros das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana. Enquanto isso, para os Estados Unidos, a luta contra o comunismo justificava qualquer envolvimento ou apoio. Do lado dos angolanos, cientes de que não seriam incentivados a uma solução política, todos os envolvidos buscaram uma solução militar e se aproveitaram da ‘disposição’ estrangeira em ajudá-los. Mas erra quem enxerga na história do período algum tipo de plano pré-estabelecido por qualquer dos atores. Em grande parte, ocorreram ações e reações imprevistas que culminaram em uma

¹²⁹ DE BEER, Hannelie; GAMBIA, Virginia. “The arms dilemma: resources for arms or arms for resources?” In: CILLIERS, Jakkie; DIETRICH, Christian. *Angola's War Economy*. Pretoria: Institute for Security Studies. 2000. p. 69-92.

batalha nas terras do ‘fim do mundo’, onde homens e suas máquinas mortíferas se dispuseram a aniquilar-se por alguns metros de lama.

As missões de paz em Angola sofreram com a flutuação do nível de consentimento das partes. Excetuando a UNAVEM I, todas foram feitas reféns da disponibilidade a cooperar dos atores locais que se utilizaram das missões para alcançar objetivos particulares em detrimento do processo político de resolução do conflito. A UNAVEM II é o caso ilustrativo de missão inconclusa devido ao consentimento parcial e temporário negativamente correlacionado com a situação nas frentes de batalha. A resolução que autorizou a criação da missão sacramentou aquilo que os acordos que a convidaram a existência rezavam: o papel secundário de observador dos trâmites eleitorais com o dever de declará-los livres e justos.

Faltava, no entanto, vontade política ou talvez, vontade para a política: a luta pelo poder por meios outros que a violência. Acima de tudo, embora o MPLA tivesse se nivelado à UNITA ao se dispor a assentar à mesa de negociações, este ainda mantinha a vantagem de conservar o controle das forças armadas, do petróleo, das contas no exterior e dos órgãos responsáveis pelas eleições. Por sua vez, a UNITA possuía apenas seu potencial de agressão para encorajar o governo a continuar a negociar e cumprir compromissos. Quando a UNITA aquiesceu, pelo menos parcialmente, e desmobilizou parte do seu efetivo, ela perdeu parte dos dentes e se tornou vulnerável ao governo. A desmobilização desagregou unidades de combate, dispersou o efetivo, e mais importante, deixou a liderança do movimento desprotegida, pois de nada adiantava proteger a cauda e perder a cabeça. Surpreendentemente, a motivação para atacar após as eleições se manifestou do lado dos vencedores e não dos derrotados. Os derrotados estavam expostos, fora da mata, sua zona de segurança, a mercê de uma força letal desproporcionalmente maior que a sua. E, embora refutasse a validade das eleições e resultados, não há evidências empíricas de que a UNITA em momento algum houvesse desejado reiniciar o conflito de imediato. Muito pelo contrário, negociadores, simpatizantes e famílias permaneciam na capital nos dias que antecederam a chamada ‘Batalha de Luanda’. Mal sabiam que estavam como ovelhas no matadouro. A reação que se seguiu no ano seguinte, provavelmente pode ser creditada ao desejo de vingança da liderança do movimento que funcionou por algum tempo, porém em seguida, os reveses militares e as dificuldades logísticas os levaram de volta à mesa em Lusaka, Zâmbia. Aparentemente, a incapacidade de monitoramento da desmobilização de forma rigorosa para o desenvolvimento de confiança mútua entre as partes foi tão debilitante para a UNAVEM II quanto o consentimento parcial e temporal. As dimensões de Angola demandavam uma força de observadores e meios de transporte aéreo além dos recursos disponibilizados pelo Conselho de Segurança. Restava o

interesse das partes em cumprir os acordos para suprir as deficiências intransponíveis da missão de paz. No entanto, este interesse inexistia. As imperfeições de Bicesse foram parcialmente corrigidas em Lusaka e a UNAVEM III transformada na maior, mais capacitada e experiente missão da ONU até aquele momento. O prazo de dois anos deveria ter sido suficiente para a organização do segundo turno das eleições de 1992 e para a desmobilização e integração efetiva da UNITA.

Por mais que se vasculhe a história de Angola no período, não há como escapar do buraco negro que o líder rebelde se tornou para os processos de paz. Todas as tentativas analíticas de circundá-lo esbarram na constatação da capacidade de Savimbi de sabotar e/ ou possibilitar o andamento do processo de pacificação, qualidade ou defeito este que foi subestimado por todos. Assim, o fator liderança, especificamente das redes de sustentação, explica uma parte do conflito armado em Angola após as eleições de 1992, em três dimensões:

- (i) Política: a não aceitação dos resultados das eleições por parte de Jonas Savimbi encerrou a porta do diálogo em diferentes e sucessivas ocasiões;
- (ii) Econômica: embora os recursos naturais (leia-se diamantes), a serem analisados como um dos fatores explicativos do conflito armado no capítulo que se segue, tenham sido o combustível da UNITA nesta fase do conflito, Savimbi não possuía apego pessoal a riqueza gerada, e aparentemente direcionava a parte que lhe cabia totalmente para o esforço de guerra e ocasionalmente, paz;
- (iii) Militar, ao longo das várias tentativas de Desarmamento, Desmobilização e Re-assentamento, Savimbi foi capaz de evadir o monitoramento das missões, e simultaneamente, redistribuir recursos bélicos e humanos de acordo com as novas configurações que sua rede de sustentação contínua tomava nas várias fases da guerra

O sucessivo colapso dos protocolos e acordos, missões e sanções reforça a premissa de que a chave para a viabilidade do processo de paz não se encontrava apenas na recusa de Savimbi em ter um compromisso inequívoco com a paz. E, sim no reconhecimento de que sua opção pela guerra era plausível devido à existência de atores, recursos e espaços interessados na continuação da guerra, conforme será analisado nos capítulos que se seguem.

“Enemy advances – we retreat, enemy entrenches – we harass, enemy exhausted – we attack, enemy retreat – we pursue”
MAO, Tse-tung [Zedong Mao]. *The Present Situation and Our Tasks*. Beijing: Foreign Languages Press, 1967.

3. CAPÍTULO 3 - A NATUREZA DA GUERRA: A GUERRA FRIA EM ANGOLA

3.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo é central para o argumento, pois esclarece a fase intermediária das redes de sustentação da UNITA, destacando a principal mutação na configuração da mesma anterior ao foco principal desta dissertação, o período após as primeiras eleições gerais de 1992 a 2002. Nos capítulos 3 e 4, serão apresentadas as abordagens paradigmáticas para o conflito armado angolano em paralelo à narrativa e análise da evolução histórica, social e econômica abrangida dentro dos propósitos desta dissertação. Dos quatro conjuntos descritivos e teórico-paradigmáticos, que ganharam grande notoriedade nos meios políticos e acadêmicos em tentativas de se explicar as guerras africanas e conseqüentemente a guerra em Angola na última década: i) “Proxy wars” ou guerras substitutas; ii) a cultura política africana; iii) a pobreza; e, iv) os recursos naturais como fonte de conflitos, o capítulo 3 se ocupa do primeiro, guerras substitutas.¹

Primeiramente, discutir-se-á a própria definição de guerra substituta e, sob o prisma deste paradigma, investiga-se a crescente ingerência indireta e direta, a partir do interesse inicial esboçado pelas forças antagônicas da Guerra Fria, passando pelo aprofundamento do envolvimento americano/sul-africano, soviético/cubano e vizinhos/países africanos até os primeiros esforços políticos para se encontrar uma solução negociada para Angola. Os argumentos e contradições de cada lado são analisados à luz das restrições ideológicas do período. Na seqüência, o envolvimento americano é analisado a partir da primeira Guerra Fria quando os Estados Unidos se viram obrigados a confrontar o padrão duplo que norteava a política externa em relação às colônias dos aliados. Por outro lado, a relutante inclusão da União Soviética, arrastada pelo ativismo cubano, é revista, confrontando as diferentes versões

¹ DÖPCKE, Wolfgang. “Paz e Guerra na África”. *Colunas de RelNet*, Brasília, Vol. 9, p. 1-5, 26/04/2004.

para os fatos que levaram os irmãos Castro a arriscarem o restabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com a esfera americana, para intervir a favor do MPLA em 1975.

Fechando o círculo argumentativo da guerra substituta, o pivô da época, a África do Sul, ocupa considerável extensão do capítulo. É a África do Sul que estabelece a primeira rede de sustentação contínua da UNITA e a mantém em operação até a independência da Namíbia em 1990. É a retirada sul-africana que precipita a ativação de novas redes, que passaram a se nutrir quase que exclusivamente dos diamantes das províncias de Lunda Sul e Lunda Norte, no extremo nordeste de Angola e a garantir a autonomia decisória de Savimbi durante o mandato das missões de paz. Nesta parte do capítulo, o papel de um dos mais importantes aliados de Savimbi, Joseph Désiré Mobutu, é analisado sob a ótica da dissertação, um dos pilares de sustentação de Savimbi até sua queda em 1997. A morte de Agostinho Neto marca o início de uma tendência de afastamento da gênese ideológica para a fisiologia política de José Eduardo dos Santos. Concomitante à análise deste período na política doméstica de Angola, examina-se a reação sul-africana ante as mudanças que já se viam no horizonte e que a obrigariam a mudar sua própria política. Assinalasse a Batalha de Cuito Cuanavale como o ponto sem retorno para uma resolução política para o período de guerra substituta em Angola. Por fim, há uma conclusão sobre a abordagem paradigmática considerada neste capítulo e uma breve explanação de como o vácuo deixado pela lógica da Guerra Fria foi substituída pelos outros três conjuntos explicativos, cujo denominador comum seria os recursos naturais.

3.2 “PROXY WARS”

Diante da longevidade e multiplicidade de períodos do conflito, qualquer tentativa de generalizar e simplificar os motivos que levaram o país a sofrer anos de guerra se revela uma caricatura de uma realidade complexa. A análise histórica, econômica e política da interação dos fatores demonstram a origem local do conflito e um acirramento duradouro e longo causado pelo impacto da ingerência da Guerra Fria no conflito.²

Angola passou por diversas fases de guerra. A primeira fase se iniciou em janeiro de 1961 e se estendeu até 25 de abril de 1974, com o início da Revolução dos Cravos em Portugal. Neste período, alianças entre movimentos pró-independência e interesses

² GUIMARÃES, Fernando Andresen. *The origins of the Angolan civil war: foreign intervention and domestic political conflict*. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2001.

ideológicos diversos se estabeleceram e desenharam a futura e real luta, não contra o colonizador e sim movimento contra movimento na busca pelo troféu, o controle do Estado e governo de Angola. A segunda fase foi de transição e colapso do processo de descolonização entre 26 de abril de 1974 a 11 de novembro de 1975. Neste intervalo, Angola foi invadida por tropas sul-africanas e por agentes especiais americanos e, recebeu a convite do movimento no poder, técnicos russos e tropas cubanas, em uma internacionalização sem precedentes na história da África Austral. A terceira fase foi de 12 de novembro de 1975 até o final da interferência estrangeira direta e o fim do primeiro sonho de paz em 31 de outubro de 1992 (ou talvez até os Acordos de Bicesse, 31 de maio de 1991). A quarta fase compreendeu o período de 1 de novembro de 1992 até 18 de março de 2002, dia do início do cessar-fogo que se seguiu à morte do líder da UNITA em 22 de fevereiro de 2002.

Na África, como na maior parte de mundo em desenvolvimento, a Guerra Fria foi um conflito encoberto e muitas vezes aberto, no entanto, sempre profundamente invasivo. A Guerra Fria e sua divisão entre capitalismo e socialismo dividiram as velhas sociedades e jovens Estados africanos. O continente africano no contexto da história da Guerra Fria se inseriu no contexto global do conflito e os conflitos regionais foram alavancados pelos principais protagonistas da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética, moldando o processo de descolonização e também as guerras que se iniciaram logo após o período de independência. O estudo do impacto da Guerra Fria sobre os conflitos pós-coloniais levou alguns estudiosos e analistas a generalizarem as mesmas como ‘proxy wars’ ou guerras substitutas. Este tipo de guerra ocorre quando duas potências ou mais usam terceiros como substitutos ao invés de lutar um contra o outro diretamente.³

Governos inteiros, grupos terroristas, mercenários e outros podem ser usados para se atingir o inimigo, ao mesmo tempo em que se evita uma guerra total entre as potências. Normalmente, não há guerras substitutas puras, pois os grupos engajados têm seus próprios interesses, que podem e tendem a divergir daqueles dos patrocinadores da guerra. Para a literatura de guerras substitutas, os conflitos das grandes potências eram exportados para o mundo em desenvolvimento, principalmente pela exacerbação de conflitos indígenas através do apoio militar e político das mesmas grandes potências, com o objetivo parcial de moderar o conflito global central vigente na Guerra Fria.⁴ Exemplos de guerras substitutas que se

³ FRANCIS, David J. *Uniting Africa: Building Regional Peace and Security Systems*. Hants: Ashgate Publishing, Ltd. 2006, p. 73.

⁴ MILLER, Benjamin. *State, Nations, and the Great Powers: The Sources of Regional War and Peace*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 86.

iniciaram durante a Guerra Fria seriam a Guerra da Coreia (1950-1953), a Guerra do Vietnam (1957-1975), a Guerra Civil da Guatemala (1960-1996) e a Guerra em Angola (1974-2002), e a Guerra do Afeganistão (1979-1989).⁵

As guerras substitutas foram parte integrante da Guerra Fria, ela mesma uma guerra com uma grande variedade de explicações teóricas e históricas. Os realistas e neo-realistas vêem a Guerra Fria como produto do balanço de poder, construtivistas como parte da batalha de idéias enquanto os economistas consideram o período um embate entre formas de pensar a condução da economia de formas diferentes, Capitalismo versus o Socialismo.⁶ De um modo ou de outro, o medo americano do poder Soviético, real ou imaginário de um lado, e a busca por maior segurança por parte dos Soviéticos, levou ao fim da aliança que venceu o Nazismo. Os Americanos procuravam impedir o alastramento do Comunismo através da conhecida teoria do efeito dominó, pois percebiam o Comunismo como inerentemente expansionista. Por sua vez, os comunistas, a partir do 2º Congresso Comunista Internacional em 1920, viam as colônias como vias naturais de expansão da revolução comunista.⁷

O impasse nuclear entre as superpotências permitiu o alastramento das guerras substitutas e a contenção ideológica mútua. Dos anos 1950 a 1980, soviéticos e americanos se intrometeram, favoreceram e combateram em guerras civis, revolucionárias, ou mesmo simplesmente criminosas nos quatro cantos do planeta, em uma busca desenfreada pela obstrução de acesso a quaisquer recursos, por mais triviais que fossem. Ironicamente, as velhas, no caso da América Latina, e novas nações independentes, no caso da África e Ásia, receberam de braços abertos todo e qualquer auxílio, a preço de face.⁸

A questão do colonialismo voltou à tona apenas após 1948 com os novos desafios de um mundo dominado pelos aliados vitoriosos, mas divididos por questões ideológicas. A nova Organização das Nações Unidas (ONU) logo se tornou o palco das disputas entre os Estados Unidos e a União Soviética a começar pela guerra civil grega de 1946-1949. Os Estados Unidos há tempos analisavam a situação das colônias com crescente preocupação principalmente pela disposição de Moscou em auxiliar os movimentos de libertação naquele

⁵ LOVEMAN, Chris. "Assessing the phenomenon of proxy intervention". *Conflict, Security and Development*, Volume 2, Number 3, December 2002, pp. 29-48(20).

⁶ BOGLE, Lori Lyn (Ed.). *The Cold War. Volume 1: Origins of the Cold War – The Great Historical Debate*. New York: Routledge, 2001.

⁷ SCHATTEN, Fritz. *Communism in Africa*. Londres: George Allen & Unwin, 1966.

⁸ CIMBALA, Stephen J. *Politics of Warfare: The Great Powers in the Twentieth Century*. University Park: Penn State Press, 2004, p. 51.

momento ainda nascentes principalmente na África subsaariana.⁹ Cientes de que a Segunda Guerra Mundial havia agido como um catalisador do auto-determinismo, e a própria fundação da ONU que havia criado expectativas de liberdade entre os ex-combatentes forçados ou não a lutar pelas potências coloniais e também na pequena elite intelectual, os Estados Unidos passou de grande libertador à grande opressor preso pelo raciocínio imposto pelos paranóicos contra a onda vermelha quando se engajou em colaborar com as ditaduras coloniais e governos impopulares tal como o Sul-Africano a partir de 1948.¹⁰

A invasão sul-africana e a intervenção cubana marcaram o destino de Angola nos capítulos finais da história política da Guerra Fria. A influência da miopia do período levou os Estados Unidos a negarem o reconhecimento do governo do MPLA e a fornecer apoio político, logístico e bélico aos seus adversários. Do lado oposto, os soviéticos providenciaram, de forma mais ampla e determinante, o mesmo tipo de apoio dado pelos Estados Unidos a FNLA e a UNITA. O imbróglio aprisionou o país na teia das rivalidades das superpotências e todas as ações passaram a ser interpretadas dentro do contexto das maquinações dos interesses globais dos mesmos sem base na realidade e reais interesses da população angolana. A presença cubana se tornou a justificativa dos fins sul-africanos e estadunidenses e para a UNITA, a justificativa dos meios para os seus fins.¹¹

3.2.1 OS ESTADOS UNIDOS NO CONTEXTO DAS GUERRAS SUBSTITUTAS

Logo após a Segunda Guerra Mundial a liderança americana não apoiava inequivocamente os movimentos de libertação nacional do então chamado 'Terceiro Mundo'. Segundo a doutrina vigente em Washington, 'independências prematuras' poderiam ter efeitos colaterais adversos, sendo o mais provável a queda dos novos Estados nas mãos dos temidos Comunistas.¹² Além disso, a promoção da reconstrução da Europa pela administração do

⁹ BILLS, Scott L.: "The world deployed: US and Soviet military intervention and proxy wars in the Third World since 1945". In: Robert W. CLAWSON (Ed.): *East West rivalry in the Third World*. Wilmington. 1986, p. 77-101.

¹⁰ LULAT, Y. G.-M. *U.S. Relations with South Africa*. Boulder: Westview Press, Inc. 1991, p. 39, 126.

¹¹ CHABAL, Patrick. *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Londres: C. Hurst & Co. Ltd. 2002, p. 77.

¹² BORSTELMANN, Thomas. *Apartheid's Reluctant Uncle: The United States and Southern Africa in the Early Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 1993, p. 52-82.

presidente Truman indiretamente fortaleceu o colonialismo.¹³ Truman herdou de Roosevelt uma política para com a África em que as considerações econômicas e políticas confrontavam e interferiam com os ideais anti-colonialistas do país. Essas considerações empurraram a prática e a retórica Americana de anti para pró-colonialistas. Deste modo, as aspirações da política externa Americana deveriam promover seus interesses que eram pró-colonialistas, enquanto vários interesses econômicos seriam melhores servidos através de uma postura anti-colonialista. As questões raciais internas e os preconceitos dos dirigentes dos Estados Unidos também tiveram algum peso na determinação da política externa Americana em relação à África.¹⁴

Os Estados Unidos se viram obrigados a acomodar o colonialismo dos aliados e dependentes Europeus, fato que os tornaram vulneráveis às acusações de conspiração com o imperialismo e falta de sensibilidade ante aos problemas causados pelo colonialismo, sendo que a União Soviética capitalizou com o dilema Americano a seu favor. Políticos americanos tentaram impedir as manipulações européias e deter as campanhas de propaganda Soviéticas sem muito sucesso, já que apenas onde fatores econômicos e políticos não tinham um peso na Guerra Fria é que os Americanos procuravam se aproximar dos povos colonizados. O conflito Leste-Oeste se sobrepunha à questão do colonialismo na ótica Americana.¹⁵

A Guerra Fria em si se aprofundou e se expandiu durante a administração de Dwight D. Eisenhower.¹⁶ As duas administrações de Eisenhower (1953-1958; e 1958-1961) foram marcadas pelo McCarthyismo e pela Guerra da Coreia.¹⁷ O frio chegou ao Oriente Médio, devido à crescente dependência egípcia em relação à União Soviética, e também a América Latina, quando a revolução de Fidel Castro e Che Guevara em Cuba deu aos russos seu primeiro Estado cliente no hemisfério ocidental. E, com a intervenção das superpotências no Congo-Belga, a Guerra Fria havia chegado à África subsaariana.¹⁸

As mesmas questões de independência prematura e a inaptidão dos ‘nativos’ para se autogovernar ainda prevaleciam na administração Americana em meados dos anos 1960. A

¹³ MUNENE, Macharia. *The Truman Administration and the Decolonization of Sub-Saharan Africa*. Nairobi University Press, Nairobi, Kenya 1995.

¹⁴ DUDZIAK, Mary L. *Cold War Civil Rights: Race and the Image of American Democracy*. Princeton: Princeton University Press. 2000.

¹⁵ PRICE, Robert M. “Africa in U.S. and Soviet Policy; Change and Opportunity”. *A Journal of Opinion*, Vol. 17, No. 1, Winter, 1988. African Studies Association. 1988. p. 7-11.

¹⁶ POWASKI, Ronald. *The Cold War: The United States and the Soviet Union, 1917-1991*. Nova York: Oxford University Press US, 1998. p. 97.

¹⁷ MERIWETHER, James, “A Torrent Overrunning Everything: Africa and the Eisenhower Administration”. In: Kathryn STATLER; Andrew JOHNS (Eds.). *The Eisenhower Administration, the Third World and the Globalization of the Cold War*. Oxford: Rowman & Littlefield. 2006, p.175-196.

¹⁸ POWASKI, op. cit. p. 97.

política era preservar o bom relacionamento com os aliados, tais com França, Bélgica, Portugal e África do Sul, embora o país não quisesse ser visto como colonialista ou neo-colonialista.¹⁹

O caos no Congo-Belga parecia confirmar a teoria da independência prematura. Neste ínterim, a *Central Intelligence Agency*, CIA, começou a se articular ante a ameaça comunista que, de acordo com a mesma, sorrateiramente ameaçava o subcontinente negro. Seguindo a política ditada por seu governo, a CIA normalmente apoiava as potências coloniais quando estas estavam envolvidas, ou então apoiava forças anticomunistas, quaisquer que fossem, quando os aliados não estavam envolvidos. Segundo a o estabelecimento de inteligência do governo americano, o desmembramento dos impérios coloniais tinha grandes implicações para a segurança dos Estados Unidos, principalmente nos termos de um possível confronto em escala mundial com a União Soviética.²⁰ Assim, a independência tumultuada do Congo em junho de 1960 deu início a primeira grande intervenção da Agência ao sul do Saara.²¹

Antecedendo a curta presidência de John F. Kennedy, dezoito colônias africanas declararam independência. A política americana em geral começava a se concentrar nas crises internas, enquanto muitos dentro do governo passaram a adotar a visão de que nações fortes e amigáveis constituíam a melhor defesa contra o comunismo. Concomitantemente, o Movimento dos Não Alinhados ganhou força efêmera, mesmo que simbólica, ante os dois hegemonos do período, levando pensadores e políticos americanos a um nível mais profundo de temor da onipresença comunista e o problema de aliados ou mesmo potenciais aliados migrarem para a esfera de influência soviética devido a alguma frustração com a política Americana ou por intimidação Soviética.²²

3.2.2 KENNEDY E SALAZAR

A questão da eventual independência de Angola havia dividido a administração Kennedy. Já no final dos anos 1950 quando John F. Kennedy era o presidente da subcomissão

¹⁹ Ibid, p. 98.

²⁰ PRADOS, John. The Central Intelligence Agency and the Face of Decolonization under the Eisenhower Administration. In: STATLER, Kathryn; Andrew JOHNS (Eds.). *The Eisenhower Administration, the Third World and the Globalization of the Cold War*. Oxford: Rowman & Littlefield. 2006, p. 27-46.

²¹ GIBBS, David. *The Political Economy of Third World Intervention: Mines, Money, and U.S. Policy in the Congo Crisis*. Chicago: University of Chicago Press. 1991.

²² WESTAD, Odd Arne. *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 107.

do Senado dos Estados Unidos para a África parte da Comissão de Relações Exteriores do Senado, líderes nacionalistas africanos, entre eles, Holden Roberto da FNLA tiveram acesso a ele e o sensibilizaram para suas causas. Aparentemente, Kennedy se comprometeu a auxiliar os movimentos contra os senhores coloniais, no caso de Angola, o regime de Antonio de Oliveira Salazar e ao mesmo tempo impedir que os Comunistas tomassem o controle dos movimentos de liberação.²³ No entanto, Portugal era um aliado relativamente importante e membro da Organização do Atlântico Norte, OTAN, desde sua fundação em 4 de abril de 1949.²⁴ Salazar obviamente não acreditava em qualquer aspiração angolana à independência muito menos democracia e via nos movimentos de libertação lobos comunistas.²⁵ Mas o que mais preocupava os militares americanos era uma base americana nos Açores, a base de Lajes, utilizada com frequência pela força aérea americana e sede da 65ª Divisão aérea da aeronáutica americana. Assim, John Kenneth Galbraith, então conselheiro presidencial afirmou, “[w]e [the Kennedy Administration] are trading in our African policy for a few acres of asphalt in the Atlantic,”²⁶ quando Kennedy ordenou que os Estados Unidos se abstinhasse em duas resoluções envolvendo Portugal na ONU. Mesmo assim, Kennedy fez mais pela independência de Angola do que qualquer outro presidente americano antes ou depois dele.²⁷

As economias européias já não dependiam da economia colonialista e o próprio custo de manter os impérios parecia ser maior do que o custo de viver sem eles, exceto para Portugal. Maiores preocupações começaram a ocupar os americanos como a Coreia, a Hungria, a China e cima de tudo, a Crise dos Mísseis em Cuba.

Em casa, as batalhas dos direitos civis e a segregação ainda existente em muitos Estados americanos especialmente no sul entre a segunda metade dos anos 1950 e a primeira metade dos anos 1960 atrapalhavam a imagem da política externa americana ante o mundo. A cruzada anticomunismo empreendida pelos Estados Unidos aparentava ser falsa quando autoridades americanas criticavam a situação dos judeus na União Soviética e toleravam a situação dos negros nos estados americanos do sul.²⁸

Conforme mencionado anteriormente, os argumentos americanos para o envolvimento em Angola estavam ligados à política americana global de não permitir aos soviéticos nenhum

²³ O'BRIEN, Michael. *John F. Kennedy*. Nova York: St. Martin's Press, 2006. p. 869.

²⁴ KAPLAN, Lawrence S. *NATO 1948: The Birth of the Transatlantic Alliance*. Nova York: Rowman & Littlefield, 2007. p. 231.

²⁵ SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da Africa: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília. Editora UnB, 1996.

²⁶ O'BRIEN, Michael, op. cit., p. 871.

²⁷ Ibid., p. 871.

²⁸ WESTAD, 2005, op. cit. p. 135.

tipo de ação em qualquer parte do mundo, por mais remota que fosse sem algum tipo de contestação. Caso o público tivesse acesso à questão seria convencido de que a posição estratégica de Angola no Atlântico Sul, perto da rota dos super-petroleiros provenientes do Oriente Médio justificava o interesse da administração na independência de Angola. No entanto, Angola em 1975 tinha pouquíssima importância para os Estados Unidos a despeito da exploração petrolífera da Gulf Oil em Cabinda, da amizade de Portugal e dos aliados sul-africanos.²⁹ “No. Uncomfortable with recent historic events, and frustrated by our humiliation in Vietnam, Kissinger was seeking opportunities to challenge the Soviets.”³⁰ Para a CIA, os sul-africanos eram a solução ideal para o envolvimento em Angola. A CIA e a Agência de Segurança de Estado sul-africana, BOSS (*South African Bureau of State Security*), compartilhavam uma antipatia violenta contra o comunismo e desde o Congo em 1964 mantinham um relacionamento amigável. A Operação *IA Feature*, autorizada pelo presidente Gerald Ford em 18 de julho de 1975 empregava a CIA para apoiar Jonas Savimbi e Holden Roberto contra o MPLA. Mas o programa era acanhado demais para ser decisivo e grande demais para permanecer secreto, conforme o desejo da administração Ford.³¹

3.2.3 O ESTADO SOVIÉTICO NO CONTEXTO DAS GUERRAS SUBSTITUTAS

A União Soviética não possuía uma política clara para a África até a segunda metade dos anos 1950. Nikita Khrushchev (1894-1971), primeiro-secretário do Partido Comunista da União Soviética e primeiro ministro da União Soviética, 1953-1964, confrontou o mundo ocidental com a proposta de estabelecer seu ‘país’ como o grande protetor dos novos Estados independentes. Em setembro de 1960, o primeiro ministro propôs à Assembléia Geral das Nações Unidas a adoção de uma declaração de direito à independência de todas as colônias ainda existentes em uma clara tentativa de testar a aparente atitude pró-independência, anti-colonialista do governo americano. Em 14 de dezembro de 1960, a resolução foi adotada por 89 votos a zero com nove abstenções, entre elas, a dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França,

²⁹ STOCKWELL, John. *In Search of Enemies: A CIA Story*. Nova York. W.W. Norton, 1978. p. 183.

³⁰ *Ibid.* p. 43.

³¹ ANDREW, Christopher. *For the President's Eyes Only: Secret Intelligence and the American Presidency From Washington to Bush*. New York: Harper Collins, 1995.p. 416.

Portugal e África do Sul. A abstenção foi uma clara evidência da falta de comprometimento real com o fim do colonialismo por parte dos Estados Unidos.³²

Em abril de 1961, foi a vez dos Estados Unidos entrar no jogo e apoiar uma resolução, a 1603 que advertia Portugal a estender o direito de autodeterminação às suas colônias. Em junho do mesmo ano, os Estados Unidos também apoiaram uma resolução do Conselho de Segurança contra a opressão portuguesa em Angola.³³ Nesta época, a União de Populações de Angola, UPA, antecessora da Frente Nacional de Libertação de Angola, FNLA, começou a receber apoio financeiro americano. No entanto, as ações no campo multilateral eram anuladas nas relações bilaterais, pelo interesse maior na renovação do contrato da base em Lajes e pelos ‘presentes’ militares e continuado apoio econômico aos portugueses.³⁴

A União Soviética já atuava em Gana, Etiópia e Guiné, fundara o Instituto África em Moscou e reorganizara o escritório para a África já em 1958. Mas não foram apenas os soviéticos que “descobriram” a África. Em dezembro de 1963 e janeiro de 1964, o primeiro ministro chinês Chou Em-Lai visitou 10 países africanos, desafiando Moscou e demonstrando a intenção chinesa de entrar na disputa como uma terceira via, embora comunista. Em pouco tempo, em junho de 1964, 16 países africanos formalizaram relações diplomáticas com a China enquanto 24 possuíam embaixada em Moscou.³⁵

Os anos de Khrushchev (1953-1964) foram marcados por sucessos e grandes fracassos que influenciaram seu sucessor, Brezhnev (1964-1982), a ser mais racionalista, realista, pragmático e até o início dos anos 1970 e o caso de Angola, cuidadoso. Já em Junho de 1965, Houari Boumédiène derrubou Ben Bella na Argélia, enquanto um golpe militar na Indonésia derrubou Sukarno. Nos anos que se seguiram, outros aliados foram derrubados por golpes militares, Keita no Mali e Kwame Nkrumah no Gana. Mais tarde, os soviéticos foram expulsos do Egito em 1972. Estes reveses e a necessidade de se evitar confrontos diretos com os Estados Unidos levaram a União Soviética a desacelerar sua política para o Terceiro Mundo.³⁶

³² SCHNEIDMAN, Witney W. *Engaging Africa: Washington and the Fall of Portugal's Colonial Empire*. University Press of America, 2004. p. 2.

³³ BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos. O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)*. 2002. Niterói: Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. [2002].

³⁴ LAIDI, Zaki. *The Superpowers and Africa: The constraints of a Rivalry, 1960-1990*. Chicago: University of Chicago Press. 1990. p. 18.

³⁵ *Ibid.*, p. 59-60.

³⁶ SHULTZ, Richard H. *The Soviet Union and Revolutionary Warfare*. Stanford, CA: Hoover Institute Press. 1998, p. 20-21.

O início dos anos 1970 assinalou a paridade militar entre os dois blocos, tanto no campo convencional quanto em armas estratégicas e Moscou parecia mais a vontade em afirmar seu apoio às lutas dos povos por ‘liberdade, democracia e socialismo’, e a auxiliar ativamente. A partir do 24º Congresso do Partido Comunista Soviético em março de 1971, as políticas soviéticas mudaram novamente e desta feita passaram a se interessar por partidos marxistas e grupos revolucionários de esquerda. Esta expansão era prolongamento direto do apoio russo aos norte-vietnamitas e vietcongs, e ao apoio aos palestinos e árabes em geral pós-guerra Israel-Árabes de 1967.³⁷

A lição aprendida na Argélia, Mali e Gana, levou os soviéticos a desejar mais do que simples não alinhamento ou uma neutralidade pró-soviética dos clientes do Terceiro Mundo, era necessário colaboração ativa. Os soviéticos também se aperceberam que influência política sem controle era insuficiente para possibilitar manipulação da política local e passaram a ambicionar maior envolvimento nos assuntos domésticos dos camaradas, especialmente os africanos. Outro fator chave, foi a autoconsciência da liderança da União Soviética de que sua capacidade de projetar poder havia se tornado real e confiável, possibilitando um eventual envolvimento direto de suas forças, embora tal situação jamais fosse desejada longe de suas fronteiras. E, por último, a cúpula soviética reconheceu a eficácia de regimes comunistas manipulados pelo Kremlin e também a eficiência da parceria com Cuba nas operações no Terceiro Mundo.³⁸

3.2.4 O LADO SUL AFRICANO E O CONTEXTO DAS GUERRAS SUBSTITUTAS

Por mais de 150 anos, isto é, desde as guerras Napoleônicas (1792-1815), a África do Sul esteve ligada ao mundo pela Inglaterra, primeiro como parte do império, depois como colônia e por último como domínio e a despeito do ocorrido na guerra Anglo-Boer, 1899-1902, era considerada uma nação irmã.³⁹ O herói da Guerra Anglo-Boer e duas vezes primeiro

³⁷ Ibid., p. 21-22.

³⁸ FUKUYAMA, Francis. “A New Soviet Strategy”. Commentary 68. Outubro de 1979. p. 52-58.

³⁹ “In essence, the significance of the Napoleonic wars was that they were the climatic stage in the century-long battle for global pre-eminence between Britain, increasingly dominated by an accumulating mercantile and landowning elite, and France, the most powerful and (until 1789) the most successful of the absolutist *anciens régimes*. By 1825, industrializing Britain had eliminated all rivals for command of the world’s markets.” KEEGAN, Timothy J. *Colonial South Africa & the origins of the racial order*. Charlottesville: University Press of Virginia. 1996, p. 41.

ministro sul-africano, Jan Christian Smuts havia sido condecorado pelo Rei George VI e recebido o título de marechal de campo honorário, além de que as forças armadas sul-africanas haviam lutado na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados. Mais tarde, pilotos sul-africanos participaram da ponte aérea em Berlim entre 1948-9 e um esquadrão da força aérea participou da Guerra da Coréia.⁴⁰

Os Estados Unidos substituíram a Grã-Bretanha ao final da Segunda Guerra Mundial como ponto de referência no mundo ocidental para os sul-africanos de ascendência européia. África do Sul e Estados Unidos eram os únicos dois países em que leis raciais segregavam a população. Porém, enquanto os americanos pareciam sinalizar, pelo menos no âmbito federal, um fim para a opressão racial institucionalizada, os sul-africanos e o Partido Nacional (*National Party*) a partir de 1948, ativamente fortaleceram uma política estatal de segregação em todas as áreas, desenvolvimento separado, *Apartheid*. Apesar disso, os dois países estreitaram as relações na década seguinte através de investimentos americanos na mineração de urânio, ouro e além de cooperação militar. A atmosfera de cordialidade se esvaiu com o Massacre de Sharpeville em 1960, mas a cooperação econômico-militar continuou.⁴¹

Dentro da África do Sul se vivia uma dicotomia ideológica e racial exacerbada pela propaganda soviética e americana. Uma minoria branca e rica dependente do Ocidente capitalista que se via como o último bastião civilizado da Cristandade e do anticomunismo. Do outro lado da cerca, uma maioria negra e empobrecida buscando ajuda da União Soviética (e aliados e qualquer alternativa), defensora dos oprimidos do Terceiro Mundo.⁴²

A situação externa sul-africana no início dos anos 1970 parecia se deteriorar dado o grande número de colônias que ou já tinham alcançado a independência ou então estavam no processo de independência, muitas através de conflitos armados. Após a independência da Argélia em 1962, Washington e Moscou definitivamente deslocaram sua parcela de atenção africana para a parte subsaariana, especificamente as repúblicas comandadas por minorias, Rodésia e África do Sul e o restante do império português. Internamente, o *Apartheid* dava sinais de fragilidade. O Congresso Nacional Africano, CNA e o Congresso Pan Africano, CPA, multiplicavam atos de sabotagem contra símbolos do regime. Questões trabalhistas também ganhavam maior espaço, já que a combinação de legislação discriminatória e empregadores acostumados a contratar mão-de-obra barata, havia levado ao acúmulo de

⁴⁰ VALE, Peter. *Pivot, Puppet or Periphery: The Cold War and South Africa*. Nova York: International Center for Advanced Studies. New York University. 2003, p. 5-7.

⁴¹ WESTAD, 2005, op. cit. p. 130-133.

⁴² VALE, op. cit. p. 2.

descontentamento entre trabalhadores negros. As crises econômicas mundiais trouxeram a inflação seguida de contração do mercado de trabalho.⁴³

A partir da independência da Zâmbia e Tanzânia, as unidades armadas dos movimentos de libertação da região, inclusive os sul-africanos, começaram a operar a partir de bases nesses países. A África do Sul começou a se sentir crescentemente sitiada pelos novos Estados independentes que recebiam ajuda da União Soviética e China. O Reino Unido estava prestes a encerrar sua base naval em Simonstown deixando mais uma lacuna na segurança externa do país. Aliados de longa data, Portugal há muito balançava e em pouco tempo o regime de Salazar então nas mãos de seu sucessor, Marcelo José das Neves Alves Caetano (1968-1974), caiu na Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974. A possibilidade da independência de Angola e o fim do cinturão de colônias de assentamento e migração européias amigáveis a Pretória ameaçava a continuidade do estilo de vida da minoria no poder na África do Sul. Intervir era a ação esperada e sensata do ponto de vista do governo sul-africano.⁴⁴ Estava, assim, preparado o contexto para uma longa guerra substituta em Angola.

⁴³ BYRNES, Rita M. (ed.). *South Africa: A Country Study*. Washington: GPO for the Library of Congress, 1996. Disponível em: <http://countrystudies.us/south-africa/> . Acesso: 19 setembro 2008. p. 31.

⁴⁴ PURKITT, Helen E.; BURGESS, Stephen Franklin. *South Africa's Weapons of Mass Destruction*. Bloomington: Indiana University Press. 2005. p. 53.

3.3 GUERRA SUBSTITUTA EM ANGOLA

A dinâmica de ação e motivação das duas superpotências da Guerra Fria e da África do Sul estava totalmente alienada daquelas dos três grandes movimentos para libertação de Angola, UNITA, MPLA e FNLA. A guerra em Angola se tornou “proxy” por conveniência das partes e em nenhum momento passou ou deixou de existir por desejo dos patrocinadores. O MPLA liderado por Agostinho Neto obteve apoio de Cuba e União Soviética, a FNLA liderada por Holden Roberto recebeu apoio dos Estados Unidos, China, África do Sul e Zaire, enquanto a UNITA de Jonas Savimbi foi sustentada pelos Estados Unidos e África do Sul.

Entre o golpe em Lisboa até o dia marcado para a independência de Angola se passaram apenas 19 meses. O golpe que levou o general António Sebastião Ribeiro de Spínola à presidência de Portugal em 25 de abril de 1974 era resultado de um longo e desgastante processo de dissolução da ditadura salazarista. No entanto, o mundo, as superpotências, as colônias e os próprios portugueses inclusos foram pegos de surpresa pela Revolução dos Cravos.⁴⁵ Uma ditadura de 40 anos se desfez e os 150 mil soldados portugueses espalhados pelo império deveriam voltar à pátria mãe deixando para trás os sonhos e frustrações de três centenas de milhares de colonos. No caso de Angola, novos sonhos e frustrações para os mais de trinta países que se envolveram direta e indiretamente no conflito suprindo equipamentos, instrutores e dinheiro; riqueza para um punhado e dor e sofrimento para os milhões restantes. O espiral que levou o conflito em Angola de baixa intensidade até o ponto culminante no período de guerra substituta, Cuito Cuanavale, foi um processo confuso e indefinido em que cada ator improvisou seus atos baseados em reações a ações reais e/ ou imaginárias.⁴⁶

Oficiais do novo governo português e o partido comunista de Portugal exigiam o fim do império e das guerras coloniais imediatamente. No caso de Angola, MPLA, FNLA e UNITA todos negociaram diretamente com o novo governo de transição em Portugal enquanto lutavam mais entre si e menos contra os próprios portugueses. Chegou-se a um acordo aparente entre o governo de transição português e os angolanos após oito meses de negociações em 15 de janeiro de 1975, assinado no hotel Penina Golfe em Alvor, Algarve, Portugal. Os Acordos de Alvor estabeleceram a realização de eleições para outubro de 1975 e também um governo de transição angolano com participação portuguesa. Alvor estipulava

⁴⁵ MAXWELL, Kenneth. *The Making of Portuguese Democracy*. Cambridge University Press, 1997.

⁴⁶ GEORGE, Edward. *The Cuban Intervention in Angola, 1965-1991 From Che Guevara to Cuito Cuanavale*. Londres: Routledge. 2005. p. 49.

que haveria três presidentes, cada qual representando um dos três movimentos reconhecidos pelos portugueses. Os ministérios seriam distribuídos entre todos, sendo que as relações exteriores, defesa externa e o ministério do interior seriam delegados respectivamente ao governo português e a um comitê de segurança nacional composto por um alto-comissário português, presidentes e um conselho de generais. Eleições deveriam ocorrer em outubro de 1975 e apenas os três movimentos reconhecidos poderiam nomear candidatos, excluindo assim, os separatistas de Cabinda e angolanos de ascendência portuguesa. Esperava-se que os excluídos se juntassem aos movimentos oficiais e levassem algum tipo de acomodação e evitasse a radicalização dos movimentos.⁴⁷ No entanto, incapazes de trabalhar juntos, devido principalmente às divisões e rivalidades entre os líderes, problemas de segurança e autoridade logo surgiram: não havia a figura de um primeiro-ministro que encabeçasse o colegiado de três presidentes e centralizasse o poder, fato que gerou um vácuo propício a conflitos e resultou em tensão generalizada. Assim, em junho do mesmo ano, os movimentos haviam passado das canetas às armas.⁴⁸

3.3.1 O ENVOLVIMENTO DIRETO DA ÁFRICA DO SUL, ESTADOS UNIDOS E ISRAEL

A África do Sul, em conjunto com os Estados Unidos, foi a primeira a agir. O país encontrava-se incomodado com a *South-West Africa People's Organisation* - SWAPO desde maio de 1966 com o ataque à base de treinamento em Ongulumbashe, Ovamboland, Namíbia, sob ordens do primeiro-ministro sul-africano Verwoerd.⁴⁹ A organização operava a partir da Zâmbia via Angola e tinha alguma regularidade e sucesso em pequenas operações. Tal situação não era pequeno feito, já que os portugueses ainda controlavam Angola e a UNITA não tinha muita simpatia pelo grupo de Sam Nujoma e os sul-africanos patrulhavam a área noite e dia. Além de tudo, para os sul-africanos, um regime hostil à sua existência e que apoiasse a SWAPO era extremamente não interessante.⁵⁰

Do ponto de vista econômico a maior preocupação era a hidroelétrica de Calueque, joint venture português e sul-africano que havia começado a operar parcialmente no início de 1975 e já havia consumido alguns milhões de *Rands*, os quais os sul-africanos não estavam

⁴⁷ SCHNEIDMAN, 2004, op. cit. p. 200.

⁴⁸ WHEELER, Douglas L. "Angola". *African Studies Association*. Volume 5, No 3, Outono de 1975. p. 21.

⁴⁹ ELS, Paul. *Ongulumbashe: die begin van die bosoerlog*. Pretoria: PelsA, 2004.

⁵⁰ BECKETT, Ian Frederick William. *Modern Insurgencies and Counter-Insurgencies: Guerrillas and Their Opponents Since 1750*. Routledge, 2001. p. 146.

dispostos a perder. A invasão sul-africana começou de forma sutil. Quando em 7 e 8 de agosto equipes de operadores das bombas de água portuguesas e sul-africanas foram assaltadas por bandos armados que se diziam ser membros tanto da UNITA quanto do MPLA respectivamente, o governo sul-africano encontrou uma desculpa para ocupar a área em 9 de agosto de 1975. Após reuniões com representantes do governo Português e P.W. Botha em Ruacana e Calueque ficou acordado que os sul-africanos guardariam as instalações até o dia 11 de novembro e após, negociariam com o vencedor das eleições previstas nos Acordos de Alvor. Em 4 de julho de 1975, dois representantes das forças armadas sul-africanas, SADF, estiveram em Kinshasa para conversar com Savimbi, Holden Roberto e Mobutu. A FNLA queria armas pesadas, veículos de transporte para as tropas, mísseis, minas terrestres, munição e helicópteros. Por sua vez a UNITA queria rifles, pistolas, uniformes, rádios amadores e um rádio transmissor. Exceto pelos helicópteros, o equipamento foi adquirido ou repassado pela CIA via Zaire e enviado para os dois grupos treinados nas bases sul-africanas em Rundu, Namíbia a partir de agosto de 1975 e em Mpupa, e Capolo, Angola em setembro.⁵¹

Em Angola, o MPLA já controlava 11 das 16 capitais provinciais no final de agosto, expulsando angolanos de ascendência portuguesa, o que gerou um grande número de refugiados que cruzavam a fronteira de Angola com a Namíbia ou então lotavam aviões e navios partindo de Luanda para Portugal. A vitória total do MPLA parecia certa e apenas uma intervenção terrestre tiraria o movimento de Luanda e de todos os principais portos angolanos. Por sua vez, Savimbi desejava continuar ocupando pelo menos Nova Lisboa (Huambo) a qualquer custo, mesmo que isso significasse ficar isolado no centro do país sem a possibilidade de apoio logístico terrestre. A Força Aérea Sul Africana já se encontrava bastante ocupada levando munição e combustível para a UNITA e a não ser que a infantaria sul-africana avançasse juntamente com os mercenários americanos da CIA pouco poderia ser alcançado até o 11 de novembro. O alto comando da SADF decidiu avançar abertamente em território angolano em 5 de outubro, ao mesmo tempo em que Silva Porto (Cuíto), província do Bié se tornou mais uma base sul-africana em território angolano. Para a imprensa os sul-africanos insistiam que não havia tropas suas em território angolano.⁵²

A administração Ford, especialmente o secretário de Estado Henry Kissinger e o novo chefe da CIA, George H. W. Bush não aceitaram a determinação do legislativo e com o conhecimento do presidente Ford rapidamente procuraram alternativas para continuar a

⁵¹ HAMMAN, Hilton. *Days of the Generals: The Untold Story of South Africa's Apartheid-Era Military Generals*. Pretoria: Zebra. 2001. p. 23.

⁵² Ibid. p. 25.

auxiliar a UNITA contra as forças comunistas.⁵³ Israel compartilhava com a África do Sul e de modo crescente, Taiwan, o status de Estados párias. Henry Kissinger sugeriu a Israel que o país ajudasse a África do Sul. Entre março e abril de 1976, com visitas do ministro da defesa de Israel, Shimon Peres e do primeiro ministro sul-africano John Vorster, um acordo secreto de cooperação na área militar foi celebrado entre Jerusalém e Pretória. Encorajados pela secretaria de Estado americana, Israel e África do Sul começaram a cooperar em várias frentes e a treinar e armar a UNITA. Mas o auxílio sul-africano apoiado por Israel e financiado pelos Estados Unidos nunca foi o suficiente para permitir à UNITA uma situação de clara vantagem sobre o MPLA nos 10 anos que se seguiram. Exceto durante as diversas incursões sul-africanas em Angola e um breve período após as eleições de 1992, a UNITA jamais foi capaz de encarar abertamente as forças do governo mesmo sem o auxílio direto dos cubanos e soviéticos.⁵⁴

3.3.2 SEGUNDAS INTENÇÕES

Na reunião do conselho de segurança nacional americano em 27 de junho de 1975, o então secretário de defesa James Schlesinger sugeriu que os Estados Unidos deveriam encorajar a desintegração de Angola, implicando que o principal interesse de Washington em Angola era o enclave de Cabinda, rico em petróleo. Na mesma reunião, Henry Kissinger, secretário de Estado, na presença de Donald Rumsfeld, na ocasião assistente do presidente Gerald Rudolph Ford, Jr., avisou que a comissão responsável havia autorizado tanto dinheiro quanto armamento para uma possível ação em Angola.⁵⁵

A corrente parecia haver mudado a favor da UNITA e FNLA e a 7 de novembro o MPLA controlava apenas três capitais provinciais. A coluna Zulu encabeçada por forças especiais sul-africanas progredira 500 quilômetros rapidamente e quase sem resistência, capturando várias cidades enquanto forças do MPLA retrocediam destruindo pontes ao longo do caminho. Alguns dias mais tarde a coluna Zulu, a principal da Operação Savana, havia

⁵³ HUNTER, Jane; HAAPISEVA-HUNTER, Jane. *Israeli Foreign Policy: South Africa and Central America*. South End Press, 1987.

⁵⁴ John Vorster havia sido aprisionado pelos britânicos durante a Segunda Guerra Mundial por suas atividades pró-nazistas. BEIT-HALLAHMI, Benjamin. *The Israeli Connection: Whom Israel Arms and why*. Londres: I.B.Tauris, 1988.

⁵⁵ NATIONAL SECURITY COUNCIL. *Minutes: National Security Council Meeting, 27 de Junho de 1975*. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB67/gleijeses6.pdf>. Acesso: 24 setembro 2008.

percorrido mais de 3.000 km em 33 dias e estava a poucos dias de Luanda. Tropas zaienses infiltraram Angola para lutar ao lado da FNLA. Estes reforços deram às forças apoiadas pelos Estados Unidos e África do Sul uma vantagem de quatro a um contra o MPLA.⁵⁶

O Kremlin relutava em se envolver diretamente em Angola, pois não tinha desejo algum de encorajar movimentos populares revolucionários que pudessem sair do seu controle. A burocracia Soviética não queria uma guerra substituta em Angola, ela simplesmente reagiu às articulações da inteligência Americana e ao ativismo independente de Cuba.⁵⁷ Durante o período que antecedeu a caótica transição e saída dos portugueses de Angola, a União Soviética havia reduzido drasticamente seu apoio a Agostinho Neto e seu movimento, MPLA. Mas os acontecimentos de 25 de abril rapidamente levaram a União Soviética a perceber a oportunidade apresentada pelas fracas presidências americanas de Richard Milhous Nixon (1969-1974) e Gerald Rudolph Ford (1974-1977) e ampliar a influência soviética na África subsaariana.⁵⁸

Cuba estava à frente. Agostinho Neto havia apelado a Fidel Castro que ajudasse o MPLA a declarar uma república socialista na África Austral. Em agosto de 1975 chegaram os primeiros cooperantes cubanos sem o conhecimento e aprovação de Moscou. Mas o primeiro grande contingente de tropas cubanas chegou a Luanda apenas no dia 10 de novembro muito após a invasão sul-africana e mais uma reação do que uma simples ação isolada.⁵⁹

No dia 10 de novembro de 1975, em uma última tentativa de evitar a declaração de independência, a FNLA apoiada por tropas especiais sul-africanas e conselheiros americanos tentou tomar Luanda, evento conhecido como a ‘batalha do Quifangondo’. Embora cientes de que um ataque direto teria reduzidas chances de sucesso, provavelmente instigados pela CIA, 1.000 soldados da FNLA, 120 soldados portugueses angolanos sob o comando do coronel Santos e Castro, dois batalhões do exército de Mobuto e 50 soldados da SADF a cargo do general de brigada Ben de Wet Roos partiram de Quifangongo a 30 quilômetros de Luanda na madrugada do dia 10. A obsoleta artilharia sul-africana apoiada por três bombardeiros Canberra tentou furar as defesas dos cubanos recém chegados e do MPLA sem muito sucesso. E, mesmo após o final do suposto bombardeio, as tropas ainda não estavam prontas para atacar, o que permitiu aos cubanos e forças do MPLA se posicionarem contra a coluna e

⁵⁶ DANAHER, Kevin. *The Political Economy of U.S. Policy Toward South Africa*. Boulder, CO: Westview Press, 1985, p. 109-113.

⁵⁷ GLEIJESES, Piero. *Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press. 2002.

⁵⁸ GEORGE, op. cit. p. 50.

⁵⁹ TVEDTEN, Inge. *Angola: Struggle for Peace and Reconstruction*. Boulder, CO: Westview Press, 1997, p. 37.

despejar milhares de obuses sobre ela. Em pouco tempo, as tropas retrocederam deixando a artilharia exposta ao contra-ataque de Luanda. Os sul-africanos bateram em retirada sendo mais tarde resgatados por uma fragata na baía de Ambrizete (250 km a noroeste de Luanda), enquanto a FNLA, destroçada, encerrou sua participação ativa na guerra em Angola.⁶⁰

3.3.3 HAVANA SE ADIANTA, WASHINGTON SE RETRAI

As armas soviéticas e a estratégia cubana foram superiores aos sul-africanos e americanos. Em 11 de Novembro a nova bandeira de Angola foi hasteada em Luanda. Embora os Estados Unidos realmente acreditassem na necessidade de um governo amigo em Luanda após o 11 de novembro, o suposto efeito Saigon os impediu de se envolverem a ponto de garantir a vitória da FNLA e da UNITA.⁶¹ O apoio através do Zaire e da África do Sul (uma terceirização da terceirização em um conflito que não dizia respeito nem aos Estados Unidos nem a União Soviética) limitou a eficácia de um orçamento limitado a 31 milhões de dólares e uma força tarefa de menos de 100 membros. O único resultado das operações *Savana* e *IA-Feature* foi levar cubanos e soviéticos a intensificar suas participações em Angola e consolidar Luanda nas mãos do MPLA.⁶² Simultaneamente à declaração de independência de Angola do MPLA em Luanda, a FNLA e a UNITA declararam uma república democrática e popular, fictícia sediada em Huambo que teve curtíssima duração pela falta de capacidade bélica das FALA contra as forças do MPLA e expedicionários cubanos.⁶³

Os sul-africanos rapidamente se retiraram das proximidades de Luanda após a declaração de independência. A posição da África do Sul foi enfraquecida pelo ativismo do legislativo americano. Liberais do partido Democrata no Senado acumulavam há tempos demandas de maior participação do Congresso na política externa americana. Eles acreditavam que o poder executivo a partir de Kennedy, Johnson e Nixon subordinara os ideais americanos de apoio à democracia, direitos humanos e autodeterminação à lógica do

⁶⁰ HAMMANN, 2001, op. cit. p. 30 – 37.

⁶¹ A embaixada Americana em Saigon havia sido evacuada em Abril de 1975. KISSINGER, Henry A. *Ending the Vietnam War: A History of America's Involvement in and Extermination from the Vietnam War*. Touchstone Books, 2003, p. 551.

⁶² STOCKWELL, 1978, op. cit. p. 183.

⁶³ KALLEY, Jacqueline Audrey; SCHOEMAN, Elna; ANDOR, Lydia Eve. *Southern African Political History: A Chronology of Key Political Events from Independence to Mid-1997*. Greenwood Publishing Group, 1999. p. 2.

anticomunismo da Guerra Fria. Em segundo lugar, este grupo acreditava que os órgãos de segurança nacional associados à Guerra Fria tais como a CIA, e também os militares, haviam ganhado um papel excessivo na formulação e execução da política externa americana. Terceiro, argumentavam que a essência democrática do país demandava uma política externa de abertura. Assim, neste contexto, em 1975 o senado americano procurava ativamente ocasião para examinar e se possível impugnar decisões do poder executivo na esfera da política externa, especialmente aquelas executadas pela CIA.⁶⁴

Em 20 de dezembro de 1975, o Senado dos Estados Unidos aprovou uma ementa de autoria do senador democrata do Estado da Califórnia, John Tunney. Embora as motivações do senador provavelmente tenham sido relacionadas mais com as manobras internas do Senado contra a independência do Poder Executivo em questões de política externa do que por questões ideológicas ou de princípios, a ementa proibia a continuação do auxílio financeiro do governo americano que já havia desembolsado para a USD25 milhões à UNITA.⁶⁵ Na esteira da ementa Tunney, a Casa dos Representantes, o Congresso Americano também se envolveu na questão, e procurou superar a casa superior. Enquanto a Ementa Tunney cortava o auxílio para o orçamento da operação vigente, ela não fazia provisão para o orçamento de defesa do ano seguinte (*Defense Appropriation Bill*). A ementa do congressista democrata de Iowa, Dick Clark, virtualmente proibia a assistência financeira e militar oculta a grupos rebeldes ou o envolvimento de paramilitares americanos, inclusive em Angola.⁶⁶

3.3.4 UMA VITÓRIA SOVIÉTICA NA GUERRA FRIA

Enquanto em Washigton a guerra de palavras se estendia, em fevereiro de 1976, as FAPLA capturou Huambo e forçou a UNITA a se refugiar perto da fronteira com a Namíbia, em uma área pouco habitada de nome Jamba.⁶⁷ Sem uma clara e imediata ameaça por parte da UNITA, o MPLA pôde passar à consolidação do regime. O envolvimento soviético em Angola foi singular e nunca antes ou depois a União Soviética comprometeu tantos recursos

⁶⁴ JOHNSON, Robert David. "The Unintended Consequences of Congressional Reform: The Clark and Tunney Amendments and U.S. Policy toward Angola". *Diplomatic History*, Vol. 27, No. 2, 2003. p. 215 -243.

⁶⁵ THE BATTLE OVER ANGOLA. *Time Magazine*. Segunda-feira, 29 de Dezembro de 1975. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,945436,00.html>. Acesso: 05 outubro 2008.

⁶⁶ JOHNSON, op. cit. p. 216.

⁶⁷ LODGE, Tom; KADIMA, Denis; POTTIE, David (Eds.) "Angola". *In: Compendium of Elections in Southern Africa*. EISA, 2002. p. 13-14.

financeiros, bélicos e humanos na África.⁶⁸ Após a ação independente de Cuba em enviar tropas para apoiar o MPLA em Luanda, a União Soviética passou a decidir conjuntamente com o governo de Angola e Cuba os rumos da parceria no conflito. Em 1976, com a formação da Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola – Sonangol e com o retorno das atividades da Gulf Oil e outras empresas petrolíferas no enclave de Cabinda, as finanças do novo governo começaram a possibilitar maior estabilidade financeira e independência ao MPLA. Em 11 de fevereiro de 1976, a Organização da Unidade Africana (OUA) reconheceu o MPLA como governo legítimo de Angola, aceitando o 47º membro da organização após uma votação inédita devido às profundas divisões entre os países membros em relação a qual movimento de libertação era o mais legítimo representante.⁶⁹ Mais tarde no mesmo ano e após um veto dos Estados Unidos em 23 de junho, a Assembléia Geral das Nações Unidas admitiu Angola como membro 146 por 116 a 0, com a abstenção dos Estados Unidos no primeiro dia de dezembro de 1976. A subsequente legitimação de Agostinho Neto e do MPLA foi um golpe para os aliados da UNITA e uma recompensa para Cuba e USSR.⁷⁰

A União Soviética justificava a atuação em Angola através da própria Carta das Nações Unidas e na Declaração da Assembléia Geral das Nações Unidas para a Independência de Países e Povos colonizados, Resolução 1514 (XV) de 14 de dezembro de 1960. A declaração advogava a implementação universal do direito de autodeterminação nacional e encorajava governos a fornecer assistência material e moral aos povos que buscavam libertação do domínio colonial.⁷¹

Para os soviéticos e também para os cubanos a assistência ao MPLA estava inserida nos interesses da grande maioria dos membros das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana. Nesta lógica, qualquer outra intervenção externa, leia-se África do Sul, Estados Unidos e Israel, se constituía em uma violação das normas do direito internacional.⁷² Assim, embora a justificativa soviética provavelmente fosse apenas uma manobra para dar

⁶⁸ STEVENS, Christopher. “The Soviet Union and Angola”. *African Affairs*, Vol. 75, No. 299, 1976, p. 137-151.

⁶⁹ MUGOMBA, Agrippah T. “Regional Organisations and African Underdevelopment: the Collapse of the East African Community”. *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 12, No. 2. 1978, p. 261-272.

⁷⁰ A principal diferença entre junho e dezembro de 1976 foi que na primeira ocasião o presidente Gerald Ford não desejava ser visto como fraco quanto à questão do envolvimento cubano e soviético em Angola no período que antecedeu a convenção do partido Republicano para a escolha do candidato democrata. Após a convenção e eleições, a administração de Ford levou em consideração as desvantagens de antagonizar os governos africanos em geral. GARTHOFF, Raymond L. *Détente and confrontation: American-Soviet relations from Nixon to Reagan*. Washington, D.C.: The Brookings Institution. 1994, p. 572.

⁷¹ NAÇÕES UNIDAS. “Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples”. *General Assembly resolution 1514 (XV) of 14 December 1960*. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/law/independence.htm>. Acesso: 9 outubro 2008.

⁷² GUIMARÃES, op. cit. p. 10.

prosseguimento a uma política inerente à ideologia vigente e inserida na Guerra Fria, ela era aceita pela maioria dos membros da ONU e da OUA, além de ser bem vista por grande parte da diáspora africana como uma forma de contrapeso à intervenção de um país fascista, a África do Sul. Dificilmente a União Soviética teria sido tão bem sucedida caso a África do Sul tivesse se absterido de se envolver diretamente no conflito.⁷³

Pelo menos no papel, os líderes soviéticos se diziam crentes em uma solução política para o impasse da independência de Angola e encorajavam os esforços do novo governo para a consolidação de todas as forças patrióticas interessadas em independência genuína.⁷⁴ No entanto, a FNLA e a UNITA não eram consideradas ‘forças patrióticas interessadas em independência genuína’, e, portanto não poderiam ser incluídas em um eventual governo de unidade nacional, fato que legitimava aos olhos soviéticos a solução do conflito pela força das armas e encerrava a questão de negociações diretas com quaisquer movimentos contrários ao novo governo reconhecido internacionalmente.⁷⁵

3.3.5 O IDEALISMO REVOLUCIONÁRIO CUBANO

Na falta de evidências em contrário, pode-se afirmar categoricamente que o interesse cubano no continente era norteado pelo idealismo revolucionário de seus líderes. Os irmãos Castro e Che Guevara acreditavam ser responsabilidade cubana auxiliar aqueles que lutavam pela liberdade. Quanto à motivação, não havia pragmatismo, apenas fé.⁷⁶ Cuba não agia como substituto da União Soviética, frequentemente, muito pelo contrário, interferia à revelia do Kremlin. Diferente do tom de muitos trabalhos publicados acerca de Cuba em Angola, o envolvimento cubano em África naquele período ocorria dentro de um contexto de experiência e maturidade expedicionária após 10 anos de envolvimento direto nas guerras de independência do continente, desde a Argélia até a Guiné-Bissau. No entanto, mesmo neste período, o objetivo de muitos dos envolvidos não poderia ser mais ilusório. Muitos

⁷³ PORTER, Bruce D. *The USSR in Third World Conflicts: Soviet Arms and Diplomacy in Local Wars, 1945-1980*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 155.

⁷⁴ URALOV, K. Angola: “The Triumph of the Right Cause”. In: *International Affairs* (Moscou), No. 5, Maio de 1976, p. 51-57 Apud BENNET, Andrew. *Condemned to Repetition? The Rise, Fall, and Reprise of Soviet-Russian Military Interventionism, 1973-1996*. Cambridge: MIT Press, 1999. p. 187.

⁷⁵ BENNET, 1999. op. cit. p. 187 -188.

⁷⁶ GLEIJESES, Piero. “Havana’s Policy in Africa, 1959-76: New Evidence from Cuban Archives”. *Cold War International History Project Bulletin*. CWIHP Bulletin 8/9, 1996 p. 8. Disponível em: <http://www.wilsoncenter.org/topics/pubs/ACF191.pdf>. Acesso: 9 outubro 2008.

acreditavam que a África em geral estava prestes a abraçar o socialismo, após séculos de opressão colonial do capitalismo imperialista.⁷⁷

Apesar da experiência, motivação e objetivo de Cuba, o envio de uma força expedicionária a Angola surpreendeu a União Soviética, Estados Unidos, África do Sul, China e o mundo em geral. O envio de instrutores para o MPLA a partir de julho de 1975 não constituía em si uma grande intervenção, mas o envio de tropas de combate provavelmente mudou o rumo da história de Angola. A decisão de enviar tropas foi tomada após uma proposta de Agostinho Neto em 4 de novembro de 1975, e os primeiros 158 combatentes chegaram em 7 de novembro em aviões cubanos, quando os sul-africanos já haviam passado por Benguela e Lobito. Os soviéticos só passaram a apoiar o envio de tropas com aviões e pilotos a partir de janeiro de 1976.⁷⁸

Entre os intervenientes, Havana tinha mais a perder e menos a ganhar. Os esforços para melhorar o relacionamento de Cuba com a Europa Ocidental e mesmo com os Estados Unidos foram congelados. Durante a administração Nixon, os dois países haviam iniciado tentativas de normalizar o relacionamento interrompido desde janeiro de 1961. A atmosfera de *détente* entre Estados Unidos e União Soviética beneficiava também a Cuba e os esforços do secretário de Estado Henry Kissinger para normalizar relações com a China davam um bom precedente para o caso de Cuba. Mas as políticas internas das duas casas legislativas americanas associadas à forte pressão da comunidade cubana no país postergavam qualquer entendimento maior entre Havana e Washington. A 2 de janeiro de 1975 a possibilidade de reatamento de relações diplomáticas parecia mais próxima do que nunca quando o secretário de Estado assistente William D. Rogers entregou ao secretário de Estado Henry Kissinger uma lista com apenas seis reivindicações políticas e seis econômicas para o restabelecimento de relações entre os dois países.⁷⁹

O atendimento ao pedido de Agostinho Neto mudou tudo. Os eventos de agosto, setembro e outubro de 1975 demonstraram a necessidade de uma nova abordagem em relação às FALA e FNLA, caso o MPLA estivesse de fato disposto a preservar Luanda e o 11 de novembro como data de independência. A missão cubana de treinamento das FAPLA estava atrasada ante os desafios do período. A invasão sul-africana já era do conhecimento dos cubanos e em diferentes ocasiões os conselheiros militares cubanos haviam acompanhado as

⁷⁷ Ibid. p. 3 - 10.

⁷⁸ Ibid. p. 7

⁷⁹ FALK, Pamela S. "U.S. – CUBA Negotiations: The Continuing Stall". In: NELSON, Richard; WEISBRODE, Kenneth (eds.). *Reversing Relations with Former Adversaries: U.S. Foreign Policy After the Cold War*. Gainesville: University Press of Florida, 1998. p.169.

FAPLA e reconhecido as forças invasoras. Após uma reunião em 3 de novembro, Agostinho Neto, apoiado por Raúl Diaz Argüelles, comandante da missão militar cubana em Angola, solicitou a Fidel Castro o envio de tropas de combate em quantidade suficiente para fazer oposição à ofensiva sul-africana.⁸⁰

Uma visão pouco lisonjeira da atuação cubana, especialmente da Operação Carlota, procura demonstrar que a decisão cubana de intervir de forma decisiva no conflito pré-independência teria sido uma decisão difícil, tomada apenas para evitar um desastre militar e não um gesto de solidariedade internacional.⁸¹ De acordo com esta visão, a estratégia cubana em Angola havia sido incompetente ao posicionar um grupo pequeno, levemente armado, no caminho de dois exércitos (sul-africano e zaireense) e de seus respectivos clientes. O envio da missão de treinamento estava alienado das realidades prementes no terreno, já que a FNLA avançava em direção a Luanda, e teria sido impossível treinar novos recrutas para enfrentar os sul-africanos a tempo. Aparentemente, Havana não acreditava na possibilidade de uma invasão sul-africana, embora na imprensa da época, fosse possível encontrar muitas referências às incursões da SADF entre 1974 e 1975. A falta de uma unidade de inteligência avançada e informações desencontradas iludiam Fidel Castro de que tudo estava sob controle e corria de acordo com o planejado conforme relatório enviado no dia 1 de novembro, embora, apenas três dias depois, o mesmo Argüelles solicitou reforços urgentes.⁸²

O pedido de socorro em 3 de novembro, provavelmente, surpreendeu a direção cubana. Na proximidade do I Congresso do Partido Comunista de Cuba, 17 a 22/12/1975, no qual Fidel Castro seria confirmado como secretário-geral (Castro seria ‘eleito’ chefe de Estado em 3/12/1976),⁸³ a possibilidade de um fiasco em Angola, em que centenas de tropas cubanas poderiam ser capturadas ou mesmo mortas por uma força invasora sul-africana, além de mercenários e guerrilheiros financiados por Washington, deixou pouco espaço de manobra a Castro. Fora a humilhação, perder Luanda significaria uma possível inversão de posições, em que o MPLA passaria a ser guerrilha, enquanto um governo pró Estados Unidos acabaria com o sonho de uma Angola socialista. Os cubanos poderiam retirar-se, talvez para Cabinda,

⁸⁰ GEORGE, op. cit., p. 77.

⁸¹ Ibid., p. 3.

⁸² Ibid., p. 78.

⁸³ “Cronologia cubana desde a revolução liderada por Fidel Castro”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 de fevereiro de 2008. Caderno Internacional, América Latina. Disponível em: http://www.estadao.com.br/internacional/not_int126980,0.htm. Acesso: 11 novembro 2008.

evitando assim um desastre maior, ou enviar reforços suficientes para garantir a defesa de Luanda. Havana optou por intervir.⁸⁴

O batalhão do ministério do interior de Cuba, *MININT*, com 628 homens foi despachado em aviões antigos, Bristol Britannias, em uma viagem de 48 horas, com três escalas e a despeito das limitações, entre 7 de novembro e 9 de dezembro, a Força Aérea de Cuba realizou 70 vôos entre Havana e Luanda. Outros 1.253 homens com armamento e equipamentos foram despachados em navios mercantes, o primeiro dos quais chegou a Angola em 27 de novembro de 1975.⁸⁵

A ação decisiva mudaria a história de Angola para sempre, o trunfo cubano, ousado e arriscado, funcionou e garantiu a permanência do MPLA no poder através dos anos que se seguiram. Os custos da operação para Cuba são difíceis de quantificar. Um dos efeitos duradouros da iniciativa foi levar a administração do presidente americano Gerald Ford a congelar o processo de normalização das relações econômicas e diplomáticas com Cuba (que desde então, jamais voltaram ao patamar de setembro de 1975).⁸⁶ Em 1976, Cuba sofreu pressões de seus aliados soviéticos para que retirasse os 36.000 internacionalistas presentes no país. Em abril do mesmo ano, Fidel e Raul Castro estiveram em Luanda para negociarem com Agostinho Neto a “retirada gradual e progressiva” do contingente. Conseqüentemente, em março de 1977, apenas 19.000 cubanos em Angola permaneciam em um momento em que os sul-africanos novamente invadiram Angola. Mas a partir daquele momento, em resposta parcial a disposição continuada dos sul-africanos em intervir em Angola, a presença cubana nunca mais chegou a um ponto tão baixo até a saída total em 1991.⁸⁷

3.4 1976 – 1980: CONTINUAÇÃO DE UMA GUERRA SUBSTITUTA. ANOS E OPORTUNIDADES PERDIDAS

Entre dezembro de 1975 e junho de 1976, o MPLA confirmou sua posição de governo reconhecido de Angola com o auxílio cubano e soviético. Por falta de apoio e sem perspectiva de auxílio direto dos Estados Unidos, a África do Sul começou a retirar suas tropas de Angola

⁸⁴ GEORGE, op. cit., p. 77-79.

⁸⁵ Ibid., p. 81, 99.

⁸⁶ GLEIJESES, op. cit. 2002. p. 380-381.

⁸⁷ Angola: “Castro revela que retirada aconteceu sob pressão soviética”. 3 dezembro 2005. *LUSA*. Disponível em: http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=7920. Acesso: 16 novembro 2008.

ao final de janeiro de 1976. Em fevereiro, Huambo, Benguela, M'banza-Congo e Soyo haviam sido conquistadas pelo novo governo. Exceto pela invasão sul-africana de outubro de 1975 a março de 1976, não houve nenhuma outra intromissão externa de magnitude semelhante até o final da guerra em 2002. Embora a mesma África do Sul tenha invadido novamente em diversas ocasiões, mesmo a batalha de Cuito Cuanavale (1987-1988) esteve longe de ameaçar o regime de Luanda, pois se conteve ao extremo sudoeste do país. Jonas Savimbi se tornou um desafio à “ditadura comunista” nas mãos e corações da direita estadunidense a partir do momento em que a FNLA renunciou a luta armada e caiu na irrelevância política e militar após o desastre da batalha de Quifangongo e primeira retirada dos sul-africanos. A UNITA de Jonas Savimbi passou a ser a “mordação aos apetites soviéticos na África Austral” no contexto da propaganda anticomunista.⁸⁸

A ação de Pretória passou a ser de apoio aberto à subversão. A tentativa de estabelecer uma nova república ao sul de Angola, separando as províncias de Cuando-Cubango e Cunene do resto do país, foi frustrada pelas forças do governo apoiadas pelos cubanos e soviéticos. Assim, o que se seguiu foi uma expansão do suprimento de armas e recursos financeiros a UNITA, visto pela imprensa não americana como mercenária e vendida aos interesses capitalistas.⁸⁹ Por sua parte, o MPLA foi fortalecido através de um tratado de amizade e cooperação com a USSR em outubro de 1976, no qual os soviéticos se comprometiam a fornecer treinamento, arsenal e manter 500 conselheiros militares em Angola. Além dos soviéticos, o governo de Angola passou a contar com o auxílio de outros países sob a influência soviética, tal como a Alemanha Oriental que passou a manter cerca de 500 conselheiros militares e técnicos espalhados pelas províncias.⁹⁰

Henry Kissinger justificava a presença e apoio americano em Angola afirmando que o intuito da intervenção era assegurar a estabilidade do regime do país vizinho ao norte, Zaire. De acordo com o secretário de Estado americano, caso os Estados Unidos não se envolvessem em Angola, os russos encorajariam países como a Síria a se arriscarem mais, com um possível ataque a Israel apoiado por eles. Simultaneamente, o embaixador americano nas Nações Unidas, Daniel Patrick “Pat” Moynihan (1975-1976), chegou a alegar que caso os comunistas

⁸⁸ VINICIUS Marco; SALDANHA, Maria João. *Jonas Savimbi: um desafio à ditadura comunista em Angola*. Ann Harbor: Universidade de Michigan. Edições Armasilde, 1977. p. 79.

⁸⁹ TAYLOR & FRANCIS GROUP. *Africa South of the Sahara*. Taylor & Francis Group, Europa Publications Limited. 1988. p. 13.

⁹⁰ POTIČNYJ, Petro J. “The Soviet Union: Party and Society”. *American Association for the Advancement of Slavic Studies International Committee for Soviet and East European Studies, World Congress for Soviet and East European Studies* (3ª Edição: 1985 : Washington, D.C.). Cambridge University Press. 1988. p. 45.

tomassem Angola definitivamente, eles teriam controle considerável das rotas de superpetroleiros do Golfo Pérsico à Europa e que o próximo objetivo seria o Brasil.⁹¹

O presidente americano Gerald Ford havia recusado uma proposta de restringir a exportação de grãos para a União Soviética e Kissinger não concordou em suspender o *SALT II* (*Strategic Arms Limitation Talks*, iniciadas em novembro de 1972 com reuniões subseqüentes em Vladivostok, novembro de 1974 e, Viena, junho de 1979), como forma de pressionar os russos a cooperar em Angola e cancelar o acordo de amizade com o governo de Luanda. Mesmo assim, em dezembro de 1976, já no final do seu mandato, Ford solicitou ao congresso americano recursos adicionais para as ações da CIA em Angola. No entanto, em uma votação em que 251 democratas e 72 republicanos votaram, a solicitação do presidente foi recusada por 323 a 99.⁹² Em 1977, o recém empossado presidente americano proveniente do partido democrata, James Earl "Jimmy" Carter, Jr., proibiu o compartilhamento de informações com os serviços de espionagem sul-africanos, no entanto, a ordem foi praticamente ignorada pela direção da Central Intelligence Agency, CIA.⁹³ A Agência continuou a praticar “*covert actions*”, isto é atividades clandestinas programadas para influenciar governos estrangeiros, eventos, organizações ou pessoas, com o intuito de “apoiar” a política externa americana de tal modo que o envolvimento do governo dos Estados Unidos não se tornasse aparente.⁹⁴

3.4.1 OS VIZINHOS NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA: FRONTEIRA NORTE E LESTE

A independência de Angola complicou a já complexa e instável situação da África Austral dos anos 1970. O MPLA tinha uma história de hostilidade e antagonismo com o gigante ao norte, Zaire e um relacionamento ambíguo com a Zâmbia de Kenneth Kaunda. Além disso, Luanda apoiava abertamente a guerrilha da SWAPO, posição que contribuía para dificultar as relações bilaterais com seus vizinhos. Ao sul, a UNITA era ativamente apoiada pelo governo de Pretória, que progressivamente (após um início ameaçador) voltou a invadir

⁹¹ Ibid., p. 255.

⁹² BRUNE, Lester H.; BURNS, Richard Dean. *Chronological History of U.S. Foreign Relations. Volume II, 1933 – 1988*. Londres: Routledge, 2a edição. p. 846-847.

⁹³ BLUM, William. *Killing Hope: US Military and CIA Interventions Since World War II*. Londres: Zed Books Ltd, 2004. p. 253.

⁹⁴ WEISSMAN, Stephen R. “CIA Covert Action in Zaire and Angola: Patterns and Consequences”. *Political Science Quarterly*, Volume 94, número 2, 1979. p. 263 (263-286).

para atacar bases da SWAPO em território angolano e impulsionar o movimento de Jonas Savimbi em direção à Luanda. Este emaranhado constituía um situação de guerra inter-estatal de fato, mas não declarada.⁹⁵ Forçado pelas circunstâncias, Agostinho Neto procurou se aproximar de seus vizinhos, nomeadamente Zâmbia e Zaire.

Em um primeiro momento, o MPLA aparentemente convenceu o governo zambiano a expulsar a UNITA que foi formalmente proscribida em dezembro de 1976. Mesmo assim, a UNITA continuou a usar a área de fronteira para lançar ataques contra tropas do governo, gerando um ambiente tenso entre os dois países até o final da guerra.⁹⁶

3.4.2 MOBUTU: FATOR REGIONAL DESESTABILIZADOR

Por sua vez, o relacionamento com o Zaire sempre foi mais complexo. Joseph Désiré Mobutu, que em 1972 mudou seu nome para “Mobutu Sese Seko Nkuku Ngbendu Wa Za Banga” (“o todo poderoso guerreiro que por sua resistência e vontade inflexível vencerá, de conquista em conquista, deixando fogo em seu rastro”), estava no poder desde novembro de 1965 através de um golpe de Estado auxiliado pela CIA. Mobutu havia sido selecionado pelos Estados Unidos para defender seus interesses na região pela renúncia vocal do mesmo ao comunismo.⁹⁷

A independência de Angola representava uma ameaça e também uma oportunidade do ponto de vista de Mobutu. Desde a independência, a liderança zairense havia se aproximado da FNLA de Holden Roberto, cuja base étnica fronteiriça é compartilhada com Angola, sendo que Mobutu e Roberto tinham, através da segunda esposa do primeiro, parentesco distante. Além disso, muitos dos líderes do movimento haviam passado boa parte de suas vidas em Kinshasa, capital do Zaire. Assim sendo, a FNLA operava a partir do solo zairense.⁹⁸ Após a independência, a UNITA substituiu a FNLA e Mobutu e Savimbi estabeleceram uma aliança pragmática até a queda de Mobutu vinte anos mais tarde. Em retaliação, o governo de Angola

⁹⁵ CHABAL, op. cit., p. 77.

⁹⁶ “Zambia bans UNITA”. *The Gleaner*. 28 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://www.newspaperarchive.com/LandingPage.aspx?type=glpnews&search=december%201%20zambia&img=21143322>. Acesso: 20 novembro 2008.

⁹⁷ SCHRAEDER, Peter J. *United States foreign policy toward Africa: Incrementalism, crisis and change*. Cambridge: University Press. 1994. p. 51.

⁹⁸ FEDERAL RESEARCH DIVISION. *Zaire*. Country Studies Series by Federal Research Division of the Library of Congress. 1993. Disponível em: <http://www.country-data.com/cgi-bin/query/r-15134.html>. Acesso: 20 novembro 2008.

apoiou os adversários katanguenses de Mobutu que por duas vezes tentaram invadir a província de Shaba a partir de Angola.⁹⁹

Tanto militarmente quanto diplomaticamente, os eventos de 11 de novembro de 1975 foram desastrosos para Mobutu. A posição diplomática dos membros da Organização de Unidade Africana (OUA) era de que apenas uma coalizão entre os três principais movimentos, MPLA, FNLA e UNITA, poderia garantir uma transição pacífica. Embora oficialmente o Zaire apoiasse a posição da OUA, nos bastidores, Mobutu desejava a exclusão do MPLA. Em 1974, parecia que a vantagem estava do lado da FNLA, já que havia cerca de 2 mil guerrilheiros do movimento inseridos em Angola e provavelmente outros 10 mil em acampamentos ao longo da fronteira, do lado do Zaire. O apoio da China comunista parecia certo e mesmo os Estados Unidos dava sinais esporádicos de que auxiliaria a FNLA contra um inimigo comum apoiado pela União Soviética. No entanto, tudo não passou de um castelo de cartas, pois as forças da FNLA, Zaire, UNITA e África do Sul se mostraram incapazes de impedir a declaração de independência do MPLA, em um momento único.¹⁰⁰

A China se retirou por causa do envolvimento sul-africano direto e o tão esperado apoio não se materializou. O vice primeiro ministro chinês, Deng Xiaoping deixou claro que não auxiliaria a FNLA em Angola, pois respeitava os sentimentos dos africanos negros quanto à interferência de um país que tinha uma política de discriminação e segregação contra negros no próprio continente africano.¹⁰¹ O envolvimento sul-africano direcionou todas as simpatias para o MPLA, o que assegurou o reconhecimento do novo Estado independente em tempo recorde pela ONU. Para o então governo americano, a ONU havia passado a auxiliar guerrilhas marxistas, grupos terroristas operando na fronteira com a África do Sul, apoiados pela União Soviética.¹⁰²

Em 8 de março de 1977, cerca de dois mil guerrilheiros liderados por Nathaniel Mbumba, da Frente Nacional para a Libertação do Congo (*Front por la Libération Nationale*, FNLC), exilados em Angola desde a crise de Katanga, invadiram a província zaireense de Shaba a partir de Angola com o apoio do governo de Angola e assistência cubana. Inicialmente, houve pouca resistência das tropas governamentais zaireenses que estavam desorganizadas, com baixa moral e pouco equipadas. Os invasores deixaram claro que o

⁹⁹ CHABAL, op. cit. p. 77-78.

¹⁰⁰ FEDERAL RESEARCH DIVISION. 1993, op. cit.

¹⁰¹ GLEIJESES, 2002. p. 57.

¹⁰² GULICK, Thomas G. "How the U.N. Aids Marxist Guerrilla Groups". Backgrounder #177. Washington: *The Heritage Foundation*. 8 de Abril de 1982. Disponível em: <http://www.heritage.org/Research/InternationalOrganizations/bg177.cfm>. Acesso em: 20 novembro 2008.

objetivo não era apenas ocupar a ex-Katanga, mas também depor Mobutu que rapidamente solicitou o auxílio de seus aliados. Marrocos, Egito, Sudão, Arábia Saudita auxiliados pela Bélgica, França e Estados Unidos reagiram ao apelo de Mobutu. O Marrocos enviou tropas com aviões franceses com tripulação egípcia. Em menos de três meses, a guerrilha foi dispersa, a maioria voltando para Angola.¹⁰³ No entanto, alguns meses mais tarde, em 13 de maio de 1978, novamente com o auxílio do governo de Angola, desejoso de se livrar do estorvo de um grupo considerado colaborador dos senhores coloniais recentemente expulsos, os rebeldes de Katanga voltaram a invadir Shaba, conseguindo capturar e manter por alguns dias a cidade mineira de Kolwezi. Naquela ocasião, Mobutu foi resgatado por 700 comandos franceses e 1.700 fuzileiros belgas com apoio logístico da Força Aérea Americana.¹⁰⁴

Ciente do perigo constante que corria, Mobutu percebeu que seria melhor encontrar um meio termo político para o apoio do governo de Angola aos rebeldes de Shaba. Assim, este propôs a Agostinho Neto (já convalescente de câncer no pâncreas e cirrose do fígado), retirar todo apoio a forças anti MPLA, inclusive o direito de usar território zaireense para lançar ataques contra forças do governo angolano.¹⁰⁵ O Comitê Central do MPLA aceitou sem maiores exigências ou mesmo confiança, e manteve a chamada *Gerdamerie* de Katanga a postos, caso fosse necessário. Por sua vez, Mobutu abriu mão do sonho de capturar os poços de petróleo de Cabinda e simultaneamente renovou a possibilidade de reabertura dos Caminhos de Ferro Benguela, que até o primeiro semestre de 1975 haviam possibilitado o escoamento do minério de cobre e cobalto através do porto de Lobito.¹⁰⁶

Durante a guerra de 80 dias entre Mobutu e secessionistas de Katanga, de 50 a 70 mil deslocados de guerra se refugiaram em Angola, juntando-se aos refugiados que já se encontravam no país desde 1963, expulsos pelo exército multinacional das Nações Unidas, na fracassada rebelião separatista. Em 30 de julho de 1978, Neto e Mobutu assinaram o Acordo de Brazzaville, que finalizou a crise de Shaba por alguns anos.¹⁰⁷

¹⁰³ YOUNG, Crawford; TURNER, Thomas. *The rise & decline of the Zairian state*. University of Wisconsin Press, 1985. p. 49, 73, 369.

¹⁰⁴ YOUNG et al., op. cit., p. 75.

¹⁰⁵ “Neto's Death: Start of a Power struggle”. *Time Magazine*. 24 de Setembro de 1979. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,947403,00.html>. Acesso: 21 novembro 2008.

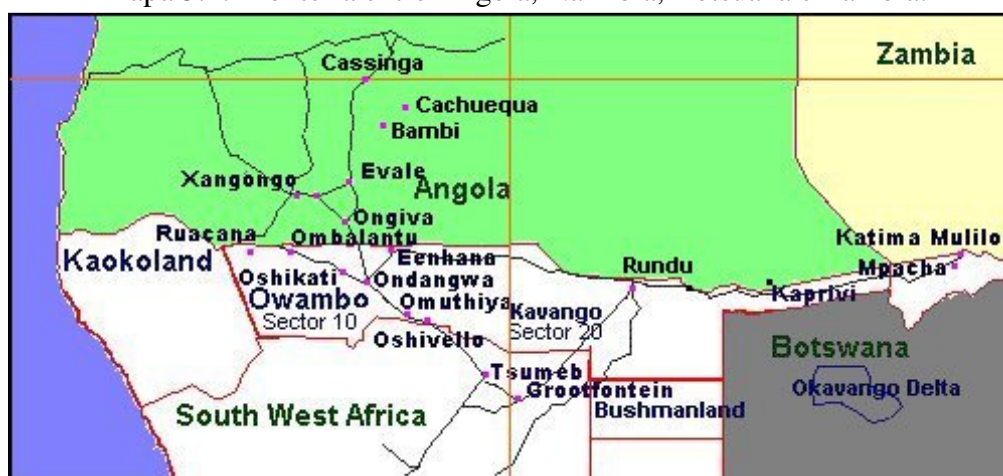
¹⁰⁶ BIRMINGHAM, David. “Angola”. In: CHABAL, Patrick. *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Londres: C. Hurst & Co. Ltd. 2002. p. 137 – 184.

¹⁰⁷ BRECHER, Michael; WILKENFELD, Jonathan. *A study of Crisis*. Ann Harbor: University of Michigan. 1997. p. 76.

3.4.3 FRONTEIRA SUL

Poucos meses antes, em 4 de maio de 1978, pára-quadistas sul-africanos atacaram o campo de refugiados de Cassinga, na província da Huíla, um vilarejo que havia abrigado uma mina de ferro, naquela época já desativada.¹⁰⁸

Mapa 3.1: Fronteira entre Angola, Namíbia, Botsuána e Zâmbia.



Fonte: <http://www.allatsea.co.za/army/protea.htm>

No dia primeiro de maio de 1978, o governo sul-africano havia aceito negociar uma solução política para a Namíbia. No entanto, simultaneamente, uma operação nomeada *Reindeer* estava sendo planejada pela SADF. Apologistas do *Apartheid*, simpatizantes da SWAPO e revisionistas históricos deram várias versões ao ocorrido há trinta anos. Para uns, Cassinga era um importante quartel-general da SWAPO de onde o comandante da PLAN (*Peoples Liberation Army of Namibia*), Dimo Hamaambo, planejava ataques contra as posições sul-africanas na Namíbia. Para outros, o vilarejo não passava de um inofensivo campo de refugiados namibianos, ocupado principalmente por crianças, mulheres e idosos. Provavelmente, o campo reunia as duas visões, civis inofensivos e guerrilheiros armados.¹⁰⁹

De acordo com os registros oficiais da SADF, a operação seria a primeira invasão sul-africana em Angola após dezembro de 1975, dados obviamente incorretos já que forças sul-

¹⁰⁸ UNITED NATIONS OFFICE OF PUBLIC INFORMATION. *Objective: Justice*. Nova York: United Nations Dept. of Public Information. 1985.

¹⁰⁹ BAINES, Gary. "The Battle for Cassinga: Conflicting Narratives and Contested Meanings". Trabalho apresentado ao *Basler Afrika Bibliographien Seminar*, 11 dezembro 2007, Basel, Suíça.

africanas haviam se engajado dentro das fronteiras angolanas várias vezes após a data, embora de forma limitada.¹¹⁰ Batalha ou massacre, o embate foi extremamente desigual por todas as narrativas do evento, já que segundo a maioria, houve 4 baixas da SADF contra mais de 600 do lado da SWAPO.¹¹¹ A ação da SADF em 1978 estabelecia o precedente dos anos a frente, isto é, transgressão da integridade territorial angolana, uso ilegal da Namíbia como base de lançamento de ataques e violações graves dos direitos humanos.¹¹²

3.5 O FIM DE UM COMEÇO

Desde 1978, era sabido que Agostinho Neto estava se submetendo a um tratamento contra algum tipo de câncer. Todavia, a morte de Neto aos 57 anos em 10 de setembro de 1979 em um hospital de Moscou foi inesperada. O poeta, médico e revolucionário havia conduzido o período pós-independência com mão de ferro, prendendo, exilando e por vezes, executando todos os que ousaram disputar sua autoridade.¹¹³ A presidência do herói máximo da independência de Angola foi marcada pela devastação da guerra, sérias dificuldades econômicas e principalmente pelas disputas internas de seu partido. O então presidente de Angola seguiu para Moscou apenas quatro dias antes de sua morte e não havia indicado um sucessor publicamente. Na época, as especulações giravam em torno de quatro dirigentes do partido: José Eduardo dos Santos, ministro do planejamento, Lúcio Lara, membro histórico e presidente em exercício do MPLA, Iko Carreira, ministro da defesa e Lopo do Nascimento, ex-primeiro ministro, destituído por Neto no ano anterior.¹¹⁴

A morte de Neto marcou o início do fim do período de guerra substituta e enceta o caminho para o ciclo de guerra por recursos. A União Soviética começava a dar sinais de exaustão e o conflito no Afeganistão em breve iria sugar parte dos recursos disponíveis para os envolvimento externos russos.¹¹⁵

¹¹⁰ NORTJE, Piet. *32 Battalion: The Inside Story of South Africa's Elite Fighting Unit*. Pretoria: Zebra. 2004.

¹¹¹ BAINES, op. cit., p. 6.

¹¹² Ibid, p. 13

¹¹³ BOTELHO, Americo Cardoso. *Holocausto em Angola: Memórias de entre o cárcere e o cemitério*. Lisboa: Editora Vega, Coleção Outras Obras. 2008. Veja também, MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. *Purga em Angola*. Lisboa: Editora ASA. 2007.

¹¹⁴ TIME MAGAZINE. Neto's Death: Start of a Power struggle. 24 de Setembro de 1979. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,947403,00.html>. Acesso: 21 novembro 2008.

¹¹⁵ WOLF, Charles, Jr. "The Costs of the Soviet Empire". *Science* 29 novembro 1985: Vol. 230. no. 4729, pp. 997 – 1002.

3.5.1 A PREPONDERÂNCIA DOS INVASORES NO ÚLTIMO PERÍODO DE GUERRA SUBSTITUTA

A mudança paradigmática do contexto regional não poderia vir de Angola ou de seus aliados diretos. O governo angolano não tinha condições de influenciar as políticas e motivações da África do Sul e muito menos dos Estados Unidos. Cuba possuía a disposição e os homens, mas ao final dos anos 1970, a realidade das impossibilidades começava a ser assimilada pelos irmãos Castro, embora provavelmente ainda não visualizassem como seria a vida sem a proteção e sustento soviéticos. Mesmo assim, em Angola, os dirigentes começavam a desfrutar algum tipo de independência econômica devido aos *royalties* provindos do petróleo e o custo de manter o efetivo cubano e soviético (por volta de USD14.000 a USD22.000 por ‘cooperante’) já não era tão essencial para alguns membros do Comitê Central.¹¹⁶

Portanto, desta feita os principais atores neste último período de guerra substituta (1978 -1984) seriam a dupla ‘Estados Unidos - África do Sul’, com primazia ao último que dava as derradeiras e violentas convulsões ante o iminente e inevitável fim do regime do Partido Nacional no poder desde 1948. Novamente, eventos e atores regionais pareciam segurar o leme do conflito angolano. Um pacote de políticas domésticas e regionais para contornar a inviabilidade da situação de isolamento crescente da África do Sul foi lançado pelo governo de Pieter Willem Botha em setembro de 1978.¹¹⁷ Este conjunto de medidas era uma resposta a quatro realidades para a perspectiva sul-africana que se avolumaram ao longo dos anos 1970:

1. O fortalecimento da oposição da população negra organizada de grande escala, após quase uma década de repressão sem reações à altura;
2. A recessão econômica. A situação da economia mundial e seus efeitos na abastada minoria branca sul-africana, levou parte dos grandes capitalistas sul-africanos a exigir menos restrições à mobilidade e treinamento da mão de obra negra, para que fosse possível um aumento de produtividade e a manufatura de produtos de maior valor agregado;

¹¹⁶ KEMPTON, Daniel R. *Soviet Strategy Toward Southern Africa: The National Liberation Movement Connection*. Praeger, 1989. p. 15, 28.

¹¹⁷ Não confundir com Roelof Frederik "Pik" Botha, Ministro das Relações Exteriores sul-africanas no mesmo período.

3. O fim do cordão de isolamento sanitário português com a independência de Angola e Moçambique, a guerra na então Rodésia, o estabelecimento de governos socialistas, o fiasco da invasão sul-africana em 1975-76, a retirada considerada humilhante para muitos, o colapso da iniciativa de *detente* do regime de Pretória, sinais inequívocos da necessidade de uma nova visão do papel regional da África do Sul.
4. A crescente condenação e oposição da comunidade internacional. Até mesmo os Estados Unidos votou a favor de um embargo de armas obrigatório e emancipação para todos os habitantes do país em 1977 (embora a administração Reagan tenha invertido boa parte dos avanços alcançados pelos presidentes americanos anteriores).¹¹⁸

A estratégia consistia em assegurar o ‘apoio’ dos países vizinhos contra o Congresso Nacional Africano (CNA) e a SWAPO, forçar a retirada das tropas cubanas de Angola e do apoio soviético de Angola, conquistar a anuência dos ‘Estados negros’ a derredor para que não apoiassem automaticamente as sanções contra o país e moderassem a retórica contra a minoria branca. Para tanto, o governo sul-africano triplicou o orçamento das forças armadas entre 1977/78 e 1985/86. O novo orçamento foi usado para a aquisição e desenvolvimento de armamento, a criação ou fortalecimento de unidades militares e para-militares (por exemplo, Batalhão Búfalo, *Koevoet* e Batalhão 32), aumento do apoio logístico direto a grupos guerrilheiros em países vizinhos, tais como a UNITA em Angola e o treinamento de batalhões étnicos com a finalidade de agir nas fronteiras ‘sujeitas’ da África do Sul (Namíbia – Angola, província de Kwazulu-Natal – Moçambique) e também minimizar as baixas de tropas regulares de ascendência européia.¹¹⁹

Quase que paralelamente, o republicano Ronald Reagan foi eleito nos Estados Unidos com uma plataforma de ‘engajamento construtivo’ para segurar a aceleração da influência que a União Soviética havia ganhado nas últimas duas décadas, baseada na estratégia de “*Roll-Back*” de John Foster Dulles dos anos 1950.¹²⁰ Para a administração Reagan e para a maioria republicana nas duas casas legislativas americanas, o problema na África Austral se resumia a presença soviética e cubana em Angola. Com o intuito de ‘limpar’ a região da presença comunista, a Secretaria de Estado americana adotou as seguintes estratégias:

¹¹⁸ O’MEARA, Dan. “Destabilization in southern Africa; total strategy in total disarray (South Africa's regional-based foreign policy)”. *Monthly Review*. Volume 37, Abril de 1986. p. 2.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 3.

¹²⁰ MATTHIAS, Willard C. *America’s Strategic Blunders: Intelligence Analysis and National Security Policy, 1936-1991*. Philadelphia: Penn State Press, 2007. p. 126.

- (e) Vincular a questão da independência da Namíbia à saída das tropas cubanas em Angola, e simultaneamente envolver toda a região, criando causalidades e correlações inexistentes (setembro de 1981);
- (f) Solicitar ao Congresso a rejeição da Ementa Clark e apoiar a UNITA abertamente, de modo a impedir que as FAPLA derrotassem as FALA no campo de batalha em uma eventual saída dos sul-africanos. Em março de 1981, esta primeira tentativa foi rejeitada, o que não impediu os Estados Unidos de encorajarem outros países a auxiliar a UNITA.¹²¹ Vários senadores americanos e membros seniores da administração, entre eles, Jeane Kirkpatrick, William Clark, Caspar Weinberger e William Casey se empenharam pessoalmente para subestimar quaisquer iniciativas que presumissem acordos políticos com o governo do MPLA.¹²² Além da resistência a uma solução pacífica, os senadores se utilizaram de influência com a CIA para encorajar as ações sul-africanas e a manter a proximidade com Jonas Savimbi;¹²³
- (g) Renovar a iniciativa diplomática através de uma aproximação com a África do Sul baseada na luta comum contra o comunismo;¹²⁴
- (h) Persuadir os chamados ‘países da linha de frente, Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue a aceitar a vinculação da questão da independência da Namíbia e presença das tropas cubanas em Angola.¹²⁵

Em Angola, o pacote Reagan–Botha foi sentido através do recrudescimento do conflito em boa parte do território nacional até o embate final da guerra substituta em Cuito

¹²¹ CROCKER, Chester A. *High Noon in Southern Africa: Making Peace in a Rough Neighborhood*. W.W. Norton, 1993, p. 271, 281 *apud* SCOTT, James M. *Deciding to Intervene: The Reagan Doctrine and American Foreign Policy*. Duke University Press, 1996. p. 125.

¹²² A Ementa Clark caiu apenas em julho de 1985 através da dedicação pessoal dos senadores republicanos Steven Douglas Symms, James McClure e Malcolm Wallop, fato que prolongou a sobrevivência da UNITA e da guerra. WRIGHT, George. *The Destruction of a Nation: United States' Policy Towards Angola Since 1945*. Pluto Press, 1997. P. 118 – 123.

¹²³ Estas figuras influentes eram apoiadas e cobradas por organizações não governamentais tais como a Heritage Foundation, the American Security Council, the Conservative Caucus, The Cuban-American National Foundation, Citizens for America e grupos conservadores evangélicos ligados a Jerry Falwelle Pat Robertson, além de pressionadas por lobistas contratados pela África do Sul como Stuart Spencer e John Sears. *Ibid.*, p. 268-84.

¹²⁴ Esta mesma iniciativa era contrabalanceada pela dedicação do Secretário de Estado Assistente para Assuntos Africanos Chester Arthur Crocker e sua equipe. Crocker era apoiado pela ala liberal de esquerda do establishment americano e pela mídia pacifista encabeçada pelo *The New York Times* e seguida por outros como *The Washington Post*, o *Christian Science Monitor* e pelo *International Herald Tribune*. WRIGHT, op. cit. p. 123.

¹²⁵ SCOTT, James M. *Deciding to Intervene: The Reagan Doctrine and American Foreign Policy*. Duke University Press, 1996. p.118.

Cuanavale entre outubro de 1987 e fevereiro de 1988. De 1981 até 1989, os sul-africanos praticamente não saíram de Angola lançando operações sucessivas.¹²⁶

¹²⁶ BARBER, James. *South Africa's foreign policy: the search for status and security 1945-1988*. Cambridge: Cambridge University Press. 1990, p. 293.

Tabela 3.1: Operações sul-africanas em Angola de 1978 em diante

| Ano | Operação |
|------|---|
| 1978 | 1) <i>Reeindeer</i> : ataque ao campo de refugiados de Cassinga, Huíla; 2) <i>Bruilof</i> : ataques diversos próximos à fronteira de Angola; 3) <i>Rextill</i> (Agosto 1978): retaliação a uma emboscada em Katima Mulilo. |
| 1979 | 4) <i>Rekstok</i> (14 de março de 1979): bombardeamento em Nova Catengue; 5) <i>Tiro a Tiro</i> (21 de maio de 1980): Savete, ataque a uma base das FAPLA. |
| 1980 | 6) <i>Smokeshell/Sceptic</i> (Maio de 1980): Vilarejo de Chifufua é atacado na primeira batalha prolongada entre FAPLA e SADF; 7) <i>Klipkop</i> : não há informações disponíveis. |
| 1981 | 8) <i>Protea</i> (23 de agosto de 1981 - 1 setembro 1981): o objetivo era destruir o campo de treinamento e comando da PLAN-SWAPO em Xangongo e Ongiva, sul de Angola. 9) <i>Carnation</i> : (24 de agosto de 1981) operação aérea de apoio à operação Protea; 10) <i>Daisy</i> (1 de novembro de 1981): ataque aéreo e terrestre às vilas de Bambi e Cheraquera; 11) <i>Super</i> (Março 1982): Ataque ao Vale Cambeno próximo a vila de Lona; 12) <i>Kerslig</i> (novembro 1981): operação contra as instalações petrolíferas no porto de Luanda. |
| 1982 | 13) <i>Meebos</i> : Ataques aéreos a Mupa. |
| 1983 | 14) <i>Phoenix</i> (março, 1983): Contra-ataque a ataque da SWAPO; 15) <i>Dolfyn</i> (Maio de 1983): sem informações disponíveis. |
| 1984 | 16) <i>Askari</i> (dezembro 1983 – janeiro 1984): missão que procurou impedir a entrada de guerrilheiros na Namíbia. |
| 1985 | 17) <i>Argon</i> (maio 1985): ataque aos sistemas de armazenamento de petróleo em Cabinda, que levou à captura pelas forças cubanas do capitão Wynand Du Toit; 18) <i>Boswilger</i> (maio 1985): operação contra bases próximas à fronteira; 19) <i>Alpha Centauri</i> : Auxílio direto a UNITA procurando impedir um ataque direto das FAPLA contra o quartel-general de Savimbi na época, Jamba; 20) <i>Weldmesh-Wallpaper</i> : Auxílio direto a UNITA procurando impedir um ataque direto das FAPLA contra a base de Mavinga. Lançadores de foguete foram indiscriminadamente. |
| 1986 | 21) <i>Chuva</i> : sem informações disponíveis. 22) <i>Colesseum</i> : sem informações disponíveis. |
| 1987 | 23) <i>Coolidge</i> (Agosto): Destruição de ponte sobre o rio Cuito. |
| 1988 | 24) <i>Hooper, Modular e Packer</i> (Outubro 1987 – Fevereiro 1988): partes da batalha de Cuito Cuanavale; 25) <i>Hilti/Excite</i> (maio a junho 1988): última operação do Batalhão 32 em Angola. A força aérea de Angola atacou a hidrelétrica de Calueque; 26) <i>Linger</i> (agosto): sem informações disponíveis. |
| 1989 | 27) <i>Merlyn</i> (1989): sem informações disponíveis. 28) <i>Displace</i> : retirada das tropas da SADF de Angola e norte da Namíbia. |

Fontes: ANÔNIMO. Disponível em:

<http://bbs.keyhole.com/ubb/showthreaded.php/Cat/0/Number/425893/an/0/page/17#425893>. Acesso: 23 novembro 2008. <http://www.geocities.com/Yosemite/Forest/1771/askari.htm>

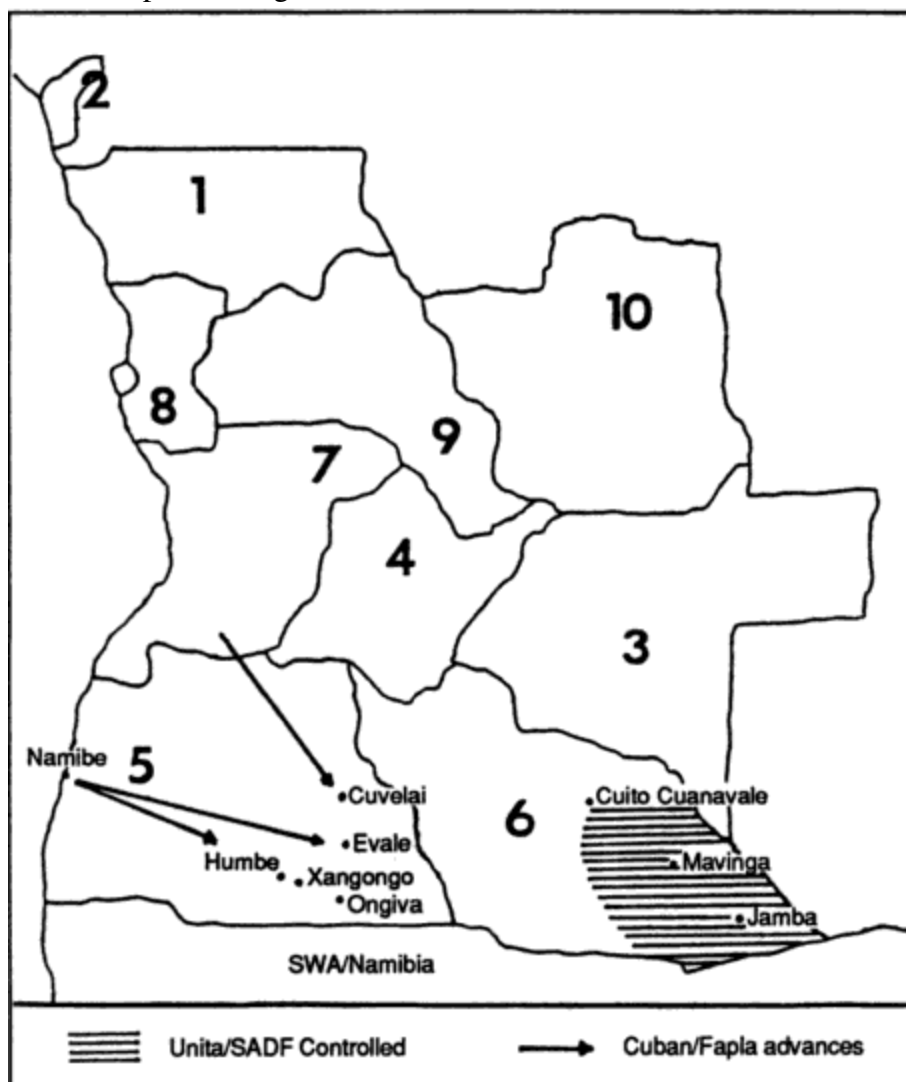
NORVAL, Morgan. *Death in the Desert: The Namibian Tragedy*. Washington, DC: Selous Foundation Press. 1989, p. 143. Elaboração do autor.

Embora a grande maioria das operações da SADF em solo angolano tenha sido bem sucedida, o alcance era limitado e não chegava a desestabilizar o governo de Angola nem alçar a UNITA a patamares mais altos. Do outro lado da linha de frente, a acomodação do governo de Angola ante a estagnação no campo de batalha começava a preocupar os cubanos e soviéticos. Os lucros com o petróleo já se faziam notar nas ruas de Luanda e a parceria “Cuba – Cabinda Gulf Oil Company – Governo de Angola”, entrava em fase de consolidação em 1987.¹²⁷ A ‘ilha’ petrolífera no enclave de Cabinda já garantia a sobrevivência do regime e a baixa ocupação do território nacional em grande parte nas mãos da UNITA era um incômodo, principalmente retórico.¹²⁸

¹²⁷ A partir de março de 1984, parte da *Chevron Oil* da Califórnia representada em Angola pelo consórcio *Cabinda Gulf Oil Company* que envolve as petrolíferas Sonangol, Total, Eni e Galp.

¹²⁸ LEWIS, Flora. “Stalemate in Angola”. *The New York Times*. 23/01/1987. Disponível em: <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9B0DE7DA1638F930A15752C0A961948260>. Acesso: 23 novembro 2008.

Mapa 3.2: Regiões militares das FAPLA em 1988



Fonte: Short-Term Forecast: South and Southern Africa: Labour, Political and Security Developments, Longreach Report (Johannesburg: Longreach), Junho 18, 1988, p. 15. *Apud* ROHERTY, James Michael. State Security in South Africa: Civil-military Relations under P.W. Botha. M.E. Sharpe, 1992. p. 164.

3.5.2 STALEMATE

Luanda continuava a tentar uma solução militar contra a UNITA e aliados no sul do país entre 1986-87, embora José Eduardo dos Santos estivesse ciente de que todas as tentativas anteriores de destruir o quartel-general de Savimbi em Jamba, província de Cuando Cubango, até 1985, haviam fracassado. Mas os generais cubanos e assessores soviéticos estavam dispostos a uma nova tentativa de acelerar a conclusão do conflito. O general Ochoa (região 5 – vide Mapa 3.2) dispunha-se a deslocar parte da tropa para Cuito Cuanavale e Menongue, enquanto o general Leopoldo "Polo" Cintras Frías foi nomeado comandante geral da operação que reuniu cerca de 1.500 internacionalistas cubanos e mais de 10.000 das forças armadas de Angola.¹²⁹ Mavinga era a principal base logística e aérea da UNITA e era parada obrigatória a caminho de Jamba. Destruir Mavinga e Jamba seria uma vitória simbólica vista como uma maneira de gerar um novo impulso no conflito e se possível encerrá-lo nos dois anos seguintes.¹³⁰

Do lado sul-africano, o coronel Deon Ferreira, SADF, estava ciente dos preparativos e movimento bélico acima do normal no porto de Luanda e nas regiões 6 e 3 (vide Mapa 3.2). Diferente dos objetivos do consórcio Cuba, Angola, União Soviética, Alemanha Oriental e SWAPO, os objetivos dos sul-africanos e UNITA se circunscreviam à situação. Em agosto de 1987, os objetivos eram impedir e inverter o progresso das tropas inimigas (Operação Modular), infligir o máximo de baixas ao inimigo em retirada (Operação Hooper) e tentar forçá-lo a retroceder a oeste do Rio Cuito (Operação Packer).¹³¹

Os detalhes da batalha estão fora do escopo desta dissertação. No entanto, pode-se afirmar que os confrontos ocorridos à volta de Cuito Cuanavale entre outubro de 1987 e março de 1988, de fato aceleraram o fim do envolvimento cubano e sul-africano, e também serviram de catalizador das mudanças no regime de apartheid na África do Sul.¹³² Em Cuito Cuanavale a coalizão do MPLA foi capaz de segurar todas as tentativas da UNITA/SADF tomar suas posições, pagando por isso um altíssimo preço de sangue.¹³³ Os sul-africanos não

¹²⁹ FURIATI, Claudia. *Fidel Castro: uma biografia consentida*. Editora Revan, 2001, p. 337.

¹³⁰ ALAO, Abiodun. *Brothers at War: Dissidence and Rebellion in Southern Africa*. Londres: British Academic Press. p. 34.

¹³¹ ROHERTY, James Michael. *State Security in South Africa: Civil-military Relations under P.W. Botha*. Armonk: M.E. Sharpe, 1992. p. 165.

¹³² GLEIJESES, Piero. "Cuito Cuanavale revisited". *Mail & Guardian online*. 11/07/2007. Disponível em: <http://www.mg.co.za/article/2007-07-11-cuito-cuanavale-revisited>. Acesso: 24 novembro 2008

¹³³ Segundo a versão da SADF, a Coalizão do MPLA perdeu 4,600 combatentes, 94 tanques, 100 veículos blindados, 9 aviões de combate entre outros equipamentos; enquanto a SADF/SWATF/UNITA teriam perdido 31 membros da SADF, 3,000 guerrilheiros da UNITA, três tanques, cinco veículos blindados e três baterias anti-

foram capazes de atravessar o rio Cuito e tomar a vila, enquanto todo o empenho cubano não avançou um palmo contra as posições sul-africanas. Ambas as partes intervenientes, Moscou/Havana – Pretoria/Washington entenderam que chegara o momento de resolver a questão, e que o envolvimento em Angola já não fazia mais nenhum sentido. Em 23 de março de 1988 as armas foram silenciadas na província de Cuando Cubango, mas não no resto de Angola. Embora a guerra já não fizesse parte da agenda Moscou/Havana – Pretoria/Washington, os senhores da guerra nacionais há muito haviam se apoderado de sua dinâmica. Um conflito exacerbado por disputas ideológicas e atores globais passou por mutações intrínsecas e transformou o rebelde em ladrão e o governo em saqueador.¹³⁴

Embora o molde do conflito angolano de 1975 a 1992 aparentemente preenchesse os requisitos de um conflito substituto, duas questões o separam. A assimetria no equilíbrio de capacidades a favor das grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, foram insuficientes para levar os movimentos tanto a iniciar quanto a parar a guerra. Isto demonstra que o interesse americano-sul-africano, soviético-cubano, não era bastante em si mesmo para induzir os movimentos a guerrearem ou aceitarem um cessar-fogo indefinitivamente sem base nos seus reais interesses. Portanto, a pressão substituta não possuía força de persuasão de escala e grau para se contrapor aos interesses, compromissos, custos, e riscos envolvidos em uma decisão de implicações tão profundas quanto a de aceitar os termos de um acordo de paz.¹³⁵ Quando o sistema de balanço de poder começou a ruir, as super-potências perceberam que era de seus interesses encorajar seus aliados a descontinuar a guerra. No entanto, estes perceberam que as condições que se desenvolveram não eram controladas por eles. As motivações favoreciam os atores regionais, pois a nova disposição de forças encorajada pelos últimos anos os havia dotado de capacidade bélica e operacional e mais importante ainda, de uma rede de sustentação holística. Conclui-se, portanto, que a guerra em Angola, mesmo no período de 1975-1992, não foi fundamentalmente apenas uma guerra substituta causada por motivos e forças da Guerra Fria. Ela foi iniciada, conflagrada e eventualmente concluída pelas características, objetivos, percepções e temores dos atores diretos, conforme analisado no capítulo seguinte desta dissertação.¹³⁶

aéreas. ROHERTY, op. cit. p. 166. Veja também, LIQUE, Renée-Jacques. <http://www.afrique-express.com/archive/AUSTRALE/angola/angolahome.htm>. MAIER, op. cit. p. 29.

¹³⁴ NORDSTROM, Carolyn. *Global outlaws: crime, money, and power in the contemporary world*. Berkeley: University of California Press. 2007, p. 57.

¹³⁵ MILLER, 2007, op. cit., p. 87.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 85-87.

3.6 CONCLUSÃO

Neste capítulo, analisou-se a abordagem paradigmática que explica a guerra em Angola até 1989, em duas dimensões: (i) no sentido amplo, o interesse exacerbado de diferentes atores alheios ao contexto nacional permitiu a sustentação e expansão temporal e física de um conflito limitado. Embora longe de se enquadrar como uma guerra substituta pura, Angola (1975-1989) serviu de tabuleiro em escala real para mais uma disputa entre União Soviética e Estados Unidos; (ii) no sentido restrito, este mesmo interesse possibilitou o fortalecimento das posições antagônicas e mutuamente exclusivas dos dois únicos sobreviventes da guerra, UNITA e MPLA. Foi sob a proteção de seus respectivos patrocinadores que tanto José Eduardo dos Santos quanto Jonas Malheiro Savimbi puderam consolidar o poder sobre seus movimentos de maneiras quase simetricamente opostas. Esta fase, mais tarde, deu a Savimbi condições para manter as redes de sustentação contínuas, mas também selou o fim de seu movimento de apelo nacional ao levar a identificação “movimento/líder” ao extremo. Enquanto isso, José Eduardo dos Santos afastou o MPLA do poder, ao mesmo tempo em que concentrou todo domínio em suas mãos, atrelando a fidelidade ao partido às questões mais básicas da vida em Angola. Ambos serão analisados no contexto das abordagens explicativas da cultura política africana, pobreza e recursos naturais que se segue.

No período de guerra substituta, a participação no conflito de diversos atores foi motivada ou mantida pelas lealdades ideológicas que a Guerra Fria proporcionava, de modo que, uma vez instaurado, o conflito armado criou um ambiente em que novas oportunidades de maximização de benefícios surgiram para a UNITA e para o MPLA, conforme será visto no capítulo 4. A ausência do Estado, ou melhor, a personificação do poder estatal em alguns indivíduos após o êxodo português abriu espaço para a instrumentalização do apoio americano-sulafriano e cubano-soviético. Os dois inimigos souberam combinar a ingenuidade do envolvimento internacional, inclusive as missões de paz realizadas pela ONU, a suas necessidades básicas de sobrevivência. A pausa entre a segunda e a terceira guerra angolana representou um interlúdio de amadurecimento das redes de sustentação de Savimbi e de reconhecimento internacional para o governo de Angola. A substituição da origem dos recursos para a guerra que o término da Guerra Fria exigia, não sacramentou seu fim.

A abundância de recursos bélicos à disposição de empresários das armas em vários países do leste europeu e a inexistência de barreiras reais à movimentação de bens e pessoas

na África Austral uniu-se à determinação de Savimbi a não aceitar nada menos que o poder total. A terceira guerra angolana que seguiu o período estudado no capítulo 3 foi resultado direto da articulação desenvolvida durante a fase de guerra substituta. Tanto o MPLA quanto a UNITA ‘descobriram’ que não precisavam de estímulos estrangeiros para sobreviver. Para detrimento do povo angolano, os mesmos dois, também compartilharam a constatação de que os cidadãos comuns eram igualmente dispensáveis. Chegou-se a conclusão de que os fatores realmente indispensáveis eram as plataformas *offshore* de Cabinda e as jazidas das Lundas. Como se verá no capítulo 4, a disputa pelo poder despiu os beligerantes, principalmente a UNITA de quaisquer vieses ideológicos que ainda dissimilavam possuir ao final do conflito substituto. Os cálculos das vantagens e desvantagens de lutar ou não durante a Guerra Fria começaram a perder as datas de validade com a retirada das tropas cubanas e sul-africanas. A possibilidade de vitória com a presença cubana era quase inexistente. Já a possibilidade de surpreender o governo de Angola e um número ínfimo de *peacekeepers* era bem mais significativa e tentadora. Aliado ao relativo enfraquecimento do governo do MPLA com a retirada dos cubanos havia a existência de uma nova rede de sustentação contínua, totalmente independente de compromissos políticos que transpunha supostas barreiras internas e externas e se vinculava apenas ao pagamento adiantado em espécie ou pedra.

Em lugar da explicação da ação das massas na história a partir da intervenção de personagens providenciais, impõe-se o entendimento da gênese de lideranças carismáticas, por mais exóticas, contraditórias e desalinhadas que sejam como expressões, diretas ou oblíquas, de forças e interesses

sociais profundos.

Mário Maestri.

4. CAPÍTULO 4 - A NATUREZA DA GUERRA: A ANGOLINIZAÇÃO DO CONFLITO

4.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo vincula a temática de missões de paz apresentada nos capítulos 2 e 3 aos esforços de resolução de conflitos calcados nas “velhas” guerras. Através dos fatores apresentados pode-se interpretar a incapacidade e inadequação para atender as demandas vinculadas a um conflito armado típico das “novas” guerras. O capítulo 4 procura apresentar novas peças faltantes para a compreensão do quebra-cabeça estrutural que permitiu a Savimbi prolongar a guerra, após o desmantelamento de sua segunda rede de sustentação analisada no capítulo 3 e também ao governo de Angola maximizar os ganhos com a instrumentalização do caos da guerra a partir de 1993. Ao mesmo tempo em que ambos aparentemente se comprometiam com o texto do Protocolo de Lusaka, ambos boicotavam os esforços das missões de paz, e almejavam o aniquilamento do outro. Serão revistos três conjuntos descritivos e teórico-paradigmáticos aplicados a Angola, conjuntamente, ao longo da análise narrativa do conflito: (i) a cultura política africana; (ii) a pobreza; e (iii) os recursos naturais como fonte de conflitos no âmbito do que a literatura em Relações Internacionais denominou de “novas guerras”.

Esta dissertação enfoca a abordagem de “novas” guerras que ressalta a escassez e/ou abundância de recursos naturais em relação à situação de pobreza conjugada a uma suposta cultura política endemicamente africana. O capítulo procura analisar o conflito angolano de forma multidimensional e cobre o nível sistêmico, do Estado e do indivíduo. O início da primeira parte, dividida em 3 seções, discute concisamente as “novas guerras” em nível sistêmico, especificamente o debate sobre a centralidade da

disputa por recursos. Também será apresentado o conceito de guerra em rede de Duffield (2001), base do argumento desta dissertação.

Na primeira seção será apresentada a utilidade da desorganização sócio-econômica em conflitos e a aparente correlação entre guerras e a existência de recursos naturais em relação à falta e/ ou abundância dos mesmos, conjugada à pobreza.

A segunda seção da primeira parte inicia a análise no nível de Estado, a começar com a formação sócio-econômica baseada no petróleo do regime de José Eduardo dos Santos. A terceira seção resgata o nível do indivíduo ao traçar a trajetória do próprio presidente angolano e introduz a segunda parte do capítulo, também dividido em três seções, na qual se retoma a análise do nível de Estado a partir da independência. Nesta seção, o estudo do Estado angolano é subdividido em fases distintas: (i.) o Estado força (1975-1985), o Estado patrimonialista (1985-1990) e o Estado predador (1990-?). A segunda e a terceira seção são dedicadas a UNITA e se iniciam com uma análise no nível do indivíduo, Jonas Savimbi. Segue uma breve análise histórica da UNITA em quatro fases: (1) Movimento Camaleão (1966-1978); (2) Canibal (1979-89); (3) Oportunista (1990-1993); e (4) Decadente (1993-2002).¹

Encerra-se o capítulo com os últimos anos da “nova” guerra angolana, revistos à luz da análise de Messiant (2004). O agravamento da situação humanitária neste período acelerado pelas estratégias praticadas pelo GOA e pela inacessibilidade de boa parte da população rural às agências de assistência médico - alimentar é relatado como pano de fundo para o fim das tentativas de negociações por parte da ONU e governo, e a caçada final a UNITA e seu líder Jonas Savimbi nas savanas da província de Moxico.

4.2 “NOVAS” GUERRAS

“Velhas” guerras se referem à versão idealizada dos conflitos interestatais característica da literatura européia do século 18 até a segunda metade do século 20. Estas guerras eram travadas entre Estados com forças armadas uniformizadas cujo momento decisivo era a batalha campal. Destas guerras formou-se o Estado europeu e o Estado europeu gerava a guerra, pois através delas este pôde paulatinamente

¹ A última e presente fase, Cooptado (2002-?) não se encontra no escopo desta dissertação, possivelmente virá a ser analisada em pesquisas futuras deste autor.

monopolizar a violência organizada e minimizar a concorrência privada à soberania.² O Estado deveria proteger seu território contra o “inimigo” e esta tarefa o legitimava ante a população nele contida e também ante os “outros” e permitia a cobrança de impostos e a criação de comunidades imaginárias. As guerras em que o Estado se engajava possuíam regras que eram respeitadas em alguns momentos vantajosos, regras que versavam sobre o tratamento de prisioneiros e civis em zonas de combate, codificadas nas Convenções de Genebra e Haia já nas últimas décadas do século 19, início do século 20.³

As “novas” guerras, pelo contrário, usualmente ocorrem no contexto da desintegração dos Estados e são travadas entre e contra atores não-estatais, uniformizados ou não, em que as batalhas abertas são evitadas e a violência generalizada contra alvos militares e civis são partes integrantes. No ambiente das novas guerras, não há “necessidade” de cobrança de impostos, pois as finanças da guerra são supridas através de saques e comércio ilegal de recursos naturais. As distinções entre combatentes e não combatentes, violência legítima e criminalidade se tornam tênues ao ponto de inexistir em certas circunstâncias. Estas guerras, frequentemente, constroem novas identidades divisórias a favor dos interessados em uma nova ordem através do ódio e do fomento da violência.⁴ As “novas” guerras deliberadamente violam as convenções que deveriam ser respeitadas nas “velhas” guerras e também desconhecem a “legislação” de direitos humanos ditos “universais”, consolidada após a Segunda Guerra Mundial. Nas “velhas” guerras a noção de legitimidade política se firmava na distinção entre amigos versus inimigos do Estado. Nas “novas”, esta distinção é nula, pois a própria legitimidade do Estado está em disputa e não há uma base de consenso popular que apóie mudanças ou continuidades.⁵

As “novas” guerras precisam ser entendidas no contexto do fenômeno social conhecido como Globalização – a intensificação da interconectividade global, política, econômica, militar e cultural – e também, em parte, uma consequência do fim da Guerra

² TILLY, Charles. *Coercion, Capital and European States AD 990-1900*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

³ DOEBBLER, Curtis Francis. *International Human Rights Law: Cases and Materials – Volume I*. Washington, DC: CD Publishing, 2004.

⁴ KALDOR, Mary. “Old Wars, Cold Wars, New Wars, and the War on Terror”. Palestra proferida pela professora Mary Kaldor no *Cold War Studies Center*, London School of Economics. Londres, 2 de fevereiro de 2005.

⁵ *Ibid.*, p. 8-9.

Fria e do vácuo de poder típico de um período de transição. Simultaneamente, pode-se compreender o próprio colapso do Bloco Oriental e o fim da Guerra Fria como uma reação às pressões da Globalização sobre as estruturas políticas que mantinham muros e cercas em pé.⁶

O argumento de redes de sustentação contínuas defendido nesta dissertação parte da noção de que as “novas” guerras são globalizadas, pois envolvem a fragmentação e descentralização do Estado. Comumente, a participação da população em geral é forçada e/ ou baixa devido à ausência de incentivos financeiros e pela falta de legitimidade dos beligerantes. Aliado à baixa participação há pouca ou nenhuma produção econômica doméstica e, por isso os movimentos são custeados pelo confisco da propriedade popular e também através do apoio obtido fora da área de influência direta das forças sociais em conflito em um contexto de negociação comercial. Outro fator importante é a possibilidade de cooperação localizada entre inimigos, motivado por algum ganho pecuniário de curto prazo. Visto através deste prisma paradigmático, é possível abrir uma janela de compreensão dos objetivos não tradicionais (em termos *clauswitzianos*), no qual não existem vitórias definidas em termos geo-políticos e sim uma malha de interesses econômicos e políticos não apenas na guerra, mas em sua continuação.⁷

4.2.1 CONFLITOS ARMADOS E RECURSOS NATURAIS

Desde o final dos anos 1990, houve um aumento considerável no interesse de pesquisadores em elucidar a relação entre recursos naturais e guerra (mormente, civil), porém não existe consenso quanto à validade da correlação. Cinco aspectos variam nas conclusões das pesquisas:

- a. A influência dos recursos naturais como fator contribuinte para o início dos conflitos;
- b. Se os recursos naturais influem na duração dos conflitos;
- c. Se as dotações naturais influenciam todos os tipos de conflito armado ou apenas um subtipo, por exemplo, conflitos étnicos ou secessionistas;

⁶ KALDOR, Mary. *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Stanford: Stanford University Press. 1999, p. 3.

⁷ *Ibid.*, p. 90-91.

- d. Se todos os tipos de recursos naturais ou apenas recursos específicos, tais como petróleo e diamantes, estão atrelados a conflitos; e,
- e. Que mecanismos causais atrelam recursos a conflitos.⁸

Além dos aspectos conceituais reproduzidos acima que infligem tanto estudos quantitativos quanto qualitativos no estudo das “novas” guerras e recursos naturais, outros problemas ameaçam a validade da correlação. Mesmo se relevando a discussão perene sobre a própria validade da abordagem quantitativa nas ciências sociais, os estudos quantitativos sofrem com sérios problemas quanto às variáveis estatísticas incluídas nas equações de estimação. Por exemplo, a maioria dos estudos usa o Produto Interno Bruto (PIB) como medida da riqueza de recursos de um dado país. Dois problemas enfraquecem essa escolha:

- 1) O fluxo causal assumido entre a exportação de recursos naturais (um percentual do PIB) e a deflagração da guerra pode ser inverso. Isto é, a guerra civil pode causar dependência em recursos naturais ao forçar o setor manufatureiro a cessar a produção, enquanto o setor extrativista se mantém e por *default* assume o papel de carro chefe da economia nacional. O caso de Angola é o melhor exemplo de uma economia relativamente diversificada até que o alastramento do conflito implodiu a receita gerada pelos setores industrial e agrícola incipientes, mas em franca expansão até junho de 1975.
- 2) Nada garante que a correlação entre guerra civil e recursos naturais possa ser real e não simplesmente coincidente e/ ou espúria. Tanto a guerra quanto a dependência de recursos naturais podem ser causados por uma multitude de relações com outras variáveis não consideradas nas equações, tais como questões de segurança da propriedade privada, ausência do Estado de direito, entre outras tantas.⁹

Quando se releva estas questões de validação teórica, notam-se alguns padrões e “não padrões” em um grande número de estudos de caso, que provavelmente poderiam ser aplicados ao caso de Angola, historicamente analisado e narrado no restante deste capítulo. O primeiro padrão parece ser que a exportação de petróleo está ligada ao início de conflitos. O segundo padrão: a presença de *commodities* divisíveis e de transporte

⁸ ROSS, Michael L. “What Do We Know about Natural Resources and Civil War?” *Journal of Peace Research*, Vol. 41, No. 3, maio de 2004, p. 338.

⁹ *Ibid.*, p. 338.

relativamente fácil, tais como pedras preciosas e drogas, parece estar correlacionada à duração dos conflitos. O primeiro “não padrão”, *commodities* agrícolas “legais” aparentam não estar correlacionadas com guerras civis e o segundo “não padrão”, *commodities* primárias, petróleo, minerais não combustíveis e bens agrícolas, não possuem uma associação robusta com o início de guerras civis. No entanto, ainda não existem evidências claras de como estes padrões e “não padrões” causariam estes conflitos.¹⁰

4.2.2 “NOVAS” GUERRAS E A POBREZA

O debate sobre as principais causas dos conflitos em diferentes países do mundo em desenvolvimento obrigatoriamente passa pela relevância da pobreza e sua relação com a ocorrência de conflitos armados. Um número considerável de pesquisas acadêmicas parece indicar que países com renda *per capita* baixa estão em maior risco de conflitos armados. Esta constatação, caso confirmada, tem grande peso, pois desafia a teoria de que conflitos civis têm suas raízes principais em queixas ou ressentimentos (*grievances*) sócio-econômicos, políticos e culturais que geram insatisfações generalizadas e resultam em rebeliões armadas. A pobreza estaria acima das queixas étnicas nas guerras por recursos, pois a ganância (*greed*) dos empresários bélicos seria o real combustível dos conflitos armados em países pobres. De fato, guerras civis ocorrem incomparavelmente mais em países pobres do que em países de renda média ou alta. Assim, a pobreza medida através de produtos internos brutos *per capita* baixos, tem indicado uma relação estatisticamente significativa com um risco maior de conflito civil.¹¹ Em outras palavras, a renda *per capita* é o melhor indicador da probabilidade de um país experimentar uma guerra civil, empiricamente mais relevante do que outros fatores como o nível de abertura democrática e diversidade religiosa e étnica.¹²

As razões e causas desta correlação estão longe de serem desvendadas, embora existam alguns fatores que recorram em muitos estudos de caso. Persistem duas

¹⁰ Ibid., p. 339-341.

¹¹ RICE, Susan E.; GRAFF, Corinne, LEWIS, Janet. “Poverty and Civil War: What Policymakers Need to Know”. Working Paper # 02. The Brookings Institution, dezembro de 2006.

¹² FEARON, James D. “Economic development, insurgency, and civil war”. In: HELPMAN, Elhanan (Ed.). *Institutions and Economic Performance*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. 2008.

correntes mais influentes que procuram explicar o porquê desta relação. A primeira enfatiza as oportunidades de rebelião enquanto a outra a capacidade do Estado. No caso das oportunidades de rebelião, enfatiza-se a necessidade de se criarem condições que permitam a viabilidade financeira e militar do movimento. O controle dos recursos se torna essencial para a compra de equipamento militar e pagamentos na obtenção de apoio. A outra possibilidade apresentada, procura identificar o que torna o início ou continuidade de um conflito civil possível ou atraente, mas enfoca principalmente a falta de capacidade do Estado para derrotar os rebeldes. Assim, um Estado mais pobre é mais vulnerável às rebeliões. Além desta constatação, neste arcabouço, vários fatores influenciam as probabilidades, duração e resultantes do conflito, entre os quais: tempo de independência, instabilidade política, tamanho da população e dependência em recursos naturais como o petróleo.¹³

Enquanto os estudiosos continuam a analisar diferentes hipóteses, algumas premissas são compartilhadas em vários casos e podem conjuntamente ajudar a explicar a relação pobreza – conflitos civis: 1. Países pobres possuem uma população jovem (*youth bulge*), normalmente ligada às altas taxas de mortalidade e natalidade que reduzem o efeito do crescimento econômico sobre a pobreza e distribuição de riquezas. A presença de jovens sem perspectivas de vida pode facilitar o recrutamento (comumente, forçado) de combatentes, além de tornar a reposição de feridos e mortos menos onerosa. 2. Baixos níveis educacionais estão relacionados à pobreza e podem contribuir para maiores riscos de conflitos armados. 3. Na média, países dependentes de exportações de *commodities* de alto valor, tendem a crescer mais devagar, quando comparados a países com pouca disponibilidade de recursos.¹⁴

4.2.3 CRÍTICAS AO PARADIGMA DE “NOVAS” GUERRAS E A APLICAÇÃO A ANGOLA APÓS 1998

Os modelos quantitativos e a maioria dos qualitativos que adotam as “novas guerras” para interpretar e ajustar dados numéricos e empíricos depende da teoria da utilidade marginal da escola econômica neoclássica. Todos os atores assumem a postura

¹³ RICE, Susan E.; GRAFF, Corinne, LEWIS, Janet, op. cit. p. 11.

¹⁴ Ibid., p. 11-13.

racional do *homo economicus* para tomar decisões. Levado ao extremo, não há espaço para escolhas, pois apenas as variações de oportunidades podem contabilizar o comportamento individual. Há um distanciamento da abordagem política enquanto ficam patente as formas vistas como apropriadas para combater o ‘mal’: sanções econômicas e tentativas de enquadramento por genocídio e crimes contra a humanidade além da mudança dos conflitos em emergências humanitárias complexas, conforme a literatura de “novas” guerras.¹⁵ Mas conforme será visto adiante havia mais em jogo do que os recursos, e os modelos não abarcavam a faceta política (africana?) que encobria a aparente busca por recursos. Todavia, mesmo pondo em disputa a validade do modelo, Jonas Savimbi parece se encaixar [im] perfeitamente neste paradigma, especialmente a partir de 1998. O líder rebelde incorpora o papel de predador racional calculista baseado nas oportunidades apresentadas pela nova economia global e a ênfase no intento criminoso, de “caso de polícia” da maioria das pesquisas sobre o conflito em Angola a partir de 1998.

¹⁵ CLIFFE, Lionel; LUCKHAM, Robin: “Complex Political Emergencies and the State: Failure and the Fate of the State”. *Third World Quarterly*. Vol. 20, No. 1, 1999, p. 27-50.

4.3 GUERRAS EM REDE

O argumento de que as redes de sustentação contínuas utilizadas pela UNITA possibilitaram a opção pela guerra de Savimbi se baseia no conceito de guerra em rede de Duffield (2001). De acordo com Duffield (2001), uma guerra em rede é uma forma extrema da concorrência existente entre sistemas de autoridade regulatória do Estado e homólogos não estatais e freqüentemente está ligada ao modo como os mercados são controlados e integrados à economia global. No caso de Angola, durante um período limitado (embora a preparação tenha sido longa), Savimbi foi capaz de forjar uma forma de legitimidade e “adquirir” um direito de exploração através da ocupação militar de áreas de exploração diamantífera. Na seqüência, conexões nodais com a economia global existentes foram fortalecidas enquanto outras novas criadas para que a riqueza extraída do solo fosse comercializada e recursos financeiros disponibilizados para a sustentação do conflito que era sua razão de ser.

As redes de guerra agem na economia de sombra, informal, mas de forma meticulosamente organizada, valendo-se de conexões políticas, culturais e familiares. Conforme discutido no capítulo 3, Savimbi se valeu de amizades e contatos comerciais cultivados ao longo dos anos para viabilizar a independência da UNITA. A natureza paralela da guerra de rede gera uma ambigüidade que pode favorecê-la. Ela desconhece a pessoa jurídica e não distingue entre militares e civis. Na ótica da rede, todos fazem parte dela mesma, isto é, todos têm uma função e/ ou posição não neutra no desenrolar do conflito e podem ser explorados, acuados ou mesmo destruídos “legitimamente”. A forma nilista e holística da ação das redes se torna mais evidentes quando as organizações internacionais tentam enfrentá-las se valendo do arcabouço das “velhas” guerras, convenções e direito internacional, dependentes do poder regulador de Estados-nações e do poder territorial.¹⁶

Mas não foi apenas a UNITA que se valeu das redes de sustentação. Como a própria definição alerta, todos os envolvidos em uma guerra estão sujeitos a participação nas redes. O MPLA também se enquadra no modo de agir em rede ao dividir a população angolana em identidades de rede. Neste comportamento extremo, torna-se possível contemplar tentativas de se eliminar, descolar e desapropriar redes

¹⁶ DUFFIELD, op. cit., p. 190-191.

sociais inteiras. Durante a intensa campanha final do governo para eliminar a UNITA, por exemplo, habitações e plantações foram queimadas para privar a UNITA de sua última rede de apoio, a população rural da província de Moxico, no extremo leste de Angola. O governo forçou milhares de agricultores e famílias a sair de suas aldeias para campos de retenção (ou concentração) ao redor de Luena – capital provincial – e localidades próximas como Muachimbo. Nas semanas que precederam a localização e morte de Savimbi, em média, mais de 150 pessoas eram retiradas das áreas próximas e deslocadas para os campos em caminhões e helicópteros das FAA, o número total chegando a quase duzentos mil deslocados de guerra apenas em janeiro de 2002.¹⁷

4.4 AS BASES DA INSTAURAÇÃO DO REGIME VITALÍCIO DE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

Uma grande gama de literatura acadêmica e não acadêmica se debruça sobre a questão da cultura política africana e a ligação entre esta e os recursos naturais e conflitos em África. O Estado imposto pelo colonizador se tornou o fardo e a maldição do homem negro em suas próprias mãos.¹⁸ E neste Estado, “Rich men are powerful, powerful men are rich”.¹⁹ Também neste Estado, a corrupção é, do ponto de vista patrimonial, legítima para grande parte da população, embora seja ilegal do ponto de vista puramente constitucional.²⁰

O sistema político dependente e incompleto herdado na independência foi remodelado pelas circunstâncias da África contemporânea e pela cultura política dos países independentes, levando à sedimentação da ordem política dominante caracterizada pela informalidade e personalização do poder.²¹ As riquezas naturais de Angola nunca foram uma maldição em si e nem mesmo a ganância da elite política e econômica monopolizou as motivações dos conflitos armados sucessivos e sobrepostos. Contudo, as ambições pessoais de senhores, generais, fornecedores, simpatizantes e

¹⁷ PIENAAR, Hans. “Savimbi's death brings hope of end to Angola's scorched-earth disaster”. *The Independent*. 25 de Fevereiro de 2002.

¹⁸ DAVIDSON, Basil. *The Black Man's Burden: Africa and the Curse of the Nation-State*. Nova York: Times Books. 1992.

¹⁹ CHABAL, Patrick; DALOZ, Jean-Pascal. *Africa Works: Disorder as Political Instrument*. Purdue: The International African Institute, James Currey, Indiana University Press. 1999. p. 52.

²⁰ *Ibid.*, p. 79.

²¹ *Ibid.*, p. 1.

soldados da guerra não separam o caso específico angolano da correlação política e social geralmente aceita entre recursos naturais e conflitos armados.²²

Embora inicialmente dependente do apoio econômico, político e militar de diversos atores estatais e não-estatais – em 1975 o MPLA era um agrupamento político urbano militarmente fraco – o MPLA se tornou em pouco tempo um dos grandes atores políticos e militares da África Austral. Esta alavancagem política e militar foi possível devido à integração da cúpula angolana à economia petrolífera global de forma independente da situação da guerra que a cercava.²³

²² LE BILLON, Philippe. “Angola’s Political Economy of War: The Role of Oil and Diamonds, 1975-2000”. *African Affairs*, número 100. 2001. p. 56.

²³ GRANT, J. Andrew, SÖDERBAUM, Fredrik. *The New Regionalism in Africa*. Hants: Ashgate Publishing, Ltd. 2003. p.150.

Tabela 4.1: Riqueza e poder no Estado-Nação angolano

| Os Homens Mais Ricos de Angola | | |
|--------------------------------|-------------------------|------------------------------------|
| 1 | José Eduardo dos Santos | Presidente da República |
| 2 | Lopo do Nascimento | Deputado |
| 3 | José Leitão | Chefe da Casa Civil da Presidência |
| 4 | Elísio de Figueiredo | Embaixador |
| 5 | João de Matos | General |
| 6 | Higino Carneiro | Ministro das Obras Públicas |
| 7 | Helder Vieira Dias | General |
| 8 | Antônio Mosquito | Empresário |
| 9 | Valentim Amões | Empresário |
| 10 | Sebastião Lavrador | Banqueiro |
| 11 | José Severino | Empresário |
| 12 | Joaquim David | Ministro da Indústria |
| 13 | Manuel Vicente | Presidente - Sonangol * |
| 14 | Abílio Sianga | Administrador da Sonangol |
| 15 | Mário Palhares | Presidente - Banco de Angola |
| 16 | Aguinaldo Jaime | Ministro Adjunto |
| 17 | França Ndalú | General da Reserva |
| 18 | Amaro Taty | Governador da Província do Bié |
| 19 | Noé Baltazar | Diretor-Delegado da Ascorp** |
| 20 | Desidério Costa | Ministro dos Petróleos |

Fonte: "Riqueza mudou de cor. Os nossos milionários", *Angolense*. Luanda: 18 de Janeiro de 2003. Elaboração do Autor. *Empresa Petrolífera Estatal. **Empresa de mineração de diamantes em joint venture com o GOA.

As primeiras licenças para a exploração de diamantes em Angola foram outorgadas entre 1912-1913. Em 1917, surgia o monopólio da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), consorcio de capital misto de grupos financeiros de Portugal, Bélgica, Estados Unidos, Inglaterra e África do Sul. Já em 1979, Savimbi revelou que a UNITA estava minerando e comercializando diamantes, mas estas operações ficavam em segundo plano devido ao auxílio americano e sul-africano.²⁴ Entre 1992 e 1993, a gigante do ramo de diamantes *De Beers* comprou entre 500 e 800 milhões de dólares americanos em diamantes da UNITA através de agentes na região. Impulsionado por diamantes e tendo surpreendido o governo de Angola, Savimbi ocupou cerca de 70% do território angolano em pouco mais de 11 meses após as eleições em 1993.²⁵ Mas,

²⁴ GERSHMAN, C. "Jonas Savimbi's War for a free Angola is not lost". *The New York Times*, 18/12/1979 *apud* POTGIETER, op. cit. p. 261.

²⁵ MATLOFF, Judith. "Going for the Glint: Diamonds Keep the War in Angola Alive." *Christian Science Monitor*. 18/10/1995.

mesmo no auge do controle da UNITA da mineração de diamantes em Angola, toda riqueza gerada e consumida no esforço de guerra dos guerrilheiros não se comparava ao sucesso alcançado pelo MPLA e José Eduardo dos Santos em todos os setores, especialmente no setor de petróleo.

Logo após o 11 de novembro de 1975, o novo governo de Angola procurou o restabelecimento de algumas atividades econômicas, nomeadamente a mineração de diamantes e a extração de petróleo. A Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol), criada em 9 de junho de 1976 com a nacionalização da empresa portuguesa ANGOL, solidificou um regime aparentemente pouco promissor ao blindar o setor petrolífero contra a experiência marxista-leninista que afundou outros setores da economia no final dos anos 1970 e início dos 1980.²⁶

²⁶ OLIVEIRA, Ricardo Soares de. "Business success, Angola-style: postcolonial politics and the rise and rise of Sonangol". *Journal of Modern African Studies*, Vol. 45, No. 4, p. 595-619. Cambridge University Press. 2007. p. 2-4.

Mapa 4.1: Economia de Angola em 1974



Fonte: <http://www.american.edu/ted/ice/angola.htm>

A belga Petrofina (atualmente parte da francesa Total) descobriu petróleo no vale do Cuanza em 1955. Já em 1966, a Companhia de Petróleo do Golfo de Cabinda (*Cabinda Gulf Oil Company* – CABGOC) ligada a Chevron americana era a responsável por boa parte da produção de petróleo pré-independência, *commodity* que se tornou o principal item da pauta de exportações da província ultramarina em 1973. Após uma breve pausa entre novembro de 1975 e março de 1976, a CABGOC continuou a ser a principal empresa na região no período pós-independência com o auxílio e pressão do general Obasanjo da Nigéria, garantias de pragmatismo livre da política da Guerra Fria por parte da comissão do MPLA e segurança a cargo dos internacionalistas cubanos. A continuidade foi de tal ordem que mesmo alguns empregados da ANGOL, subsidiária da SACOR portuguesa (mais tarde Petrogal) preservaram seus empregos e continuaram a contribuir para o fundo de pensão da empresa em Portugal, contar os anos de serviço

para eventuais promoções e aposentadorias, enquanto outros simplesmente ficaram e foram incorporados pela Sonangol.²⁷

Grande parte dos campos de petróleo em Angola está localizada ao longo da costa do enclave de Cabinda, portanto fora do alcance da guerrilha durante a guerra que devastou o país. Assim, através da Sonangol, o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, consolidou, a partir de 1979, o governo mais poderoso e duradouro da região. Isto, a despeito do fato de que as receitas geradas por toda riqueza do país em um dado ano não seriam suficientes para levá-lo a um patamar de renda per capita acima da média da África ao sul do Saara.²⁸

A consolidação se iniciou em 1978 quando a Sonangol adquiriu 51% em todas as explorações de petróleo no país, embora o controle e operação tenham permanecido nas mãos de empresas estrangeiras. O governo também iniciou uma campanha para atrair mais empresas e dividiu a costa angolana exclusive Cabinda em 13 blocos de exploração que foram subseqüentemente explorados pela Sonangol ou em *joint ventures* com empresas estrangeiras e em alguns anos a produção angolana dobrou e não parou mais de crescer.²⁹ Desde os anos 1980, a indústria petrolífera angolana tem crescido a uma média anual de 25 por cento ao ano.³⁰

A inovação de José Eduardo dos Santos não foi a fonte de renda e sim a sua gestão. A tesouraria da estatal se tornou o “caixa dois” do Estado angolano, enquanto a presidência assumiu todas as oportunidades de enriquecimento possíveis e imagináveis. Especialmente a partir de 1991-92, grande parte ou talvez, todas as mudanças constitucionais levaram ao fortalecimento da concentração do poder na instituição da presidência.³¹ A elite angolana foi capaz de instrumentalizar os recursos que estavam sob sua responsabilidade de forma racional e sistematizada a despeito do aparente caos reinante na política econômica do país em geral.³²

²⁷ Ibid., p. 599.

²⁸ LE BILLON, op. cit. p. 57.

²⁹ HODGES, Tony. *Angola to the 1990s: The Potential for Recovery*. Londres: Economist Publications, Economist Intelligence Unit, 1987.

³⁰ “Angola: Swimming in Oil”. *International Spotlight*. *Washington Post*. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-adv/specialsales/spotlight/angola/article2.html>. Acesso: 20 dezembro 2008.

³¹ HODGES, Tony. *Angola: Anatomy of an Oil State*. Indianapolis: Indiana University Press. 2001, p. 12, 55.

³² CHABAL; DALOZ, 1999, op. cit. p. 141-144.

Mapa 4.2: Mapa índice da Bacia de Cuanza, Angola



Fonte: BROWNFIELD, M. E; CHARPENTIER, Ronald R. Washington: U.S. Dept. of the Interior, U.S. Geological Survey, 2006.

4.5 OS ATORES E SEUS PALCOS: CONTEXTO POLÍTICO ATÉ O PERÍODO DAS MISSÕES DE PAZ

A compreensão do conflito angolano necessariamente requer uma análise do sistema político que o contextualiza. E, dado que, este sistema político não se baseia em instituições e sim em indivíduos, o estudo destes se faz premente. A história dos líderes e dos movimentos (e o Estado, no caso de dos Santos) se funde já no seu início. O poder centralizador e personalista de ambos levou à identificação una e indivisível da história contemporânea de Angola entre os dois atores principais. Cada movimento espelhava seu líder. O MPLA, natural de Luanda, urbano, crioulo, branco, mestiço, católico romano, metodista, de Cabo Verde e de São Tomé e mais tarde, Mbundu. Entre os três

maiores, o mais nacional. Já a UNITA, uma mistura das etnias angolanas, mas predominantemente, ovimbundu, de origem camponesa, e escolarizada em escolas missionárias protestantes.³³

4.5.1 JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

O silêncio persiste quanto ao presidente de Angola, pois embora no poder por mais de três décadas, não há uma única biografia, oficial ou não. Todas as referências a ele em trabalhos acadêmicos são indiretas e circunstanciais. A figura mais enigmática e inacessível da política africana subsaariana pode ser considerada um dos políticos mais habilidosos que o continente já conheceu. Sobreviveu a guerra, as intrigas da Guerra Fria, a eleições e aos anos no poder sem nunca ter sido desafiado publicamente. Apesar de jamais ter sido um soldado ou precisar entrar em combate soube dominar os generais a ponto de nunca ter sofrido um golpe ou desafio de sua autoridade. Nenhum pesquisador, auditor ou investigador jamais apresentou qualquer prova cabal de qualquer uma das acusações feitas contra ele e a maioria se baseia em um número reduzido de fontes secundárias e muitas conclusões não passam de especulações sobre rumores. Seus pronunciamentos públicos e entrevistas oficiais pouco ou nada revelam sobre o homem. Provavelmente, os historiadores terão que esperar muito tempo até que novas fontes se tornem públicas e peças ocultas ajudem a compor o quebra-cabeça da presidência de Angola. Portanto, qualquer análise da pessoa do presidente angolano parte do impacto e reflexos de sua liderança no Estado e governo de Angola independente.

Educado em escolas do governo colonial em Luanda, formou-se engenheiro de petróleo no Instituto de petróleo e gás de Baku, na antiga União Soviética através de uma bolsa de estudos providenciada pelo Movimento fundado por Agostinho Neto em 1956 (ou 1961), onde também se casou com uma cidadã soviética.^{34 35} Na academia,

³³ AGUALUSA, José Eduardo. "Guerra i Pau a Angola". *Kosmopolis* (Festa Internacional da Literatura. Barcelona – CCCB). 14 - 19 de setembro de 2004, p. 2.

³⁴ AZERBAIJAN INTERNATIONAL. Angolan President Graduated from Baku's Oil Academy. 1996. p. 41. Disponível em: http://www.azer.com/aiweb/categories/magazine/42_folder/42_articles/42_angolanpresident.html. Acesso em 09 junho 2008.

Dos Santos é lembrado por sua professora de língua russa como “a tall, handsome, young man who was an excellent, well-organized student and who always worked very hard [...] [,] Dos Santos was especially admired for his ability in Russian.”³⁶. Pessoalmente, durante encontros oficiais e formais, dos Santos sempre deu a impressão de ser um homem cordial, modesto e reservado. Durante as eleições de 1992, levou algum tempo para se adaptar ao palanque, mas em pouco tempo se apresentou como um estadista moderado em prol da paz, unidade e prosperidade do povo angolano. No processo que se seguiu a não aceitação dos resultados das eleições por parte da UNITA, Anstee o descreve como sempre muito cooperativo e aberto a ceder determinados pontos em prol da paz, evidência de sua capacidade de cooptação política.³⁷

Após a morte de Agostinho Neto em Moscou em setembro de 1979, José Eduardo dos Santos foi eleito presidente do MPLA e, por tabela, foi investido nos cargos de presidente da república popular de Angola e de comandante-em-chefe das FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) após haver ocupado vários cargos sendo o último ministro do Plano, tornando-se um dos mais jovens presidentes africanos. Segundo a versão oficial, a ‘eleição’, a confirmação pelo Comitê Central do MPLA em dezembro de 1979 e ratificação pelo I Congresso Extraordinário do Partido em dezembro de 1980 aos 37 anos de idade, não foi uma surpresa. Dos Santos era próximo de Agostinho Neto, pertencente à etnia dominante do MPLA (ou talvez da etnia que pretendia dominar o MPLA), tinha mais experiência administrativa entre seus pares e não pertencia a nenhuma das facções internas.³⁸

Dos Santos conduziu seu movimento e depois partido com pragmatismo e paulatinamente distanciou o núcleo do poder do partido para si mesmo. Inserido no contexto da Guerra Fria, soube equilibrar a retórica política marxista com a prática capitalista nos setores mais dinâmicos da economia angolana, a extração de petróleo e a mineração de diamantes. Já no início dos anos 1980, dos Santos conduziu as primeiras tentativas de reformas políticas e econômicas, e diferente da primeira geração do

³⁵ PACHECO, Carlos. *MPLA um nascimento polêmico: as falsificações da história*. Lisboa: Editora Vega. 1997, (Apêndice documental) p. 107-168.

³⁶ Ibid. p. 41.

³⁷ ANSTEE, op. cit., p. 5.

³⁸ PACHECO, 1997, op. Cit., p.

movimento, não tinha compromisso com o socialismo e muito menos com o marxismo-leninismo.³⁹

A história política de Angola independente é a história da ascensão e permanência no poder de José Eduardo dos Santos e pode ser dividida em dois grandes períodos: o revolucionário, de 1975 a 1990 e o clientelista, de 1990 em diante, ambos caracterizados pela influência personalista e patrimonialista da presidência.⁴⁰ Por sua vez o Estado angolano é percebido em três fases cronológicas:

4.5.1.1 *O ESTADO-FORÇA (1975-1985): MERCADO PELAS LUTAS INTERNAS*

Em 27 de maio de 1977, alguns ministros, membros do comitê central do MPLA e oficiais das forças armadas e de segurança se rebelaram contra Agostinho Neto e exigiram a renúncia da cúpula do governo apoiada pelos soviéticos e cubanos. Desde os primeiros meses de independência, liderados por Nito Alves, José Van Dunem e Sita Valles, o grupo fracionário reivindicava um aprofundamento ideológico do Estado angolano, uma radicalização marxista-leninista em contraposição às regalias que já caracterizavam o alto escalão político e militar.⁴¹ A tentativa de golpe foi violenta e também violentamente combatida. Calcula-se que duas mil pessoas foram mortas por tropas leais ao governo e pela força expedicionária cubana, a maioria enterrada em uma vala comum nos arredores de Luanda enquanto muitas outras desapareceram.⁴² Segundo sobreviventes, centenas foram levadas para um campo de concentração na província do Moxico especialmente criado para os dissidentes políticos do MPLA.⁴³ Não era a primeira vez que o regime agia com extrema severidade contra dissidentes e após este episódio qualquer pluralidade latente dentro do MPLA passou a ser vista com

³⁹ “O MPLA e os desafios do século XXI. 2002”. *MPLA*. p. 15. Disponível em <http://www2.ebonet.net/MPLA/>. Acesso em 9 junho 2008.

⁴⁰ PESTANA, Nelson. “A classe dirigente e o poder em Angola”. Texto da comunicação apresentada no VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 16 a 18 de Setembro de 2004. p. 3.

⁴¹ MABEKO-TALI, Jean-Michel. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977): ensaio de história política*. Luanda: Nzila, 2001.

⁴² RAFAEL, Armando. “URSS entregou Nito aos Cubanos”. Entrevista a Rafael del Pino ao *Diário de Notícias*. Lisboa, 27 de maio de 2007. Disponível em: http://dn.sapo.pt/2007/05/27/tema/urss_entregou_nito_cubanos.html. Acesso em 10 junho 2008.

⁴³ FRANCISCO, Miguel. *Nuvem Negra – O Drama do 27 de Maio de 1977*. Luanda: Editora Clássica. 2007.

desconfiança e rapidamente reprimida.⁴⁴ Vinte e oito meses depois, José Eduardo dos Santos assume a presidência em um período em que a cúpula do MPLA ainda tinha alguma participação nos rumos do governo. Mas, a partir de então, após uma primeira tentativa de Agostinho Neto de personalizar o poder através de seu carisma e autoritarismo, dos Santos foi extremamente mais bem sucedido ao cooptar toda a máquina do partido-Estado à sua pessoa.⁴⁵

4.5.1.2 *ESTADO PATRIMONIALISTA (1985-1990)*

Caracterizado por uma economia de rendas e ganhos provindos dos recursos do país⁴⁶ que beneficiavam um grupo pequeno, pela legalização da repressão, pela aceitação forçada de um modelo socialista deformado e principalmente pela sobreposição do poder sobre todos, sendo que todos eram responsáveis apenas e diretamente ao presidente.⁴⁷ Em dezembro de 1986, embora já fosse comandante-em-chefe das FAPLA, dos Santos se auto-patenteou general-de-exército, “a mais alta patente militar em Angola”, aparentemente consolidando seus poderes plenipotenciários.⁴⁸ Provavelmente, esta apropriação definitiva do poder que passou de um partido único para uma única pessoa estivesse calcada em algum argumento quanto à especificidade do poder na África, saindo da ideologia revolucionária do período anterior para um paradigma cultural de ‘valores africanos’ aplicados a governança nacional.⁴⁹

⁴⁴ GONÇALVES, Jonuel. “O descontínuo processo de desenvolvimento democrático em Angola”. Comunicação apresentada na Conferência sub-regional África Austral, Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África – CODESRIA. Gaborone, 18/19 Outubro 2003. p. 25 – 26.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 3.

⁴⁶ BHAGAVAN, M. R. *Angola's Political Economy 1975-1985. Research Report*. Uppsala: The Nordic Africa Institute. 1986.

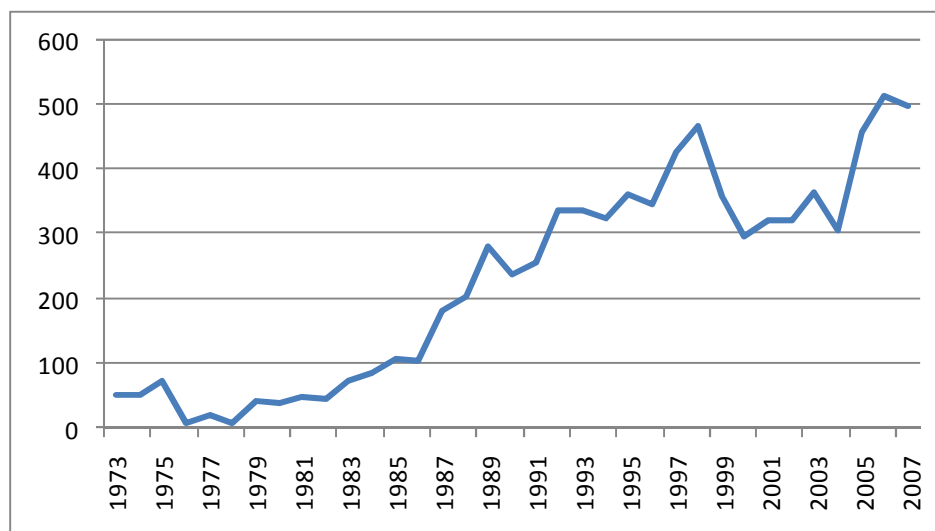
⁴⁷ PESTANA, op. cit., p. 4.

⁴⁸ ANGOLAPRESS. Sem título. Disponível em: <http://www.angolapress-angop.ao/noticia.asp?ID=220678>. Acesso em 10 junho 2008.

⁴⁹ PESTANA, op. cit., p. 4. HAARSCHER, Guy. “Can Human Rights Be “Contextualized”?” *10th Annual Conference on “The Individual vs. the State”*. Central European University, Budapest, 14-16 Junho 2002. Universalism in Law: Human Rights and the Rule of Law.

4.5.1.3 ESTADO PREDADOR (1990-?)

Gráfico 4.1: Total de Exportação de Petróleo de Angola para os Estados Unidos (milhares de Barris por dia)



Fonte: Energy Information Administration. Disponível em: http://tonto.eia.doe.gov/dnav/pet/hist_xls/MCRIMUSAO2a.xls. Acesso: 08/12/2008.

Após o abandono definitivo do modelo de produção ‘planejado’, José Eduardo dos Santos distribuiu as propriedades que haviam sido nacionalizadas no Estado-força (1975-1985) para seus súditos mais fieis.⁵⁰ O componente político do Estado passa a ser uma fachada para uma convivência pacífica entre presidente e subordinados em que a corrupção, o clientelismo e a predação “estrutural e sistêmica” em todos os níveis passa a ser institucionalizada e controlada.⁵¹ Há indícios indiretos de que o presidente angolano sempre agiu como moderador dos interesses das diferentes famílias mais influentes de Angola.⁵² Simultaneamente, o aparelho de propaganda do Estado estabelece um discurso contraditório à realidade de transição política para uma democracia multipartidária e para uma economia de mercado de apoio à iniciativa privada.⁵³

Quando a UNAVEM II foi estabelecida, José Eduardo dos Santos encontrava-se a caminho do apogeu de seu poder que seria alcançado em breve nos anos que se

⁵⁰ HODGES, 2004. op. cit., p.191.

⁵¹ MESSIANT, Christine. “Sur la première generation du MPLA : 1948-1960: Mário de Andrade, entretiens avec Christine Messiant (1982)”. *Lusotopie*, 1999, p. 185-221.

⁵² GLOBAL WITNESS. *Tous les hommes des Présidents - L’histoire accablante du pétrole et des affaires bancaires dans la guerre privatisée de l’Angola*. Londres: Global Witness. 2002.

⁵³ PESTANA, op. cit., p. 4

seguiram as eleições de 1992. A presidência passou a ser onisciente, onipresente e onipotente na condução do partido-Estado-empresa. Tudo passou a se curvar ante a presença do chefe do governo e perdeu qualquer autonomia de personalidade e decisão.⁵⁴ Todos os estudos, tanto os críticos quanto os a favor destacam,

[o] protagonismo e a centralização progressiva do poder na pessoa do presidente da República, ao mesmo tempo em que ressaltam o crescimento exponencial da corrupção e de uma cada vez maior dependência do sistema de dominação da redistribuição clientelista.⁵⁵

4.5.2 JONAS MALHEIRO SAVIMBI

A percepção da comunidade internacional da pessoa e do movimento de Savimbi acompanhou a trajetória da própria dinâmica da guerra em Angola. Paralelamente, o período mais brutal de Savimbi (1979-91) coincidiu em parte com a doutrina Reagan de apoio aberto aos insurgentes contra o comunismo e também com os últimos anos da agonia do regime do partido nacionalista sul-africano, *Apartheid*. Em contraste com a bibliografia sobre José Eduardo dos Santos, há certa abundância de livros, artigos e reportagens sobre a pessoa de Jonas Malheiro Sidónio Savimbi (3 de Agosto de 1934 — 22 de Fevereiro de 2002). General Uala, atualmente na província de Cabinda, que comandou a ofensiva das FAA que culminou com a morte de Jonas Savimbi em Moxico ainda se recusa a falar sobre os detalhes da operação em fevereiro de 2002.⁵⁶ Jonas Savimbi matou e roubou durante boa parte de sua vida em nome de si mesmo embora por muito tempo tenha sido visto como um fantoche sul-africano e estadunidense pela esfera Soviética do globo e pela esfera americana como a chave para a África, um dos autênticos heróis de nossos tempos e entre os mais fervorosos, similar a Abraham Lincoln para a África.⁵⁷

A mídia de direita americana, dentro do contexto da Guerra Fria construiu a imagem de um Savimbi estadista, sagaz, grande líder estrategista, o “freedom fighter”

⁵⁴ MATEUS, Ismael. “Falcone, o indelicado”, in *Semanário Angolense*, nº 55, Ano I, 3/10 de abril de 2004, *apud* Pestana, op. cit., p. 5.

⁵⁵ PESTANA, op. cit., p. 5.

⁵⁶ AGÊNCIA LUSA. “Os dramáticos últimos dias de Savimbi”. 21-02-2007. Disponível em: <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=271551&visual=26>. Acesso em 12 junho 2008.

⁵⁷ BRIDGLAND, Fred. *Jonas Savimbi: A Key to Africa*. Nova York: Paragon House. 1987.

que libertaria Angola da opressão comunista.⁵⁸ A imagem construída pelo próprio e ainda presente entre seus seguidores irrepentes, mantida pelo partido existente hoje é de que Savimbi seria,

[U]m filho especial da mãe África, nacionalista dedicado, o nosso inesquecível líder [...], um líder cheio dos valores da africanidade. Jonas Savimbi era um líder que se preocupava com o militante mais humilde das bases do nosso partido, e que ao mesmo tempo era capaz de discutir com os grandes líderes mundiais que o reconheciam como um igual. Homem culto, de visão internacionalista e personalidade forte, o Dr. Jonas Savimbi tornou-se numa figura emblemática dentre os líderes africanos com os quais teve contacto mais próximo. Ele comia a mesma comida que os seus soldados e exigia que os seus generais também o fizessem, porque para ele, a luta pela igualdade entre todos os angolanos, por uma Angola sem privilégios, era um compromisso que obrigatoriamente se devia traduzir nos comportamentos diários e numa postura ética. O seu ideal da independência total de Angola continua vivo, actual, e é um ideal não só da UNITA, mas um objectivo de todos os angolanos.⁵⁹

Em algum momento de sua história ou talvez paulatinamente, Savimbi foi perdendo os ideais maoístas e após parecer assumir vários papéis desistiu dos mesmos e passou a lutar por si mesmo até a morte. Provavelmente, a única ideologia que Savimbi de fato abraçou, foi o Maoísmo. Savimbi admirava Joseph Vissarionovich Dzhughashvil ‘Stalin’, Leopold Sedar Senghor, Toussaint L'Ouverture, Winston Churchill, e muitos outros.⁶⁰ Mas era a Mao Tse Tung que Savimbi nutria profundo respeito pelas idéias e teses.⁶¹ A história da UNITA – cujas palavras de ordem, “Socialismo, Negritude, Democracia, Não-alinhamento” – como a do seu líder, pode ser dividida em quatro fases: (1) Movimento Camaleão (1966-1978); (2) Canibal (1979-89); (3) Oportunista (1990-1993); (4) Decadente (1993-2002) e por último Cooptado (2002-?). Os períodos são apenas indicativos e houve, em graus variados, sobreposição das características destacadas em cada um deles. No entanto, a periodização serve o propósito de realçar traços relevantes à linha seguida por este trabalho.

⁵⁸ GIRARDET, Edward. “Angolan rebels go on offensive against Soviet-backed regime”. *The Christian Science Monitor*. 31 maio 1983. Disponível em: <http://www.csmonitor.com/1983/0531/053135.html>. Acesso em: 20 junho 2008.

⁵⁹ SAMAKUVA, Isaías. “Discurso proferido pelo Presidente da UNITA por Ocasião das Celebrações do 30º Aniversário da Independência Nacional de Angola”. *Jornal da Democracia Liberal*. Disponível em: http://www.demoliberal.com.pt/imprimir_africa.php?noticia=31. Acesso em: 20 junho 2008. p. 1 -2.

⁶⁰ KEAN, James. “A História Secreta da Ideologia da UNITA”. *Semanário Angolense*, edição nº 203, Luanda, 03 a 10 de março de 2007. Disponível em: http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=13632. Acesso em: 26 março 2008.

⁶¹ SAKALA SIMÕES, Alcides. *Memórias de um guerrilheiro*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 2006. p. 183

4.5.2.1 *MOVIMENTO CAMALEÃO (1966 –1977)*

Mr. Savimbi was a chameleon who started off as a pro-Soviet Marxist, became a Maoist to get Chinese support, then proclaimed himself an anti-Communist to get American support in the cold war, and after the collapse of Communism declared himself a supporter of free markets. He was expert at saying what we wanted to hear, but in retrospect it's clear that he never believed in anything but power.⁶²

Nascido em Munhango, Moxico, da etnia ovimbundu, sub-grupo bié, filho de um pastor protestante e trabalhador dos caminhos de ferro de Benguela, Loth Malheiro Savimbi e de Helena Mbundu Sakato, Savimbi logo se destacou dos seus pares nas duas escolas protestantes americanas na província de Bié onde começou seus estudos. Coursou o ensino secundário na então Silva Porto (hoje cidade de Bié) e em Sá da Bandeira (mais tarde Lubango). Chegou a Lisboa em 1958 através de uma bolsa de estudos da Igreja de Cristo Unida para estudar medicina. Lá, se envolveu com os comunistas que se opunham ao regime de Salazar e após uma breve passagem pela França e recusar ofertas de bolsa de Moscou, transferiu-se com uma nova bolsa de estudos para a Universidade de Friburgo e mais tarde para Lausane, Suíça, onde estudou ciência política e onde conheceu Antonio da Costa Fernandes com quem fundaria a UNITA seis anos mais tarde. Em 1961, Savimbi juntou-se a União dos Povos de Angola (UPA) de Holden Roberto, sob a influência de Tom Mboya, um queniano suspeito de ser agente da CIA, até que a UPA dividiu-se. Jonas Savimbi, ministro das relações exteriores do GRAE - Governo Revolucionário de Angola no Exílio abandonou o movimento.⁶³

A partir desta época, Savimbi começou a propagar o discurso racista, ‘anti-brancos’ e mestiços que viria a caracterizar seu movimento, embora o discurso anti-brancos nunca tenha sido linear. O MPLA, o qual Savimbi havia flertado durante algum tempo antes de se juntar a UPA (mais tarde UPA e FNLA), tinha em sua base, um número relativamente elevado de brancos comunistas, mestiços e quimbundos, grupo étnico que tinha fama ante outros grupos de facilmente assimilado. Savimbi mais tarde declarou,

⁶² KRISTOF, Nicholas D. “Our Own Terrorist”. *The New York Times*. Opinion. 5 março 2002. Disponível: <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9903E5D81730F936A35750C0A9649C8B63&n=Top/Opinion/Editorials%20and%20Op-Ed/Op-Ed/Columnists/Nicholas%20D%20Kristof>. Acesso: 12 junho 2008.

⁶³ ANONIMO. “Muangai, um nome para a memória”. Disponível em: <http://angolalibre.e-monsite.com/rubrique,rubrique,1066020.html>. Acesso em 12 junho 2008.

“[p]ode parecer racismo e não será certamente a forma como pensamos hoje, porque já aprendemos muito. Contudo, é um facto que era muito difícil, naquela altura, para os africanos, compreender porque é que os mestiços estavam a liderar um movimento de libertação contra os portugueses.”⁶⁴

A aproximação de Savimbi com a polícia secreta do regime fascista português (PIDE - Polícia Internacional de Defesa do Estado/ DGS - Direcção-Geral de Segurança), com a CIA a partir de 1970 e a Revolução dos Cravos em 1974, o deixaram em desvantagem quando os novos governantes portugueses praticamente largaram a colónia a sua própria sorte após os Acordos de Alvor.⁶⁵ A revolução dos Cravos definiu o fim das guerras coloniais, pois “[e]m Angola, a guerra estava ganha”, já que segundo as declarações de alguns oficiais portugueses, “[] [a] UNITA cooperava connosco, o MPLA estava falido e não fazia guerrilha e a FNLA limitava-se a fazer algumas incursões esporádicas no norte.”⁶⁶

Em 1975, a retórica da Negritude foi deixada de lado devido à necessidade. Sob a influência da CIA, Savimbi deu as boas-vindas às tropas sul-africanas que com ele permaneceram em diferentes níveis de comprometimento até 1989. A reação foi o envio das forças expedicionárias cubanas em novembro de 1975 (embora alguns conselheiros já estivessem em Angola desde agosto do mesmo ano), experientes após a primeira aventura na Argélia entre 1961–1965.⁶⁷ Após a quebra dos Acordos de Alvor e Nakuru que culminaram na declaração unilateral de independência pelo MPLA em 11 de Novembro de 1975 em Luanda e em Huambo por Savimbi, a UNITA, ou melhor, Savimbi, mais uma vez mudou de cor.

O ano de 1975 havia sido extremamente turbulento para o bloco Ocidental da Guerra Fria. Na Ásia, os Estados Unidos havia perdido a guerra do Vietnã, a embaixada

⁶⁴ AGUALUSA, 2004, op. cit. p. 1-4.

⁶⁵ “Gomes, Francisco da Costa (1914-2001): Marechal português, décimo sexto Presidente da República Portuguesa (o segundo após a Revolução dos Cravos). Em 1970, exerceu as funções de comandante da Região Militar de Angola, onde procedeu à remodelação do comando-chefe e foi o primeiro impulsor da ideia de entendimento militar com a UNITA contra o MPLA e a FNLA.” DICIONÁRIO POLÍTICO. “Marxist Internet Archive”. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/g/gomes_francisco_costa.htm. Acesso em 12 junho 2008.

⁶⁶ SANTOS, Bruno Oliveira; PASSO, José Manuel da Cunha. *Histórias Secretas da PIDE/DGS. Entrevistas com Cunha Passo, Abílio Pires, Óscar Cardoso e Diogo Albuquerque*. Lisboa: Nova Arrancada Editora, 2000.

⁶⁷ BLUM, William. *Killing Hope: US Military and CIA Interventions Since World War II*. Londres: Zed Books. 2003. p. 253. Também, GLEIJESES, 2002, op. cit.

em Saigon evacuada em 29 de abril do mesmo ano, além de que no Camboja e Laos golpes comunistas derrubaram governos apoiados pelos Estados Unidos.⁶⁸

A África do Sul enfrentava o risco crescente de mais um governo comunista apoiando a SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano) que desde 1966, liderada por Sam Nujoma operava a partir de bases na Zâmbia para atacar o território ilegalmente ocupado pela África do Sul. Neste parêntesis histórico, alguns meses antes do dia marcado para a independência de Angola de acordo com os Acordos de Alvor, o primeiro ministro sul-africano Balthazar Johannes Vorster, encorajado pelos americanos, autorizou a compra e o envio de armas para a FNLA e para a UNITA, além de estender o apóio através de conselheiros militares e armamento em julho de 1975.⁶⁹

Conforme discutido anteriormente, a crescente preocupação com a situação ao norte levou Pretória a enviar mais reforços para a Namíbia. Através da Segunda Companhia de Infantaria a África do Sul ocupou a represa e hidroelétrica de Ruacana (a menos de 700 metros da fronteira com a Namíbia) e uma estação de bombeamento em Calueque há 70 quilômetros da fronteira com a Namíbia. Os dois projetos haviam sido completados no início do mesmo ano e forneciam água e energia elétrica para o norte do território, tanto Portugal quanto a África do Sul haviam investido grandes somas e o último era o único em condições de proteger o investimento. Na iminência de um maior apoio da União Soviética e Cuba ao MPLA, os sul-africanos decidem invadir Angola em 15 de outubro de 1975.⁷⁰

A África da Sul retirou suas forças de Angola em março de 1976. Os Estados Unidos, temerosos das conseqüências da invasão se recusavam a comprometer mais recursos e havia ficado claro que não se oporiam militarmente à presença cubana em Angola. A retirada sul-africana permitiu o avanço das FAPLA por toda Angola, auxiliadas por quase 20 mil tropas cubanas e conselheiros soviéticos e se fez presente em boa parte do território nacional, obrigando a UNITA a se refugiar nas áreas de fronteira, sair das cidades e adaptar-se às táticas de guerrilha de Mao Tse Tung, aprendidas mais de uma década antes.⁷¹ Deste momento em diante, apenas Savimbi e a

⁶⁸ HERRING, George C. *America's Longest War: The United States and Vietnam, 1950-1975*. McGraw-Hill, 2001.

⁶⁹ GEORGE, op. cit. p. 68.

⁷⁰ STEENKAMP, Willem. *Borderstrike! South Africa into Angola 1975-1980*. 3ª edição. Durban: Just Done Productions Publishing. 2007.

⁷¹ JACKSON, Steven F. "China's Third World Foreign Policy: The Case of Angola and Mozambique, 1961-93". *The China Quarterly*, No. 142, junho 1995, p. 388-422.

UNITA foram capazes de atrair apoio e assistência militar estrangeira fora do MPLA. A partir de bases na Namíbia, Zaire e Zâmbia, a UNITA se reagrupou e pôs em prática as táticas de guerrilha. No mesmo ano, com o auxílio da África do Sul e da Agência de Inteligência Central, CIA, a UNITA estabeleceu sua capital política, diplomática, administrativa e quartel general militar em Jamba, província de Kuando Kubango, próximo a fronteira com a Namíbia (Faixa de Caprivi e Zâmbia). Já em 1978, enquanto a Força de Defesa Sul-Africana (SADF) se preocupava com a SWAPO no sul, a UNITA restabelecia sua infiltração perdida entre 1976 e 1977.⁷²

4.5.2.2 CANIBAL (1978–1989)

Após o primeiro período de turbulência externa, Savimbi voltou parte de sua atenção às questões internas da UNITA. Segundo relatos de sobreviventes, o líder da UNITA promoveu uma ‘caça as bruxas’ contra todos aqueles que apresentassem qualquer divergência com ele.⁷³ Vários líderes da UNITA foram queimados vivos juntamente com suas famílias, além de inúmeras acusações de tortura, abusos e aprisionamento de muitos outros. Jonatão, Violeta, Xica, Samuel, Estevão, David e Paulo Chingunji, teriam sido assassinados a mando de Jonas Savimbi entre 1970 e 1980. Em 1982-83, Savimbi ordenou de forma arbitrária e deliberada o assassinato na fogueira de pelo menos 15 pessoas, inclusive crianças, acusadas de bruxaria e/ ou deslealdade.⁷⁴ Anos mais tarde em 1991, Tito Chingunji, representante da UNITA em Washington e Wilson dos Santos, representante em Lisboa, Valdemar Chindondo, o primeiro secretário para o exterior, o major-comandante Aurelius Katalayo, e suas famílias foram assassinados entre 1989 e agosto de 1991.⁷⁵ A denúncia foi feita concomitantemente, por Fred Bridgland, ex-amigo e biógrafo de Savimbi e um grupo de estudantes

⁷² NORVAL, Morgan. *Death in the Desert: The Namibian Tragedy*. Washington DC: Selous Foundation Press. 1989. p. 125.

⁷³ KEAN, op. cit.

⁷⁴ “Angola: Reconciliation and human rights - Amnesty International’s appeal to the new government.” *Amnesty International*, Londres, 1 Maio 1997. p. 1,2. Disponível em: <http://archive.amnesty.org/library/Index/ENGAFR120081997?open&of=ENG-AGO>. Acesso em: 18 junho 2008.

⁷⁵ BRIDGLAND, Fred. *Death in Africa: A Proposal for a Book about the Life and Murder of Tito Chingunji and his Family*. Cold Type. 2004. p. 18, 19, 21. Disponível em: <http://www.coldtype.net/Assets.04/Essays.04/Tito.pdf>. Acesso em: 1 junho 2008.

dissidentes da UNITA, Dias Kanombo, André Yamba Yamba e Ermelindo Kanjangu e pelos generais Fernandes e Puna quando algumas das vítimas ainda estavam presas em Jamba. Segundo o grupo, em 1982 durante o quinto congresso do movimento em Chingunjangu próximo a Mavinga, participantes foram linchados publicamente, acusados de deslealdade para com Savimbi.⁷⁶

Em 7 de setembro de 1983, Ermelindo Kanjangu afirmou haver testemunhado a morte na fogueira de duas famílias, a família Kalitangue e Katalaio, sendo que Mateus Katalaio havia desaparecido em 1982.⁷⁷ No entanto, para a UNITA, Mateus e Aurora Katalaio haviam perecido em um ataque do MPLA antes da data indicada como sendo de suas mortes na fogueira, enquanto a família Kalitangue simplesmente não existia nos registros do movimento.⁷⁸ Antonio Fernandes, co-fundador da UNITA, permaneceu por mais de um mês preso em um buraco, acusado de ser amigo de Ronald Reagan.⁷⁹ Em fevereiro de 1992, meses antes das eleições gerais em Angola, o general Antonio ('Tony') da Costa Fernandes e o General Miguel N'Zau Puna, dois dos membros mais seniores da UNITA desertaram, acusando Savimbi de perseguição étnica, descumprimento dos acordos de paz e da morte de Pedro Tito Chingunji e Fernando Wilson dos Santos.⁸⁰

Outro desaparecimento não explicado neste período foi o do brigadeiro José Alberto Joaquim Vinama conhecido com *Chendovava*, que havia servido como comandante das FALA de janeiro de 1985 até sua morte em outubro de 1986. Ele havia ficado no posto de Demosthenes Amos Chilingutila, que havia sido rebaixado a chefe

⁷⁶ WHITNEY, Craig R.; JOLLIFFE, Jill. "Ex-Allies Say Angola Rebels Torture and Slay Dissenters." *The New York Times*. 11 março 1989. Disponível em: <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=950DEFDE1639F932A25750C0A96F948260&sec=&sp on=>. Acesso em: 18 junho 2008.

⁷⁷ Ibid. p. 2.

⁷⁸ "Congressional record. Intelligence authorization act for fiscal year 1990". *House of Representatives of the United States of America*. 12 de Outubro de 1989. p. H7023. Disponível em: http://www.fas.org/irp/congress/1989_cr/h891012-ia2.htm. Acesso em 18 junho 2008.

⁷⁹ BRIDGLAND, Fred. "Savimbi death opens way for Angola to leave decades of bloodshed behind." *The Scotsman*. 25 de fevereiro de 2002. Disponível em: <http://news.scotsman.com/angola/Savimbi-death-opens-way-for.2305259.jp>. Acesso em: 20 junho 2008.

⁸⁰ Fernandes e Puna, embaixadores do governo de Angola no Reino Unido e no Canadá respectivamente, são ambos de Cabinda. Os generais aceitaram a oferta de José Eduardo dos Santos de co-participação nos ganhos do GOA em troca do abandono de qualquer ambição política e interferência na questão da província de Cabinda. WREN, Christopher. "Deaths and Desertions Undermine Tenacious Angolan Rebel". *The New York Times*. 7 de abril de 1992. Disponível em: <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9E0CEFD61639F934A35757C0A964958260&sec=&sp n=&pagewanted=print>. Acesso em: 21 junho 2008.

de operações e voltou a seu posto após o desaparecimento de Chendovava.⁸¹ Segundo a UNITA, Chedovava havia falecido em um estranho acidente de caminhão a caminho de uma reunião com Savimbi em Mavinga.

He got out of the truck at 4 o'clock in the morning, just outside the post, and slipped and fell under the wheel after telling the driver to move on and trying to swing back up onto the vehicle. He died two hours later.⁸²

Além dos ataques contra seus próprios quadros, a partir de 1983, Savimbi passou a encorajar ataques contra alvos declaradamente civis e o seqüestro indiscriminado de cidadãos estrangeiros, além de atos de sabotagem em todo o país. Um exemplo de tais seqüestros ocorreu na noite de 12 para 13 de março de 1983, quando 66 cidadãos tchecos e eslovacos foram raptados pela UNITA em Alto Catumbela. Os técnicos tchecos e eslovacos acompanhados de suas famílias estavam trabalhando na reparação de uma indústria de papel e foram forçados a passar meses marchando pela floresta em condições tão deploráveis que um deles chegou a falecer de fome e sede.⁸³ Além dos tchecoslovaquios, 20 portugueses haviam sido capturados. Crianças, mulheres e alguns homens foram liberados em Johannesburgo em junho de 1983, enquanto o restante dos homens permaneceu cativo até junho de 1984. Outro caso semelhante ocorreu em fevereiro de 1984, quando a UNITA seqüestrou 77 estrangeiros na região diamantífera de Cafunfo.⁸⁴

O ano de 1983 também foi marcado pela mudança na estratégia das FALA em conjunto com a SADF. A tomada da vila de Cangamba levou a Assembléia Geral das Nações Unidas a emitir a seguinte declaração:

Strongly condemns the continued occupation of parts of southern Angola and the recent massive aggression carried out by South African troops against the village of Cangamba in the province of Moxico, 500 kilometres from the Namibian border, and demands the immediate and unconditional withdrawal of the South African troops from the Angolan territory[.]⁸⁵

⁸¹ KUKKUK, Leon. *Letters to Gabriella*. Sarasota. FLF Press. 2005. p. 160.

⁸² WHITNEY, op. cit., p. 2.

⁸³ "Statement of Prime Minister Mirek Topolánek on the 25th anniversary of the kidnapping of Czechoslovak citizens from Alto Catumbela in Angola." Governo da República Checa. Praga: Press Department of the Government of the Czech Republic. 13 março 2008. Disponível em: <http://www.vlada.cz/scripts/detail.php?id=32745>. Acesso em: 20 junho 2008.

⁸⁴ COLLELO, Thomas (Ed.). *Angola: a country study*. Washington, DC: Federal Research Division, Library of Congress. 1989. p. 80.

⁸⁵ "A/RES/38/17". *United Nations General Assembly*. 22 de Novembro de 1983. Disponível em: <http://domino.un.org/UNISPAL.NSF/a06f2943c226015c85256c40005d359c/7c34dc453c2cda06852560d8006c59ee!OpenDocument>. Acesso em: 21 junho 2008.

A operação marcava uma tentativa de mudança de táticas de guerrilha para uma tática de guerra convencional ainda na zona rural e abertamente dependente do apoio das forças armadas sul-africanas em batalhas sem nenhuma ligação direta com a SWAPO ou com a questão namibiana. A África do Sul estava simplesmente expandindo seu apoio, procurando desestabilizar o governo de Luanda. Neste período, com a ajuda do governo Reagan, estima-se que Savimbi tenha recebido oitenta milhões de dólares anuais em assistência logística, militar e apoio de inteligência. A força aérea sul-africana (SAAF) realizava vôos regulares levando armamento, munição, medicamentos, alimentos e equipamentos em geral. Além do apoio logístico, instrutores sul-africanos treinavam algumas unidades das FALA em campos de treinamento em Rundu, Namíbia.⁸⁶

Os melhores anos de Savimbi no campo de batalha foram de 1983 até o início da batalha de Cuito Cuanavale em outubro de 1987. Savimbi se via alavancado pelos americanos e sul-africanos e naqueles anos consolidou sua visão de uma Angola liberada do MPLA, dos soviéticos e dos cubanos, presa à sua vontade. A administração republicana de Ronald Reagan se enxergava como a solução final do problema comunista em África, cegos pela presença soviética e cubana, além de fortalecida pela revogação da Emenda Clark.⁸⁷ Além da ajuda estatal, nos Estados Unidos havia aqueles que defendiam o apoio privado a insurgentes. A *Heritage Foundation*, a *Reason Foundation*, a *Freedom Research Foundation* e a *Conservative Caucus*, entre outras advogavam uma variedade de projetos que auxiliavam a UNITA tanto em Angola quanto nos Estados Unidos e Europa.⁸⁸

⁸⁶ “National Union for the Total Independence of Angola. Armed Forces for the Liberation of Angola”. *Global Security - Center for Democracy in Angola (CEDA)*. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/para/unita.htm>. Acesso em: 19 junho 2008.

⁸⁷ A Emenda Clark, o Ato de controle de exportação de armamento dos Estados Unidos de 1976 (U.S. Arms Export Control Act) foi uma emenda apresentada ao Congresso dos Estados Unidos pelo senador do partido democrata do Estado de Iowa, Dick Clark, que proibia o auxílio a grupos privados engajados em operações militares ou paramilitares em Angola. No entanto, a CIA, na pessoa do seu então diretor, George H. W. Bush e a Secretária de Estado, representada por Henry Kissinger, recusaram-se a obedecer ao ato quando este passou a ser lei e passaram a ajudar Savimbi através de outros países como Israel e África do Sul. O ato foi revogado durante a administração do presidente Ronald Reagan, abrindo caminho para o acirramento do conflito em julho de 1985. JOHNSON, Robert David. “The Unexpected Consequences of Congressional Activism: The Clark and Tunney Amendments and U.S. Policy toward Angola”. *Diplomatic History*, Vol. 27. 2003. p. 215-243.

⁸⁸ CARPENTER, Ted Galen. “U.S. Aid to Anti-Communist Rebels: The “Reagan Doctrine” and Its Pitfalls”. *Cato Policy Analysis*, No. 74. Junho de 1986. p. 26.

Infelizmente para Savimbi, a Guerra Fria se aproximava do fim de forma acelerada, com a aparente e ilusória condução de Mikhail Gorbatchov. Enquanto isso, na África do Sul, Frederik W. de Klerk desmantelava outro castelo de areia da segunda metade do século XX, o *Apartheid*, incapaz de conter a crescente pressão social interna e o isolamento externo. Entre o início da *Perestroika* (25 de Abril de 1985) e o fim da URSS (25 de Dezembro de 1991), Savimbi sob pressão dos seus maiores aliados foi persuadido a se assentar à mesa de negociações.

4.5.2.3 PRIMEIRA FASE OPORTUNISTA (1990 – 1992)

A partir de 1985, a base aérea de Kamina no sudoeste do Zaire servia de pista de trânsito para o auxílio militar da administração Reagan a Savimbi.⁸⁹ E, embora em maio de 1986 a Zâmbia tenha acusado os Estados Unidos de auxiliar a UNITA via Zaire, o então presidente vitalício no Zaire, Mobutu simplesmente negava as alegações e em julho do mesmo ano, visitou Luanda e declarou seu apoio a José Eduardo dos Santos.⁹⁰ Mobutu se encontrava em uma situação simultaneamente confortável e delicada. Savimbi, ciente da dualidade e fragilidade do seu aliado Mobutu, aproveitou-se o quanto e enquanto pôde da situação vigente. Alguns congressistas americanos consideravam Mobutu um aliado indispensável contra regimes apoiados pela União Soviética e pela Líbia em todo o continente, enquanto o próprio Mobutu demonstrava nenhuma consciência da sua vulnerabilidade ante seus nove vizinhos diretos, sua dependência comercial em relação à África do Sul, suas ligações suspeitas com Savimbi e com o Israel de Menachem Begin, (1977-83), Yitzhak Shamir, (1983-84; 1986-92) e Shimon Peres (1984-86).⁹¹

Savimbi havia sido recebido como chefe de Estado por Ronald Reagan na Casa Branca em janeiro de 1986, e seu nível de confiança recebeu mais subsídios com

⁸⁹ SCHULTHEIS, Michael J. “Refugees in Africa: The Geopolitics of Forced Displacement”. *African Studies Review*, Vol. 32, Número 1, 1989, p. 3-29.

⁹⁰ “Country Studies Series: Angola”. *Federal Research Division*. Washington, DC: Library of Congress. 1993.

⁹¹ BROOKE, James. “Zaire: Dealing with Pretoria and its Foes; Mobutu Tries to Maintain A Delicate Balancing Act”. *The New York Times*. 8 de fevereiro de 1987. Disponível em: <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9B0DE7D61E38F93BA35751C0A961948260&sec=&sp on=&pagewanted=print>. Acesso em: 21 junho 2008.

promessas de continuado apoio e novo armamento. Um ano mais tarde, após o governo americano haver investido cerca de USD15 milhões e se dispor a continuar a investir, alguns membros do executivo e do legislativo americano acreditavam que Jonas Savimbi e suas forças de resistência democrática estavam mais perto do que nunca de ganhar a guerra em Angola. Dos Santos, por sua vez, enfrentava dificuldades financeiras advindas da queda do preço do petróleo no mercado internacional.⁹²

A despeito das dificuldades econômicas, em agosto de 1987, como visto no capítulo anterior, as FAPLA e as forças cubanas em Angola decidiram executar uma grande ofensiva contra os quartéis-generais da UNITA, primeiramente Mavinga e na seqüência, Jamba no sudoeste de Angola. A SADF reagiu por perceber uma ameaça as suas fronteiras caso a UNITA fosse derrotada.⁹³ O principal teatro de operações se deu a volta do rio Lomba, na província de Cuando Cubango. Os dois lados se declararam vitoriosos na batalha de Cuito Cuanavale, mas de fato nenhum dos lados alcançou seus objetivos durante a campanha. Embora não exista uma história imparcial para a batalha (e como anteriormente afirmado, um estudo mais aprofundado do episódio se encontre fora do escopo desta dissertação), sabe-se que nenhum dos beligerantes havia previsto ou se preparado para enfrentar um longo período de confrontos intensos e que o impasse militar foi decisivo para encorajar todos os lados a comparecerem à mesa de negociações.⁹⁴

A resolução do conflito namibiano tinha se tornado intrinsecamente ligada ao que ocorria no sudoeste de Angola e o impasse que se instalou em março de 1988 com a batalha de Cuito Cuanavale agiu como “*tipping factor*”, permitindo uma saída honrosa tanto para cubanos quanto para sul-africanos. Durante a cúpula Reagan-Gorbachov em Moscou em junho de 1988, a imprensa foi comunicada de que um acordo sobre Angola e Namíbia seria assinado ainda naquele ano. No entanto, como visto no capítulo 2 desta dissertação, embora fossem os principais protagonistas, nem a UNITA nem a SWAPO foram convidados a participar das negociações, apenas representantes dos governos de

⁹² PASCOE, William. “U.S. Aid Pays Dividends for Angola’s Freedom Fighters”. *Heritage Foundation Background Update #36*. 29 de janeiro de 1987.

⁹³ VAN DER WAAG. “Contested Histories: Official History and the South African Military in the Twentieth Century”. In: GREY, Jeffrey (Ed.). *The Last Word? Essays on Official History in the United States and British Commonwealth*. Londres: Praeger/ Greenwood Publishing Group. 2003. p. 45.

⁹⁴ GEORGE, op. cit., p. 278.

Angola, Cuba e África do Sul se reuniram em primeiro em agosto de 1988 em Genebra e em dezembro do mesmo ano em Nova York.⁹⁵

Com a retirada das tropas cubanas e sul-africanas em progresso supervisionadas pela UNAVEM I, o presidente Mobutu Sese Seko, provavelmente encorajado por seus aliados americanos e sul-africanos, tomou a iniciativa de mediar um acordo de paz entre o governo de Angola e a UNITA. Seu país e ele pessoalmente se beneficiariam com a paz em Angola principalmente no momento em que a estrada de ferro de Benguela voltasse a operar possibilitando o escoamento mais eficiente da produção mineral do país como ocorria até 1975. O caminho de ferro construído em 1929 de Lobito no Atlântico se estendia cortando a Zâmbia até Lubumbashi na hoje República Democrática do Congo (Kinshasa) e através das conexões para a Tanzânia e Moçambique chegava-se ao oceano Índico.⁹⁶ Mobutu pode ter concluído que a UNITA não lograria êxito contra o MPLA após a retirada sul-africana e conseqüente redução de auxílio financeiro e militar. Este seria um exemplo de um fator regional na promoção da resolução de conflitos, especificamente no caso da guerra em Angola.⁹⁷

Em janeiro de 1989, o presidente de Angola através de seus oficiais ofereceu às tropas da UNITA anistia caso se entregassem pacificamente. Obviamente, a proposta foi rejeitada pela UNITA, entretanto, o presidente da Costa do Marfim e aliado de Savimbi de longa data, Félix Houphouët-Boigny solicitou a Savimbi um gesto de boa vontade. Savimbi aquiesceu com um anúncio de devolução de prisioneiros de guerra, intenção de permitir eventual tráfico de composições civis na estrada de ferro de Benguela e a boa vontade da UNITA em participar em um governo de transição que levasse a eventuais eleições.⁹⁸

Um longo processo de mediação teve início com uma série de encontros a começar por um entre os presidentes do Zaire, Congo e do Gabão, respectivamente, Mobutu Sese Seko, Sassou Nguesso e Omar Bongo em Kinshasa em abril de 1989.

⁹⁵ MENGES, Constantine. "The Angola/Namibia Agreements: Likely Results and Policy Implications". In: KAHN, Owen E. (Ed). *Disengagement from Southwest Africa: Prospects for Peace in Angola & Namibia*. Papers presented at the Miami conference of the Institute for Soviet and East European Studies. 20 – 21 de dezembro de 1988. Miami: University of Miami. 1991.

⁹⁶ JAMES, W. Martin; BROADHEAD, Susan Herlin . *Historical dictionary of Angola*. Toronto: Scarecrow Press, Inc. 2004. p. 18, 87, 138, 153.

⁹⁷ COPSON, Raymond W. "Peace in Africa? The Influence of Regional and International Change". In: DENG, Francis Mading; ZARTMAN, I. William (Eds.). *Conflict Resolution in Africa: Conference, Revised Papers*. Washinton, DC: Brookings Institution Press. 1991. P. 35.

⁹⁸ ROTHCHILD, Donald; HARTZELL, Caroline. "Interstate and Intrastate Negotiations in Angola". In: ZARTMAN, William (Ed.). *Elusive Peace: Negotiating an End to Civil Wars*. p. 175 – 203.

Aparentemente, deste encontro procedeu a iniciativa de uma cimeira regional com o objetivo de se encontrar uma solução pacífica para o conflito angolano.⁹⁹ A cimeira realizada a 16 de maio em Luanda com oito chefes de Estado africanos, Zaire, Congo, Gabão, Zimbábue, Moçambique, Zâmbia, São Tomé e Príncipe e Angola gerou um esboço de plano de paz de sete pontos com a intermediação de Mobutu mesmo sem dispor da confiança do governo angolano, naquele momento devido ao uso não convencional da pista de Kamina.¹⁰⁰

Em 8 de junho, Mobutu afirmou que o líder da UNITA teria aceito o plano de paz sem ressalvas, e o próprio Savimbi teria expressado satisfação com os termos, não haveria eleições de imediato e sim um governo de coalizão, Savimbi aceitaria um exílio.¹⁰¹ Em 22 de junho o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, e o líder da guerrilha da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Jonas Savimbi, celebraram o acordo de cessar-fogo em reunião em Gbadolite, Zaire na presença de 18 chefes de Estado africanos. Na reunião, não ficou definida a integração dos 75.000 homens da UNITA ao Exército de Angola, nem a saída de Savimbi do país conforme Mobutu havia anunciado anteriormente.¹⁰²

Gbadolite produziu apenas uma declaração e não um acordo, sendo que afirmava o desejo de todas as partes em terminar a guerra, estabelecia a cessação de todas as hostilidades e proclamação do cessar-fogo para o dia 24 de junho de 1989, além de constituir uma comissão encarregada da condução de um plano de reconciliação nacional, sob a mediação de Mobutu. Todavia, a declaração deixava de fora várias questões essenciais para os beligerantes. Vários pontos discutidos não foram escritos, fato que permitiu diferentes percepções e interpretações entre Savimbi e dos Santos. Enquanto o presidente de Angola estava convencido que Savimbi havia concordado a se submeter a um exílio temporário e que os quadros da UNITA seriam integrados à máquina estatal angolana, Savimbi cria haver deixado claro sua recusa tanto do exílio quanto da integração da UNITA. O MPLA enxergava a declaração de Gbadolite como o fim da UNITA, enquanto Savimbi, ao menos publicamente, via a declaração como uma

⁹⁹ ISAÍAS, Josué. “Paz em Angola”. *Angola Press*. Luanda, 04 de abril de 2002. Especiais. Disponível em: <http://www.angolapress-angop.ao/especiais.asp>. Acesso em: 25 junho 2008.

¹⁰⁰ ISAÍAS, op. cit. p. 3.

¹⁰¹ KNUDSEN, Christine M.; ZARTMAN I. William. “The Large Small War in Angola”. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 541, Small Wars. Sage Publications, Inc. Setembro 1995, p. 130 – 143.

¹⁰² ISAÍAS, op. cit. p. 3.

oportunidade para lutar pelo poder por outros meios e chegar a algum tipo de acomodação de compartilhamento de poder em nível nacional.¹⁰³

Após uma sucessão de reuniões e cimeiras, e a persistência de Mobutu em tentar dar continuidade a um processo natimorto mesmo lhe faltando os recursos políticos e econômicos para originar um comprometimento genuíno das partes, o processo iniciado em abril de 1989 foi declarado morto ao fim do mesmo ano quando confrontos entre a UNITA e as forças governamentais se intensificaram perto de Mavinga.¹⁰⁴ Savimbi acusou o próprio aliado, Mobutu Sese Seko de não ser neutro e de distorcer os pontos discutidos, principalmente a questão do exílio voluntário e da absorção das tropas do seu movimento nas forças armadas de Angola.¹⁰⁵ Para Savimbi, não haveria como principiar um processo de reconciliação nacional sem a sua presença. Populista e personalista, Savimbi se considerava inseparável da própria UNITA, pois ele havia se tornado a UNITA e a UNITA era Savimbi.¹⁰⁶

4.5.2.4 SEGUNDA FASE OPORTUNISTA (1992-1993)

Em 1991, várias precondições postuladas por Rothchild (1997), para um acordo interno não existiam: (a) os beligerantes mantinham uma percepção negativa reducionista um do outro; (b) os líderes não se mostravam determinados a encontrar uma solução política; (c) não existia um impasse mutuamente prejudicial; e, (d) a pressão externa sobre os aliados locais não tinha um peso decisório positivo.¹⁰⁷ Mesmo assim, as eleições presidenciais de 1992 em Angola foram amplamente populares entre as massas que desejavam a paz.¹⁰⁸ Savimbi e aliados acreditavam na vitória e quando os resultados foram contrários, embora tendo amplo apoio de sua base étnica umbundu para fazer forte oposição política ao governo, Savimbi se recusou a reconhecer os

¹⁰³ ROTHCHILD, Donald S. *Managing Ethnic Conflict in Africa: Pressures and Incentives for Cooperation*. Washington, DC: Brookings Institution Press. 1997. P. 128.

¹⁰⁴ Ibid. p. 129.

¹⁰⁵ NOBLE, Kenneth. "Savimbi Says He Is Halting Angolan Peace Talks". *The New York Times*. 17 de setembro de 1989.

¹⁰⁶ BRIDGLAND, 2002, op. cit. p. 1.

¹⁰⁷ ROTHCHILD, 1997, op. cit., p. 124.

¹⁰⁸ STEDMAN, Stephen John. "Introduction". In: STEDMAN, Stephen John; ROTHCHILD, Donald, COUSENS, Elizabeth M (Eds.). *Ending Civil Wars: The Implementation of Peace Agreements*. Londres: Lynne Rienner Publishers. 2002. p. 17.

resultados das eleições. A atitude e as ações de Savimbi foram as causas do insucesso iniciado em Gbadolite e mais tarde Bicesse, pois o mesmo jamais se comprometeu de forma irreversível com o processo de resolução do conflito e reconciliação nacional. No entanto, o próprio arcabouço dos acordos, estruturados em dois turnos, sem um mecanismo de compartilhamento de poder, direcionado a um governo de unidade nacional, pode ter tornado a opção de Savimbi pela guerra mais atraente e provável aos seus próprios olhos.¹⁰⁹ A tão sonhada paz havia durado apenas 18 meses.

Daquele momento em diante, Savimbi se posicionou (talvez sempre tivesse) ante a mesa de negociações baseado em suas conquistas ou reveses no campo de batalha. Para Savimbi, em junho e julho de 1992, o MPLA havia violado os acordos de Bicesse ao criar a polícia de intervenção rápida (PIR) e armado milícias paramilitares, que após as fraudes eleitorais ‘auto-evidentes’, teriam perpetrado um ‘genocídio tribal e político’ com mais de quarenta mil mortos, exemplificado em 31 de outubro de 1992, dia em que a PIR e milícias civis atacaram residências, escritórios e os hotéis Turismo, Tivoli e Trópico, onde parte da delegação da UNITA se hospedava.¹¹⁰

Savimbi parece não ter planejado uma volta à guerra tão abrupta e mais tarde em um memorando, declarou ter se sentido profundamente traído quando seus representantes em Luanda foram assassinados, segundo ele, sem nenhum protesto da comunidade internacional.¹¹¹

Os doze meses seguintes foram doze meses de fúria. Todas as tentativas que se seguiram, a começar pela reunião na província de Namibe no sudoeste de Angola, em Novembro de 1992, em seguida em Addis Abeba, em Janeiro de 1993 e mais outras duas tentativas em Abidjan, em Abril e Maio de 1993 fracassaram.¹¹² José Eduardo dos Santos optou pela ajuda mercenária enquanto Jonas Savimbi tratou de garantir o

¹⁰⁹ ROTHCHILD, 1997, op. cit. , p. 135.

¹¹⁰ “Memorandum of the Permanent Committee on Non-Compliance by the MPLA: 1975-1998”. *União Nacional para a Independência Total de Angola*. 2 de fevereiro de 2000. Disponível em: <http://cjpra.freesevers.com/unita.htm>. Acesso em: 4 junho 2008.

¹¹¹ “Comunicado n.º 06/UNITA/C.P.C.P/2001”. *Comité permanente da comissão política da UNITA 2001 - ano do resgate da pátria para a democracia, União Nacional para a Independência Total de Angola*. Disponível em: <http://cjpra.freesevers.com/unita.htm>. Acesso em: 4 junho 2008.

¹¹² PAULO, Manuel J. “O papel das Nações Unidas no processo de paz angolano”. In: MEIJER, Guus (Ed.). *From military peace to social justice? The Angolan peace process*. Accord, vol. 15. Londres: Conciliation Resources. 2004. Disponível em: <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/unrole.php>. Acesso em: 31 maio 2008.

fornecimento das necessidades básicas da UNITA, munição e armamento através da ocupação das áreas diamantíferas.¹¹³

Após o início do governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos, a África do Sul havia voltado a contribuir de forma mais decisiva a partir de 1980. A situação permaneceu razoavelmente estável até 1984 quando os Estados Unidos começaram a pressionar a África do Sul a resolver o problema da independência da Namíbia. Além da animosidade entre a SWAPO e a UNITA, Savimbi também começou a se preocupar com o fim da melhor e mais segura linha de importação que dispunha, além da exposição da base do movimento no sudeste de Angola, Jamba. Um plano de paz abortado, com um cessar-fogo previsto para partir de 31 de Março de 1984, motivou Savimbi a procurar novas redes de apoio e entrada de suprimentos que começaram então a ser desenvolvidas pela UNITA. Assim, ao final de 1992, com a volta à guerra, Savimbi pode demandar mais de seu departamento de exploração mineral e comércio exterior. Jamba fora até 1993 o grande centro logístico da UNITA e embora os Estados Unidos tivessem enviado material bélico por Kamina no Zaire, tal linha de suprimento não se aproximava em constância, volume e praticidade do quartel-general próximo à fronteira com a Namíbia. Porém, com o objetivo de ser uma segunda via de contato das redes, a UNITA começou a desenvolver uma base na localidade de Cazombo, dada a sua proximidade com as fronteiras do Zaire (90 km) e Zâmbia (120 km).¹¹⁴

De 1977 a 1991, a UNITA estabeleceu uma infra-estrutura sócio-econômica nas áreas sob seu controle a ponto de alguns historiadores afirmarem que neste período o movimento havia estabelecido 22 escolas secundárias, 700 escolas primárias, 7127 professores e 224 811 alunos.¹¹⁵ Bolsistas da UNITA estudaram em universidades nos Estados Unidos, Reino Unido, Portugal, France e Suíça, e se formaram em áreas como agronomia, engenharia e medicina. Hospitais, clínicas, fazendas coletivas e oficinas mecânicas chegaram a figurar no ‘Estado livre’ da UNITA, embora no mesmo não houvesse propriedade privada, mercado livre ou direito dos cidadãos.¹¹⁶

¹¹³ SINGER, Peter Warren. *Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Military Industry*. Ithaca: Cornell University Press. 2003, p. 9, 61, 101- 118.

¹¹⁴ POTGIETER, Jakkie. “Taking aid from the devil himself”: UNITA’s support structures. In: CILLIERS; DIETRICH, op. cit. p. 261.

¹¹⁵ JAMES, WM. *A political History of the Civil War in Angola, 1974 – 1990*. Transaction Publishers, New Brunswick, 1992, p. 98 *apud* POTGIETER, op. cit., p. 262.

¹¹⁶ KEAN, 2007, op. cit., p. 2.

Conforme visto, no início de 1987, a UNITA começou a receber apoio direto da administração Reagan através da base aérea abandonada de Kamina, no então Zaire.¹¹⁷ A ajuda não podia ter sido mais oportuna, pois naquele momento tropas das FAPLA e cubanos atacavam as proximidades de Mavinga e Jamba, em preparação à Batalha de Cuito Cuanavale de dezembro de 1987 a março de 1988, envolvendo também tropas sul-africanas. Esta capacidade da UNITA em adaptar sua estratégia de auto-suficiência a teria permitido sobreviver a sucessivos reveses no campo de batalha e reagrupar (se é que ela tinha de fato desmobilizado suas forças) após o breve interlúdio ocasionado pelos Acordos de Bicesse. O oportunismo de Savimbi se mostrou extremamente eficiente ao fazer proveito da revitalização da ONU, inserindo a organização em suas redes de sustentação a partir de 1989, para dar sobrevida à suas ambições pessoais. Durante a Guerra Fria, havia a opção de aniquilar ou ser aniquilado, mas com os acordos de paz de Bicesse e mais tarde Lusaka, Savimbi foi capaz de realocar, fortalecer bases (Jamba, Mavinga, Cazombo), fazer novos contatos e reestruturar rotas de fornecimento.¹¹⁸

Em 15 de setembro de 1993, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, reafirmando resoluções anteriores¹¹⁹ e levando em consideração o relatório do Secretário-Geral de 13 de setembro de 1993, condenou a UNITA pela continuação de suas ações militares, que resultavam no sofrimento crescente da população civil e danos a economia angolana, além de:

Also condemns UNITA's repeated attempts to seize additional territory and its failure to withdraw its troops from the locations which it has occupied since the resumption of the hostilities, and demands once again that it immediately do so and agree without delay to return its troops to United Nations-monitored areas as a transitional measure pending full implementation of the "Acordos de Paz" [...]¹²⁰

¹¹⁷ BROOKE, James. "U.S. Arms Airlift To Angola Rebels Is Said To Go On". *The New York Times*. 27 de julho de 1987. Disponível em: <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9B0DE4DC1731F934A15754C0A961948260>. Acesso em: 26 março 2008.

¹¹⁸ POTGIETER, op. cit., p. 267.

¹¹⁹ Resoluções 696 (1991) de 30/05/1991, 747 (1992) de 24/03/1992, 785 (1992) de 30/10/1992, 793 (1992) de 30/11/1992, 804 (1993) de 29/01/1993, 811 (1993) de 12/03/1993, 823 (1993) de 30/04/1993, 834 (1993) de 1/06/1993 e 851 (1993) de 15/07/1993). S/RES/864 (1993). Resolution 864 (1993). Adopted by the Security Council at its 3277th meeting, *Conselho De Segurança Das Nações Unidas*. on 15 September 1993. p. 1. Disponível em: http://www.hm-treasury.gov.uk/media/3/4/unscr_864_150993.pdf. Acesso em: 30 junho 2008.

¹²⁰ Ibid., p. 3.

Em vista da recusa da UNITA em aderir à letra dos Acordos de Paz, o Conselho de Segurança decidiu proibir toda a venda e suprimento de armas, material relacionado e assistência militar, assim como, derivados de petróleo, veículos, e peças sobressalentes. O Conselho solicitava a cooperação de todos os membros da ONU para que nenhum dos itens incluídos no texto da resolução, originários ou não de seus territórios fossem disponibilizados à UNITA. Além disso, solicitava-se aos Estados que executassem medidas cabíveis contra pessoas físicas e jurídicas que violassem os termos impostos pela resolução.¹²¹

As sanções tiveram o efeito de aumentar os custos de transação e obviamente os custos da guerra para a UNITA cresceram exponencialmente após 1992. No entanto, as sanções não surtiram o efeito desejado pelo Conselho de Segurança de levar a UNITA de volta à mesa de negociações. Assim, o que antes era recebido (armamento, combustível, medicamentos, peças sobressalentes, etc.), a troco de alinhamento ideológico e mínimo esforço, passou a ser cobrado em diamantes e sangue.

4.5.2.5 *DECADENTE (1993-2002)*

Neste período a dinâmica da corrida armamentista angolana se acelerou. Houve uma reversão tática da UNITA, abandonando a formação convencional que havia adotado entre 1992 a 1995, voltando à guerrilha maoísta. Esta mudança a deu sobrevida mesmo após qualquer possibilidade de vitória militar contra as FAPLA que possuíam orçamento muito superior.¹²² A mudança estratégica combinada a facilidade de transporte e manuseio das armas e munição, a versatilidade de aviões turboélice, a quase inexistência de radares, fronteiras existentes apenas no papel, além de negociantes dispostos a fazer qualquer negócio pelo devido preço, tornou qualquer sanção difícil de ser implantada com sucesso.¹²³ Mesmo com menor apoio regional (sem os vizinhos amigos Congo-Kinshasa e Congo-Brazzaville), altos custos operacionais e isolamento moral, a UNITA parou apenas quando se achou acéfala.¹²⁴ A UNITA continuou como

¹²¹ Ibid., p. 4.

¹²² LE BILLON, Philippe. "The Political Economy of Resource Wars". In: CILLIERS; DIETRICH, (Eds.), op. cit.

¹²³ CORTRIGHT, David; LOPEZ, George A; GERBER, Linda. Sanctions and the Search for Security: Challenges to UN Action. Boulder: Lynne Rienner Publishers. 2002. p. 143.

¹²⁴ MALAQUIAS, Assis. Rebels and Robbers: Violence in Post-colonial Angola. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2007, p. 45, 113, 157.

partido sem dentes e guarras, isto é, sem seu braço armado, as FALA, encerrando a carreira do mais controverso dos movimentos que dizia lutar para derrotar o neocolonialismo russo-cubano e para assegurar a vitória do povo negro colaborando com os colonos portugueses durante a conflito anticolonial e, com o apóio dos americanos e dos facistas do *Apartheid*.¹²⁵

As estruturas de poder e as redes de sustentação formadas durante a guerra angolana geraram a motivação para sua continuação e razão de ser. De certo modo, houve ciclos de retroalimentação do conflito ao longo dos anos que o tornaram autônomo e sustentável, sem a necessidade de auxílio externo. Contrariando suposições ahistóricas que acreditavam que com o fim da Guerra Fria cessaria também o ímpeto bélico em Angola, houve recrudescimento geral patrocinado pela liberdade de ação gerada pelo término da ingerência direta de potências regionais e globais.

No âmbito econômico, o grande combustível do conflito foi o petróleo do MPLA e não os diamantes da UNITA. Protegidos pelas tropas cubanas, americanos, franceses e brasileiros tiveram as condições necessárias para viabilizar a afirmação de um dos dois maiores exportadores de petróleo da África subsaariana. Os proventos gerados pela indústria petrolífera se tornaram o Tesouro Nacional informal do regime de José Eduardo dos Santos. O político mais bem sucedido da África austral soube controlar a torneira de recursos e direcionar com maestria os recipientes dos mesmos a fazerem a sua vontade na guerra como na paz.

Diferente da maioria dos ditadores africanos, dos Santos optou por agregar a si uma corte de fiéis através de um sistema patrimonialista de consenso, isto é, um regime de fidelidade baseado na troca de serviços por recompensas materiais claramente estabelecidas. Tanto o movimento/partido como as forças armadas lhe foram subordinadas ao longo dos anos e até o início dos anos 1990, nenhuma voz havia sobrevivido para discordar da presidência de Angola.

Enquanto José Eduardo dos Santos foi de glória em glória, Jonas Malheiro Savimbi passou o último período da guerra de mal a pior. O tempo em que era aclamado como a esperança da África havia passado há muito e não voltara mais. Ao contestar os resultados das eleições de 1992, o guerrilheiro perdeu a oportunidade de se tornar o líder da oposição e talvez ganhar as eleições seguintes, pois à época, para uma parcela

¹²⁵ MESSIANT, Christine. *L'Angola postcolonial – Tome 1: Guerre e paix sans démocratisation*. Paris: Karthala Editions. 2008, p. 47 (rodapé).

da população, o próprio fato da UNITA haver lutado uma longa guerra e disputado eleições ainda com um pé na mata lhe garantia muita popularidade, a qual foi se reduzindo até 2002, quando sua morte, longe de ser lamentada, foi comemorada.

4.6 OS ÚLTIMOS ANOS DE UMA “NOVA” GUERRA (2000-2002)

Para boa parte da comunidade internacional, os últimos dois anos de guerra em Angola foram de “guerra justa”: o governo havia conquistado o direito de derrotar a UNITA devido à recusa de Savimbi de entregar as armas. Embora ciente da singularidade da conduta cega de Savimbi e [ir]responsabilidade assumida por ele, Messiant (2004) argumenta que os rebeldes se encontravam em uma situação aparentemente sem saída nos anos que seguiram a assinatura do Protocolo de Lusaka em novembro de 1994. A UNITA estava isolada e em situação militar inferior e ainda traumatizada com situações de vulnerabilidade como ocorrida entre setembro de 1992 a janeiro de 1993. Suas armas e artimanhas eram sua única garantia e o Protocolo impunha o desarmamento, desmilitarização unilateral e entrega de áreas diamantíferas sob seu controle. Além disso, as sanções não seriam revogadas enquanto o processo não fosse satisfatoriamente concluído. Para Savimbi, não havia saída, pois a opção imposta não era aceitável para ele: a UNITA deveria se desarmar completamente antes de ter acesso ao poder, o qual o governo não tinha qualquer intenção de compartilhar.¹²⁶ Daí em diante, a presença de missões de paz das Nações Unidas se tornou irrelevante, praticamente um aborrecimento para o MPLA e uma frustração e embaraço para os ‘boinas azuis’. O fim da última missão diretamente envolvida em resolução de conflitos em Angola, a MONUA, representou o encerramento da última longa intervenção a favor da paz por parte da comunidade internacional e o início da ‘caçada’ final à cúpula da UNITA embrenhada nas matas da província de Moxico.

Para a UNITA, os recursos naturais eram apenas mais um recurso e não um fim ou objeto de desejo e as redes de sustentação contínuas transnacionais, o veículo

¹²⁶ MESSIANT, C.: “Angola: Woe to the Vanquished”. In: WEISSMAN, F. (ed): *In the Shadow of “Just Wars”: Violence, Politics and Humanitarian Action*. Ithaca: Cornell University Press. 2004, p. 112.

comercial e financeiro que possibilitava o adiamento indefinido da aceitação de sua situação de inferioridade política e militar irreversível. A UNAVEM e MONUA não possuíam o peso político para inverter este quadro a favor do processo de paz. A única maneira seria alterar as cláusulas do Protocolo de Lusaka para que a UNITA pudesse compartilhar o poder e de alguma forma assegurar sua integridade física sem precisar entrar em Luanda de mãos ao alto. Enfraquecida por anos de insucesso, a MONUA escolheu tacitamente favorecer o lado mais forte. O GOA era o governo legítimo, reconhecido internacionalmente e deste modo fortalecido, passou a reequipar as forças armadas e a atacar as redes de sustentação contínuas mantidas pela UNITA que passavam pela República Democrática do Congo e pelo Congo-Brazzaville. Nos termos das “novas” guerras, uma rebelião ilegítima que se apropriava de diamantes para financiar a imposição militar de seu pleito político distorcido precisava ser enfrentada por um governo democraticamente constituído que deveria, pela gravidade das circunstâncias, impor o desarmamento previamente acordado em um processo de resolução política do conflito. Na verdade, o governo de José Eduardo dos Santos almejava impor o acordo e também aniquilar a UNITA e garantir a impunidade continuada através de uma vitória militar. Para tal, a ONU deveria abrir mão de tentar uma resolução política.¹²⁷

Uma vez mais, uma sucessão de empecilhos relacionados ao consentimento inconstante dos principais protagonistas tornou a paz a ser monitorada uma ficção. Em pouco tempo, os rebeldes passaram a ser uma ameaça apenas às regiões onde sua presença estava mais concentrada, especialmente após perderem o controle de Bailundo e Andulo no planalto central. Pouco podia ser feito, pois as partes permaneciam irreconciliáveis quanto à percepção negativa reducionista mútua, preservavam a falta de compromisso com uma solução negociada, não existia um impasse igualmente doloroso e a pressão externa permanecia sem peso decisivo. Nesta altura, o processo de paz encontrava-se comprometido de forma irreversível.

Nos últimos dois anos de guerra, todas as tentativas de negociações da ONU com a UNITA foram barradas pelo governo de Angola. Talvez por isso, impossibilitada de atuar em outras frentes, a ONU passou a concentrar todos seus esforços na publicização dos “diamantes de sangue” da UNITA, enquanto ignorava as práticas de

¹²⁷ Ibid., p. 112-114.

scorched earth (tática de terra abrasada) e a pilhagem geral do Estado angolano por parte do MPLA. Embora a eficácia das sanções seja debatível, a ausência de assistência humanitária para as populações nas áreas da UNITA auxiliou o governo a enfraquecer a rede de sustentação rebelde. Milhares de angolanos foram deixados à beira da inanição para que as tropas de Savimbi não se beneficiassem de qualquer assistência, fosse esta alimentar ou médica. Há muitos anos que a UNITA não tomava conhecimento da população que a cercava e sem as ONGs humanitárias, a ONU não usou sua pouca influência para com o governo para permitir a passagem dos caminhões e aviões. Nem mesmo organizações que desde os primeiros anos da guerra trabalhavam nas “Terras Livres de Angola”, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e Médicos Sem Fronteiras tiveram garantia para atuar neste período. O mais provável é que a própria UNITA não possuía condições para garantir nem mesmo a segurança das famílias dos dirigentes ainda em Angola quanto mais a de assistencialistas desarmados carregados de alimentos escassos. Assim, a população considerada inacessível foi abandonada à sua própria sorte.

Angola's humanitarian situation is deteriorating rapidly, and conditions are expected to worsen further-perhaps drastically-as the civil conflict between the government and UNITA intensifies. The number of people in need will grow well beyond the current figure of 3 million, while conditions for vulnerable populations will become more severe. Heavy fighting and the combatants' unwillingness to provide humanitarian access to noncombatants are putting many critical areas out of the reach of aid deliveries and increasing the risks for international relief workers and IDPs alike.¹²⁸

4.6.1 RADICALIZAÇÃO DO ESFORÇO DE GUERRA

Tal como afirmado anteriormente, a última rede de sustentação da UNITA foi a população sob seu controle. Os pontos de sustentação nodais da rede haviam sido interrompidos aos poucos a partir de setembro de 1999 com as operações crescentemente bem sucedidas por parte das forças governamentais e com a perda das minas de diamante. Para extorquir o máximo da população, a UNITA recorreu a mais terror. Homens e meninos nas áreas da UNITA nunca tiveram opções variadas de carreira, mas nos dois anos restantes de guerra, o recrutamento foi especialmente brutal.

¹²⁸ FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS. Global Humanitarian Emergencies: Trends and Projections, 1999-2000. Agosto 1999. Disponível em: http://www.fas.org/irp/nic/global_humanitarian_emergencies.htm. Acesso: 28 fevereiro 2009.

Os que não eram ‘rusgados’ e permaneciam nas ‘zonas cinzentas’ (fora da esfera de controle direto do governo ou da UNITA), comumente se tornavam vítimas tanto das tropas do governo quanto da própria UNITA, acusados de colaborar com um ou outro lado. Assim, os dois lados pilharam, mataram, estupraram (prática pouco comum até aquele ponto da guerra) e queimaram sem temores de um dia serem responsabilizados por seus atos. Grande parte da população rural de Moxico e também as tropas da UNITA sobreviveram (aqueles que sobreviveram) meses a base de mel, cogumelos e raízes, sem medicamentos e sem sal.¹²⁹

No segundo semestre de 2001, o número de deslocados internos chegava a 4 milhões, um terço da população de Angola, quando o país recebeu ajuda humanitária apenas menor do que aquela enviada para a Coreia do Norte e Sudão. Tanto a ONU como a sociedade civil angolana (representada principalmente pelo Comitê Inter-eclésiástico para a Paz em Angola - COIEPA) e internacional procurava alternativas à ofensiva militar do GOA. Porém, no dia da independência de Angola, 11 novembro, José Eduardo dos Santos deixou claro que a vitória militar era a única alternativa aceitável. A intransigência do governo parecia precipitada devido aos recentes ataques da UNITA à Uige (250 km de Luanda). Precedidas por um bombardeio de morteiros, três colunas com cerca de mil homens cada havia atacado a capital provincial. Após saquear parte da cidade, retiraram-se sob o contra-ataque das FAA. A UNITA parecia ainda reter alguns dentes.¹³⁰

Entretanto, três meses depois, era apresentado à imprensa em Lucusse, a 100 quilômetros de Muangai, local onde a UNITA havia sido fundada em março de 1966, um Savimbi de meias, magro e com pelo menos 15 buracos de bala. Existem algumas versões sobre como o líder da UNITA foi localizado e morto. A versão mais repetida seria a de que houve auxílio do governo de Israel. Segundo se conta, o embaixador de Israel em Angola visitou Luena provavelmente sob o pretexto de uma doação de medicamentos ao Ministério da Saúde de Angola em novembro de 2001.¹³¹ Alguns meses antes, Savimbi havia concedido longas entrevistas a rádios estrangeiras se

¹²⁹ MESSIANT, 2004, op. cit., p. 120-123.

¹³⁰ PEARCE, Justin. *An Outbreak of Peace: Angola's Situation of Confusion*. Claremont: New Africa Books, 2005, p. 53.

¹³¹ EMBaixada DE ISRAEL – LUANDA. “Bilateral Relations: Relations Overview”. Disponível em: <http://luanda.mfa.gov.il/mfm/web/main/document.asp?SubjectID=18367&MissionID=124&LanguageID=0&StatusID=1&DocumentID=-1>. Acesso: 01 março de 2009.

utilizando de um telefone por satélite. O embaixador israelense surpreso com a inabilidade do GOA em localizar Savimbi, ofereceu auxílio técnico para que a posição de Savimbi fosse descoberta. Em janeiro e fevereiro de 2002, segundo o relato de membros de ONGs humanitárias que atuavam em Moxico, uma equipe de técnicos israelenses munidos de equipamentos eletrônicos, permaneceu em Luena até o dia da morte de Savimbi, 22 de fevereiro de 2002.¹³²

Segundo testemunho do vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, Sachipengo Nunda, ao *Semanário Angolense* em 2004, Jonas Savimbi poderia ter sido poupado. Nuanda afirma que após vários dias de perseguição, a coluna de Savimbi descansava as margens do Rio Lweio, um pouco antes das 15 horas quando foi surpreendida por um pelotão avançado das FAA composto principalmente por ex-soldados da UNITA. Savimbi ainda foi alertado por um de seus guarda-costas na tenda em que se encontrava e tentou evadir ao ataque. Na breve batalha que se seguiu, os atacantes se concentraram na pessoa de Savimbi que logo foi atingido por quatro a cinco tiros, quando ainda tentou negociar com seus algozes. Em meio ao tiroteio, a grande maioria continuou a atirar até que não houvesse nenhuma oposição. O corpo foi então transportado para a localidade de Lukusse onde foi exibido à imprensa e mais tarde enterrado em Luena.¹³³

4.6.2 O PROTOCOLO DE LUENA E A VITÓRIA DA PAZ PELA GUERRA

Logo após a morte de Savimbi, António Sebastião Dembo, vice-presidente da UNITA assumiu o comando do movimento por alguns dias. Porém, de acordo com diferentes relatos, Dembo teria sido ferido no mesmo ataque que vitimou Savimbi e já debilitado pela diabetes e sem insulina já há algum tempo, veio a falecer entre os dias 1 e 3 de março.¹³⁴ Antes de falecer, Dembo teria emitido uma ordem a todos os generais nas diferentes regiões para que não realizassem ações ofensivas e que mantivessem uma postura defensiva. A região Norte, única frente ainda operacional, liderada pelo general

¹³² PEARCE, op. cit., p. 63.

¹³³ CAMPOS, Graça; CARLOS, Severino. “Savimbi podia ter sido... poupado”. *Semanário Angolense*, edição 138. 05 de abril de 2004.

¹³⁴ Versões diferentes afirmam que ele teria morrido de inanição, ferimentos e até assassinado pelos próprios companheiros por não ser Ovimbundu. GRIFFITHS, Aaron. “The end of the war: The Luena Memorandum of Understanding”. *Accord*, No. 15, Vol. 1, Conciliation Resources, 2004.

Apolo Yakuvela cessou todas as operações no dia 27 de fevereiro. Dois dias antes, José Eduardo dos Santos, afirmou em audiência que estaria disposto a dialogar com o remanescente da UNITA para uma eventual negociação de cessar-fogo.¹³⁵ Em 2 de março o governo confirmou que entraria em contato com a UNITA para sondar a possibilidade de um cessar-fogo imediato. Dez dias mais tarde, o governo declarou um cessar-fogo unilateral e apresentou um Plano de Paz baseado nos Acordos de Bicesse e no Protocolo de Lusaka. O Plano incluía a desmilitarização da UNITA e reintegração à arena política e anistia para todos os crimes cometidos durante o conflito armado.¹³⁶

Nesta altura, a UNITA se encontrava dividida em três grupos distintos: Renovada em Luanda, Internacional (Lisboa, Roma, etc) e a UNITA da Mata. Esta situação apresentou-se como um pequeno desafio a ser vencido, já que a legitimidade de cada facção era motivo de disputa. No entanto, o GOA rapidamente determinou a legitimidade da UNITA da Mata e na sequência todas as outras “voluntariamente” juntaram-se a UNITA da mata. Conversações preliminares diretas entre os generais no campo foram estabelecidas a partir de 15 de março e continuaram até o final do mesmo mês em Cassamba e também em Luena, Moxico. Do lado das FAA, generais chefiados pelo general Geraldo Sachipengo Nunda (que havia mudado de lado durante o último período de guerra), chefe do Estado-Maior General Adjunto das Forças Armadas Angolanas se deslocaram a Luena. Participaram nos debates os comandantes das FAA das frentes Centro, Sul e Norte, os generais Jack Raúl, Pereira Furtado e Marques Correia Mbanza, respectivamente, juntamente com os seus comandantes operacionais. Do lado da UNITA, chefiados pelo general Abreu Muengo Ucuatchitembo «Kamorteiro», Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Militares da UNITA (FALA), os generais Apolo Yakuvela, Lucas Paulo Kananay, Artur Vinama, Mário Vatuma e os brigadeiros Isaias Tchitombe e Abel Augusto, das regiões Norte, Centro e Sul, respectivamente, estiveram presentes.¹³⁷

O Acordo Militar foi firmado em 30 de março entre o comandante em chefe da UNITA, General Samuel Chiwale e seus “homólogos” das FAA. Em 4 de abril, Armando da Cruz Neto e Abreu Muengo Ucuatchitembo «Kamorteiro» assinaram o Memorando de Luena em Luanda, na presença do presidente José Eduardo dos Santos e

¹³⁵ “UNITA desmente morte de António Dembo”. *TSF Rádio Notícias*. 6 de março de 2002.

¹³⁶ GRIFFITHS, op. cit., p. 2.

¹³⁷ “Chefias das FAA e UNITA reunidas em Luena”. *TSF Rádio Notícias*. 23 de março de 2002.

do Representante Especial das Nações Unidas, Ibrahim Gambari. Sob o acordo, todos, governo e UNITA seriam beneficiados com anistia geral, as forças da UNITA, acantonadas e desmobilizadas, sendo que apenas 40 seriam absorvidos pela polícia nacional enquanto cinco mil seriam incorporados às Forças Armadas. Diferente do ocorrido em 1975, 1991 e 1994, o Memorando foi “negociado” e implementado pelos ex beligerantes, sem qualquer participação ou mediação internacional.¹³⁸

Em 19 de junho de 2003, o governo anunciou a finalização do processo seletivo para a incorporação de pessoal da UNITA. Doze generais foram incorporados, 87 mil soldados e oficiais registrados, sendo que destes, 82 mil foram desmobilizados. A praticidade do Memorando de Luena constituía sua maior fraqueza, já que a anistia geral resolvia de uma só vez todas as disputas, porém colocava sob o tapete todas as atrocidades cometidas em nome da paz e da reconciliação nacional.¹³⁹

4.7 CONCLUSÃO

Do ponto de vista do GOA, a política de ‘paz pela guerra’ foi a única capaz de pacificar o país e este se sentiu vindicado ao silenciar as vozes e armas da oposição armada. As diversas sanções aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas tiveram efeitos paliativos e não impediram a UNITA de vender diamantes e comprar armamentos embora tenham tornado a guerra mais cara para os rebeldes e mais lucrativa para os fornecedores. Neste período, pode-se depreender a perícia do alto escalão do governo de Angola em instrumentalizar a desordem em todos os setores da sociedade angolana ao ‘recrutar’ seu maior oponente para ‘trabalhar’ a seu favor. O descumprimento das cláusulas dos Acordos de Lusaka foram a melhor estratégia imaginável para que o MPLA pudesse definitivamente excluir a UNITA da luta pelo poder em Angola. A ligação entre cultura política africana, recursos naturais e conflitos é plenamente encapsulada na experiência angolana. A forma ditatorial de governar,

¹³⁸ JAMES, W. Martin; BROADHEAD, Susan. *Historical Dictionary of Angola*. Lanham: Scarecrow Press, 2004, p. 98.

¹³⁹ DORIA, José. “Angola: A Case Study in the Challenges of Achieving Peace and the Question of Amnesty or Prosecution of War Crimes in Mixed Armed Conflicts. *Yearbook of International Humanitarian Law*, Vol. 5, 2002, p. 31.

herança assimilada pelo convívio com o colonizador, capacitou indivíduos a dominar os recursos naturais que deveriam ser explorados para o bem comum do país. Neste Estado em que homens ricos são poderosos e, homens poderosos são ricos, a corrupção é uma forma institucionalizada e legitimada pela prática generalizada. Progressivamente, todas as instituições do país se reúnem à volta do cargo mais alto da república que concentra todas as decisões relevantes. Qualquer que aspira a qualquer posição de destaque deve necessariamente ter o aval do presidente e em caso de desacordo com ele, perde-se o cargo e a carreira. Contudo, no caso de Angola, a coerção que corrompe é estrutural e sistêmica e simultaneamente moderada pelos interesses das quinhentas famílias mais influentes do país.

A relação entre recursos naturais e a guerra em Angola entre 1993-2002 é inegável. No entanto, esta relação não abrange a causalidade múltipla dos entrelaçamentos de interesses, motivações e possibilidades derivadas do e para o conflito, fruto de uma retroalimentação contínua com fontes e fins diversos. A própria maneira como se dá a relação entre conflitos armados e recursos naturais permanece uma “caixa preta” para os cientistas sociais. Entre os fatores que podem perturbar a linearidade do argumento de “novas” guerras, figura a situação política e econômica dos Estados, a pobreza como detonador de conflitos e a simples incapacidade do Estado em se precaver e combater rebeliões em geral. Outras críticas advêm da dependência da validação das hipóteses em abstrações como o *homo economicus*, assumidas pela maioria dos estudos para modelar o comportamento de indivíduos ditos racionais.

Não obstante algumas fraquezas no argumento baseado no arcabouço teórico de “novas” guerras, a guerra em rede possui grande poder explicativo em relação ao conflito angolano pós 1992. Como uma forma extrema de contestação do Estado por atores não-Estado, a guerra em rede em Angola esteve intimamente ligada à abertura dos mercados globais, especialmente à quebra do monopólio na comercialização de diamantes, coincidente com o período em que Savimbi se dispôs a retornar à luta armada como forma de chegar ao poder.

A análise da instrumentalização política do conflito e da atividade econômica no país atesta o total aproveitamento dos despojos seja na guerra ou na paz. Do lado do governo, José Eduardo dos Santos soube racionalizar e sistematizar o aparente caos reinante durante os anos de guerra de tal forma a criar, amadurecer, gerenciar e aglutinar toda a burocracia do Estado à sua pessoa. Ao mesmo tempo, ele foi capaz de se

distanciar da essência corrosiva da luta pela obtenção e manutenção do poder, e se posicionou como uma espécie de poder moderador do regime construído por ele. Em outras palavras, dos Santos permitiu a existência das disputas entre seus partidários, de uma identidade autônoma à burocracia estatal e, simultaneamente, reservou para si o voto de Minerva. Do lado da UNITA, Savimbi não foi capaz de construir um movimento autônomo. Pelo contrário, sua liderança imperiosa, tornou o movimento/partido um anexo de sua pessoa, totalmente dependente e sem expressão própria, tal como a atual situação de marasmo pós-eleições de 2008 revela.

As redes de sustentação contínuas deram a Savimbi pelo menos 5 anos de sobrevida. Outras redes reforçadas pela ONU, governos diversos e ONGs, deram ao GOA o apoio político e logístico para derrotar a UNITA. As redes criaram as condições para que ambos os lados pudessem lutar sem quaisquer limites até o fim. O período de guerra aberta a partir de 1998 revestiu-se de legitimidade para o governo angolano e lhe garantiu o apoio de grande parte da comunidade internacional. O fim da última missão de paz em Angola em 1999, MONUA, quando de fato, não havia paz a ser mantida há alguns anos, coincide com o rearmamento das Forças Armadas de Angola e a determinação renovada do governo em eliminar a UNITA o quanto antes. O agravamento da situação humanitária neste período acelerado pelas estratégias do GOA e pela inacessibilidade de boa parte da população rural às agências de assistência médico - alimentar é relatado como pano de fundo ao fim das tentativas de negociações por parte da ONU e governo. Neste ínterim todas as redes de sustentação da UNITA foram sucessivamente cortadas, inclusive a população rural. O isolamento e subsequente enfraquecimento da UNITA possibilitaram a confinação das forças a uma área muito menor, tornando-a mais vulnerável.

Conclui-se que a radicalização de discurso e ação do governo de Angola a partir de 1999, associado à indisposição da UNITA em aceitar sua situação inferior em todos os níveis, resultou no fim das tentativas de resolução política do conflito e na morte de Savimbi. Achando-se acéfala, a UNITA representada por seus generais simplesmente parou de lutar, em uma clara indicação de que a força motriz do conflito após 1998 era o próprio líder rebelde.

5. CAPÍTULO 5 – Etnicidade e nacionalidade em Angola

5.1 INTRODUÇÃO

A controvérsia sobre o peso da etnicidade na formação da nacionalidade em Angola permanece desde o início do conflito armado em 1961. A própria natureza fluída do conceito de etnicidade faz seu estudo difícil e propenso à enviesamentos ideológicos e etnocêntricos. Antes da chegada dos portugueses, a ficção étnica inexistia aos olhos dos povos que habitavam a região. Não havia uma experiência social unificadora que lhes rendessem quaisquer parâmetros de formação de uma identidade além da familiar. Provavelmente, a própria idéia de etnia seria um conceito anacrônico quando aplicado a Angola naquele período. A capacidade desafiadora do processo de significância antropológica do conceito de povo, nação e cidadania se encontra fora do escopo desta dissertação, todavia vale ressaltar que a literatura sobre o tema revela desconhecimento das condições peculiares da colonização portuguesa em Angola. A visão das divisões étnicas do contexto africano é quase sempre eurocêntrica, estereotipada e reflete a experiência de apenas um dos lados da sociedade angolana.

Neste último capítulo procura-se vincular a questão da etnicidade e nacionalidade em Angola ao argumento apresentado investigando-se o entrelaçamento entre as duas abstrações ao longo do período estudado e sua conectividade ao conflito a partir da visão dos três movimentos de libertação históricos, FNLA, UNITA e MPLA. Anterior à independência, a idéia de uma Angola una existia apenas no discurso do governo colonial (unificada como província ultramarina a Portugal) e na imaginação de alguns intelectuais angolanos. A presença da metrópole era fragmentada, caracterizada pela baixa densidade da colonização e não houve um esforço organizado por parte da metrópole para gerar a idéia de unidade nacional e integridade territorial durante a maior parte do período colonial.¹ Quando esta preocupação se materializou com a ocorrência dos primeiros incidentes ligados aos movimentos de libertação, não houve

¹ Döpcke, Wolfgang. “Apogeu e Colapso do Sistema Internacional Europeu (1871-1918)”. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *Relações internacionais: Entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília: IBRI. 2001, p. 138.

tempo suficiente para desenvolver e amadurecer a idéia em um país à beira de uma explosão de violência.²

Em 1974-75 milícias civis armadas constituídas principalmente de Mbundus, perseguiram, mataram ou expulsaram bakongos e ovimbundos de Luanda. O mesmo ocorreu novamente em 1992, e uma vez mais em junho de 2008 com a expulsão de milhares de bakongos de Luanda e outras províncias ao norte. Esta recorrência pode demonstrar questões não resolvidas e um conflito latente e persistente baseado na etnicidade. Embora veementemente negado, a questão étnica em Angola permanece dolorosa, presente e incômoda. Entre os mais influentes angolanos (vide Tabela 4.1), a maioria é mestiça ou Mbundu. E, qualquer menção às questões étnicas na mídia independente é vista como tribalista, inconseqüente e retrograda pelo partido no poder, em uma recusa total de se encarar os fantasmas que ainda perseguem a sociedade angolana.³ Faz-se premente a necessidade de medidas governamentais e da sociedade civil para viabilizar um processo voluntário de reconciliação como ocorrido em outros países da região. A postura governamental de esconder o problema debaixo do tapete não trará bons resultados.

² BELIK, Helio. "Social class and ethnic identity in contemporary Angola". Preparado para apresentação no Encontro Annual da *American Anthropological Association*, São Francisco, 3 de dezembro de 1992, p. 5.

³ Ver BITTENCOURT, Marcelo. *Dos Jornais às Armas. Trajectórias da Contestação Angolana*. Lisboa: Vega Editora, 1999.

5.2 O FATOR ÉTNICO NO CONFLITO ANGOLANO

Provavelmente, o envolvimento externo na África foi o conjunto elementar mais destrutivo e causador de destruição na história do continente africano, tenha a ingerência sido praticada através dos primeiros exploradores, comerciantes, traficantes, colonizadores, missionários, doadores de toda espécie, internacionalistas, mercenários, reformadores, ou mesmo as grandes potências da Guerra Fria.⁴

Mapa 5.1: Províncias e grupos étnicos em Angola



Fonte: PEREIRA, Anthony. *The Neglected Tragedy: The Return to War in Angola, 1992-3*. *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 32, No. 1, (Mar., 1994), pp. 1-28.

⁴ HUBAND, Mark. *The Skull beneath the Skin: Africa after the Cold War*. Boulder: Westview Press, 2001.

As grandes catástrofes que irromperam a superfície da África subsaariana desde o fim da Guerra Fria, em grande parte e profundidade, são heranças do longo envolvimento transnacional e também das repetidas tentativas de soluções ditas universais. Neste agrupamento de problemas, as questões da etnia e da identidade nacional se tornaram fatores conflituosos após um período de exposição aos europeus, análise que se aplica à região que mais tarde ficou conhecida como Angola. Sob as razões de superfície do conflito, permaneceram raízes históricas que se diluíram ao longo dos anos, mas que definiram as primeiras divisões, determinantes para o futuro passado da história recente de Angola. Os estados-nações com suas divisões geográfico-políticas impostas pelos colonizadores levaram à politização da etnicidade ancestral apolítica africana existente ou mesmo ausente à época do início da expansão portuguesa para o interior. A idéia de etnicidade foi se formando pelas necessidades corporativas e administrativas mutáveis da empreitada colonizadora europeia a partir da segunda metade do século 19. A luta pela sobrevivência e preservação inerente às sociedades confrontadas por oponentes horizontais e verticais levou à aceitação passiva e progressiva da etnicidade percebida. Assim que houve uma identificação maior e politização desta, estas construções sociais se tornaram ferramentas políticas capazes de desequilibrar e subjulgar governos e regimes.⁵

Etnógrafos portugueses e missionários católicos e protestantes de várias nacionalidades iniciaram um processo descordenado e desconexo de rotulação dos povos que encontraram na região que permanece vigente. Dentre as mais de cem etnias presentes em Angola, três etnias de origem bantu representam 75% da população e detinham e detêm o poder político e econômico. O mais numeroso grupo étnico é o ovimbundu (por volta de 40%, cuja língua é o umbundu), constituído de várias sub-etnias entre as quais, os bailundos, os huambos e biés, que originalmente ocupavam a região ao sul do rio Kwanza e boa parte do planalto central. Os Mbundu (kimbundu) se espalhavam pela costa e nas regiões de Bengo, Matamba e região de Luanda (25%). O terceiro grupo, os bakongo (kikongo – 15%) dominavam as hoje províncias de Cabinda, Zaíre e Uíge.⁶ Por seu lado, os ovimbundos (umbundus) mais ao sul foram sendo

⁵ MALAQUIAS, Assis. "Ethnicity and conflict in Angola: prospects for reconciliation". In: CILLIERS; DIETRICH (Eds.), *op. cit.*, p. 95.

⁶ CHIVINDA, Ermelinda. "Sistema Político Angolano: A Influência das Etnias nos Partidos Políticos". *Nação Ovimbundu*, 2008. Disponível em: <http://www.ovimbundu.org/Ciencias->

integrados ao sistema econômico e político colonial mais tardiamente através do trabalho forçado. Especificamente, o grupo que se tornou conhecido como os bailundos (Savimbi pertencia aos 'biés, assim como pertence o atual presidente da UNITA, Samakuva), tornou-se a principal mão de obra nas fazendas, minas e obras públicas em grande parte da colônia. Os bailundos eram vistos pelos outros grupos como sendo gentis e trabalhadores, sem maiores perigos de rebelião, a última tentativa de libertação havia sido brutalmente reprimida entre 1902-1903.⁷

5.2.1 O GOVERNO PORTUGUÊS E A DEFINIÇÃO DOS GRUPOS ÉTNICOS NO TERRITÓRIO DE ANGOLA

Os angolanos se tornaram angolanos não por escolha, e sim obrigados pelas armas do colonizador, obrigados a aceitar uma identidade pela violência.⁸ A etnicidade se relaciona à questão da formação da identidade nacional em um país jovem que ainda tenta moldá-la através de projetos políticos e culturais. Embora livre da obrigação colonial, Angola passou os últimos 34 anos procurando uma identidade despojada dos valores coloniais e baseada em um compartilhamento de identidades múltiplas que prescindiriam de ser unificadas ou reduzidas a um único e exclusivo padrão válido a todos. Cada grupo social, ou melhor, cada liderança de grupo social possuía concepções diferentes de qual seria essa identidade angolana padrão. Angola não foi uniformemente colonizada pelos portugueses, em muitas regiões do interior, a administração colonial chegou apenas nos anos 1930.

Tais processos históricos desiguais e as realidades econômicas e sociais que regionalmente foram criadas, bem como antigos universos culturais diferenciados, tudo isso contribui para que essas elites venham expressando

Políticas/Sistema-Politico-AngolanoA-Influencia-das-Etnias-nos-Partidos-Politicos.html. Acesso: 2 janeiro 2009.

⁷ HENDERSON, Lawrence W. *Angola: Five Centuries of Conflict*. Ithaca: Cornell University Press. 1979, p.109-113.

⁸ NZINGA, Daniel N. "Previous Initiatives to Bring Peace to Angola, lessons learnt and recommendations for the future"., p. 199. In: NIZA. *Angolan Reflections on Peace Building*. Amsterdam: NIZA. 1999, p. 9 *apud* BRINKMAN, Inge. "War and Identity in Angola: Two Case-Studies". In: *Lusotopie*, 2003, p. 195-221.

diferentes percepções da identidade nacional angolana, e do modo como o seu país se identifica e se insere no continente africano.⁹

A percepção angolana de etnicidade atual tem sua origem na dupla colonização sofrida por alguns povos da região. Durante 4 séculos, a partir do século XV, a costa de Angola foi ocupada informalmente, como base exportadora de mão de obra escrava, quase exclusivamente para o Brasil. No interior, primeiramente prisioneiros de guerra, e mais tarde, qualquer um que fosse aprisionado, era vendido para traficantes de escravos, em geral, mulatos que agiam como intermediários dos agentes internacionais baseados em Luanda.¹⁰

Com o início da colonização formal na segunda metade do século 19, os criolos de Luanda perderam parte do papel coadjuvante tanto no comércio quanto na própria estrutura social da colônia, especialmente após a abolição da escravatura em 1836. Esta rejeição se intensificou com a emigração de três centenas de milhares de portugueses, em sua maioria de baixa ou nenhuma educação formal, seu número tendo chegado a 340 mil na véspera da independência. A mão-de-obra não especializada não competia com os crioulos diretamente ou com os ‘indígenas’ que ainda eram submetidos ao trabalho forçado. No entanto, a pequena parcela escolarizada destes emigrantes portugueses ocupou parte do espaço da sociedade crioula que era fruto da primeira ocupação costeira iniciada no século XV. Os crioulos se viram destituídos do papel de auxiliares principais que lhes rendia certo status social para a periferia física e societal.¹¹

Em 1921, a administração colonial portuguesa separou as carreiras públicas em duas: uma unicamente para funcionários de ascendência europeia e a outra para mestiços e alguns africanos negros assimilados favorecidos (estes últimos nunca foram mais de 1% da população). Poucos anos após o golpe de estado de Antônio Salazar (28 de maio de 1926) novas leis limitavam as possibilidades de mestiços e assimilados dentro da burocracia estatal nas colônias e reestabelecia o trabalho forçado para adultos

⁹ PEREIRA, José Maria Nunes. “Angola: Identidade Nacional e Africanidade”. In: DÖPCKE, Wolfgang (org.). *Crises e Reconstruções: estudos afro-brasileiros, africanos e asiáticos*. Brasília: Linha Gráfica, 1998, p. 151.

¹⁰ TURNER, Thomas. *Self-Determination Conflict Profile: Angola*. Washington, D.C.: International Relations Center. Foreign Policy in Focus, Self-Determination in Focus. 2002.

¹¹ CAMPOS, Adriana. *Trabalho forçado africano: experiências coloniais comparadas*. Porto: Campo das Letras. 2006.

‘indígenas’ durante pelo menos 6 meses por ano.¹² Assim, mesmo no século 20, os portugueses em Angola dispuseram de trabalho praticamente escravo para sustentar sua economia. O estado agia como recrutador de mão de obra, e assegurava o suprimento de trabalhadores sazonais à iniciativa privada até a década de 1960.¹³

Além da emigração, da colonização desigual e da existência de uma sociedade crioula, associou-se a própria natureza do regime de Lisboa que exercia uma forma extrema de exploração das colônias, o “ultracolonialismo [que] pode ser resumido numa combinação de super-exploração da mão-de-obra africana (usando ainda meios coercitivos na economia) com um brutal cerceamento das liberdades mais elementares que atingia inclusive os próprios colonos.”¹⁴

O ultracolonialismo combatia com zelo os *sobas* tradicionais, antigos chefes que tinham legitimidade nas comunidades anteriores a chegada da administração direta portuguesa. A economia colonial pouco integrada do ponto de vista regional encorajava a concentração de determinados agrupamentos lingüísticos em certas atividades econômicas, e condicionava a experiência de identificação a um fenômeno regional. Aliado a esta fragmentação econômica e administrativa, o trabalho dos missionários reforçou as divisões pela criação de unidades lingüísticas e culturais delimitadas (não fluídas como anteriormente), padronizando línguas para possibilitar traduções, codificações e a pregação da palavra do Deus cristão. Igrejas foram organizadas para etnias específicas e um clero nativo foi treinado. Criadas as condições internas, a Segunda Guerra Mundial agiu como catalista e nos anos que se seguiram e antecederam a formação das primeiras expressões de luta para libertação do jugo português, surgiu um paradoxo recorrente na ideologia nacionalista africana: a exploração da etnicidade para a conquista da nação.¹⁵

A supressão de liberdades do ultracolonialismo contemplava, obviamente, quaisquer direitos de livre associação, especialmente veículos políticos que ensejassem a independência da província ultramarina. Deste modo, o Salazarismo impedia

¹² CLARENCE-SMITH, Gervase. *Slaves, Peasants and Capitalists in Southern Angola: 1840-1926*. Cambridge: Cambridge University Press. (1979) 2008. p. 32-38.

¹³ BALL, Jeremy. “Colonial Labor in Twentieth-Century Angola”. *History Compass*, volume 3, número 1. 2005, p. 1-9.

¹⁴ PEREIRA, op. cit., p. 152.

¹⁵ CLARENCE-SMITH, Gervase. Le problème ethnique en Angola. In: CHRÉTIEN, J. P.; PRUNIER, G. *Les ethnies ont une histoire*. Paris: Edition Karthala-L’UMR MALD (CNRS-Paris I): 2003, p. 408-410.

iniciativas que pudessem preparar Angola e as outras dependências africanas para a independência, pois o regime não admitia tal fato. Diferente dos ingleses e franceses que permitiram algumas manifestações de representatividade africana institucionalizada, os portugueses se recusavam a enxergar a inevitabilidade da eventual independência de Angola. Os resultados diretos desta cegeira institucionalizada foram a emigração e/ ou exílio dos futuros líderes do movimento nacionalista, a gênese extemporânea dos movimentos nacionalistas nas colônias portuguesas, o insulamento inicial destes movimentos ante outros congêneres no continente, e principalmente o recurso a luta armada como único caminho viável para a independência.¹⁶

Segundo Pereira (1998), existem três pontos de vista de identidade nacional em Angola, (i.) a crioula, (ii.) a africanidade genuína ou autêntica e (iii.) a oficial da angolanidade ligada ao MPLA, todas resultantes do impacto desigual e (de)formador da história colonial sobre regiões e populações específicas. Cada qual dos três projetos se auto-intitula completo e, portanto, sem a possibilidade de aceitar níveis de convivência pacífica. Mormente, a concepção do patrocinador vencedor da disputa pela unificação do poder sem Angola seria a melhor.

A africanidade incorporada pela UNITA de Jonas Savimbi sustentava o caráter supostamente homogêneo do ser verdadeiramente africano. Ser angolano carecia necessariamente de ser banto. Sua identificação mais próxima era a própria África dita intocada pelo colono, o interior rural que seria o único repositório da alma banto. Este lugar simplesmente não existia, pois seus idealizadores assumiam uma visão objetiva de uma comunidade estática e preservada. Embora no interior, as tradições ancestrais fossem de fato mais preservadas, não houve nem há uma simples continuidade. A africanidade real deveria ser fechada, conservadora, chauvinista, xenófoba, discriminatória e autoritária e, portanto, autêntica. Havia uma contrariedade expressa nesta visão de mundo que se dizia unitária, embora fosse produto de um caldeirão de unidades familiares semi-isoladas até a chegada do colonizador. Assim como a negritude e o pan-africanismo, a africanidade visava combater o racismo eurocêntrico, mas diferente das duas primeiras, ela se valia dos mitos da permanência versus a ruptura e da unidade versus a diversidade.¹⁷

¹⁶ PEREIRA, op.cit., p. 153-155.

¹⁷ Ibid., p. 159

As cercanias de Luanda e Benguela no século 19 eram os postos mais estabelecidos e sólidos da coroa portuguesa na África. Devido ao clima árido da costa influenciada pela corrente fria de Benguela, os portugueses foram capazes de estabelecer povoações relativamente salubres em comparação com outros postos europeus ao longo da África sub-saariana. Assim, os primeiros nativos empregados, ou melhor, escravizados na região, serviam às fazendas que supriam às necessidades destas localidades, em sua maioria da etnia Mbundu, cuja língua, o kimbundu, se tornou a língua franca da região durante algum tempo.¹⁸ A proximidade entre os portugueses, os mulatos da costa e os Mbundu foi cultivada ao longo do século 19 e boa parte do século 20, fato que levou à criação de um estereótipo étnico aos olhos dos colonizadores e também dos colonizados.

Fruto desta experiência, a visão Crioula tem sua origem no comércio triangular que levou ao estabelecimento de uma casta de mestiços/ mulatos agregados aos comerciantes e donos de escravos e africanos sem tribo.¹⁹ Estes galgaram até mesmo cargos médios na administração colonial, nas igrejas, nas forças armadas coloniais e também tiveram personagens importantes no comércio de Luanda e Benguela e outros centros urbanos menores. Como afirmado anteriormente, com o fim do tráfico de escravos e aumento da presença da população emigrante portuguesa, os crioulos começaram a perder espaço na configuração social. Mesmo assim, esses mulatos de vários tons conservaram a educação européia adquirida ao longo dos anos. A concepção crioula de ser angolano, sempre difusa e raramente assumida, defendia a miscigenação inevitável da sociedade, que excluiria traços essencialmente metropolitanos ou ‘indígenas’.²⁰ Seriam todos apenas angolanos, e não mais designados por nomes e costumes considerados ‘tribais’. Assim, a identificação cultural mais próxima desta visão seria o Brasil, como pode ser visto nas populações urbanas privilegiadas da

¹⁸ CLARENCE-SMITH, Gervase. *The third Portuguese Empire, 1825-1975*. Manchester: Manchester University Press. 1985. p. 36.

¹⁹ BITTENCOURT, Marcelo. “A história contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas”. *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola (4 a 9 de agosto de 1997)*. Luanda, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 161-185.

²⁰ MELO, A. João da S. *Comunicação, poder e identidade nacional*. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura. ECO – Universidade Federal do Rio de Janeiro, julho de 1994 *apud* PEREIRA, op. cit., p. 157.

Angola contemporânea, principalmente de Luanda.²¹ Deste modo, os crioulos foram o germe bruto do modelo de identidade nacional assumido mais tarde pelo MPLA, “corporificado num projeto moderno, de âmbito nacional, de bases não raciais nem étnicas – aliás, como eram as características próprias dos crioulos.”²²

Tardiamente em comparação com a África francesa e inglesa, Portugal e os portugueses em Angola construíram ‘o inimigo’ traçando uma fronteira imaginária entre o ‘nós’ e ‘eles’ expondo grupos sociais opostos e conjuntamente frustrados: a elite crioula e seus aliados Mbundus em Luanda e entorno, e a massa ovimbunda e bakonga do restante do país.²³ As classificações dos três principais movimentos de libertação angolanas desde as primeiras análises os viam em termos étnico-religiosos. O MPLA sempre foi vinculado aos Mbundu e mestiços de formação católica ou metodista; A FNLA, a mais puramente étnica, quase exclusivamente composta de bakongos batistas; e a UNITA de congregacionalistas ovimbundus.²⁴ Estas simplificações refletiam verdades parciais de três movimentos razoavelmente heterogêneos, mas de fato, dominados e influenciados fortemente por suas maiorias e principalmente pelas preferências formativas de suas lideranças conforme visto neste capítulo.

5.2.2 EXTREMOS: RELEGAÇÃO E AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE

O MPLA subestimou desde os primeiros anos, o papel das etnias e religião em seu discurso oficial, pois se via como um movimento universalista, secular e socialista. Por isso, relegava a identidade a questões mais abstratas, como a literatura e a cultura, a qual julgava pouco pertinentes à condução da guerra, política e economia. Qualquer tipo de ingerência da esfera racial-étnico-religioso era vista como ‘tribalismo, racismo e obscurantismo’ e ligadas ao ‘inimigo’. Simultaneamente, a utilização de tais referências

²¹ Ver também: SARAIVA, José Flávio Sombra. “Um momento especial nas relações Brasil-Angola: do reconhecimento da independência aos desdobramentos atuais”. In: SARAIVA, José Flávio Sombra; PANTOJA, Selma (Orgs.). *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

²² PEREIRA, op. cit., p. 156.

²³ BRINKMAN, op. cit., p. 195-221.

²⁴ MARCUM, James. *The Angolan revolution. II. Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)*, Cambridge, MA: MIT Press, 1978, p. 50 *apud* BRINKMAN, op. cit., p. 197.

por parte do 'inimigo' para atacar o regime era por sua vez usada pela retórica da propaganda oficial para contra-atacar.²⁵

O anti-tribalismo e a visão de unidade nacional fortemente encojadas pelos veículos de informação do estado angolano ("De Cabinda ao Cunene, um só povo, uma só nação") desde os primeiros anos de independência, impediam qualquer análise aprofundada da lógica por trás da lógica do MPLA. No nível das ações, o movimento se esforçava para recrutar além da etnia Mbundu, no entanto, grande parte dos adeptos nas províncias de maioria ovimbundus era de ascendência cultural e lingüística Mbundu.²⁶

Derivada da concepção crioula, a angolanidade do MPLA não procurava a síntese ou mesmo fusão de valores prescritos como aceitáveis, embora se visse capaz de fazer tal separação. Como as lideranças dos outros movimentos de libertação, os dirigentes do MPLA passaram os anos finais da era colonial fora dos centros urbanos de Angola e não conheciam a sociedade dos derradeiros anos pré-independência. Houve avanços sociais e econômicos consideráveis, embora o aspecto político tenha patinado. Este distanciamento, segundo Pereira (1998) "contribuiu para que esses dirigentes se imbuíssem de uma visão messiânica, salvacionista da sociedade angolana." Embora tenha se apresentado como o projeto mais praticável e plausível, a angolanidade, de fato, a mais nacional das identidades pretendidas, excluía a todos que não se conformassem aos interesses do Estado, principalmente aqueles que por várias razões tivessem se ausentado do país (que é de se estranhar, já que próprio politburo do partido tivera sorte semelhante). A busca pela angolanidade justificava a adoção "de uma modernização socializante, totalitariamente uniformizadora, através de um voluntarismo com certo viés arrogante, de cunho cosmopolita, [...] guiada por *jacobinos crioulos*."²⁷ A Angolanidade era, antes de tudo, uma superação dos conceitos de raça, etnia e religião no contexto nacional. O angolano da nova era independente seria, em primeiro lugar, membro do MPLA, quase que uma definição normativa do que seria um cidadão exemplar.

²⁵ BRINKMAN, op. Cit., p. 195-196.

²⁶ CLARENCE-SMITH, 2003, op. cit, p. 410-414.

²⁷ PEREIRA, op. cit., p. 157.

Por outro lado, já nos primórdios a UPA/FNLA se destacou pela campanha indiscriminada contra brancos e mestiços a partir da revolta de março de 1961.²⁸ Mestiços e brancos membros e não membros do MPLA foram vitimados pelo movimento de Holden Roberto durante os anos 1960 em diante, tanto nas fazendas quanto nas colunas do MPLA. A FNLA passou a ser vista pelos adversários como um movimento tribal refugiado, exilado e sem ligações reais com a população angolana. Além de grande parte dos partidários não falar o português, era de conhecimento geral que a sobrevivência do movimento se dava somente pelo sustento e proteção do governo zairense, alguns chegaram a classificar a FNLA como um movimento zairense e não angolano.²⁹ Em todo caso, durante o período de independência, o fato de ser considerado ‘tribal’ era visto como algo positivo por alguns círculos, pois criam enxergar nas pretensões tribais e lingüísticas, ligações sociais reais com as massas, em contraposição com a postura isolada, privilegiada, urbana, mestiça e assimilada do MPLA.³⁰

5.3 A UNITA E A ALMA OVIMBUNDA

Por sua vez, a UNITA permaneceu em cima do muro. Quando Savimbi saiu da UPA/FNLA, ele acusou o movimento de tribalista e também de apenas promover a luta de libertação em áreas do antigo reino do Congo. Savimbi havia anunciado sua saída do movimento de Holden Roberto, do qual era ministro de relações exteriores, durante um encontro da OUA no Cairo em 1964. Ele alegou que Roberto havia erigido um império comercial no então Congo e que os administradores da FNLA eram “wage earners and profiteers who enriched themselves on the money of New York financial circles and other international organizations”.³¹

²⁸ PÉLISSIER, René. *Les Guerres Grises: Resistance et Revoltes em Angola (1845-1941). La Colonie Du Minoraure: Nationalismes et Revoltes em Angola (1926-1961)*. Orgeval: Péliissier. 1977. 1978.

²⁹ MARCUM, 1978, op.cit. p. 121-122.

³⁰ BRINKMAN, op. cit., p. 199.

³¹ WRIGHT, Robin. “Men at War: Angola’s Liberation Leaders”. *The Christian Science Monitor and the Alicia Patterson Foundation*. Nova York: 12 de dezembro de 1975.

A UNITA é sempre retratada como um movimento etnicamente orientado para os ovimbundus (ou mais corretamente, umbundus).³² Entretanto, até 1975, ela era conhecida de poucos e apelava a um número extremamente reduzido. Foi entre 1975 e 1977 que a UNITA passou por uma fase de crescimento acelerado e intensivo, tanto como movimento político como guerrilha, transformando-se de um movimento de quadros para um movimento guerrilheiro amplo. Mas, contrário à percepção disseminada, este crescimento não estava relacionado a nenhuma mobilização de representatividade natural e espontânea da nação ovimbunda como leva a crer parte da literatura especializada e imprensa.³³

Novas pesquisas indicam que não houve nada de natural e muito menos espontâneo na incorporação da identidade, interesses e face política da nação do planalto central por parte da UNITA no início dos anos 1970. A região hoje compreendida pelas províncias de Bié, Huambo, Benguela era povoada por dezenas de tribos e doze reinos com ligações no máximo esporádicas, entre os quais o mais conhecido era o reino de Bailundo.³⁴

Durante o período colonial a única experiência comum que unia os diferentes agrupamentos populacionais da região era a triste realidade do trabalho forçado. Mas contrário ao ocorrido no norte e noroeste da província ultramarinha, não houve expropriação indiscriminada para dar lugar a monoculturas como o café, responsável por parte do ódio anticolonial entre os bakongo no norte de Angola. Pelo contrário, o trabalho forçado encorajou o isolamento das comunidades ovimbundu, mais tarde vitimizadas por outros grupos pela situação de submissão indefesa ante o domínio português.³⁵ Assim, a existência de uma consciência étnica ovimbunda foi construída de forma ahistórica e postulada como dada ao invés de questionada e problematizada.³⁶

Anterior aos portugueses, não existiu um sentimento de nação entre os ovimbunda e mesmo no curto período em que a presença portuguesa se fez presente de

³² HEYWOOD, Linda M. "Unita and Ethnic Nationalism in Angola". *The Journal of Modern African Studies*, volume 27, número I, 1989, p. 47-66.

³³ PÉCLARD, Didier. "UNITA, 1966-1977. The moral economy of 'marginal' nationalism in Angola". *The Politics of Nations and Nationalism in Lusophone Africa Conference. Oxford Research Network On Government in Africa*. The Department of Politics and International Relations. 6-7 de dezembro de 2007. Saint Cross College, Oxford.

³⁴ EDWARDS, Adrian C. *The Ovimbundu under Two Sovereignities: A Study of Social Control and Social Change among a People of Angola*. Oxford: Oxford University Press. 1962. p. 11.

³⁵ PÉCLARD, 2007, op. cit., p. 3.

³⁶ *Ibid.*, p. 2.

modo mais acentuadamente opressivo, as condições econômicas, sociais e políticas na região, não geraram uma comunidade abstrata ovimbunda coesa no território por ela ocupado. Na verdade, ocorreu uma experiência paroquial da realidade colonial associada principalmente às missões cristãs que atuavam como intermediários entre os ‘indígenas’ do interior e um sistema colonial programado para impossibilitar a inclusão do maior número possível. A minúscula elite ovimbunda que emergiu no final dos anos 1950 estava ilhada em si mesma, indivíduos que assim permaneceram até chegarem a fóruns estudantis europeus. Quando a guerra civil eclodiu, os ovimbundos foram arrastados pela dinâmica regional, racial, social e étnica de uma elite cujo pensamento não estava inspirado nas necessidades da massa que dizia representar. O Savimbi da província do Bié e a UNITA ‘usurparam’ a consciência da ‘política tribal’ de uma comunidade marginalizada e precariamente articulada e deram vazão às suas próprias aspirações político-sociais.³⁷

A natureza impar da organização do tráfico de escravos português, a baixa ocupação do território, a ausência de controles de abrangência nacional presentes, a condição de colônia de povoamento, a postura fascista do governo português, levaram ao “nascimento tardio” dos movimentos de libertação, “a inevitabilidade da luta armada” ante a impossibilidade de legalidade, “o divisionismo em três movimentos” vitimados pelo insulamento inicial e exacerbados pela “polarização política do mundo da época”. As identidades nacionais dinâmicas foram apropriadas como instrumentos políticos de luta e deste modo manipuladas. Apesar de todos os slogans (“Um só povo, uma só nação”) e do ativismo do governo do MPLA, o dinamismo da identidade nacional continua balizado por duas visões aparentemente antagônicas, “de um lado, o mundo litorâneo, urbano, fortemente lusófono e mestiçado, que tem como raiz histórica e símbolo a sociedade crioula; do outro a *Angola profunda* que o Planalto Central tem procurado protagonizar.”³⁸

³⁷ Ibid., p. 3.

³⁸ PEREIRA, op. cit., p. 162.

5.4 O SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA DA IDENTIFICAÇÃO ÉTNICA NA ANGOLA CONTEMPORÂNEA

Embora seja problemático separar o discurso da ação hipotética, o projeto político da UNITA e FNLA antes da independência de Angola se circunscrevia principalmente às etnias que diziam representar. Pelo menos no plano retórico, o MPLA possuía um programa nacional e insistia em uma Angola una. Ausente da história oficial, o apoio da população de origem Mbundu dos musseques de Luanda foi vital para que o MPLA expulsasse e consolidasse suas posições entre 1974-1976. Para alguns, o apoio popular Mbundu através das milícias armadas pelo MPLA às vésperas da independência foi tão importante quanto o auxílio de Cuba e União Soviética. As milícias expulsaram os simpatizantes da UNITA e FNLA de Luanda e arredores, que eram quase exclusivamente não Mbundus, antes da data marcada para a independência e de certo modo facilitaram a transição do poder do governo colonial diretamente para o MPLA, fato que alça a etnicidade a um patamar mais elevado no conjunto de fatores explicativos para o sucesso do movimento de Agostinho Neto em 1975.³⁹

Após estas exclusões iniciais, fatores e atores foram adicionados ao teatro de operações, enquanto a etnia foi deixada de lado ao ceder espaço para questões de classe, raça e ideologia no centro do palco. No entanto, as causas fundamentais da guerra continuavam a incluir questões de divisão do poder e riqueza entre as três principais etnias angolanas. E, mesmo que o tema seja considerado tabu pelo governo de Angola, a exclusão da maioria ovimbuda e bakongo do centro do poder a partir de 1975, favoreceu os Mbundu que desde então concentram as chaves do domínio econômico e político.⁴⁰

Em comparação com a identificação étnica de outras regiões subsaarianas, a tensão declaradamente étnica entre grupos ao longo dos anos na sociedade angolana tem sido extremamente fraca. Apesar disso, as elites aproveitaram as diferenças e levaram a etnicidade para a competição e luta pelo poder no movimento nacionalista. Assim, as divisões no nacionalismo angolano podem ser analisadas como um produto da hostilidade étnica transportada pelas elites e baseadas nas diferenças sociais e culturais devidas às desigualdades no desenvolvimento histórico e espacial da colonização

³⁹ MALAQUIAS, 2000, op. cit., 104.

⁴⁰ Ibid., p. 106.

portuguesa.⁴¹ Estas diferenças foram reforçadas pela ingerência externa regional e global no contexto da Guerra Fria conforme analisado no capítulo 3. No caso da UNITA, as diferenças resultaram em uma encarcerização geral da população sob seu controle nas *Terras Livres* de Angola, demonstrado pela forma militar e ditatorial de condução da vida do movimento e pessoas em geral.⁴² No caso do MPLA, especialmente no interior das células mais privilegiadas, as diferenças infundiram um senso de soliedariedade de exclusão, fortalecido durante a presidência de José Eduardo dos Santos, que também privilegiou quadros oriundos ou descendentes de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.⁴³

As divisões étnicas (e não as vantagens) permaneceram bastante estáveis durante o período compreendido entre 1977 e 1992. Os resultados das eleições de 1992, tanto presidenciais quanto legislativas discutidas no capítulo 2, mapeavam a situação de predileção étnica enraizada durante os anos de guerra: a maioria dos votos da UNITA era proveniente de apenas quatro províncias – Benguela, Bié, Huambo e Kuando Kubango,⁴⁴ enquanto a vitória do MPLA no Bengo, Kwanza Norte, Luanda e Malange era tão certa quanto a derrota da UNITA. Surpreendentemente, mesmo em províncias de maioria ovimbunda – Huíla e Kwanza Sul – o MPLA havia passado à frente da UNITA enquanto a FNLA ganhara apenas em seus redutos no norte e teve votação próxima a zero em todas as outras províncias.⁴⁵

5.5 A NOVA REALIDADE ÉTNICA EM ANGOLA

A despeito das claras divisões, em vista da razoável isonomia da representatividade tanto do MPLA (53,76%) quanto da UNITA (34,10%) demonstrada nas eleições de 1992, o resultado poderia ter sinalizado o início de uma democracia

⁴¹ MESSIANT, 2008, op. cit., p. 39.

⁴² Ibid., p. 49.

⁴³ MALAQUIAS, 2000, op. cit., 107.

⁴⁴ Segundo, Edward (1962) apud Péclard (2007), o termo ‘ovimbundu’ utilizado pela grande maioria de historiadores e analistas foi cunhado pelos portugueses para se referir aos negros em geral (pretos), isto é, nativos não educados. Portanto, o termo ‘umbundu’, embora referente à língua, se aplica melhor ao referido grupo.

⁴⁵ LODGE, Tom; KADIMA, Denis; POTTIE, David (Eds.). “Angola: 1992 Election Results and Aftermath”. In: *Compendium of Elections in Southern Africa (2002)*, Electoral Institute of Southern Africa (EISA), p. 20-21.

esclarecida aos moldes americanos com duas bancadas fortes, mas dependentes de alianças para mudanças significativas.⁴⁶ Infelizmente, a ausência de uma sociedade civil capaz de conciliar as divisões étnicas entre os beligerantes e também suprir uma alternativa de visão social e política, cooperou para impossibilitar uma solução negociada.⁴⁷ Dezesesseis anos mais tarde, em setembro de 2008, novas eleições legislativas foram convocadas pelo presidente José Eduardo dos Santos, e desta feita o MPLA ganhou de forma esmagadora ao levar 81,64% contra raquíticos 10,39% da UNITA de Isaías Samakuva.⁴⁸ A vitória do MPLA sinalizou o rompimento do eleitorado angolano com a política baseada na origem étnica ao cruzar todas as linhas divisórias existentes, além de consolidar e legitimar a continuidade do partido no poder indefinitivamente.

Tabela 5.1 Resultados das eleições legislativas de setembro de 2008

| | Total de votos | % de votos válidos | N. assentos |
|-----------------|----------------|--------------------|-------------|
| MPLA | 5.266.112 | 81,64% | 191 |
| UNITA | 670.197 | 10,39% | 16 |
| PRS | 204.478 | 3,17% | 8 |
| ND | 77.405 | 1,20% | 2 |
| FNLA | 71.600 | 1,11% | 3 |
| Outros partidos | 160.615 | 2,49% | 0 |
| Total | 6.450.407 | 100,00% | 220 |

Fonte: CONSELHO NACIONAL ELEITORAL – ANGOLA. Primeiros resultados parciais divulgados pela CNE. Disponível em: <http://www.cne.ao/noticias.cfm?id=281>. Acesso: 07 janeiro 2009.

Em um intervalo de 16 anos, a UNITA perdeu quase um quarto do seu eleitorado. Sua base étnica evaporou e atualmente a dominação do MPLA já não agrega apenas Mbundus, mas todos os grupos étnicos de Angola. De fato, o partido no poder teve a seu dispor toda a máquina do estado, incluindo a imprensa, a televisão e a única rádio autorizada a transmitir em *FM* em todo território nacional. A campanha do MPLA

⁴⁶ CAMPBELL, Horace. Angolan women and the Electoral Process in Angola, 1992. *In: Africa Development*. Dakar. 1993, p. 58. *Apud* PEREIRA, op. cit., p. 21.

⁴⁷ MALAQUIAS, 2000, op. Cit., 107.

⁴⁸ CONSELHO NACIONAL ELEITORAL – ANGOLA. “Primeiros resultados parciais divulgados pela CNE”. Disponível em: <http://www.cne.ao/noticias.cfm?id=281>. Acesso: 07 janeiro 2009.

intimidou a oposição, acuou os insatisfeitos, disciplinou as poucas autoridades tradicionais influentes restantes, cooptou os poucos ainda fora da folha de pagamento do governo e organizou uma desordem disciplinada para a votação, especialmente em Luanda que representa 21% do eleitorado.⁴⁹

Mapa 5.2: Localização da maioria dos simpatizantes da UNITA até 1992



Fonte: USAID. Conflict Vulnerability Analysis, Tools and Resources. Case Studies. Annex B: Conflict Vulnerability Assessment. Disponível em: <http://payson.tulane.edu/conflict/Cs%20st/ANGOLA%20CVA.html>. Acesso: 9 janeiro 2009.

Porém, a maior responsabilidade pela estrondosa derrota sofrida pela UNITA em setembro de 2008 permanece com a própria UNITA. A alienação completa do movimento ante a população urbana ovimbunda no período 1998 – 2002 foi o golpe de misericórdia que sepultou qualquer resquício de apelo popular. Embora beneficiados

⁴⁹ ROQUE, Paula Cristina. *Angolan legislative elections: Analysing the MPLA's triumph*. Pretoria: Institute for Security Studies. 16 de setembro de 2008. Disponível em: http://www.iss.co.za/dynamic/administration/file_manager/file_links/SITREP160908.PDF? Acesso: 7 janeiro 2009.

com anistia geral por todos os eventuais crimes cometidos durante o conflito, os noventa mil militares e quatrocentos mil familiares foram relegados a múltiplas situações embaraçosas, muitos chegando a mendigar pelo pão.⁵⁰ Em 2003, o movimento transformado em partido (reliíquias fantoches como a UNITA Renovada não passaram de distrações passageiras) realizou o primeiro congresso de sua história sem Savimbi. O general Paulo Lukamba ‘Gato’ passou as rédeas a seu rival Isaías Samakuva que teve a ingrata responsabilidade de liderar o ‘novo partido’ pelo restante do governo de unidade nacional iniciado em 1997, como previsto no protocolo de Lusaka e que se estendeu até as eleições de setembro de 2008. Seguindo a estratégia da presidência de Angola, a UNITA foi neutralizada tanto como oposição quanto como figurantes do governo de unidade nacional. No entanto, mesmo como figurantes, os 3 ministérios e 5 vice-ministérios, além de 5 governos provinciais e 5 vice-governos provinciais proporcionavam a UNITA algum tipo de representatividade, salários e uma pequena fatia do bolo de vantagens de fazer parte da burocracia angolana que reforçavam os quase 15 milhões de dólares recebidos pelos assentos na Assembléia Legislativa.⁵¹

Simultaneamente, a partir de 2003, o GOA passou a investir no planalto central em um esforço para quebrar as alianças étnicas formadas durante os anos de guerra. Como parte desta estratégia, campos de DDR foram desmantelados e veteranos de guerra e famílias dispersos como forma de evitar a formação de correntes de solidariedade, redes ou organizações formais ou/ e informais que preservassem os vínculos com a UNITA. Muitos destes mesmos ex-combatentes passaram a receber auxílio diretamente do governo, embora muitas vezes financiado por organizações governamentais e não governamentais estrangeiras. Aliado ao grande número de deslocados de guerra residentes nos arredores das três principais cidades angolanas (Luanda, Lobito e Huambo), insatisfeitos, mas dependentes do governo e de organizações autorizadas para sua sobrevivência, ocorreu um deslocamento de lealdades motivado pelas necessidades do dia a dia.⁵²

Esta nova realidade no campo eleitoral não pode ser generalizada para o cotidiano do país e muito menos para as entranhas do GOA. Uma análise do governo,

⁵⁰ AFROL NEWS. “Angolan parliament grants amnesty to UNITA”. *Afrol News*. 3 de Abril de 2002. Disponível em: http://www.afrol.com/News2002/ang013_unita_amnesty.htm. Acesso 7 janeiro 2009.

⁵¹ CAMPOS, Indira. “Angola’s Elections: A Democratic Oil Giant?” *Africa Programme Paper 09/01*. Chatham House. 2008, p. 10.

⁵² ROQUE, op. cit., p. 5-10.

especialmente no topo da hierarquia, demonstra que predominam os Mbundu e mestiços em detrimento de outras etnias. Esta situação já é documentada por pesquisadores desde a independência e observada em incidentes recentes envolvendo oficiais graduados do círculo do presidente e dificilmente mudará enquanto o MPLA estiver no poder.⁵³

5.6 CONCLUSÃO

A propaganda de guerra exacerbou a suposta dicotomia entre o angolano urbano versus o angolano da mata e obscureceu a natureza mutável das relações sociais que se geraram durante a guerra. Os estereótipos cultivados durante o período colonial foram preservados na tradição oral atual e influíram nas diferentes percepções da identidade angolana. No entanto, nos anos de guerra, uma sociedade diferente foi moldada pelas circunstâncias e dissolveu ainda mais o fluído conceito étnico: deslocados de guerra, soldados, imigrantes congolezes, deslocados mais antigos, aldeões forçados a abandonar suas terras e candongueiros (comerciantes informais) dos quatro cantos de Angola, se encontram nas várias capitais provinciais e Luanda. Sem respeito às origens étnicas, a situação obrigou a convivência, sem assimilação, mas próxima de grupos que anterior à guerra, não compartilhavam qualquer senso de experiência social aglutinadora comum. A “nacionalização” da sociedade angolana está a ocorrer, portanto, fora dos três pontos de vista de identidade nacional apresentadas neste capítulo. A elite angolana não poderia antever esta experiência, muito menos o Estado, já que se encontrava e se encontra ocupada com outros dilemas sociais.

A filha unigênita da Guerra Fria no mundo em desenvolvimento foi batizada como ‘guerra substituta’. Embora salvasse o mundo rico de um confronto direto, destruía os pobres com as pequenas armas. O incentivo ideológico do embate entre duas visões de mundo aparentemente antagônicas entregou nas mãos de rivais históricos reais ou imaginados (muitas vezes pelo colono europeu), meios para que suas guerras regionais, internas e até paroquiais fossem travadas em nome de Deus, da liberdade, da

⁵³ “Fernando Garcia Miala - um chefe dos serviços secretos 'demasiado visível” *BBC para África*. 27 Fevereiro, 2006. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2006/02/060227_spyinquiryjustinoaws.shtml. Acesso: 13 janeiro 2009.

nação, da democracia, do presidente ou da etnia (conceito também inculcado pelo colonizador). À medida que a Guerra Fria perdia seu sentido e razão de ser, os patrocinadores das guerras substitutas se aperceberam de que haviam perdido também o controle de suas supostas marionetes que haviam adquirido vida e vontade próprias.

A etnicidade africana foi trabalhada, esculpida de modo a se conformar a um molde abstrato europeu. No caso de Angola, os portugueses privilegiaram um grupo, os Mbundu, dando-lhes tratamento superior àquele dispensado aos ovimbundus que compunham a maioria da força de trabalho forçado e aos bakongo que perderam suas terras para as fazendas de café do colono. Estereótipos e inimizades foram cultivados e apropriados por movimentos que a época da independência genuinamente procuravam a libertação de Angola do jugo português, mas que eram definidos por linhas étnicas. Nenhum deles possuía qualquer experiência, muito menos compromisso com valores democráticos, pois o colono reproduzia o governo da metrópole que havia sempre governado por decreto, exilado, maltratado, castigado e até mesmo assassinado quaisquer que se opusessem aos seus desmandos. O Estado herdado dificilmente seria diferente qualquer que tivesse sido o movimento no poder. Sim, os angolanos se tornaram angolanos pela imposição de um modelo societal externo, foram obrigados a aceitar uma identidade pela violência e herdaram estruturas divisivas e não democráticas. Houve favorecimento desleal e situações de flagelo irracional.

Com tudo isso, nunca houve um determinismo de qualquer natureza que condicionasse os angolanos a se engajarem em uma guerra fratricida após a independência. Nenhuma força externa obrigou o MPLA, a UNITA e a FNLA a disputar o poder violentamente. Também, não houve tentativas externas pós 1975 de jogar uma etnia contra a outra, por mais que estas estruturas sociais construídas fossem conceitos estranhos aos habitantes da região no período pré-colonial. Tal como o povo alemão no advento dos nazistas ao poder, eles fizeram uma escolha. Embora seja quase instintivo responsabilizar os líderes pelos atos da coletividade, projetando os males da alma nacional em uma única pessoa, a responsabilidade é pessoal e intransferível. Os homens e mulheres que coagidos ou de livre e espontânea vontade participaram ou como comandantes ou como motoristas, compartilham o mesmo sangue derramado. O comprometimento com os processos de paz carecia igualmente de apoio popular direto. A população em geral, se posicionava apenas ao longo de linhas partidárias, e não como simples cidadãos. Esta conduta é justificada pela inexperiência da sociedade civil

angolana não organizada de participar dos processos políticos de seu interesse, já que desde sempre foi submetida à opressão e repressão governamental e nas áreas rurais por parte da UNITA.

Não se pode, porém, enxergar “o fim da história” étnica e a consagração de uma nacionalidade dos *musseques*, mesmo levando-se em consideração os resultados consolidadores das eleições de setembro de 2008. O debate sobre a natureza da nacionalidade angolana e quem tem o direito de se chamar angolano ainda se prolongará como evidenciam os acontecimentos recentes de fundo xenofóbico ocorridos em Luanda.

6. CONCLUSÕES

Nesta investigação acadêmica, procurou-se mapear, analisar e refletir sobre os seguintes aspectos:

- I. A contribuição das missões de paz da Organização das Nações Unidas para a resolução política de conflitos em geral e, especificamente, do conflito em Angola;
- II. A adequação do mecanismo “missões de paz” para os desafios das relações internacionais contemporâneas e para o caso de Angola;
- III. A literatura acadêmica e não acadêmica que versa sobre conflitos na África subsaariana e as razões apresentadas para explicar as causas e efeitos dos mesmos;
- IV. As explicações a Angola, procurando validá-las ou refutá-las com base na narrativa e descrição de determinados eventos e idiossincrasias do último período de guerra e dos personagens principais;
- V. A proposta de adição do conceito de “guerra em rede” aos diagnósticos de exequibilidade da opção aparentemente unilateral de continuidade do conflito após sucessivas tentativas de findá-lo através de protocolos, acordos e memorandos.

Nesta tentativa de esclarecer os aspectos acima, procurou-se nortear a pesquisa através de cinco perguntas pertinentes:

- a. Qual a relevância das missões de paz da Organização das Nações Unidas para a resolução de conflitos no mundo e na África subsaariana?
- b. Em que medida supostas inadequações conceituais e práticas debilitaram as iniciativas e ações das missões de paz em Angola entre 1991 a 1999?
- c. Até que ponto os conjuntos descritivos e teórico-paradigmáticos nos auxiliam ou nos impedem a compreender as guerras em África e a guerra em Angola?
- d. Como a instrumentalização político-econômica supranacional do conflito se inseriu na dinâmica de retroalimentação da guerra?
- e. Qual o papel e o lugar destinados a etnicidade e a nacionalidade na formação da identidade angolana ao longo dos anos de guerra e atualmente?

Em resposta a primeira e segunda questões, no caso de Angola, esta dissertação conclui que as missões de paz foram pouco capazes ou adequadas para a execução dos seis grupos de atividades para as quais foram projetadas:

1. Assegurar o cumprimento de acordos de paz;
2. Monitorar cessar-fogos;
3. Auxiliar transições de conflitos violentos à paz estável;
4. Dissuadir beligerantes a não voltar ao conflito armado;
5. Garantir a segurança de missões humanitárias;
6. Realizar e monitorar eleições;

Esta incapacidade parece advir principalmente de algumas premissas usualmente relacionadas às missões de paz tradicionais (embora permeiem todos os tipos de missões em diferentes graus) e ao sistema de Estados soberanos:

- a. Consentimento e cooperação universais: esta premissa tornou as missões dependentes da disposição dos beligerantes em aceitar a presença e atuação dos operadores da paz a despeito de seus interesses imediatos, fato que raramente ocorreu;
- b. Existência de hierarquias de comando rígidas: embora as “novas” guerras constantemente invalidem quaisquer expectativas de cadeias de comando rígidas e muitas vezes enfrentem a fragmentação horizontal do poder (fato que gera grandes dificuldades, mesmo com a aceitação formal dos termos de um acordo pelos líderes), esta premissa não foi desafiada em Angola pela singularidade de liderança e comando, tanto das FAA quanto das FALA;
- c. Imparcialidade: a ocorrência de atrocidades e violência propositalmente direcionada contra segmentos específicos da população suscita situações nas quais o posicionamento de uma força de paz deveria ser de defesa da vida e dos direitos humanos;
- d. Uso mínimo de força: a situação supracitada pode vir a desafiar a capacidade do uso mínimo de força dada a premência da preservação da vida daqueles que estão sob a proteção de uma missão de paz e também dos próprios “boinas azuis”;
- e. Nível ótimo de autonomia: o grau ótimo de autonomia do comandante de uma missão de paz é de difícil aferição. As ações da

força de paz devem permanecer dentro das capacidades políticas e militares disponibilizadas pelo Conselho de Segurança, embora ocasionalmente ações isoladas sejam demandadas face situações extremas;

- f. Prazo de validade dos mandatos: diversos constrangimentos podem levar à conclusão prematura ou mesmo tardia de uma missão de paz. Questões financeiras, de prioridade, interesse e relevância determinam a prorrogação ou encerramento de atividades que poderiam garantir a paz.
- g. Monitoramento de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração: monitorar estas atividades requer um comprometimento mais longo e custoso do que o Conselho de Segurança normalmente está disposto a autorizar.
- h. Objetivo final das missões: o debate sobre o melhor resultado para uma missão de paz está longe de finalizado. A instituição de democracias liberais parece não ser a melhor medida de sucesso, pois prescreve a democracia liberal como único resultado aceitável desconsiderando o longo caminho a ser trilhado por países sem experiência democrática anterior.

Em vista da resposta apresentada, o sucesso ou fracasso de uma missão não pode ser creditado de forma simplista a um ou outro fator. As sucessivas missões de paz em Angola descritas nesta dissertação de mestrado confirmam a existência de diferentes níveis de cumprimento de mandatos. Após a análise normativa e prática do *peacekeeping*, pode-se melhor compreender as impossibilidades enfrentadas pela UNAVEM II e III em Angola, conforme relatado no capítulo 2. Neste caso, quando se toma como dada a decisão de Savimbi de rejeitar os resultados das eleições de setembro de 1992 e o retorno à luta armada, ainda assim resta analisar quais fatores o permitiram executar e manter tal decisão por quase uma década.

Em relação à terceira indagação apresentada, quanto ao poder explicativo dos conjuntos descritivos e teórico-paradigmáticos e se os mesmos auxiliam ou impedem a compreensão das guerras em África e também, em Angola, chega-se a uma conclusão inconclusa. Através das evidências históricas apresentadas nesta dissertação, conclui-se que já nos meses que antecederam a independência, se esquematizou as bases de um

conflito substituto ‘invertido’. Invertido, pois foram os movimentos de libertação que levaram as grandes potências a intervir a favor de cada um, instrumentalizando e canalizando os recursos do conflito potencial global para suas necessidades locais. Após uma tentativa tardia por parte dos portugueses de realizar um processo de transição e descolonização, a FNLA, a UNITA e o MPLA não possuíam incentivos para desejar compartilhar o governo do novo país independente. Neste ínterim, cada movimento procurou apoio entre as poucas possibilidades disponíveis em uma era marcada pela bipolaridade nuclear.

As necessidades de sustentação da luta pelo poder em Angola e o conflito ideológico americano e soviético ultrapassavam e impunham-se às contradições comportamentais de um ou de outro aliado. Deste modo, a coerência política foi deixada de canto para dar lugar à luta pelo poder. Na lógica dominante, cujas origens se traçam já nos dias finais da Segunda Guerra Mundial e passam por todas as administrações e *politburos* até seu ápice e fim com Reagan e Gorbatchev, os Estados Unidos e aliados optaram por apoiar a FNLA e a UNITA, enquanto Cuba e, mais tarde a União Soviética, se dispuseram a endossar o MPLA.

Como fenômeno social abstruso e multicausal, a rotulação exclusiva de guerra substituta não explica a terceira e mais longa fase logo após o dia 11 de novembro de 1975 que se estende até o cessar-fogo formalizado nos Acordos de Bicesse em 1991. O caso de Angola estudado permite a cognição de que o fator intervenção (constitutivo de uma guerra substituta) foi fundamental em parte do primeiro período, especificamente durante a terceira fase da guerra.

Conclui-se também que, excetuando a população angolana na região, o grupo que mais perdeu no período foi a parcela de ascendência europeia da população sul-africana, especialmente os Africâneres. A estratégia de assegurar o apoio dos países vizinhos contra o CNA e a SWAPO não apenas comprometeu a existência do regime de Apartheid, como levou à independência do Zimbábue em 1980 e à independência da Namíbia dez anos mais tarde. Do lado angolano, os longos anos de guerra provaram que a parceria do MPLA foi mais proveitosa quando comparada às parcerias da UNITA até 1991, pois a União Soviética e Cuba estavam dispostas a comprometer mais recursos por mais tempo e de maneira mais aberta do que África do Sul e Estados Unidos.

Uma série de eventos culminou em uma seqüência de combates no extremo sul de Angola à volta de um vilarejo de nome Cuito Cuanavale no final de 1987 até o final

do primeiro trimestre de 1988. Esta batalha quebrou a suposta superioridade das forças sul-africanas e empurrou os interventores convidados a chegar a um acordo que resultasse em uma saída honrosa para todos.

Conclui-se que a batalha em si, a despeito do que se encontra na literatura saudosista de esquerda, não teve vitoriosos. Os dois lados foram incapazes de alcançar seus objetivos, conforme visto no capítulo 3. O que de fato ocorreu foi um impasse no qual se reconheceu a necessidade de uma resolução política para o conflito, sendo este o Protocolo de Genebra de 5 de agosto de 1988 que regulou a retirada sul-africana e cubana de Angola, monitorada pela primeira missão de paz em Angola, a UNAVEM I.

Ocorreu uma dupla mutação do conflito entre o primeiro e o segundo grande período e a terceira e quarta fase. A primeira mutação testemunhada: o conflito se despe de sua aparência parcialmente ideológica e assume as características de uma “nova” guerra. A segunda mutação: a intervenção externa oficial passa a ser de paz e não de guerra – missões das Nações Unidas voltadas para a verificação e monitoramento dos acordos e protocolos de Genebra, Bicesse e Lusaka – cujos períodos de atividade foram de dezembro de 1988 a fevereiro de 1999.

No contexto das “novas guerras”, diferente do argumento apresentado neste paradigma, a “nova” guerra angolana não levou à fragmentação e descentralização do Estado. Pelo contrário, o Estado angolano se fortaleceu com a nova dinâmica através da legitimidade recebida pela vitória nas eleições gerais de 1992 e pelo reconhecimento dos Estados Unidos em 1993. Além disso, a crescente dependência no petróleo não gerou fragilidade, o inverso ocorreu, deu maior estabilidade ao regime, aliado ao crescente preço da commodity no mercado internacional verificado na última década do século vinte. Porém, como previsto, a guerra continuou a ser globalizada, desta feita através de atores não governamentais avessos a fronteiras, governos, sanções e ameaças. Enquanto a UNITA foi capaz de pagar os fornecedores, mesmo em clara desvantagem ante a absurdamente maior fonte de renda do governo e proporcional poder de fogo, estes mantinham as redes de sustentação contínuas fluindo. Semelhantemente, e também como previsto, as negociações comerciais tiveram preeminência tanto para o governo quanto para a UNITA, entretanto, quanto mais abastado, mais capaz de derrotar os rebeldes se tornou o Estado angolano.

A nova guerra em rede desafiou não apenas o Estado como também todo o *establishment* das Nações Unidas e missões de paz mobilizadas para a paz em Angola.

Entre 1997 e 1998, colige-se que a UNITA concorreu com o governo e com todo o sistema oficial. Ao se valer do controle das áreas diamantíferas e de conexões nodais transnacionais com a indústria global, Savimbi garantia a continuidade da possibilidade da opção pela guerra. Destarte, a direção causal dos fatores de uma “nova” guerra estava invertida na lógica de Savimbi: os recursos naturais serviam única e exclusivamente para a manutenção das redes de sustentação contínuas que alimentavam a máquina de guerra na busca pelo controle político do país. Não havia espaço para enriquecimento, ganância ou interesses secundários. Pelas ações descritas nesta dissertação, mais acentuadamente após 1999, pode-se inferir que Savimbi não possuía outros objetivos a não ser prosseguir lutando.

Por outro lado, o Governo de Angola se adequava à lógica usual de um ator em uma guerra por recursos do ponto de vista econômico: os gastos militares bilionários e a continuação do conflito armado cumpriam a missão de preservar o controle da fonte dos recursos que passava pelo controle do Estado. Diferente de Savimbi, José Eduardo dos Santos estava disposto a ceder o controle de alguns recursos, tais como o controle de alguns garimpos de diamantes, a seus generais e até mesmo ao próprio Savimbi, em troca de lealdade e paz. Após Lusaka, pouco importava o operador ou a forma de obtenção, o importante era preservar e fortalecer a rede de sustentação do regime, incorporando ou destruindo concorrentes. Este comportamento utilitário e racionalista justificou a escalada de violência contra o próprio povo angolano nos últimos dezoito meses da guerra.

Percebeu-se a necessidade de concluir a guerra, já que sua função e utilidade haviam deixado de ser benéficas ao regime. Do ponto de vista dos negócios, os custos passaram a ser um estorvo e distração custosa. Por esta razão, assim que a UNITA deixou de ser uma ameaça nacional e foi confinada a uma área menor de atuação, cessou também qualquer diligência do governo no sentido de se reiniciar algum tipo de negociação com a UNITA. Embora a funcionalidade da violência tivesse sido útil até aquele momento, a possibilidade de lucro do pós-guerra havia se tornado maior. A reconstrução de Angola prontamente traria novos investidores e novas parcerias e conseqüentemente, novas oportunidades de enriquecimento sem as despesas e riscos da guerra.

Resumindo, os quatro conjuntos descritivos e teórico-paradigmáticos - guerras substitutas, cultura política, pobreza e/ ou riqueza e recursos naturais - explicam

separadamente, assim como conjuntamente, diferentes períodos e fases sobrepostas do conflito em Angola. A complexidade das motivações de diferentes atores ao longo de mais de quatro décadas e a conectividade crescente inter e intra-redes associando indivíduos, instituições, organizações, formais, informais, legais, ilegais, públicas, privadas, globais, civis, militares, humanitárias e oportunistas, confirmam a hipótese da guerra em rede.

Quanto à questão sobre como a instrumentalização político-econômica supranacional do conflito se inseriu na dinâmica de retroalimentação da guerra, o recorte empírico da história contemporânea de Angola confirma a hipótese de que a continuação da guerra foi possibilitada pela criação e manutenção de redes de sustentação contínuas. A criação e manutenção ocorreram durante a sobreposição dos dois grandes períodos: o primeiro marcado pelo financiamento ideológico (1961-1989) e o segundo, pelo atrelamento completo do conflito à exploração e comercialização de recursos naturais nacionais (1984-2002). Por sua vez, estes dois grandes períodos estão divididos em fases, sendo a primeira (1961-74) caracterizada pela:

1. Precariedade de meios dos movimentos de libertação;
2. Confinamento rural de atos de violência;
3. Exílio dos principais líderes;
4. Alienação da grande maioria da população de ascendência europeia face à situação e crescentes demandas do restante da população;
5. Relativa ausência de apoio externo direto;
6. Atritos, disputas e confrontos entre os três movimentos principais;
7. Omissão e negação por parte do governo colonial da possibilidade de independência de Angola;
8. Inexistência de programas de formação de quadros nacionais para uma eventual independência.

Aliado a essas características, constata-se a natureza inacabada dos Acordos de Bicesse tanto em sua formulação quanto efetivação. A simplicidade da UNAVEM I aliada ao otimismo gerado com o fim da Guerra Fria parece ter influenciado todos os envolvidos a acreditarem em uma resolução rápida e pouco onerosa. Este otimismo parecia justificado até o dia seguinte à realização das primeiras eleições gerais em Angola. Tivesse o líder da UNITA aceitado a derrota, a missão e seus progenitores teriam sido parabenizados como visionários e precursores de uma nova era de

democracia na África. Todavia, para a decepção da população e da comunidade internacional, já durante o período de transição (não de paz, e sim de guerra), fortes interesses belicosos já se posicionavam na direção de um retorno à guerra. Sorrateiramente, laços comerciais, familiares e políticos previamente existentes e outros que se constituíram durante o interlúdio pacífico, alavancaram a insatisfação de Savimbi com os resultados das eleições a um conflito armado transnacional. Redes de sustentação contínuas velozmente inseriram a nova guerra angolana na economia global desregulamentada, sem vieses ideológicos do novo contexto multipolar.

Verifica-se que, inicialmente surpreendido pela não aceitação de sua vitória, o GOA/MPLA rapidamente passou à ofensiva ao expulsar a UNITA de Luanda. Porém, a desativação de várias linhas de defesa nas províncias causou ao governo pesadas perdas temporárias no início da nova guerra. Em Angola, a mutação de um conflito parcialmente substituído influenciado pelas posições e disposições ideológicas da Guerra Fria, para uma guerra em rede com fatores sobrepostos da cultura política africana, da pobreza e dos recursos naturais no contexto das “novas guerras” se concretizou pelas circunstâncias propícias e oportunidades potenciais para alguns dos envolvidos. Este novo conflito consolidou a legitimação do MPLA como representante ‘legítimo’ do povo angolano e institucionalizou definitivamente a política angolana, caracterizada pela coexistência pacífica e subordinada do legislativo e judiciário ao executivo. Encabeçada pelo executivo, esta rede de sustentação tem suas bases firmadas no clientelismo institucionalizado e na predação sistemática e sistêmica do erário público. À sua frente, destacou-se o próprio presidente da república, no papel de administrador da redistribuição da riqueza do país.

Ao longo dos anos, observa-se o padrão de violência, distanciamento do povo e alienação das elites concorrentes. Tanto a UNITA quanto o MPLA:

- (1) Ignoraram o sofrimento que a guerra causava à população, principalmente rural;
- (2) Furtaram-se a garantir níveis aceitáveis de segurança humana nos territórios sob o controle de um ou de outro;
- (3) Beneficiaram-se das riquezas naturais do país em benefício próprio, isto é, ‘administraram’ o bem comum de acordo com a agenda da guerra;
- (4) Manipularam a opinião pública local, regional e internacional, já que freqüentemente falsificaram, esconderam, alteraram e omitiram informações, às vezes

causando pânico e histeria nas cidades e povoados, que provocaram linchamentos, assassinatos e outros desastres sociais ao próprio povo. Deste modo, não houve ‘mocinhos e bandidos’ no drama vivido em Angola. Os dois lados, em diferentes fases e períodos se responsabilizaram pela destruição do país.

A respeito do último questionamento, quanto ao papel e ao lugar destinados a etnicidade e a nacionalidade na formação da identidade angolana ao longo dos anos de guerra e atualmente, o estudo do conflito armado angolano revela um fenômeno social em constante mutação desde sua gênese:

1. O “hiper colonialismo” português gerou uma reação canalizada pela violência, sem espaço para o diálogo e, mais importante ainda, marcado pela ausência de arenas públicas de contestação política legítimas. Esta forma de condução agressivamente unilateral se transmitiu ao longo das disputas pelo poder em Angola.
2. No contexto da Guerra Fria, esta anomalia social encontrou ressonância internacional e polarizou definitivamente a sociedade angolana.
3. A ausência de uma experiência colonizadora homogênea e unificadora relegou a questão da etnia ao segundo plano das forças profundas das guerras em Angola.
4. O conflito armado em Angola transformou-se ao longo do tempo do mesmo modo em que o próprio aglomerado de conceitos de etnia e nacionalidade sofreu mutações no decorrer dos anos. Com a conquista da paz pela força das armas, percebe-se a necessidade de se encontrar um novo contrato social que vá além dos conceitos de etnia e nacionalidade contemporâneos e vença as diferenças regionais.
5. A nova configuração social de Angola não mais se conforma ao arcabouço sobre etnia e nacionalidade encontrado na literatura do período de guerra. Faz-se urgente um novo esforço de pesquisa que possa melhor explicar as relações entre identidades étnicas, nacionalidade e cidadania no pós-guerra.

O apaziguamento do conflito por iniciativa de terceiros, no caso, o antigo colonizador e os principais patrocinadores do evento, que contrataram um terceiro, a Organização das Nações Unidas, para operacionalizar a solução, encontrou uma sociedade disposta a dar à paz uma chance real, contudo foi rejeitada pela liderança dos

dois principais pólos de poder da época em momentos distintos. Embora diferentes analistas insistam em responsabilizar as missões pela derrocada do processo, mesmo que todas as condições possíveis tivessem sido providenciadas, ainda haveria lacunas a serem preenchidas pelos beligerantes que deveriam ter passado de adversários a parceiros pela paz. Conclui-se que as evidências apontam que a opção pela guerra foi de fato permitida pela criação e manutenção de redes de sustentação contínuas, características de guerras em rede, e cuja interrupção foi possível apenas através da vitória militar.

7. FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

a. Documentos das Nações Unidas

Namíbia – UNTAG Mandate. Disponível em:

<<http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/557/69/IMG/NR055769.pdf?OpenElement>>

Angola – UNAVEM I Facts and Figures. Nações Unidas. 2000. Disponível em:

<<http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unavem1/UnavemIB.htm>>

The Challenges of Peacekeeping in the 21st Century. Background note.

2004 Parliamentary Hearing at the United Nations: “from disarmament to lasting peace: defining the parliamentary role”. Nova York, 19-20 outubro 2004.

Angola - UNAVEM II. Disponível em:

<<http://www.un.org/depts/DPKO/Missions/Unavem2/UnavemIIB.htm#observation>>

Peace and Security Section of the United Nations Department of Public Information.

MONUA. 1999. Disponível em:

<http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/monua_p.htm>

Resolutions of the Security Council and Statements by its President.

Angola – UNAVEM II. Disponível em:

<<http://www.un.org/depts/DPKO/Missions/Unavem2/UnavemIIRs.htm>>

United Nations Mission of Observers in Angola. 21 de julho de 1999.

Disponível em: <http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/monua_p.htm>

Boutros Boutros-Ghali (Egypt) - Sixth United Nations Secretary-General. Disponível

em: <<http://www.un.org/Overview/SG/sg6bio.html>>

Carta das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php>

Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples,

General Assembly resolution 1514 (XV) of 14 December 1960. Disponível em:

<<http://www2.ohchr.org/english/law/independence.htm>>

Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 435 de 29 de setembro de

1978. Disponível em:

<<http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/368/80/IMG/NR036880.pdf?OpenElement>>

Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas S/RES/1127 (1997). 28 de agosto de 1997. Disponível em:

<<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/226/93/PDF/N9722693.pdf?OpenElement>>

Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas S/RES/1173 (1998). 12 de junho de 1998. P. 1 – 4; CSNU. S/RES/1176 (1998). 24 de junho de 1998. Disponível em:

<<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/166/52/PDF/N9816652.pdf?OpenElement>>

Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas S/RES/864 (1993). Resolução 864 (1993). 15 setembro 1993. p. 1 – 5. Disponível em:

<<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/502/71/PDF/N9350271.pdf?OpenElement>>

Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas. S/RES/864 (1993).

Resolution 864 (1993). Adopted by the Security Council at its 3277th meeting, on 15 September 1993. p. 1. Disponível em: <http://www.hm-treasury.gov.uk/media/3/4/unscr_864_150993.pdf>

Report of the Panel of Experts on Violations of Security Council. Sanctions against Unita. Fowler, Robert R. (Org.). Nova York: Conselho de Segurança das Nações Unidas. 10 de março de 2000. Disponível em:

<http://www.un.org/News/dh/latest/angolareport_eng.htm>

Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas. A/RES/38/17. 22 de Novembro de 1983. Disponível em:

<<http://domino.un.org/UNISPAL.NSF/a06f2943c226015c85256c40005d359c/7c34dc453c2cda06852560d8006c59ee!OpenDocument>>

Press Release 6301. Security Council Extends Angola Mission Until 28 February 1997. 11/12/1996. Disponível em:

<<http://www.un.org/News/Press/docs/1996/19961211.sc6301.html>>

Resolução do Conselho de Segurança, 747/92. Disponível em:

<<http://daccessdds.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/011/06/IMG/NR001106.pdf?OpenElement>>

Repertoire of the Practice of the Security Council, Chapter 8 - Consideration of questions under the Council's responsibility for the maintenance of international peace and security. 1996-1999. Africa: the situation in Angola. United Nations Department Of Political Affairs. Disponível em:

<http://www.un.org/Depts/dpa/repertoire/96-99/CHAPTER%208/African/04%20-%20Angola.pdf>

Security Council Concerned by Slow Pace of Angolan Peace. Nota à Imprensa. Nova York: United Nations Press. 21/12/1995.

Security Council Resolutions Concerning the Situation in Angola Pursuant to Resolution 864 (1993). Disponível em:
<<http://www.un.org/Docs/sc/committees/Angola/AngolaResEng.htm>>

“Texto do Acordo de Paz para Angola”. Os Acordos de Paz de Bicesse. Ulster: International Conflict Research - INCORE. 1991. Disponível em
<http://www.incore.ulst.ac.uk/services/cds/agreements/pdf/ang1.pdf>.

United Nations and Angola. 2000. United Nations Department of Public Information – Peace and Security Section (UNDPI-PSS). Disponível em:
<<http://www.un.org/peace/africa/pdf/Angola.pdf>>

Objective: Justice. United Nations Department of Public Information. United Nations Office of Public Information. 1985.

UNITED NATIONS CHRONICLE. “UNAVEM II created to verify peaceful transition”. United Nations Publications. 1991.

United Nations Department Of Public Information (UNDPI). “Angola - UNAVEM III”. United Nations Department Of Peacekeeping Operations (DPKO). Disponível em:
<http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/unavem_p.htm>

b. Fontes da Imprensa e outros

AMNESTY INTERNATIONAL. Angola: Reconciliation and human rights - Amnesty International’s appeal to the new government. 01/05/1997. Disponível em:
<<http://archive.amnesty.org/library/Index/ENGAFR120081997?open&of=ENG-AGO>>

“Angolan President Graduated from Baku's Oil Academy”. *Azerbaijan International*. Summer 1996 (4.2). Disponível em:
http://www.azer.com/aiweb/categories/magazine/42_folder/42_articles/42_angolanpresident.html.

ANGOTERRA. *Muangai, um Nome para a Memória*. Disponível em:
<<http://angotalibre.e-monsite.com/rubrique,rubrique,1066020.html>>

BRIDGLAND, Fred. “Savimbi death opens way for Angola to leave decades of bloodshed behind”. *The Scotsman*. Joanesburgo, 25/02/2002. Disponível em:
<<http://news.scotsman.com/angola/Savimbi-death-opens-way-for.2305259.jp>>

BROOKE, James. "U.S. Arms Airlift To Angola Rebels Is Said To Go On". *The New York Times*. 27/07/1987.

_____. "U.N.'s Angola Mission to Take Cuba at Its Word". *The New York Times*. 08/01/1989.

_____. "Zaire: Dealing with Pretoria and its Foes; Mobutu Tries to Maintain A Delicate Balancing Act". *The New York Times*. 08/02/1987.

CAMPOS, Graça; CARLOS, Severino. "Savimbi podia ter sido... poupado". *Semanário Angolense*, edição 138. 05/04/2004.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. "The World Factbook: Angola". Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ao.html>

CLANDESTINE RADIO. "Intel: Angola Voz Resistencia do Galo Negro (VORGAN)". Disponível em:
<<http://www.clandestineradio.com/intel/station.php?id=10&stn=20&PHPSESSID=cb5956fdf6864f88dd40771682a9d136>>

CONCHIGLIA, Augusta. "United Nations fails in Angola: The opposition cannot be disarmed". *Le Monde Diplomatique*. 11/07/1999.

CONSELHO NACIONAL ELEITORAL – ANGOLA. "Primeiros resultados parciais divulgados pela CNE". Disponível em:
<<http://www.cne.ao/noticias.cfm?id=281>>

"Cronologia cubana desde a revolução liderada por Fidel Castro". O Estado de São Paulo, São Paulo, 19/02/2008. Caderno Internacional, América Latina. Disponível em: http://www.estadao.com.br/internacional/not_int126980,0.htm.

"Cubans Quit Angola, Ending 16-Year Role". *Associated Press/ The New York Times*. 26/05/1991.

"História cronológica da Guerra e Paz em Angola". *Angola Digital*. 2/08/2008.

"Falsa dicotomia". *Portal da Filosofia*. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Falsa_dicotomia>

GERSHMAN, C. "Jonas Savimbi's War for a free Angola is not Lost". *The New York Times*, 18/12/1979.

GIRARDET, Edward. "Angolan rebels go on offensive against Soviet-backed regime". *The Christian Science Monitor*. 31/05/ 1983. Disponível em:
<http://www.csmonitor.com/1983/0531/053135.html>.

GLEIJESES, Piero. "Cuito Cuanavale revisited". *Mail & Guardian online*. 11/07/2007.

Disponível em: <<http://www.mg.co.za/article/2007-07-11-cuito-cuanavale-revisited>>

ISAÍAS, Josué. “Paz em Angola”. *Angola Press*. 04/04/2002. Disponível em: <<http://www.angolapress-angop.ao/especiais.asp>>

KEAN, James. “A História Secreta da Ideologia da UNITA”. *Semanário Angolense*, Edição n° 203, Luanda, 03 a 10 de março de 2007. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=13632>

KRISTOF, Nicholas D. Our Own Terrorist. *The New York Times*. 5/03/2002. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9903E5D81730F936A35750C0A9649C8B63&n=Top/Opinion/Editorials%20and%20Op-Ed/Op-Ed/Columnists/Nicholas%20D%20Kristof>>

LEWIS, Flora. “Stalemate in Angola”. *The New York Times*. 23/01/1987.

LIQUE, Renée-Jacques. “La bataille de Cuito Cuanavale”. *Afrique Express*.

MATEUS, Ismael. “Falcone, o indelicado”. *Semanário Angolense*, No. 55, Ano I, 3/10/04/04.

NOBLE, Kenneth. “Savimbi Says He Is Halting Angolan Peace Talks”. *The New York Times*. 17/09/1989.

“United Nations Press Release SC/6785”. *Global Policy Forum*. 18/01/2000. Disponível em: <<http://www.globalpolicy.org/security/sanction/angola/angola47.htm>>

“Os dramáticos últimos dias de Savimbi”. *Agência Lusa*. 21-02-07. Disponível em: <<http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=271551&visual=26>>

“Angola: Castro revela que retirada aconteceu sob pressão soviética”. *Agência Lusa* Disponível em: <http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=7920>

MABEKO-TALI, Jean-Michel. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Ensaio de história política. Luanda: Nzila, 2001.

MATLOFF, Judith. "Going for the Glint: Diamonds Keep the War in Angola Alive." *Christian Science Monitor*. 18/ 10/1995.

MENEZES, Carlos. “Diáspora não vai votar”. *Correio da Manhã*, Lisboa, 8/11/07. Disponível em: <<http://www.correiomanha.pt/noticia.aspx?contentid=00264854-3333-3333-3333-000000264854&channelid=00000091-0000-0000-0000-000000000091>>

PEAR, Robert. “Persuading Savimbi to Return to the Table”. *The New York Times*.

08/10/1989.

“Riqueza mudou de cor. Os nossos milionários”, *Semanário Angolense*, 18/01/2003.

PIENAAR, Hans. “Savimbi's death brings hope of end to Angola's scorched-earth disaster”. *The Independent*. 25/02/2002.

RAFAEL, Armando. “URSS entregou Nito aos Cubanos. Entrevista a Rafael del Pino”. *Diário de Notícias*. 27/05/2007. Disponível em:
<http://dn.sapo.pt/2007/05/27/tema/urss_entregou_nito_cubanos.html>

“Discurso proferido pelo Presidente da UNITA [Samakuva, Isaías] por Ocasão das Celebrações do 30º Aniversário da Independência Nacional de Angola”. *Jornal da Democracia Liberal*. 09/11/2005. Disponível em:
<http://www.demoliberal.com.pt/imprimir_africa.php?noticia=31>

SCIOLINO, Elaine. “Blaming U.S., Cuba Suspends Pullout”. *The New York Times*. 26/01/1990. Disponível em:
<<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9C0CE7DE103EF935A15752C0A966958260&sec=&spon=&pagewanted=print>>

“The Battle Over Angola”. *Time Magazine*. 29/12/1975. Disponível em:
<<http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,945436,00.html>>

“Neto's Death: Start of a Power struggle”. *Time Magazine*. 24/09/1979. Disponível em:
<<http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,947403,00.html>>

“UN plane crashes”. *BBC News*. 27/12/1998. Disponível em:
<<http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/242806.stm>>

“UN plane 'riddled with bullets'”. *BBC News*. 27/01/1999. Disponível em:
<<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/263633.stm>>

WHITNEY, Craig R.; JOLLIFFE, Jill. “Ex-Allies Say Angola Rebels Torture and Slay Dissenters.” *The New York Times*. 11/03/1989. Disponível em:
<<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=950DEFDE1639F932A>>

WREN, Christopher S. “Substantive Agreement Concluded On Angola and a Free Namibia”. *The New York Times*. 14/12/1988.

_____. “Deaths and Desertions Undermine Tenacious Angolan Rebel”. *The New York Times*. 07/04/1992. Disponível em:
<<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9E0CEFD61639F934A35757C0A964958260&sec=&spon=&pagewanted=print>>

WRIGHT, Robin. “Men at War: Angola’s Liberation Leaders”. *The Christian Science*

Monitor and the Alicia Patterson Foundation. 12/12/1975. Disponível em:
<www.aliciapatterson.org/APF001975/Wright/Wright15/Wright15.html>

“Zambia bans UNITA”. *The Gleaner*. 28/12/1976. Disponível em:
<<http://www.newspaperarchive.com/LandingPage.aspx?type=glpnews&search=december%201%20zambia&img=21143322>>

c. Acordos, Protocolos Internacionais, Legislação

“Acordo Tripartite. Acordo entre a República Popular de Angola, a República de Cuba e a República da África do Sul”. *Library of Congress*. 1988. Disponível em:
www.lcweb2.loc.gov/frd/cs/angola/ao_appnb.html.

“The Geneva Protocol”. *Conciliation Resources*. Disponível em: <<http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/geneva-protocol.php>>

“21/01/1971 - 1971/1 - Legal Consequences for States of the Continued Presence of South Africa in Namibia (South West Africa) notwithstanding Security Council Resolution 276 (1970)”. *International Court Of Justice*. Disponível em:
<<http://www.icj-cij.org/docket/files/53/11455.pdf?PHPSESSID=b77d8ffe170c6d720c85004d751652be>>

“Texto do Acordo de Paz para Angola. 1991. Os Acordos de Paz de Bicesse”. *Incore*. Disponível em:
<<http://www.incore.ulst.ac.uk/services/cds/agreements/pdf/ang1.pdf>>

“Protocolo de Lusaka, Key texts and agreements”. 15/11/1994. Disponível em:
<<http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/lusaka-protocol.php>>

“Angola Verification Mission (UNAVEM III) - Relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas (RSGONU)”. Organização das Nações Unidas. 25/06/1996. Disponível em: <http://www.un.org/french/docs/sc/s1996503.htm>.

2. Bibliografia

a. Livros, capítulos de livros, artigos e relatórios de organizações não-governamentais

- ALAO, Abiodun. *Brothers at War: Dissidence and Rebellion in Southern Africa*. Londres: British Academic Press. 1994.
- AGUALUSA, José Eduardo. “Guerra i Pau a Angola”. Kosmopolis. Festa Internacional de la Literatura. Barcelona – CCCB. 14-19 de setembro de 2004.
- ANDREW, Christopher. *For the President's Eyes Only: Secret Intelligence and the American Presidency From Washington to Bush*. New York: Harper Collins, 1995.
- ANSTEE, Margaret J. “Leading a UN Mission: Angola 1992-93”. Preparing for Peace. 2003. Disponível em: <<http://www.preparingforpeace.org/anstee.htm>>
- _____. *Never Learn to Type: A Woman at the United Nations*. Nova Jersey: John Wiley & Sons. 2004.
- BAINES, Gary. “The Battle for Cassinga: Conflicting Narratives and Contested Meanings”. *Basler Afrika Bibliographien Seminar*, 11 dezembro 2007, Basel, Suíça.
- BALL, Jeremy. “Colonial Labor in Twentieth-Century Angola”. *History Compass*, volume 3, número 1. 2005.
- BARBER, James. *South Africa's foreign policy: the search for status and security 1945-1988*. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.
- BECKETT, Ian Frederick William. *Modern Insurgencies and Counter-Insurgencies: Guerrillas and Their Opponents Since 1750*. Nova York: Routledge, 2001.
- BEIT-HALLAHMI, Benjamin. *The Israeli Connection: Whom Israel Arms and why*. Londres: I.B.Tauris, 1988.
- BEKOE, Dorina A. “Mutual vulnerability and the implementation of peace agreements: examples from Mozambique, Angola, and Liberia”. *International Journal of Peace Studies*, Volume 10, número 2, 2005.
- BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul; GRIFFIN, Stuart. *Understanding Peacekeeping*. Malden: Polity Press. 2004.
- BENDER, Gerald J. “The Eagle and the Bear in Angola”. *The Annals of the American*

- Academy*. Vol. 489, International Affairs in Africa. (Jan., 1987).
- BHAGAVAN, M. R. "Angola's Political Economy 1975-1985". *Research Report*. Uppsala: The Nordic Africa Institute. 1986.
- BILLS, Scott L. "The world deployed: US and Soviet military intervention and proxy wars in the Third World since 1945". In: Robert W. CLAWSON (Ed.): *East West rivalry in the Third World*. Wilmington: Scholarly Resources Inc. 1986.
- BIRMINGHAM, David. "Angola". In: CHABAL, Patrick. *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Londres: C. Hurst & Co. Ltd. 2002.
- BITTENCOURT, Marcelo. *Dos Jornais às Armas. Trajectórias da Contestação Angolana*. Lisboa: Vega Editora, 1999.
- _____. "A história contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas". *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola* (4 a 9 de agosto de 1997). Luanda, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 161-185.
- BLUM, William. *Killing Hope: US Military and CIA Interventions Since World War II*. Londres: Zed Books Ltd, 2004.
- BOGLE, Lori Lyn (Ed.). *The Cold War: Volume 1: Origins of the Cold War – The Great Historical Debate*. Nova York: Routledge, 2001.
- BORSTELMANN, Thomas. *Apartheid's Reluctant Uncle: The United States and Southern Africa in the Early Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- BOTELHO, Americo Cardoso. *Holocausto em Angola: Memórias de entre o cárcere e o cemitério*. Lisboa: Editora Vega, Coleção Outras Obras. 2008.
- BOULDEN, Jane (Ed.). *Dealing with Conflict in Africa*. Nova York: Palgrave Macmillan. 2003.
- BRECHER, Michael; WILKENFELD, Jonathan. *A study of Crisis*. Ann Harbor: University of Michigan. 1997.
- BRIDGLAND, Fred. *Death in Africa: A Proposal for a Book about the Life and Murder of Tito Chingunji and his Family*. Londres: Cold Type. 2004. Disponível em: <<http://www.coldtype.net/Assets.04/Essays.04/Tito.pdf>>
- _____. *Jonas Savimbi: A Key to Africa*. Nova York: Paragon House. 1987.
- BRINKMAN, Inge. "War and Identity in Angola: Two Case-Studies". *Lusotopie*, 2003.
- BRUNE, Lester H.; BURNS, Richard Dean. *Chronological History of U.S. Foreign Relations: Volume II, 1933 – 1988*. Londres: Routledge, 2003.

- BYRNES, Rita M. (ed.). "South Africa: A Country Study". *Washington: GPO for the Library of Congress*. 1996. Disponível em: <<http://countrystudies.us/south-africa/>>
- CAMPOS, Adriana. *Trabalho forçado africano: experiências coloniais comparadas*. Porto: Campo das Letras. 2006.
- CAMPOS, Indira. "Angola's Elections: A Democratic Oil Giant?" *Africa Programme Paper* 09/01. Chatham House. 2008.
- CAMPBELL, Horace. "Angolan women and the Electoral Process in Angola, 1992". *Africa Development*. Dakar. 1993.
- CARPENTER, Ted Galen. "U.S. Aid to Anti-Communist Rebels: The "Reagan Doctrine" and Its Pitfalls". *Cato Policy Analysis*, No. 74. Junho de 1986.
- CARRARA, Kester. *Behaviorismo Radical*. Marília: Fundação Editora da UNESP. 1988.
- CHABAL, Patrick. *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Londres: C. Hurst & Co. Ltd. 2002.
- CHABAL, Patrick; DALOZ, Jean-Pascal. *Africa Works: Disorder as Political Instrument*. Bloomington: The International African Institute, James Currey, Indiana University Press. 1999.
- CHIVINDA, Ermelinda. "Sistema Político Angolano: A Influência das Etnias nos Partidos Políticos". *Nação Ovimbundu*. Disponível em: <<http://www.ovimbundu.org/Ciencias-Politicas/Sistema-Politico-AngolanoA-Influencia-das-Etnias-nos-Partidos-Politicos.html>>
- CILLIERS, Jakkie. "UN Reform and Funding Peacekeeping in Africa". *African Security Review*. Vol. 14, No. 2. 2005.
- CILLIERS, Jakkie; DIETRICH, Christian (Eds.). *Angola's War Economy: The Role of Oil and Diamonds*. Pretoria: Institute for Security Studies. 2000.
- CIMBALA, Stephen J. *Politics of Warfare: The Great Powers in the Twentieth Century*. University Park: Penn State Press, 2004.
- CLARENCE-SMITH, Gervase. *The third Portuguese Empire, 1825-1975*. Manchester: Manchester University Press. 1985.
- _____. *Slaves, Peasants and Capitalists in Southern Angola: 1840-1926*. Cambridge: Cambridge University Press. (1979) 2008.
- _____. "Le problème ethnique en Angola". In: CHRÉTIEN, J. P.; PRUNIER, G. *Les*

ethnies ont une histoire. Paris: Edition Karthala-L'Umr Mald (CNRS-Paris I). 2003.

CLIFFE, Lionel; LUCKHAM, Robin: "Complex Political Emergencies and the State: Failure and the Fate of the State". *Third World Quarterly*. Vol. 20, No. 1, 1999.

CLEARY, Sean. "Angola – A case study of private military involvement". In: CILLIERS, Jakkie; MASON, Peggy (Eds.). *Peace, Profit or Plunder? The Privatisation of Security in War-torn African Societies*. Pretoria: Institute for Security Studies, 1999.

COLLELO, Thomas (Ed.). *Angola: a country study*. Washington, DC: Federal Research Division, Library of Congress. 1989.

CONCILIATION RESOURCES. "Lições para a ONU da UNAVEM II (1991-93)". Disponível em: <<http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/unavem-2.php>>

COPSON, Raymond W. "Peace in Africa? The Influence of Regional and International Change". In: DENG, Francis Mading; ZARTMAN, I. William (Eds.). *Conflict Resolution in Africa: Conference Revised Papers*. Washinton, DC: Brookings Institution Press. 1991.

CORTRIGHT, David; LOPEZ, George A.; STEPHANIDES, Joseph. *Smart Sanctions: Targeting Economic Statecraft*. Lanham: Rowman & Littlefield. 2004.

CORTRIGHT, David; LOPEZ, George A; GERBER, Linda. *Sanctions and the Search for Security: Challenges to UN Action*. Boulder: Lynne Rienner Publishers. 2002.

CROCKER, Chester A. *High Noon in Southern Africa: Making Peace in a Rough Neighborhood*. Nova York: W.W. Norton & Co., 1992.

_____. "Lessons on Intervention, in Managing Conflict in the Post-Cold War World: The Role of Intervention". Relatório do Aspen Institute Conference, 2-6 de Agosto de 1995, Aspen, Colorado: Aspen Institute. 1996.

DANAHER, Kevin. *The Political Economy of U.S. Policy Toward South Africa*. Boulder: Westview Press, 1985.

DAVIDSON, Basil. *The Black Man's Burden: Africa and the Curse of the Nation-State*. Nova York: Times Books. 1992.

DE BEER, Hannelie; GAMBA, Virginia. "The arms dilemma: resources for arms or arms for resources?" In: CILLIERS, Jakkie; DIETRICH, Christian. *Angola's War Economy*. Pretoria: Institute for Security Studies. 2000.

DENG, Francis Mading; ZARTMAN, I. William (Eds.). *Conflict Resolution in Africa: Conference, Revised Papers*. Washinton, DC: Brookings Institution Press. 1991.

- DICIONÁRIO POLÍTICO. “Gomes Francisco Costa”. Marxista Internet Archive.
Disponível em:
<http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/g/gomes_franciso_costa.htm>
- DOBBINS, James; JONES, Seth G.; CRANE, Keith; RATHMELL, Andrew; STEELE, Brett; TELSCHIK, Richard; TIMILSINA, Anga R. *The UN's Role in Nation-Building: From the Congo to Iraq*. Santa Monica: RAND Corporation, 2005.
- DOEBBLER, Curtis Francis. *International Human Rights Law: Cases and Materials – Volume I*. Washington, DC: CD Publishing, 2004.
- DÖPCKE, Wolfgang. “Paz e Guerra na África”. *Colunas de RelNet*, Vol. 9. Brasília, 26/04/2004.
- _____ (org.). *Crises e Reconstruções: estudos afro-brasileiros, africanos e asiáticos*. Brasília: Linha Gráfica, 1998.
- _____. “Apogeu e Colapso do Sistema Internacional Europeu (1871-1918)”. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *Relações internacionais: Entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília: IBRI. 2001.
- DORIA, José. “Angola: A Case Study in the Challenges of Achieving Peace and the Question of Amnesty or Prosecution of War Crimes in Mixed Armed Conflicts”. *Yearbook of International Humanitarian Law*, Vol. 5, 2002.
- DUDZIAK, Mary L. *Cold War Civil Rights: Race and the Image of American Democracy*. Princeton: Princeton University Press. 2000.
- DUFFY, James. *Portugal in Africa*. Londres: Penguin Books. 1962.
- DUFFIELD, Mark. *Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security*. Londres: Zed Books. 2001.
- EDWARDS, Adrian C. *The Ovimbundu under Two Sovereignities: A Study of Social Control and Social Change among a People of Angola*. Oxford: Oxford University Press. 1962.
- ELS, Paul. *Ongulumbashe: die begin van die bosoerlog*. Pretoria: PelsA, 2004.
- FALK, Pamela S. “U.S. – Cuba Negotiations: The Continuing Stall”. In: NELSON, Richard; WEISBRODE, Kenneth (Eds.). *Reversing Relations with Former Adversaries: U.S. Foreign Policy after the Cold War*. Gainesville: University Press of Florida. 1998.
- FEARON, James D. “Economic development, insurgency, and civil war”. In:

HELPMAN, Elhanan (Ed.), *Institutions and Economic Performance*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. 2008.

FEDERAL RESEARCH DIVISION. *Angola: Country Studies Series*. Washington, DC: Library of Congress. 1993.

_____. *Zaire: Country Studies Series*. Country Studies Series. Washington, DC: Library of Congress. 1993. Disponível em: <<http://www.country-data.com/cgi-bin/query/r-15134.html>>

FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS. “Global Humanitarian Emergencies: Trends and Projections, 1999-2000”. Agosto 1999. Disponível em: <http://www.fas.org/irp/nic/global_humanitarian_emergencies.htm>

FORTNA, Virginia P. “Does Peacekeeping Keep Peace? International Intervention and the Duration of Peace After Civil War”. *International Studies Quarterly*, Vol. 48, 2004, p. 269–292.

FRANCIS, David J. *Uniting Africa: Building Regional Peace and Security Systems*. Hants: Ashgate Publishing, Ltd. 2006.

FUKUYAMA, Francis. “A New Soviet Strategy”. *Commentary*, Vol. 68. Outubro de 1979, p. 52-58.

FURIATI, Claudia. *Fidel Castro: uma biografia consentida*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.

GEORGE, Edward. *The Cuban Intervention in Angola, 1965-1991: From Che Guevara to Cuito Cuanavale*. Londres: Routledge. 2005.

GIBBS, David. *The Political Economy of Third World Intervention: Mines, Money, and U.S. Policy in the Congo Crisis*. Chicago: University of Chicago Press. 1991.

GLEIJESES, Piero. *Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press. 2002.

_____. “Havana’s Policy in Africa, 1959-76: New Evidence from Cuban Archives”. *Cold War International History Project Bulletin*, 8/9/1996. Disponível em: <<http://www.wilsoncenter.org/topics/pubs/ACF191.pdf>>

GLOBAL SECURITY. “National Union for the Total Independence of Angola. Armed Forces for the Liberation of Angola”. *Center for Democracy in Angola (CEDA)*. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/para/unita.htm>.

GLOBAL WITNESS. *Tous les hommes des Présidents - L’histoire accablante du pétrole et des affaires bancaires dans la guerre privatisée de l’Angola*. Londres: Global Witness Press. 2002.

GONÇALVES, Jonuel. “O descontínuo processo de desenvolvimento democrático em

Angola”. Comunicação apresentada na Conferência sub-regional África Austral, Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África – CODESRIA. Gaborone, 18/19 de Outubro 2003.

- GOULDING, Marrack. “The use of Force by the United Nations”. *International Peacekeeping*, Vol. 3, No. 1, p. 1-18.
- GOVERNO DA REPÚBLICA CHECA. “Statement of Prime Minister Mirek Topolánek on the 25th anniversary of the kidnapping of Czechoslovak citizens from Alto Catumbela in Angola”. Praga: Press Department of the Government of the Czech Republic. 13/03/2008. Disponível em: <<http://www.vlada.cz/scripts/detail.php?id=32745>>
- GRANT, J. Andrew, SÖDERBAUM, Fredrik. *The New Regionalism in Africa*. Hants: Ashgate Publishing, Ltd. 2003.
- GREY, Jeffrey (Ed.). *The Last Word? Essays on Official History in the United States and British Commonwealth*. Londres: Praeger/Greenwood Publishing Group. 2003.
- GRIFFITHS, Aaron. “The end of the war: The Luena Memorandum of Understanding”. *Accord*, No. 15, Vol. 1. 2004.
- GUIMARÃES, Fernando Andresen. *The origins of the Angolan civil war: foreign intervention and domestic political conflict*. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2001.
- GULICK, Thomas G. “How the U.N. Aids Marxist Guerrilla Groups”. *The Heritage Foundation Background*, No. 177. 08/04/1982. Disponível em: <<http://www.heritage.org/Research/InternationalOrganizations/bg177.cfm>>
- HAARSCHER, Guy. “Can Human Rights Be ‘Contextualized’?” 10th Annual Conference on “The Individual vs. the State”. Central European University, Budapest, 14-16 de Junho de 2002.
- HAMMAN, Hilton. *Days of the Generals: The Untold Story of South Africa's Apartheid-Era Military Generals*. Pretoria: Zebra. 2001.
- HENDERSON, Lawrence W. *Angola: Five Centuries of Conflict*. Ithaca: Cornell University Press. 1979.
- HERRING, George C. *America's Longest War: The United States and Vietnam, 1950-1975*. Londres: McGraw-Hill, 2001.
- HEWITT, Dawn M. “Peacekeeping and the Lusaka Protocol”. *Melbourne Journal of Politics*, Vol. 26, 1999.
- HODGES, Antonio. *Angola: Anatomy of an Oil State*. Bloomington: Indiana University Press. 2004.

- HOWARD, Lise Morjé. “UN Peacekeeping in Civil Wars: Success, Failure, and Organizational Learning”. Artigo apresentado à Conferência da American Political Science Association, Boston, 30/08/2002.
- HUBAND, Mark. *The Skull Beneath the Skin: Africa After the Cold War*. Boulder: Westview Press, 2001.
- HUMAN RIGHTS WATCH. “Sanctions-Busting in Angola”. *Human Rights Watch Backgrounder*. 2000. Disponível em: <<http://www.hrw.org/press/2000/03/ang1403.htm>>
- HUNTER, Jane; HAAPISEVA-HUNTER, Jane. *Israeli Foreign Policy: South Africa and Central America*. Cambridge, Massachusetts: South End Press, 1987.
- HEYWOOD, Linda M. “Unita and Ethnic Nationalism in Angola”. *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 27, No. 1, 1989, p. 47-66.
- HODGES, Tony. *Angola to the 1990s: The Potential for Recovery*. Londres: Economist Publications, Economist Intelligence Unit, 1987.
- HODGES, Tony. *Angola: Anatomy of an Oil State*. Indianapolis: Indiana University Press. 2001.
- JACKSON, Steven F. “China's Third World Foreign Policy: The Case of Angola and Mozambique, 1961-93”. *The China Quarterly*, No. 142, junho 1995, p. 388-422.
- JAMES, Alan. *Peacekeeping in International Politics*. Basingstoke: Macmillan/IISS. 1990.
- JAMES, W. Martin; BROADHEAD, Susan Herlin . *Historical dictionary of Angola*. Toronto: Scarecrow Press, Inc. 2004.
- JAMES, W. Martin. *A political History of the Civil War in Angola, 1974 – 1990*, New Brunswick: Transaction Publishers.1992.
- JETT, Dennis C. *Why Peacekeeping Fails*. Nova York: St. Martin’s Press. 2000.
- JOHNSON, Robert David. “The Unexpected Consequences of Congressional Activism: The Clark and Tunney Amendments and U.S. Policy toward Angola”. *Diplomatic History*, Vol. 27. 2003, p. 215-243.
- KAHN, Owen E. (Ed.). “Disengagement from Southwest Africa: Prospects for Peace in Angola & Namibia”. Papers presented at the Miami conference of the Institute for Soviet and East European Studies. 20-21 de dezembro de 1988. Miami: University of Miami. 1991.
- KALDOR, Mary. “Old Wars, Cold Wars, New Wars, and the War on Terror”. Palestra

proferida pela professora Mary Kaldor no Cold War Studies Center, London School of Economics. Londres, 2 de fevereiro de 2005.

_____. *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Cambridge: Polity. 1999.

KALLEY, Jacqueline; SCHOEMAN, Elna; ANDOR, Lydia Eve. *Southern African Political History: A Chronology of Key Political Events from Independence to Mid-1997*. Westport: Greenwood Publishing Group, Inc. 1999.

KAPLAN, Lawrence S. *NATO 1948: The Birth of the Transatlantic Alliance*. Nova York: Rowman & Littlefield, 2007.

KEEN, David. "The Economic Functions of Violence in Civil Wars". *Adelphi Paper* 320. Junho de 1998, p. 1-88.

KEEGAN, Timothy J. *Colonial South Africa & the origins of the racial order*. Charlottesville: University Press of Virginia. 1996.

KEMPTON, Daniel R. *Soviet Strategy Toward Southern Africa: The National Liberation Movement Connection*. Santa Barbara: Praeger, 1989.

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sydney. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

KINGMA, Kees. "Demobilization of Combatants after Civil Wars in Africa and their Reintegration into Civilian Life", *Policy Sciences*, Volume 30, No. 3, August, 1997.

KISSINGER, Henry A. *Ending the Vietnam War: A History of America's Involvement in and Extrication from the Vietnam War*. Nova York: Simon & Schuster, 2003.

KNUDSEN, Christine M.; ZARTMAN I. William. "The Large Small War in Angola". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 541, No. 1, Setembro 1995.

KRAMER, David J. (Ed.). *Angola Pre-election Assessment Report*. Washington, DC: International Foundation for Election Systems, International Republican Institute, National Democratic Institute. Março 2002.

KUKKUK, Leon. *Letters to Gabriella*. Sarasota: FLF Press. 2005.

LAIDI, Zaki. *The Superpowers and Africa: The constraints of a Rivalry, 1960-1990*. Chicago: University of Chicago Press. 1990.

LAMONT, Beth. "The New Mandate for UN Peacekeeping - international operations". *The Humanist*. Vol. 61, No. 1, Janeiro/Fevereiro 2001.

- LE BILLON, Philippe. "Angola's Political Economy of War: The Role of Oil and Diamonds, 1975-2000". *African Affairs*, Vol. 100, No. 398. 2001.
- LE BILLON, Philippe. "The Political Economy of Resource Wars". In: CILLIERS, Jakkie; DIETRICH, Christian (Eds.). *Angola's War Economy: The Role of Oil and Diamonds*. Pretoria: Institute for Security Studies. 2000.
- LODGE, Tom; KADIMA, Denis; POTTIE, David (Eds.). *Compendium of Elections in Southern Africa*. Joanesburgo: Electoral Institute of Southern Africa, 2002.
- LOVEMAN, Chris. "Assessing the phenomenon of proxy intervention". *Conflict, Security and Development*, Vol. 2, No. 3, Dezembro 2002.
- LULAT, Y. G.-M. *U.S. Relations with South Africa: An Annotated Bibliography. Volume Two, Periodical Literature and Guide to Sources of Current Information*. Boulder: Westview Press, Inc. 1991.
- MACK, Andrew. "Peace on Earth? Increasingly, Yes", *The Washington Post*, 08//12/05.
- MACQUEEN, Norrie. "Peacekeeping by attrition: the United Nations in Angola". *The Journal of Modern African Studies*. Vol. 36, No. 3, Setembro 1998.
- MAIER, Karl. "Angola: Peace at last? Refugee Survey". *Quarterly United Nations High Commissioner for Refugees*. Vol. 16, No. 2. 1997.
- _____. *Angola: Promises and Lies*. Londres: Serif. 1996.
- MALAQUIAS, Assis V. "UN Peace Operations in Lusophone Africa: Contrasting Strategies and Outcomes". *The Journal of Conflict Studies*. Vol. 18, No. 2, 1998.
- MALAQUIAS, Assis. *Rebels and Robbers: Violence in Post-colonial Angola*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2007.
- MALAQUIAS, Assis. "Ethnicity and conflict in Angola: prospects for reconciliation". CILLIERS Jakkie; DIETRICH, Christian (Eds.). *Angola's war economy: The role of oil and diamonds*. Pretoria: Institute for Security Studies: 2000.
- MAO, Tse-tung [Zedong Mao]. *The Present Situation and Our Tasks*. Beijing: Foreign Languages Press, 1967.
- MARCHAL, Roland; MESSIANT, Christine. *Les chemins de la guerre et de la paix: Fins de conflit en Afrique orientale et australe*. Paris: Éditions Karthala. 1997.
- MARCUM, James. *The Angolan revolution II. Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)*. Cambridge: MIT Press, 1978.
- MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. *Purga em Angola*. Lisboa: Editora ASA.

2007.

- MATTHIAS, Willard C. *America's Strategic Blunders: Intelligence Analysis and National Security Policy, 1936-1991*. Philadelphia: Penn State Press, 2007.
- MAXWELL, Kenneth. *The Making of Portuguese Democracy*. Cambridge University Press, 1997.
- MEIJER, Guus. "From military peace to social justice? The Angolan peace Process". *Accord*, Vol. 15. 2004.
- MENGES, Constantine. "The Angola/Namibia Agreements: Likely Results and Policy Implications". In: KAHN, Owen E. (Ed). *Disengagement from Southwest Africa: Prospects for Peace in Angola & Namibia*. Papers presented at the Miami conference of the Institute for Soviet and East European Studies. 20-21/12/1988. Miami: University of Miami. 1991.
- MERIWETHER, James, "A Torrent Overrunning Everything: Africa and the Eisenhower Administration". In: STATLER, Kathryn; JOHNS, Andrew (Eds.), *The Eisenhower Administration, the Third World and the Globalization of the Cold War*. Oxford: Rowman & Littlefield. 2006.
- MESSIANT, Christine. *L'Angola postcolonial, Tome 1: Guerre et paix sans démocratisation*. Paris: Karthala Editions. 2008.
- _____. "Angola: Woe to the Vanquished". In: WEISSMAN, Fabrice; HOMOLKA, Vincent (Ed.): *In the Shadow of "Just Wars": Violence, Politics and Humanitarian Action*. Londres: C. Hurst & Co. Publishers, 2004.
- _____. "MPLA et UNITA : processus de paix et logique de guerre". *Politique Africaine*. No. 57. 1995.
- _____. "Sur la première generation du MPLA : 1948-1960. Mário de Andrade, entretiens avec Christine Messiant (1982)". *Lusotopie* 1999.
- _____. MESSIANT, Christine. "Why did Bicesse and Lusaka fail? A critical analysis". *Accord*, Vol. 15, 2004. Disponível em: <<http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/bicesse-lusaka.php>>
- "MPLA. O MPLA e os desafios do século XXI". *MPLA*. 2002. Disponível em <<http://www2.ebonet.net/MPLA/>>
- MUGOMBA, Agrippah T. "Regional Organisations and African Underdevelopment: the Collapse of the East African Community". *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 12, No. 2. 1978.
- MUNENE, Macharia. *The Truman Administration and the Decolonization of Sub-Saharan Africa*. Nairobi: Nairobi University Press. 1995.

- NATIONAL SECURITY COUNCIL. "Minutes, National Security Council Meeting. 27 de Junho de 1975". 1975. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB67/gleijeses6.pdf>. Acesso: 24 setembro 2008>
- NELSON, Richard; WEISBRODE, Kenneth (Eds.). *Reversing Relations with Former Adversaries: U.S. Foreign Policy after the Cold War*. Gainesville: University Press of Florida, 1998.
- NZINGA, Daniel N. "Previous Initiatives to Bring Peace to Angola, lessons learnt and recommendations for the future". *Angolan Reflections on Peace Building*. Amsterdam: NIZA. 1999.
- NORDSTROM, Carolyn. *Global outlaws: crime, money, and power in the contemporary world*. Berkeley: University of California Press. 2007.
- NORTJE, Piet. *32 Battalion: The Inside Story of South Africa's Elite Fighting Unit*. Pretoria: Zebra. 2004.
- NORVAL, Morgan. *Death in the Desert: The Namibian Tragedy*. Washington DC: Selous Foundation Press. 1989.
- O'BRIEN, Michael. *John F. Kennedy*. Nova York: St. Martin's Press, 2006
- O'MEARA, Dan. "Destabilization in southern Africa; total strategy in total disarray (South Africa's regional-based foreign policy)". *Monthly Review*. Vol. 37, Abril de 1986.
- OLIVEIRA, Ricardo Soares de. "Business success, Angola-style: postcolonial politics and the rise and rise of Sonangol". *Journal of Modern African Studies*, Vol. 45, No.4. 2007.
- PACHECO, Carlos. *MPLA um nascimento polêmico: as falsificações da história*. Lisboa: Editora Vega. 1997.
- PASCOE, William. "U.S. Aid Pays Dividends for Angola's Freedom Fighters". *Backgrounder*, Update No. 36. 29/01/1987.
- PATMAN, Robert G. "Beyond 'the Mogadishu Line': Some Australian Lessons for Managing Intra-State Conflict". *Small Wars & Insurgencies*, Vol. 12, No. 1, Routledge. 2001.
- PAULO, Manuel J. "O papel das Nações Unidas no processo de paz angolano". *Accord*, Vol. 15, 2004. Disponível em: <<http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/un-role.php>>
- PAZZANITA, Anthony G. "The Conflict Resolution Process in Angola". *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 29, No. 1, Mar., 1991.

- PEARCE, Justin. *An Outbreak of Peace: Angola's Situation of Confusion*. Claremont: New Africa Books, 2005.
- PÉCLARD, Didier. "UNITA, 1966-1977. The moral economy of 'marginal' nationalism in Angola". Artigo apresentado na The Politics of Nations and Nationalism in Lusophone Africa Conference. Oxford Research Network On Government in Africa. The Department of Politics and International Relations. 6-7 de dezembro de 2007. Saint Cross College, Oxford.
- PÉLISSIER, René. *Les Guerres Grises: Resistance et Revoltes em Angola (1845-1941)*. Orgeval: Pélissier. 1977.
- _____. *La Colonie Du Minoraure: Nationalismes et Revoltes em Angola (1926-1961)*. Orgeval: Pélissier. 1978.
- PEREIRA, Anthony. "The Neglected Tragedy: The Return to War in Angola, 1992-3". *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 32, No. 1, Mar., 1994.
- PEREIRA, José Maria Nunes. "Angola: Identidade Nacional e Africanidade". In: DÓPCKE, Wolfgang (Org.). *Crises e Reconstruções: estudos afro-brasileiros, africanos e asiáticos*. Brasília: Linha Gráfica, 1998.
- PESTANA, Nelson. "A classe dirigente e o poder em Angola". Texto da comunicação apresentada no VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 16 a 18 de Setembro de 2004.
- PORTER, Bruce D. *The USSR in Third World Conflicts: Soviet Arms and Diplomacy in Local Wars, 1945-1980*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- POTGIETER, Jakkie; CORNWELL, Richard. "Angola: Endgame or Stalemate". *Occasional Paper*, No. 30. Institute of Security Studies. Abril 1998.
- POTGIETER, Jakkie. "Taking aid from the devil himself: UNITA's support Structures". In: CILLIERS, Jakkie; DIETRICH, Christian (Eds.). *Angola's war economy: The role of oil and diamonds*. Pretoria: Institute for Security Studies: 2000.
- POTIČNYJ, Petro J. "The Soviet Union: Party and Society". American Association for the Advancement of Slavic Studies International Committee for Soviet and East European Studies, World Congress for Soviet and East European Studies (3rd : 1985 : Washington, D.C.). Cambridge University Press. 1988.
- POWASKI, Ronald. *The Cold War: The United States and the Soviet Union, 1917-1991*. Nova York: Oxford University Press US, 1998.
- PRADOS, John. *The Central Intelligence Agency and the Face of Decolonization under the Eisenhower Administration*. In: STATLER, Kathryn; JOHNS, Andrew (Eds.). *The Eisenhower Administration, the Third World and the Globalization of the Cold War*. Oxford: Rowman & Littlefield. 2006.

- PRICE, Robert M. "Africa in U.S. and Soviet Policy: Change and Opportunity". *A Journal of Opinion*, Vol. 17, No. 1, 1988.
- PURKITT, Helen E.; BURGESS, Stephen Franklin. "South Africa's Weapons of Mass Destruction". Bloomington: Indiana University Press. 2005.
- QUAKER COUNCIL FOR EUROPEAN AFFAIRS (QCEA). "The EU & DDR (Demobilisation, Disarmament & Reintegration)". *Briefing Paper*, Bruxelas: QCEA. 2005.
- RICE, Susan E.; GRAFF, Corinne, LEWIS, Janet. "Poverty and Civil War: What Policymakers Need to Know". *Working Paper*, No. 02. *The Brookings Institution*, dezembro de 2006.
- ROHERTY, James Michael. *State Security in South Africa: Civil-military Relations Under P.W. Botha*. Armonk: M.E. Sharpe, 1992.
- ROQUE, Paula Cristina. *Angolan legislative elections: Analysing the MPLA's triumph*. Pretoria: Institute for Security Studies. 16/09/2008. Disponível em: <http://www.iss.co.za/dynamic/administration/file_manager/file_links/SITREP160908.PDF?>
- ROSS, Michael L. "What Do We Know about Natural Resources and Civil War?" *Journal of Peace Research*, Vol. 41, No. 3, maio de 2004.
- ROTHCHILD, Donald S. *Managing Ethnic Conflict in Africa: Pressures and Incentives for Cooperation*. Washington, DC: Brookings Institution Press. 1997.
- ROTHCHILD, Donald; HARTZELL, Caroline. "Interstate and Intrastate Negotiations in Angola". In: ZARTMAN, William (Ed.). *Elusive Peace: Negotiating an End to Civil Wars*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 1995.
- SAKALA SIMÕES, Alcides. *Memórias de um guerrilheiro*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 2006.
- SANTOS, Bruno Oliveira; PASSO, José Manuel da Cunha. *Histórias Secretas Da PIDE/DGS. Entrevistas com Cunha Passo, Abílio Pires, Óscar Cardoso e Diogo Albuquerque*. Lisboa: Nova Arrancada Editora, 2000.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias*. Brasília. Editora UnB, 1996.
- _____. "Um momento especial nas relações Brasil-Angola: do reconhecimento da independência aos desdobramentos atuais". In: SARAIVA, José Flávio Sombra; PANTOJA, Selma (Orgs.). *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. *Relações internacionais: Entre a preponderância européia e a emergência*

- americano-soviética (1815-1947). Brasília: IBRI. 2001.
- SCHATTEN, Fritz. *Communism in Africa*. Londres: George Allen & Unwin, 1966.
- SCHNEIDMAN, Witney W. *Engaging Africa: Washington and the Fall of Portugal's Colonial Empire*. University Press of America, 2004.
- SCHRAEDER, Peter J. *United States foreign policy toward Africa: Incrementalism, crisis and change*. Cambridge: University Press. 1994.
- SCHULTHEIS, Michael J. "Refugees in Africa: The Geopolitics of Forced Displacement. *African Studies Review*, Vol. 32, No. 1 (Apr., 1989), pp. 3-29.
- SCOTT, James M. *Deciding to Intervene: The Reagan Doctrine and American Foreign Policy*. Duke University Press, 1996.
- SHULTZ, Richard H. *The Soviet Union and Revolutionary Warfare*. Stanford, CA: Hoover Institute Press. 1998.
- SINGER, Peter Warren. *Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Military Industry*. Ithaca: Cornell University Press. 2003.
- SMALL ARMS WORKING GROUP (SAWG). "Arms and Peacekeeping". Disponível em: <<http://www.fas.org/asmp/campaigns/smallarms/sawg/peacekeeping.pdf>>
- SOUDRIETTE, Richard W. *Testimony to Committee on International Relations Subcommittee on Africa*. Washington, D.C.: Global Human Rights, and International Operations International Foundation for Election Systems (IFES). 20/06/2006. Disponível em: <<http://www.ifes.org/files/RWS-Angola-Testimony.pdf>>
- STEDMAN, Stephen John. "Introduction". In: STEDMAN, Stephen John; ROTHCHILD, Donald, COUSENS, Elizabeth M (Eds.). *Ending Civil Wars: The Implementation of Peace Agreements*. Londres: Lynne Rienner Publishers. 2002.
- STEENKAMP, Willem. *Borderstrike! South Africa into Angola 1975-1980*. Durban: Just Done Productions Publishing. 2007.
- STEVENS, Christopher. "The Soviet Union and Angola". *African Affairs*, Vol. 75, No. 299, 1976.
- STOCKWELL, John. *In Search of Enemies: A CIA Story*. Nova York: W.W. Norton, 1978.
- TAYLOR & FRANCIS GROUP. *Africa South of the Sahara*. Taylor & Francis Group, Europa Publications Limited. 1988.
- TILLY, Charles. *Coercion, Capital and European States AD 990-1900*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

- THE JOHNS HOPKINS UNIVERSITY SCHOOL FOR ADVANCED INTERNATIONAL STUDIES (SAIS). *The Conflict Management Toolkit. Peacekeeping Overview*. Disponível em: <<http://sais-jhu.edu/cmtoolkit/approaches/peacekeeping/index.html>>
- TURNER, Thomas. *Self-Determination Conflict Profile: Angola*. Washington, D.C.: International Relations Center. Foreign Policy in Focus, Self-Determination in Focus. 2002.
- TVEDTEN, Inge. *Angola: Struggle for Peace and Reconstruction*. Boulder, CO: Westview Press, 1997.
- UNIÃO NACIONAL PARA A INDEPENDÊNCIA TOTAL DE ANGOLA. “Comité Perrmanente da Comissão Política da UNITA. 2001 - ano do resgate da pátria para a democracia, comunicado n.º 06/UNITA/C.P.C.P/2001”. 25/05/2001. Disponível em: <<http://cjpra.freesevers.com/unita.htm>>
- _____. “Memorandum of the Permanent Committee on Non-Compliance by the MPLA: 1975-1998”. 2/02/2000. Disponível em: <<http://cjpra.freesevers.com/unita.htm>>
- _____. “Unita Permanent Committee - Memorandum on non-compliance by the MPLA, 1975-1998”. 07/ 02/2000. Disponível em: <<http://cjpra.freesevers.com/Unita.htm>>
- UNITED STATES HOUSE OF REPRESENTATIVES. “Congressional record. Intelligence authorization act for fiscal year 1990”. 12/10/1989. Disponível em: <http://www.fas.org/irp/congress/1989_cr/h891012-ia2.htm>
- URALOV, K. “Angola: The Triumph of the Right Cause”. *International Affairs* (Moscou), No. 5, Maio de 1976.
- VALE, Peter. “Pivot, Puppet or Periphery: The Cold War and South Africa”. Working Paper of The International Center for Advanced Studies at the New York University. 2003. Disponível em: <<http://www.nyu.edu/gsas/dept/icas/Vale.pdf>>
- VAN DER WAAG. “Contested Histories: Official History and the South African Military in the Twentieth Century”. In: GREY, Jeffrey (Ed.). *The Last Word? Essays on Official History in the United States and British Commonwealth*. Londres: Praeger/ Greenwood Publishing Group. 2003.
- VINES, Alex. *Angola Unravels: The Rise and Fall of the Lusaka Peace Process*. Nova York: Human Rights Watch. 1999.
- VINICIUS, Marco; SALDANHA, Maria João. *Jonas Savimbi: um desafio à ditadura comunista em Angola*. Lisboa: Edições Armasilde, 1977.
- WEISSMAN, Stephen R. “CIA Covert Action in Zaire and Angola: Patterns and

Consequences”. *Political Science Quarterly*, Vol. 94, No. 2. 1979.

WESTAD, Odd Arne. *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

WHEELER, Douglas L. “Angola”. *African Studies Association*. Vol. 5, No. 3. 1975.

WOLF, Charles, Jr. “The Costs of the Soviet Empire”. *Science* 29, Vol. 230. No. 4729, 1985.

WRIGHT, George. *The Destruction of a Nation: United States Policy Towards Angola Since 1945*. Chicago: Pluto Press, 1997.

YOUNG, Crawford; TURNER, Thomas. *The rise & decline of the Zairian State*. Madison: University of Wisconsin Press, 1985.

ZARTMAN, IraWilliam (Ed.). *Elusive Peace: Negotiating an End to Civil Wars*. Washinton, DC: Brookings Institution Press, 1995.

b. Teses de doutorado e dissertações de mestrado

BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos Juntos. O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)*. 2002. Niterói: Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. [2002].

CAVALCANTI, Carlos Alberto de Moraes. *Processo de democratizacao em Angola e Moçambique: Um estudo comparativo*. Brasilia, 2002. 137 f. [2002].

CUNHA, Dileine Amaral da. *Os diamantes de conflito na África Subsaariana e o processo de kimberley*. 2004. 157 f Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais. [2004].

GALVÃO, Denise Lúcia Camatari. *Conflitos armados e recursos naturais: as "novas" guerras na África*. 2005. 215 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais. [2005].

MASCHIETTO, Roberta Miranda. *Soberania e ingerência internacional na África Subsaariana : uma tipologia exploratória*. 2005. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais. [2005].

NÓBREGA, João Fernando Ribeiro. *A Dimensão estratégica da participação brasileira em operações de paz na África Austral na década de 1990*. 2004. 108 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília. [2004].

NOSOLINI, Elber Eugênio Carlos. *Brasil e os países africanos de língua oficial*

portuguesa: aproximação, distanciamento e reaproximação: (de 1975 aos dias atuais). 2004, 211 p. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais. [2004].

SOUZA, Creomar Lima Carvalho de. *Do conservadorismo ao desinteresse: três estudos de caso sobre o posicionamento brasileiro frente à descolonização afro-asiática (1946-1961)*. 2005. 130 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília. [2004].

VASILE, Alina Mihaela. *Bringing Peace to a Troubled Continent, Peacekeeping, Mediation and Other Forms of Intervention in African Conflicts. Case studies: Angola and Rwanda*. 2007. 98 f. Dissertação (Diploma em Altos Estudos Europeus Internacionais) - Institute Européen des Hautes Études Internationales. [2007].